



DA NORMA À VARIAÇÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE O USO DO CONJUNTIVO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA,

ESPECIFICIDADES NO ENSINO SUPERIOR

João Muteteca Nauege

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística
Especialidade: Linguística Portuguesa

ORIENTAÇÃO: Professora Doutora Maria João B.M. Marçalo

ÉVORA, OUTUBRO DE 2017





DA NORMA À VARIAÇÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE O USO DO CONJUNTIVO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA,

ESPECIFICIDADES NO ENSINO SUPERIOR

João Muteteca Nauege

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística
Especialidade: Linguística Portuguesa

ORIENTAÇÃO: Professora Doutora Maria João B.M. Marçalo

ÉVORA, OUTUBRO DE 2017



Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	v
Lista de figuras	vi
Lista de gráficos	vi
Quadros	vii
1. Introdução	1
1.1. Formulação do problema	3
1.2. Razões da escolha do tema.....	5
1.3. Revisão bibliográfica	6
1.4. Objecto de estudo e Delimitação do campo de investigação	9
1.5. Objectivos	10
1.6. Resultados esperados	11
Capítulo-I Angola: Caracterização geográfica e sociolinguística	13
2.Território e População.....	13
2.1.1. Línguas	17
2.1.2. Caracterização das línguas bantu.....	17
2.1.3. Língua materna.....	21
2.1.4. Língua segunda	24
2.1.5. Interferência linguística	25
2.1.5.1. Nível lexical.....	26
2.1.5.2. Nível fonético	27
2.1.5.3. Nível semântico	29
2.1.5.4. Nível morfossintáctico.....	30
2.1.5.5. Concordância em número.....	30
2.1.6. Da linguagem à língua	32
2.1.7.1. Algumas funções da língua.....	36
2.7.3. Bilinguismo	40

2.7.4. Diglossia	44
2.7.5. Aprendizagem de língua segunda/língua estrangeira	47
2.7.6. Síntese do capítulo	56
Capítulo-II. Da norma à Variação	58
2.8.1. Norma e Variação	58
2.8.2. A escola e o Ensino da norma	67
2.8.3. O erro e a noção de correcto	69
2.8.4. Erros na aprendizagem de línguas	77
2.8.5. Português de/em Angola, mudança em curso?	81
2.8.6. Estatuto da Língua Portuguesa em Angola.....	89
2.8.7. Política linguística em Angola	94
2.8.8. No período colonial	94
2.8.9. No período pós-colonial	98
2.8.10. Síntese do capítulo	106
Capítulo-III- Parâmetros de descrição do Conjuntivo	110
3. Modalidade	110
3.1.1. Modalidades epistémica e deôntica	111
3.1.2. Modo.....	113
3.1.2.1. O modo imperativo	114
3.1.2.2. O modo indicativo	116
3.1.2.2.1. Futuro e condicional como modos	119
3.1.2.3. O conjuntivo.....	121
3.1.2.3.4. Noções sobre o tempo linguístico.....	130
3.1.2.3.4.5. Os tempos simples do conjuntivo	137
3.1.2.3.5.1. Presente do conjuntivo	137
3.1.2.3.6. Pretérito imperfeito do conjuntivo	139
3.1.2.3.7. Futuro simples do conjuntivo	141
3.1.2.3.8.1. Potenciais contextos de ocorrência do conjuntivo	152
3.1.2.3.8.2. O conjuntivo independente	153
3.1.2.3.8.3. Orações completivas	154
3.1.2.3.8.4. Orações relativas.....	155

3.1.2.3.8.5. Orações adverbiais	157
3.1.2.3.8.6. Orações subordinadas concessivas	158
3.1.2.3.8.7. Orações subordinadas causais.....	160
3.1.2.3.8.8. Orações subordinadas temporais	161
3.1.2.3.8.9. Orações subordinadas finais	162
3.1.2.3.9.1. Orações subordinadas comparativas-condicionais e proporcionais ..	163
3.1.2.3.9.2. Orações modais ou conformativas.....	164
3.2.2. As fronteiras entre indicativo e conjuntivo	164
3.2.2.1. Síntese do capítulo	167
Capítulo-IV. Metodologia e Análise de dados	171
4. Metodologia	171
4.1. Inquérito por teste linguístico	171
6.1. Análise e interpretação de dados	176
6.2. Procedimentos	179
6.3. Teste de produção induzida.....	179
6.4. Teste de juízo de gramaticalidade	212
7. Apresentação e Discussão de resultados	217
7.1. Produção induzida	217
7.2. Juízo de gramaticalidade	224
8. Síntese do capítulo	227
Capítulo V- Conclusões e Sugestões	229
9. Conclusões e Sugestões	229
10. Bibliografia	233
APÊNDICES	247
Apêndice I	248
Apêndice II	252
Apêndice III	257
Apêndice IV.....	258

Dedicatória

Aos meus Pais, Francisco Naege [in memorim] e Cecília Capinga;

À minha segunda mãe, Verónica Cupa Naege, irmã incansável e sempre crente nos meus projectos;

À minha prole, Fábio Naege, Márcia Naege, Áurea Naege, Onírio Naege e Hilquias Naege, pela reiterada compreensão, e pelos prejuízos que as minhas ausências provocavam;

À minha caríssima esposa, Ana Chissola, que não se cansava de perguntar, até quando? Mas, mesmo assim, perseverou e hoje, finalmente, as viagens tornaram-se finitas;

Aos meus irmãos, às minhas irmãs, aos meus sobrinhos, às minhas sobrinhas, aos meus primos, e aos amigos que sempre souberam dar uma palavra de apreço.

Agradecimentos

Para a conclusão de um projecto de género intervieram várias entidades, a primeira é Deus, por isso continuarei a agradecer por tudo. Tenho a certeza que graças a Deus todas as minhas ideias se mantiveram fiéis e foram plasmadas nesta pesquisa.

Por terem sido muitas pessoas que directa e indirectamente torceram para a consecução do trabalho, nomeá-las uma a uma é, certamente, arriscado, pois na tentativa de o fazer acabamos por esquecer outras, mas o sentimento é mesmo de gratidão a todos que assim o fizeram.

À Professora Doutora Maria João Broa Martins Marçalo, pela doura orientação, paciência e sempre prestimosa colaboração na concepção e execução do trabalho, pela disponibilidade, pelos incentivos, e pelos desafios que me colocou ao longo da caminhada (Itália e Coimbra), pelas indicações de bibliografia mais recente e actualizada, a minha eterna gratidão.

À Professora Doutora Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, pelos apoios, quer na aplicação de instrumentos de pesquisa na Universidade de Évora, quer na pronta disponibilidade em indicar alguma bibliografia quando consultada, e pelo sorriso sempre energético e confiável, a minha eterna gratidão.

Às Professoras do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, Doutoradas Maria do Céu Fonseca, Filomena Gonçalves, Ana Paula Banza e Olga Gonçalves, pelos incentivos e apoios prestados.

Ao Governo da Lunda-Norte, especialmente, na pessoa do seu Governador, Senhor Dr. Ernesto Muangala, que aceitou a minha solicitação para a manutenção do meu ordenado e com o qual pudesse custear os meus estudos em Portugal, sem rodeios anuiu, a minha eterna gratidão. Aos informantes estudantes da Faculdade de Direito, Universidade Lueji A'nkonde, aos da Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte e aos da Uévora, expresso aqui a minha gratidão.

À minha prezada família, mãe, pai (in memorim), irmãos, sobrinhos, tios, primos, aqui, fica a minha gratidão pelo carinho demonstrado.

À minha esposa, Ana Chissola, pela compreensão, paciência e firmeza incondicionais desde Lubango (Angola), Lisboa e Évora (Portugal).

Aos meus filhos Fábio, Márcia, Áurea, Onírio e Hilquias, pela reiterada compreensão não revelada, a razão de todo o esforço.

Aos amigos sem excepção.

Resumo

A dissertação ora apresentada é mais um contributo que visa compreender a realidade linguística angolana, mormente a do português em/de Angola. Sabemos que o português em Angola é língua oficial, coexiste com um conjunto de línguas africanas de Angola. Assim, o estudo e a compreensão dos reais traços que o vão distinguindo das outras variedades são necessários.

A nossa reflexão traz à tona o *uso do conjuntivo no português* falado em Angola, que aos poucos se vai distanciando do consagrado pela norma do português padrão europeu. Algumas das formas desviantes recorrentes nos falantes de PA foram atestadas em percentagem relativamente ínfima por informantes de PE, este facto demonstra tão só a complexidade do uso do conjuntivo, bem assim, indicia e atesta a variação e tendência de mudança no português falado em Angola, o que é natural com todas as línguas vivas. Considerámos para a nossa análise os dados de informantes, relativamente, homogéneos cientes de atitudes normativas, com recurso aos testes de produção induzida e juízo de gramaticalidade.

Os resultados do nosso estudo sugerem descrições análogas e sistemáticas para a compreensão acurada das características reais do português falado em Angola, fazem-no também em relação à necessidade de uma planificação e política linguísticas assentes na valorização das línguas africanas de Angola, que até certo ponto, também são responsáveis pelas variações e tendências de mudança que o português experimenta.

Palavras- chave: Conjuntivo, Modo, Português de Angola, Norma, Variação.

Abstract

Thesis title: From Norm to Variation: A case study on the use of the conjunctive in Angolan Portuguese, specifically in higher education.

The dissertation here presented is yet another contribution that aims to understand angolan linguistic reality, principally that of portuguese in and of Angola. We know that portuguese is the official language of Angola, coexisting with group of local african languages. Thus, the study and understanding of the real signs that distinguish it from ohter varieties are necessary.

Our reflexion brings to the surface the *use of the conjunctive in portuguese spoken in Angola*, which litle by litle has been distancing itself from the established norm of the european pattern of portuguese. Some of european the deviant forms recurring in speakers of angolan portuguese were observed in a relatively insignificant percentage by informants of european portuguese; this fact demonstrates the complexity of the use of the conjunctive, and also reveals the variation and tendency to change in the portuguese spoken in Angola, which is natural in all living languages. For our analysis, we considered data from informants, relatively uniform in their approach, through induced production tests and grammatical trials.

The results of our study suggest analogous and sistematic descriptions for the improved comprehension of the real characteristics of the portuguese spoken in Angola, relating it to the need for a linguistic planning and policy, based on the appreciation of african languages of Angola which are, up to a point, responsible for the variations of and tendencies to change that portuguese is undergoing.

Key words: Conjunctive, Mode, Portuguese of Angola, Norm, Variation.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

BV	Bases verbais
ESPLN	Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte
FDULAN	Faculdade de Direito da Universidade Lueji Ankonde
HI	Hipótese
L2	Língua segunda
PA	Português de Angola
PB	Português do Brasil
PD	Prefixo dependente
PE	Português europeu
PI	Prefixo independente
PLM	Português Língua materna
PLS	Português Língua segunda
PM	Português de Moçambique
PVA	Português variante angolana
RAD	Radicais
TN	Temas nominais
ULAN	Universidade Lueji Ankonde
UÉVORA	Universidade de Évora
VAPEF	Variante do Português em formação
VD	Variável dependente
VI	Variável independente

Lista de figuras

Figura 1- Mapa nº1- Configuração Geográfica de Angola	14
Figura 2- Distribuição etnolinguística de Angola.....	16

Lista de gráficos

Gráfico 1- Intervalo etário de informantes angolanos	176
Gráfico 2- Distribuição dos informantes por género	176
Gráfico 3- Distribuição dos informantes por estatuto	177
Gráfico 4- 1ª Pergunta.....	180
Gráfico 5- 2ª Pergunta.....	181
Gráfico 6- 3ª Pergunta.....	182
Gráfico 7- 4ª Pergunta.....	183
Gráfico 8- 5ª Pergunta.....	184
Gráfico 9- 6ª Pergunta.....	185
Gráfico 10- 7ª Pergunta	186
Gráfico 11- 8ª Pergunta	187
Gráfico 12- 9ª Pergunta	188
Gráfico 13- 10ª Pergunta	189
Gráfico 14- 11ª pergunta	190
Gráfico 15- 12ª Pergunta	191
Gráfico 16- 13ª Pergunta	192
Gráfico 17- 14ª Pergunta	193
Gráfico 18- 15ª Pergunta	194
Gráfico 19- 16ª Pergunta	195
Gráfico 20- 17ª Pergunta	196
Gráfico 21- 18ª Pergunta	197
Gráfico 22- 19ª Pergunta	198
Gráfico 23- 20ª Pergunta	199
Gráfico 24-21ª Pergunta	200
Gráfico 25- 22ª Pergunta	201
Gráfico 26- 23ª Pergunta	202
Gráfico 27- 24ª Pergunta	203
Gráfico 28- 25ª Pergunta	204
Gráfico 29-26 Pergunta	205

Gráfico 30- 27ª Pergunta	206
Gráfico 31- 28ª Pergunta	207
Gráfico 32- 29ª Pergunta	208
Gráfico 33- 30ª Pergunta	209
Quadros	
Quadro 1- Síntese dos tempos do conjuntivo	129
Quadro 2- Representação de imperativo e conjuntivo	154
Quadro 3- Perfil académico dos informantes.....	175
Quadro 4-Resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)	210
Quadro 5-Resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)	211
Quadro 6-Resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)	212
Quadro 7-Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (Angola)	214
Quadro 8- Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (Angola)	215
Quadro 9-Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)	216
Quadro 10- Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)	217

1. Introdução

Angola adoptou o português como língua oficial, desde que se tornou independente em 1975. A nova constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 19º sobre as Línguas, postula que: “A língua oficial da República de Angola é o português”, confirmando a posição do Estado angolano em relação ao estatuto do português em Angola. A língua portuguesa em Angola tem estatuto de língua oficial, língua de escolaridade, mas também é língua segunda e língua de contacto com o exterior. O português é a língua de grande prestígio social, nalguns casos, chega-se ao ponto de se estigmatizar quem não a domine com relativa proficiência.

Apesar de o português ser a língua mais utilizada em todo o país, e em todas as instituições de ensino, há 42 anos, de forma consciente e não imposta pela antiga potência dominadora (Portugal) na altura, não há muitos estudos sistemáticos para a descrição e normatização do português de Angola.

Angola é um país multiétnico, multicultural e multilíngue, as diversidades já referidas fazem com que a variação esteja patente no dia a dia de cada falante do português. São notáveis, no português falado e escrito em Angola, as marcas de variação diastrática e geográfica, mas é mais acentuada a variação diastrática, pois para as pessoas que tenham o mesmo nível de instrução e que pertençam a regiões e grupos etnolinguísticos distintos, quase não se nota a variação diatópica, mas sim a diastrática.

Não há norma própria do português falado e escrito de Angola, por conseguinte, há sempre dificuldades no ensino. Sobretudo quando se põe a situação de variações, ficamos entre o ideal e o real da língua portuguesa em/de Angola.

Não obstante isso, assumimos sempre que a variante do português de Angola em formação (VAPEF) está mais próxima da variante padrão do português europeu (PE), embora se cultive em meios meramente informais alguns falares que se assemelham à variante do português do Brasil (PB). Assim, por exemplo, no caso concreto da

cliticização ou colocação de pronomes clíticos (os falantes angolanos que dão primazia à próclise ao invés da ênclise em contextos obrigatórios desta, regra geral, o fazem por influência das línguas bantu faladas em Angola, por estas não terem a tal distinção nos seus paradigmas na colocação pronominal), o que estratifica os seus falantes, nalguns casos, em menos escolarizados e mais escolarizados, e não de forma diatópica (Norte, Sul, Este, Oeste). Pensamos que o português falado e escrito de Angola, uma vez descrito e sistematizado, provavelmente terá feição própria que o distinguirá da variante brasileira, e o aproximará da norma europeia, mas com a forma tipicamente angolana.

A nossa reflexão é mais um contributo que dá conta da necessidade de se descrever a variedade do português de Angola numa tentativa de normatização.

Cunha e Cintra (1984:24) já se pronunciaram a respeito da questão da norma ou da necessidade de um estudo descritivo e sistemático, para a normatização das variedades do português falado em África, e, neste particular, sobre as variedades de Angola e de Moçambique que, como sabemos, têm como norma Padrão a variante do português europeu.

“(...) o português é a língua oficial da república de Angola (...). Trata-se de um português com base na variedade europeia, mas mais ou menos modificado, sobretudo pelo emprego de um vocabulário proveniente das línguas nativas, e a que não faltam algumas características próprias no aspecto fonológico e gramatical. (...) Características (...) divergem de região para região, ainda não foram suficientemente observadas e descritas, embora muitas delas transpareçam na obra de alguns dos modernos escritores deste país.”

Pensamos que só uma descrição sistemática acurada, que se apoie nos diferentes estudos sobre a situação concreta da língua portuguesa em Angola, terá consequências para o estabelecimento de uma norma do português de Angola.

Não é tarefa fácil abordar a norma e a variação, sobretudo num contexto em que se segue, por um lado, a norma padrão europeia e, por outro, assiste-se a desvios constantes à mesma, fruto de o português contactar com as línguas nativas de Angola, que têm manifestamente as suas influências marcadas nas construções do português falado em Angola.

A norma apregoa a homogeneização ou uniformização linguística como o ideal, ou, o “bom uso”; ao passo que a variação segue a rota de colisão com a norma, privilegiando a diversidade das situações de realização linguística dos falantes, o que por si espelha a vivacidade das línguas e dos seus utentes. Desta feita, vamos, no quadro deste trabalho, analisar o uso do conjuntivo no português de Angola.

1.1. Formulação do problema

Ao longo da nossa experiência como docentes do segundo ciclo e, agora, a vivenciar uma outra no ensino superior, verificamos a incansável e sofrível vontade de os professores transmitirem aos seus alunos conteúdos gramaticais respeitantes à norma padrão europeia, esforços estes que, nalguns casos, saem entalados pelo facto de os discentes estarem expostos a desvios constantes e muitos dos quais se vão considerando como aceitáveis no contexto angolano. Por se tratar ainda de um português preso à norma padrão europeia, às vezes se torna difícil aceitar as construções desviantes como variação, mas passam a categoria de erros. Num contexto em que o português fruto de contactos permanentes e seculares que mantém com as línguas nativas de Angola, tem-se transformado e ganhado uma outra feição, que, no entender de uns o desprestigia (conservadores ou puristas) e no de outros o enriquece (variação), não o desprestigia.

Apesar de incomensuráveis esforços que os professores fazem para ensinar a norma padrão europeia, assiste-se no quotidiano, quer no discurso oral quer no escrito, a desvios no uso do conjuntivo, ou seja, em contextos em que se esperaria o conjuntivo usam-se o indicativo, o infinitivo flexionado ou não flexionado, estes erros são dados por pessoas de diversas formações (média, superior), por isso pretendemos incidir a

nossa abordagem sobre uma classe bem identificada e consciente da existência de uma norma a qual segue, ou, deveria, pelo menos, seguir de acordo com as orientações escolares. Por conseguinte, levantámos o seguinte problema:

O que leva os falantes angolanos a cometerem erros no uso do conjuntivo, fazendo-o de modo divergente da norma padrão europeia?

Em Angola a norma padrão é a norma europeia, neste contexto, fala e escreve bem quem segue o modelo ideal linguístico adoptado por Portugal. Sendo a escola a guardiã e transmissora de bons hábitos de uso linguístico dos falantes de uma língua, pretendemos saber de que forma a escola angolana, e, sobretudo como os estudantes do subsistema de ensino superior se posicionam quanto ao uso do modo conjuntivo.

Verificamos que os conteúdos gramaticais, (funcionamento das regras da língua portuguesa) em plena aula de língua portuguesa, centralizam e despertam o mais vivo interesse dos alunos e dos professores, todavia, ficam à entrada da escola e daí pouco ou quase nada transpõe para outras situações comunicativas, onde seria de se esperar, optando os falantes (instruídos ou cultos) por uma variedade que aos poucos o uso vai consagrando.

Falar da norma e variação linguísticas, em qualquer contexto, implica uma política de língua, assim, o estado angolano tem responsabilidades acrescidas na produção de diplomas normativos concretos, nos quais declare e defina uma política de protecção das línguas nativas de Angola por terem uma grande influência nos contornos que o português vai desenhando, isso certamente, poderá impulsionar ainda mais todos os esforços tendentes a estudar e descrever científica e sistematicamente as características do português real falado e escrito em Angola e do português ideal face à norma padrão europeia.

O português adoptou, natural e curiosamente, uma posição de uma língua de unidade nacional, como afirma Maria Helena Mira Mateus (2002:16):

“(...) Abandonando a sua situação de língua de subjugação, o português nascia como língua de unidade nacional cobrindo nações plurilingues e funcionando como bandeira (...) o português em Angola permitindo o entendimento entre falantes das vivíssimas línguas nacionais. (...) Em África a língua portuguesa oficial é uma opção política, uma atitude nacional (...)”.

Justificar-se-ia, então, a adopção de uma política linguística em Angola em relação às línguas nativas face ao ensino do português, ao ensino das línguas nativas de Angola e à sua protecção, promoção e valorização; factores que poderiam auxiliar a expansão do português, a sua compreensão e a adopção de mecanismos tendentes a normatização da variedade do português de Angola.

1.2. Razões da escolha do tema

A norma padrão resulta, essencialmente, de uma variedade das várias que constituem uma língua, a variedade que se consagra à norma, inicialmente, está ao mesmo nível que as outras, todavia, não são as suas características linguísticas que a fazem distinguir das demais, mas sim, são questões meramente sociolinguísticas ou extralinguísticas que concorrem para a sobrevalorização de uma variedade em detrimento de outras, destacando-se factores como geográficos, sociais, políticos e económicos. Deste modo, a variedade sobrevalorizada que passa à norma padrão começa a desempenhar múltiplas funções na sociedade, quer na cultura quer na educação, tomando-se como modelo, por exemplo, o ensino é ministrado nessa variedade padrão, e os alunos são obrigados a assimilarem a mesma nos contextos formais da escola. Por isso, a língua padrão é a variedade tomada entre as demais que existem num sistema linguístico, podendo ser uma variedade geográfica e socialmente localizada.

Actuando como que em contramão está a variação que se caracteriza por se opor à norma padrão, ao aceitar e incorporar todas as variedades e todos os usos e hábitos linguísticos dos falantes de uma língua, isso não faz com que os desvios e os erros

sejam excessivamente tolerados quando se trata de variação, porque todas as variedades têm norma, isso distingue as normas da norma padrão como já expusemos acima. Torna-se mais difícil caracterizar ou rotular uma variação, ou, um desvio no contexto linguístico angolano, pois a variação é sempre em relação a uma norma e, a esse respeito, os professores de língua portuguesa quando se lhes depara o desvio ou a variação, no *uso do modo conjuntivo*, vêm-se constrangidos em tomar uma decisão correctiva, chegando, nalguns casos, a hesitar se são ou não admissíveis certas construções, os mais extremistas consideram-nos erros e não variação à luz da norma padrão europeia.

Apesar de o português ser a L2 para a maioria esmagadora da população de Angola, assume-se como língua de unidade nacional, goza de um estatuto de alto prestígio de entre as demais línguas que com ele coexistem no mosaico cultural de Angola. Acrescentando-se a isso o facto de ser a língua de escolarização e nacional, no sentido de ser a que abrange todo o território de Angola, e não no sentido nativo.

A escolha do tema: “**O conjuntivo no português de Angola: Da norma à Variação**”, como objecto de estudo prende-se, duplamente, com razões de ordem profissional e pessoal. Profissional, como professor de Língua Portuguesa; e pessoal, pelo facto de ser mais um exercício que possa contribuir para a compreensão do *uso do modo conjuntivo no português de Angola*, e debelar algumas dificuldades que ainda se registam concernentes ao processo de ensino do português. Finalmente, deve notar-se que, assumimos uma postura simplesmente descritiva, isto é, limitámo-nos a descrever o *uso do modo conjuntivo no português de Angola*, não impondo atitudes canónicas, todavia, poderão essas descrições a longo prazo auxiliar na constituição de uma norma do português de Angola.

1.3. Revisão bibliográfica

Com a revisão da literatura para um ponto de partida basilar, que nos auxiliasse a desenhar o nosso projecto, apercebemo-nos que a literatura concernente ao estudo de conjuntivo no português de Angola é escassa, encontramos apenas algumas obras que

estudam e descrevem o português de Angola em relação às propostas de metodologias para o seu ensino. Assim, ressalte-se o estudo “*sobre a semântica do tempo presente em português europeu e português de Angola*” de Dala (2013). Os estudos sobre o português de Angola deveriam ser direccionados para uma caracterização ou descrição de todos os aspectos para, posteriormente, permitir a longo prazo a constituição de um *corpus* mais abrangente, facilitando a compreensão e sua distinção das outras variantes em formação, no caso concreto do português de Moçambique variedade com a qual partilha muitas semelhanças sintáctico-morfológicas.

Atendendo ao que refere Gonçalves (2013:162):

“(…) Tal como foi já assinalado, tanto o PM como o PA estão a formar-se em contacto com as línguas bantas, admite-se que, pelo menos no que se refere às alterações não lexicais (isto é, fonéticas e fonológicas, morfossintáticas e sintáticas), estas duas variedades do português partilham muitas das suas propriedades gramaticais. (…). Considera-se que muitas das propriedades gramaticais do PM são generalizáveis ao PA. Admite-se (...) que haja propriedades do PM que não se observam em PA. (...) Admite-se, por outro lado, que haja fenómenos que se registam apenas no PA, não sendo, por isso, possível caracterizá-los a partir do PM”.

A escassez de estudos e descrições sobre o português de Angola, de modo particular, faz com que se recorra constantemente às obras literárias (textos de alguns escritores) para abonação dos dados, pois, os mesmos não reflectem sempre de forma fiel a fala espontânea dos angolanos.

Abordar o uso do conjuntivo no português de Angola é um desafio novo que assumimos face à parca bibliografia sobre o tema neste contexto. Em relação às questões inerentes à norma e à variação linguísticas não tem sido um caminho escolhido por muitos, devido à complexidade e falta de consenso que as mesmas

encerram, talvez, pelo facto de a linguística priorizar a descrição e não estudos prescritivos de acordo com a opinião de Martinet (1991:10):

“(…) No caso da linguística, importa especialmente insistir no carácter científico e não prescritivo do estudo: como o objecto desta ciência constitui uma actividade humana, é grande a tentação de abandonar o domínio da observação imparcial para recomendar determinado comportamento, de deixar de notar o que realmente se diz para passar a recomendar o que deve dizer-se. A dificuldade de distinguir a linguística científica da gramática normativa lembra a de extrair da moral uma autêntica ciência dos costumes (…)”.

Apesar do latente afastamento de abordagens normativas ou prescritivas, nos estudos linguísticos a outra componente variacionista, ultimamente, tem sido de eleição para muitas abordagens que depois, curiosamente, contactam com a normativa.

Assim sendo, Marçalo (1992:111) afirma que:

“(…) As línguas não são nunca totalmente homogéneas, transformando-se sem cessar. Tentar analisar um determinado estado de língua sem considerar a dinâmica inerente ao seu funcionamento será analisar uma língua “artificial”. A língua é uma estrutura de tal modo complexa que mesmo olhando-a numa perspectiva sincrónica, ou seja, considerando-a num determinado momento, enfrentaremos a provável coexistência de vários sistemas”.

Hub Faria (2003:33) assevera que:

“Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua não materna. Varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, varia em função das

pertenças sociais e culturais, dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada”.

A norma e variação estabelecem um elo perfeito no funcionamento de uma língua, a respeito da variação, podemos destacar alguns factores que a originam, comumente referem-se factores geográficos ou diatópicos, sociais ou diastráticos e os diafásicos. Estes factores fazem com que uma língua passe a ser heterogénea.

1.4. Objecto de estudo e Delimitação do campo de investigação

O objecto de estudo neste trabalho é o uso do conjuntivo no português de Angola. Foca-se, assim, este estudo na vertente semântica, por constatarmos um grande vazio de estudos que explorem a componente semântica da variedade do português de Angola, ao contrário de maioria esmagadora de estudos produzidos referentes ao português de Angola estar voltado para as perspectivas didáctico-metodológicas, ou melhor, sobre a situação do ensino do português.

Estamos conscientes de que o presente trabalho não vai dar cobro a todas as solicitações de que a problemática do português em Angola deveria responder, todavia, fazêmo-lo com intuito de descrever a real situação do português em Angola, privilegiando o estudo do uso do *conjuntivo*, tendo como grupo alvo os estudantes universitários, procurando, dentre outros aspectos, compreender o uso do conjuntivo nos estudantes universitários, considerando que estão cômicos da existência da norma padrão europeia, não se ignorando o seu nível de escolaridade.

Não procurando ser bastante generalista, sob pena de tocarmos em tudo, ocupar-nos-emos, da análise de textos resultantes de *testes induzido e teste de juízo de gramaticalidade*, por nós elaborados e aplicados aos estudantes, com o fito de estudar e analisar *o uso do conjuntivo face à norma padrão europeia*.

O estudo resulta também da necessidade de compreender a aparente cisão da norma europeia no contexto angolano, cisão esta que tem sido atribuída, naturalmente, às línguas nacionais, ou seja, por influência das línguas bantu com as quais o português

contactou e contacta. As interferências citadas são visíveis, porém sem um estudo que confirme ou infirme seriam apenas meras presunções com as quais a ciência não pactua, relegando-as para o senso comum. Cientes de que a norma e a variação estão sempre a jogar de forma antagónica, mas não entalam a inteligibilidade linguística, o português de Angola há de caracterizar típica e culturalmente esta realidade, diferenciando-se das outras.

Corroboramos Duarte (2000:22) ao afirmar:

“(...) As variedades africanas do português que vão emergindo nos novos países de língua oficial portuguesa, embora ainda insuficientemente estudadas, parecem possuir propriedades que as distinguem quer do PE quer do PB. Este facto é esperado, uma vez que nestes países, e contrariamente ao que se verifica em Portugal e no Brasil, a maioria da população não tem o português como língua materna, mas sim como língua segunda (...)”.

A inexistência de estudos que dêem conta, por um lado, do uso do conjuntivo no português de Angola e, por outro, a exiguidade de estudos que descrevam as características específicas do português nos países em que é língua oficial (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe), mas também língua segunda, é reconhecida por muitos estudiosos e, no caso concreto de Angola, podem citar-se (cf. Mingas, 1998), (cf. Cabral, 2005), (cf. Fernando Costa, 2006), (cf. Nzau, 2011), (cf. Viti, 2012), (cf. Cameia 2013), (cf. Quivuna, 2013), (cf. Quibongue, 2013), (cf. Adriano, 2014a, 2014b), (cf. Nauege, 2015). É nosso desejo contribuir com estudos que descrevam e analisem o português de Angola, por sermos parte integrante desta realidade, atendo-nos ao uso do conjuntivo.

1.5. Objectivos

- Verificar o uso do conjuntivo no português de Angola face à norma padrão europeia.

- Verificar a variação do uso dos modos verbais: conjuntivo e indicativo nos falantes angolanos que têm o português como língua materna e língua segunda.
- Contribuir para esforços tendentes à descrição sistemática do português falado e escrito em Angola.
- Contribuir para a definição de uma política linguística em Angola face à diversidade linguística.

1.6. Resultados esperados

Com este trabalho esperamos atingir, dentre outros resultados, o levantamento de um *corpus* no qual se mostre o uso do conjuntivo no português de Angola, através de aplicação de teste de produção induzida e um outro para aferição de juízo de gramaticalidade.

Pretendemos, deste modo, disponibilizar à comunidade estudantil ou académica de Angola e não só, um conjunto de dados sobre a situação real do português em Angola, dando conta da norma e variação linguística no panorama linguístico de Angola e, mais especificamente, do uso do conjuntivo. Embora estejamos cientes de que o *corpus* é limitado, espelha a realidade sociolinguística de uma franja que usa e faz do português ferramenta indispensável nas suas actividades.

Côncios de que o presente trabalho pode vir ajudar a suprir algumas dificuldades concernentes ao estudo e ao uso do modo conjuntivo no português de Angola, concretamente, no que respeita à norma e à variação do português, almejamos, por um lado, a compreensão de factores que provocam o uso do indicativo quando o contexto pede o conjuntivo, por outro lado, as descrição e análise do uso do conjuntivo e do indicativo, e finalmente, daqui pode resultar uma modesta contribuição para o estabelecimento da norma do português de Angola.

Creemos, também, que o presente estudo pode vir servir de mola impulsionadora para estudos futuros sobre o português de Angola, explorando não só a componente

didático-metodológica, como também as componentes sintáticas, semântico-pragmáticas, lexicais, fonético-fonológicas, morfológicas, dialectais e variacionistas.

Capítulo-I Angola: Caracterização geográfica e sociolinguística

2.Território e População

Angola geograficamente localiza-se na costa ocidental de África, ou seja, na África austral, com as seguintes coordenadas: latitude norte 4° 22', sul 18° 2'; longitude leste 29° 5', oeste 11° 41'. Com uma superfície de 1 246 700 km, tem uma linha contínua de fronteira terrestre de 4 777 km, partilha fronteira com países como: a República Democrática do Congo em 2.291 km, a Namíbia em 1 376 km, e a Zâmbia em 1 110 km; acresce-se a esta fronteira uma outra mais descontínua a da Província de Cabinda com uma extensão de 421 km, partilhando-as com as Repúblicas do Congo Democrático 220 km e do Congo com 201 km, dando no cômputo uma fronteira terrestre de 5 198 km. A fronteira marítima é de 1 650 km, e divide-se em 18 províncias, cuja capital é Luanda. Tem uma população estimada em 24 300.000 habitantes¹. O seu clima é húmido, basicamente, tem duas estações, a estação seca (Maio até Agosto) e a chuvosa (Setembro até Abril).

Em termos de relevo, o País tem um maciço de terras altas, em que a altura varia entre os 0 a 200 m, acima dos 200 m, podemos encontrar montanhas e planaltos. No interior há uma meseta continental, em que a sua altitude em média é superior a 400 m acima do nível do mar, a meseta tem uma continuidade nas Províncias de Moxico, Lundas Norte e Sul, Uíge, Zaire, Malange e Kwanza Norte.

Angola é detentora de estepes férteis com uma pluviosidade acima da média, sobretudo nas Províncias de Bie, Huambo e Benguela. O mapa abaixo mostra a configuração detalhada do território:

¹ Dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística (Censo Populacional, Maio 2014)



Mapa nº 1 Configuração geográfica de Angola

Fonte: Guia geográfico de Angola

Dados histórico-arqueológicos revelam que Angola, de facto, já era habitada acerca de 12 000 anos (cf. Fernandes e Ntongo, 2002:17). Falar da população de Angola é, com certeza, fazer um entroncamento entre população e línguas, sendo que, nalguns casos, os seus povos também têm a mesma designação das suas línguas. O mapa nº 2 apresenta os principais grupos etnolinguísticos de Angola.

A composição da população de Angola integra basicamente grupos heterogéneos, de entre os quais podemos destacar: Ambundu, com a língua Kimbundu, Bacongo, com a língua Kikongo, Helelo ou Herero, com a língua Helelo, Lunda-Cokwe, com as línguas Cokwe e Lunda, Ovangangela com a língua Ngangela, Nyaneka-Nkhumbi, com as línguas Lunyaneka e Nkhumbi, Ovambo, com as línguas Oshikwaniama e Oshindonga, Ovimbundu, com a língua Umbundu.

Com excepção dos Khoisan que englobam (hotentote ou khoi), Vankankala (San) e Vátwa que compreende as variantes de Kwepe e Kwisi, conhecidos também por povos pré-bantu (cf. Fernandes e Ntongo, 2002), todos os grupos acima descritos pertencem à família bantu.

O primeiro povo a fixar-se em Angola foi Bakongo, por volta do século XIII, falantes da língua Kikongo, estão localizados nas Províncias de Zaire, Uíge, e uma parte significativa na Província do Bengo. O povo Bakongo tradicionalmente vive da actividade agrícola e da pesca artesanal.

Tucokwe, povo agricultor e artesão, falantes de Cokwe, este grupo ocupa a região nordeste do País, abarcando as províncias das Lundas Norte, Sul e Moxico, parte de Malange, estendendo-se até à região do Kwando Kubango e Bié.

Vangangela, falantes de Ngangela, povo agricultor, caçador e pescador, localiza-se maioritariamente nas Províncias do Kwando Kubango e Moxico, estendendo-se também às regiões do Bié.

Ovambo, por excelência, povo criador de gado, localizado nas margens dos rios Cunene e Kuvango, falantes de línguas kwanyama e ovandongu.

Ovahelero, a sua actividade principal é pecuária, tem como língua Oshihelero, localizado principalmente na província do Namibe.

Nyaneka Nkhumbi tem como língua Olunyaneka, povo que tradicionalmente vive da pecuária, localizado nas províncias da Huíla e Cunene, apresentando pequenas bolsas nas Províncias do Namibe e Benguela.

Ovimbundu, maioritariamente localizado na região centro-sul de Angola, Províncias de Huambo, Benguela, Bié, partes das Províncias de Moxico, Kwando Kubango e Kwanza Sul. A sua língua é Umbundu, por sinal, a que tem maior número de falantes entre as línguas bantu em Angola.

2.1.1. Línguas

2.1.2. Caracterização das línguas bantu

As línguas de origem africana pertencem a grupos diversos, com base nos estudos de Greenberg (1963), elas estão divididas em quatro grandes famílias:

Afro-asiática abarca as línguas Bereberes do Norte de África, as línguas Cushítica da Etiópia e da Somália, bem como as línguas Semitas que incluem o árabe, o hebreu e o aramaico.

Nilo-Sahariana integra Sudanês, Sahariano, Songhai, Fur, Cha-Nilo e Koman.

Congo-Cordofaniana, esta integra as famílias: Níger-Congo e Congo Cordofaniana a mesma se ramifica em Níger-Congo que abarca outros subgrupos com destaque para os grupos ao Sul do Sahara, onde encontramos os Bantu a Sul do equador.

Khoisan, no qual se destacam os grupos das línguas Khoi, San, Sandawe, Iraqw, Hadsa (Hadza), são partes integrantes do Khoisan as línguas dos pigmeus (Congo

Democrático) e as línguas dos Kung (Bosquimanes, hotentontes ou Mukankala) de Angola.

Recorrentemente diz-se que o termo Bantu foi empregue primeiro por Bleek (1862), para designar o conjunto de línguas aparentadas, cujos loquentes se encontram maioritariamente na África a sul do Equador, a partir dos montes Camarões até à África do Sul.

Associado inicialmente à terminologia linguística, o termo Bantu vai ganhando diversas acepções: povo, grupo de línguas, cultura, etc.

De acordo com Kukanda (1986:6), o povo Bantu designa:

“o conjunto de populações da África subequatorial que falam línguas da mesma família, embora pertencendo a tipos étnicos muito diversos, designando o ser humano por *mntu* no singular e *bantu* no plural”.

Kukanda (*id, ibid*) afirma que Bleek não foi o pioneiro no reconhecimento das características comuns das línguas Bantu, pois o português B. Rebelo de Aragão, já o tinha reconhecido 200 anos antes do Alemão Bleek.

Para Ngunga (2004:29-30) o termo Bantu é:

“actualmente usado nos estudos da linguística para se referir a um grupo de cerca de 600 línguas faladas por cerca de 220 milhões de pessoas numa vasta região da África contemporânea que se estende a sul de uma linha que vai desde os montes Camarões (a sul da Nigéria), junto à costa atlântica, até à foz do Rio Tana (no Quénia), abrangendo os seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Camarões, Comores, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, Quénia, República

Democrática do Congo, Ruanda, Swazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe”.

Ressalte-se que em Países como Angola, África do Sul, Botswana, Namíbia e tantos outros, conhecem-se umas pequenas ilhas linguísticas que não pertencem ao grande grupo dos Bantu, tais como: Khoi, San, Hotentonte, Maasai, luo, Hata, Iraqw, sandawe.

Na classificação das línguas Bantu, Guthrie (1967:17) *apud* Ngunga (2004), apresenta-nos uma classificação geográfico-genealógica das línguas em que se agrupam 15 zonas codificadas por letras maiúsculas: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, P, R, S.

As zonas, por seu turno, têm uma divisão interna em grupos de línguas que se estabelece com base nos critérios de proximidade/distanciamento linguístico e geográfico que reflecte um certo grau de proximidade de genealogia. Assim, cada um dos grupos tem uma codificação por número em dezena que se sufixa à letra do respectivo código da zona.

Com base na classificação de Guthrie (1967), as línguas Bantu de Angola pertencem aos grupos e às zonas que se seguem:

Zona H: grupo Kikongo (H 10), grupo Kimbundu (H 20)

Zona K: grupo Cokwe-Lucazi (k 10), grupo Lozi (K 20)

Zona L: grupo Lunda (L 10)

Zona R: grupo Umbundu (R 10), grupo Ndogo (R 20), grupo Herero (R 30)

De modo genérico, Obenga (1985) e Ngunga (2004) apresentam as principais características que distinguem as línguas Bantu das demais no universo linguístico global, que passamos a sintetizar:

Os indicadores de género devem ser prefixos, através dos quais os nomes podem ser distribuídos em classes em que o número varia, em geral, entre 10 a 20;

As classes estão associadas regularmente em pares que opõem o singular ao plural de cada género;

Existem também géneros de uma só classe, em que não se verifica a oposição singular/plural e o prefixo de classe pode ser idêntico ou não a um dos prefixos (seja singular, seja plural) de um dos géneros de duas classes;

Outras vezes a oposição pode ser tripartida, em que se verifica além da distinção do singular do plural, também se faz a distinção de dois números e do colectivo;

Se uma palavra tem um prefixo independente (PI), prefixo nominal, como indicador de classe, toda a palavra a ela subordinada deve concordar com ela por meio de um prefixo dependente (PD), prefixo de concordância;

Não há correlação entre o género e a noção sexual ou qualquer outra categoria semântica definida;

Normalmente as línguas bantu apresentam um vocabulário comum, a partir do qual se formulou uma hipótese da existência do proto-bantu;

Apresentam um conjunto de radicais (RAD) invariáveis cuja maior parte de palavras se forma por processo de aglutinação de afixos, com os traços que se seguem:

Estrutura de base do tipo- CVC, geralmente sílaba aberta (Ataque +núcleo);

Juntando-se-lhes sufixos gramaticais formam-se bases verbais (BV);

Juntando-se-lhes sufixos lexicais formam-se temas nominais (TN);

Quando um tema nominal tem um género de duas classes, os fonemas e o padrão tonal do tema são idênticos nas duas classes;

Os radicais aparecem sem afixos;

Inexistência de artigos;

Apresentam um sistema vocálico simples e simétrico, ou seja, tem uma vogal central (a) e um número de vogais anteriores (e) e (i), bem como vogais posteriores (o), (u);

Têm um sistema consonântico com pré-nasais, ou melhor, consoantes orais precedidas de consoantes nasais, que formam grupos indivisíveis.

As línguas bantu utilizam os tons, com a sua utilização distingue-se a variação de altura no interior de um mesmo lexema, opondo-se duas unidades lexicais que tenham sentidos distintos, mas que apresentem contexto fonético idêntico.

2.1.3. Língua materna

Em espaços plurilingues torna-se mais difícil fazer uma distinção sem reservas acerca do conceito de língua materna, a julgar pela realidade de Angola, onde encontramos uma diversidade linguística enorme, e onde, nalguns casos, coexistem muitas línguas no meio familiar.

Weinreich (1974), a propósito de língua materna, considera que é vista com frequência uma associação directa língua materna à língua dominante, e aponta alguns factores que para si se devem levar em consideração na determinação daquilo que seria língua dominante: o meio de emprego da língua (podendo ser oral ou escrito), a ordem de aquisição e a idade, a utilidade para a comunicação, o envolvimento emocional, o papel da língua na promoção social e o valor literário-cultural das línguas envolvidas.

Cristal (1997:) aponta que *“in many of the more multilingual communities in the world, it is not even easy to answer the simple question, what is your mother tongue?”*. No caso de Angola, talvez não se coloque essa dificuldade por parte de um falante distinguir ou reconhecer com facilidade o que considera como sua língua materna, por existir uma tendência, pelo que nos parece natural, ou um conhecimento implícito de que a língua

materna é a língua falada pelos pais, mesmo que o filho não a fale, sobrepondo-se os sentidos de pertença e afectividade.

Ançã (2003:62) aponta um conjunto de critérios que podem ajudar na definição de língua materna:

Afectivo: língua dos pais (falada pelo menos por um destes, sobretudo falada pela mãe);

Ideológico: língua falada pela maioria da população de um país onde se nasceu ou cresceu;

Pertença: língua em que o falante tem sentimentos de posse mais e com a qual se identifica;

Primazia: a língua que se aprende primeiro, fala-se primeiro e compreende-se primeiro;

Domínio: a língua cujo domínio é melhor, no seu uso o sujeito sente-se mais à vontade.

O conjunto de critérios já avançados para a definição de uma língua materna não são os únicos a considerar no universo linguístico, no caso de Angola, por se tratar de uma nação multilingue, na qual nenhuma das línguas de origem africana é dominante, torna-se cada vez mais complexa a sua definição tendo em conta que o português herdado da colonização e com estatuto de língua oficial, assume o papel dominante. Como nos referimos em Naege (2015:27):

“Lato sensu, a língua materna é sinónimo de língua primeira, por ser aquela que o indivíduo aprende desde à nascença, passando a ser a língua com a qual identifica a sua comunidade de inserção primária. Em Angola e noutros países africanos, onde há semelhanças em termos de realidades linguísticas, não raro é considerar a língua materna como a

língua da mãe ou dos pais, podendo o indivíduo não falar esta língua, mas identifica-se com ela, assume ser essa a sua língua materna, pelo facto de muitas vezes, o conceito língua materna estar associado à origem etnolinguística do indivíduo”.

Guerra Marques (1983:209) refere que:

“o domínio da língua materna dá-se fundamentalmente por aquisição, isto é, por um processo natural e social, através da convivência com as pessoas que falam esta língua e da vivência da realidade social e da cultura a que esta língua pertence, e da qual é veículo (...).”

Altenhofen (2002) considera que o conceito língua materna pode variar de um grupo de falantes para outro por o considerar que não é estático, e define o que é para si a língua materna nos seguintes termos:

“é um conceito dinâmico que varia conforme um conjunto de traços relevantes, válidos para um determinado momento da vida do falante, os quais englobam: a primeira língua aprendida pelo falante, em alguns casos, simultaneamente com outra língua, com a qual compartilha usos e funções específicas, apresentando-se, porém, geralmente como língua dominante, e fortemente identificada com a língua da mãe e do pai, e, por isso, provida de um valor afectivo próprio” (2002:154).

Através da língua materna inicia-se o processo de socialização, o ser humano começa a interpretar e compreender o meio que o rodeia e faz com que o indivíduo se identifique com a sua cultura.

Deve ressaltar-se o facto de a aprendizagem ou a aquisição formal dar-se em estágios mais tardios e sem a aparente pressão e muitos mecanismos condicionados como acontece com todo e qualquer processo de aprendizagem.

2.1.4. Língua segunda

A definição de língua segunda pode não ser consensual, sendo que, geralmente, a designação língua segunda é atribuída à língua cuja aquisição se sucede à língua primeira. Há alguns pontos em comum entre a língua segunda e a língua estrangeira, afastando-se ambas apenas pelo facto de a estrangeira ser aprendida em espaços não nativos.

Na visão de Crispim (1991), uma língua segunda é a primeira língua estrangeira que um indivíduo aprende após aquisição de uma língua primeira, isso motivado por factores vários. Quanto à sua aprendizagem aduz o seguinte:

“Ao iniciar a aprendizagem de uma língua segunda começa-se um processo de apropriação de um código, adquire-se sobre uma língua que, inicialmente, é estrangeira, o direito e a autoridade de intervenção e modificação; vai-se submetê-las às próprias necessidades de expressão de cada um, cria-se, no seu corpo, uma variedade tão legítima como qualquer outra (...).” (1991:16).

Em relação à definição, Grosso (2004:32) assevera:

“Numa sociedade marcada fundamentalmente pelo multilinguismo e por falantes plurilingues, é difícil demarcar fronteiras estanques entre língua materna e língua não materna; as pontes entre língua materna e língua não materna são o resultado de uma realidade híbrida dificilmente etiquetada, veja como exemplo, em contexto multilingue, o falante que sofre dois processos de socialização, a língua da socialização primária, no domínio privado, ao longo da infância, e a língua da socialização secundária que decorre em todos os outros domínios”.

De acordo com Ançã (1999) uma língua segunda “é de natureza não materna que se reconhece como uma língua oficial em países bilingues ou plurilingues, ou ainda, com certos privilégios, em comunidades multilingues”.

A língua segunda na definição de Leiria (2005) pode ser considerada “*uma língua não nativa dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida*”. Sendo língua oficial na maior parte dos casos em que é língua segunda, e por excelência de escolarização e de comunicação com o exterior.

Ressalte-se que, a língua segunda pode ser aprendida à semelhança da língua materna em contexto não formal, ou seja, sem a intervenção da escola, pelo simples processo de imersão a que estão sujeitos os falantes. Em termos de nuance a língua segunda distingue-se da estrangeira em função de estatuto que cada uma delas vai tendo em diferentes contextos em consideração.

2.1.5. Interferência linguística

O contacto de línguas gera, em si mesmo, um fenómeno que a linguística histórica denomina de interferência, como é óbvio, o contacto secular havido entre os portugueses (potência colonizadora na altura) e os angolanos (colonizados), pôs em contacto duas culturas e línguas diferentes, num lado o português e no outro diversas línguas de Angola, maioritariamente bantu.

Xavier e Mateus (1990:) definem a interferência linguística do seguinte modo:

“A interferência linguística manifesta-se quer em situações de bilinguismo quer em situações de aprendizagem. No primeiro caso, há interferência quando um sujeito bilingue utiliza, numa das línguas de que é falante, uma forma ou um traço próprio da outra língua. No segundo caso, a interferência consiste na modificação de aspectos da estrutura da língua adquirida por influência da língua nativa”.

Em ambos os casos que as autoras referem, a interferência pode ser entendida como uma transferência irregular, errada ou negativa de uma regra de uma língua para outra, podendo ser da língua materna para a segunda ou de segunda para a materna. Garmadi (1983:141) afirma que: “*o problema para os locutores é o de se submeterem a*

normas diferentes em contextos diferentes, o que vai invariavelmente ter como resultado a interferência das normas de um sistema nas de outro sistema”.

Formalmente o português é língua segunda para a maioria de angolanos, a sua aquisição faz-se na escola, embora a escola não seja o único meio em que os angolanos contactam pela primeira vez com o português, a julgar pelo seu estatuto de língua oficial (escolarização, administração pública e contacto com o exterior). Adquirindo-se o português como segunda língua, há interferências das línguas angolanas no português sob diferentes prismas. Assumindo-se que todo o pensamento de um indivíduo que aprende uma segunda língua, é elaborado na língua primeira, é inevitável o fenómeno de interferência, podendo manifestar-se aos níveis lexical, morfossintáctico, fonético, entre outros.

2.1.5.1. Nível lexical

Ao nível lexical, fruto de contactos entre o português e as línguas de Angola (bantu e outras) houve um grande empréstimo de palavras de línguas nativas de Angola para o português. Sublinhe-se que dada a sua plasticidade, o nível lexical em termos de interferência tem sido o mais permeável por ser um campo aberto, mutável e infinito.

Mingas (1998:17-25) elenca um conjunto de palavras originais de línguas bantu de Angola introduzidas no português:

Língua Kimbundu

Mbombo “mandioca fermentada”- bombo

Jinguba “ameindoim”-ginguba

Maka “assuntos, temas, problemas”-maka

Funji “prato tradicional”- funge

Kizaka “esparregado”- quisaca

Makulu “hemorroidas”- maculo

Mufete “prato tradicional”- mufete

Língua Umbundu

Olombi “prato tradicional”- lombi

Ocisangwa “bebida tradicional”-quiçângua

Língua iwoyo (variante de kikongo)

Maambu “, temas, problemas, questões”- mambo

Mwamba “molho de polpa de dendém”- muamba

2.1.5.2. Nível fonético

Ao nível fonético também são perceptíveis as interferências que resultam do contacto entre as línguas africanas de Angola com o português. Limitámo-nos a descrever os casos mais frequentes e já atestados em vários estudos que se referem ao português de Angola.

Substituição de fricativa **laminoalveolar** surda [s] por fricativa laminoalveolar vozeada [z]

Há tendência de o falante de uma língua bantu (Kimbundu, Kikongo, Umbundu, Cokwe), pronunciar o som intervocálico [s] equivalente a [z] em português, produzindo-o como consoante não vozeada, pelo facto de nas línguas africanas de Angola (Bantu), o [s] intervocálico ter valor fonético de [s], (cf. Guerra Marques, 1983:217):

Kimbundu: kutundisa (fazer cair)

Kikongo: bwisa (fazer cair)

Umbundu: usenge (mato)

Cokwe: kulongesa (ensinar, educar)

A inexistência de verdadeiros ditongos em línguas africanas de Angola faz com que se assista à monotongação dos ditongos portugueses (cf. Marques, 1983):

Dei [dɛyi]

Boi [bɔyi]

Mau [mawɔ]

Louro [kru]

Pouco [pɔku]

Tio [tiyu]

Há uma tendência de introdução de vogais epentéticas

Apto [apɛtu]

Club [kulube]

Ritmo [ritimu]

Perspectiva [perispetiva]

Substituição da lateral dorsopalatal [ʎ] pela lateral laminoalveolar dorsovelar [ʎ]+[y] aproximante (semivogal) dorsopalatal

Olho [ɔlyu]

Velho [vɛlyu]

Milho [milyu]

Substituição da vibrante dorso-uvular múltipla [R] pela vibrante laminoalveolar simples [r]

A produção do som [R] da vibrante múltipla é dificultada pela inexistência na maior parte das línguas africanas de Angola de um som correspondente, exceptuando os casos das línguas herero e Lunda ou Ruund²

Arroz [arɔ̃]

Arrumar [arumar]

2.1.5.3. Nível semântico

Ao nível semântico há casos em que nas línguas africanas de Angola não se faz a distinção entre o significado de uma forma verbal da outra, isso faz com que não se observem as restrições relacionais, carregando significados semelhantes para a língua portuguesa.

PA: A mulher do José **nasceu** um rapaz.

PE: A mulher do José **deu à luz** um rapaz.

PA: A Manuela **banha** sempre às manhãs antes de ir ao serviço.

PE: A Manuela sempre **toma banho** às manhãs antes de ir ao serviço.

PA: **Ouve-se** o cheiro por tudo que é canto.

PE: **Sente-se** o cheiro por tudo que é canto.

² Línguas das zonas L e R, e grupos (10) e (30) respectivamente, segundo a classificação de Guthrie (1967). A língua Lunda ou Ruund é uma língua transfronteiriça, falada em Angola nas Províncias das Lundas, Moxico e nas Repúblicas Democrática do Congo e da Zâmbia.

2.1.5.4. Nível morfossintático

Ao nível morfossintático vários fenómenos de interferência de línguas africanas de Angola no português podem ser apontados, mas não sendo o cerne do nosso trabalho, limitamo-nos a seleccionar alguns exemplos, que nos parecem ser relevantes, para confirmar os desvios dados em língua portuguesa por causa do contacto com aquilo a que Inverno (2004) chama de substrato (línguas bantu).

Mateus *et al* (2003:330) referindo-se aos mecanismos de concordância, postula que: *“no sintagma nominal, os valores de género e número do nome determinam a concordância de determinantes e quantificadores e ainda dos sintagmas adjectivais e dos apostos”*.

2.1.5.5. Concordância em número

PA: Os programa do Partido são bons para os angolanos.³

PE: Os programas do Partido são bons para os angolanos.

PA: ... e as mamã conhecem onde vão votar.

PE: ... e as mães conhecem onde vão votar.

PA: dia 31 que os angolano reflectam muito.

PE: dia 31 que os angolanos reflectam muito.

Kimbundu:⁴

³ Exemplos extraídos do corpus de tratamento morfossintático de expressões e estruturas fráscas do português em Angola-Divergências em relação à norma Europeia, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, p.169, Universidade de Évora, 2014, de Paulino Adriano.

Singular (nguma)- inimigo

Plural (jinguma)- inimigos

Kikongo:

Singular (salu)- trabalho

Plural (bisalu)- trabalhos

Umbundu:

Singular (uti)- árvore

Plural (oviti)- árvores

Cokwe:

Singular (mwana)- criança

Plural (ana)- crianças

Nos exemplos acima, constata-se que não existe concordância entre o determinante artigo e o sintagma nominal sujeito no português de Angola. As razões que explicam esta falta de concordância devem-se à interferência de estruturas das línguas bantu na língua portuguesa, por que a flexão que indica o número, no caso concreto, e género nas línguas bantu é feita com prefixos e não com desinências como sucede em português.

⁴Exemplos extraídos de Irene Guerra Marques (1983), “Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola” in: Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo (actas vol. 1, 2ª ed. p.205-224), Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Inverno afirma (2004) a respeito de influência das línguas africanas de Angola no português:

“(...) Dois factos parecem corroborar a hipótese de a estrutura sincrónica do PVA resultar de um processo de mudança de língua, por um lado, o facto de este processo ter sido iniciado pela população angolana, parcialmente bilingue em português e nas línguas banto, e não pelos falantes nativos de português. Por outro lado, o facto de o PVA revelar influência de substrato (línguas banto) e a ausência de características marcadas da língua alvo (português). A manutenção das línguas banto como línguas maternas da maior parte da população angolana parece indicar que este processo está ainda muito longe do seu término, sendo por isso difícil prever os resultados linguísticos finais do mesmo. Contudo, é no presente já possível identificar alguns dos traços linguísticos que distinguem o PVA do PE (...)” (2004:4).

Ressalte-se que fruto de interferências de línguas africanas de Angola no português, com as quais o português contacta há séculos, mas, sobretudo hodiernamente que há, digamos, uma massificação no seu uso com a explosão demográfica e estudantil, por ser uma língua de enorme prestígio e ter um estatuto oficializado perante as outras línguas de Angola, que têm a função simplesmente de comunicação mais restrita, o português em Angola vai tomando feições próprias que o distinguirão sempre do português padrão europeu que as escolas angolanas procuram impingir nos seus alunos.

2.1.6. Da linguagem à língua

Não tem sido fácil desconstruir, no âmbito de terminologia linguística, os termos linguagem e língua, provocando nalguns casos interpretações confusas, dado que alguns estudiosos em linguística usam de modo indiferente os mesmos termos.

A linguagem é uma capacidade humana congénita que possibilita a comunicação entre humanos, é também uma das características que distingue os seres humanos de outros seres quando materializada em língua, ou seja, apesar de se afirmar que os seres vivos, independentemente de cada espécie, todos têm de certa forma a sua linguagem e com base nessa estabelecem a comunicação entre si, é comum associar-se à linguagem humana ao processo evolutivo mais complexo quando se faz a comparação com outras formas de linguagem de outros seres. Quer dizer, a linguagem humana que se materializa na língua (linguagem verbal) é a que mais atenção chama e constitui em primeira linha objecto primordial da linguística.

Para Kristeva (1969), se a linguagem é a matéria do pensamento, ela é também um elemento próprio da comunicação em sociedade, considera que não há sociedade sem linguagem, e não pode haver sociedade sem comunicação, dito de outro modo, as trocas sociais que têm lugar na comunicação produzem-se com base na linguagem. A autora sublinha que a linguagem congrega concomitantemente a função de produzir o pensamento e a de comunicar, não podendo existir uma sem outra, por que o homem fala e é um “animal social”.

Deste modo, Kristeva (1969:19) define a linguagem como sendo: *“um processo de comunicação de uma mensagem entre dois sujeitos falantes, pelo menos, sendo um o destinador ou emissor, e o outro, o destinatário ou o receptor”*. Ao passo que a língua é:

“a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo indivíduo falante e parece obedecer às leis do contrato social que é reconhecido por todos os membros da comunidade (...) da linguagem a língua retém apenas um sistema de signos em que o essencial é só a união do sentido e da imagem acústica” (Kristeva, 1969:21).

Carvalho (1983:28) define a linguagem do seguinte modo:

“Definiremos assim linguagem como uma actividade simultaneamente cognoscitiva e manifestativa, realizada pela utilização de um sistema de duplos sinais (...) designados pelo nome de signos, que se apresentam fisicamente como objectos sonoros produzidos pelo aparelho fonador do homem”.

Segundo Carvalho (*op. cit*), a linguagem é também uma forma de pensar e de manifestar, através dos sistemas de sinais internos de que o ser cognoscente usa, isto é, os conceitos, o mesmo os exterioriza com a finalidade de manifestar a intercomunicação, isto seria difícil sem a existência de tais instrumentos materiais que são as palavras. Ou seja, a comunicação e a exteriorização, para Carvalho, são funções fundamentais da linguagem.

Na tentativa de estabelecer as nuances entre a linguagem como faculdade humana da linguagem “*lato senso*”, Martinet (1991:12) assevera que: “(...) *na fala corrente, «linguagem» designa propriamente a faculdade de que os homens dispõem para se compreenderem por meio de signos vocais (...)*”. Quer dizer que Martinet faz uma restrição terminológica da linguagem no âmbito linguístico, sendo que podemos defini-la também como um conjunto de signos ou sinais de que os seres vivos (homens, animais) se servem para estabelecer a comunicação entre si.

Dada a sua complexidade, Martinet (1991) situa a linguagem entre as instituições humanas, pelo facto de a linguagem estar ao serviço da sociedade, ou seja, por ser uma ferramenta que permite o estabelecimento de comunicação, não sendo esta a única função, mas a essencial, as instituições sociais e humanas edificam interligações de forma diferenciada, mas graças aos serviços que a linguagem presta à comunidade.

Quanto à língua, em certa medida, a sua conceptualização suscita poucas dúvidas, talvez por estar sempre associada a um material mais concreto mesmo não sendo palpável, mas articulável. Quando se fala da língua vem à mente de quem ouve a noção de Português, Inglês, Umbundu, Cokwe ou Kimbundu. Segundo Saussure (1916), uma língua é um sistema de signos distintos que corresponde a ideias distintas.

Para Carrol (1973:22), a língua é:

“um sistema estruturado de sons vocais e sequências de sons que é usado, ou pode ser usado, na comunicação interpessoal por um agregado de seres humanos e que, de maneira bastante exaustiva, cataloga coisas, eventos, e processos no ambiente humano (...).”

Câmara Júnior (1979:7) refere que não tem sido fácil para o linguista fazer a conceptualização da língua, mas o homem comum não encontra dificuldades em conceptualizá-la, fazendo-o de maneira intuitiva e pouco reflectida. Para o autor a língua: *“ficando sendo, como unidade, uma estrutura ideal, que apresenta em si os traços básicos comuns a todas as suas variedades. É a variante abstrata e virtual, sobreposta a um mosaico de variantes concretas e atuais”*

Martinet (1991:24), na sua formulação, entende que:

“uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fónica_os monemas; esta expressão fónica articula-se por sua vez em unidades distintivas e sucessivas_os fonemas_, de número fixo em cada língua e cuja natureza e relações mútuas também diferem de língua para língua”.

Segundo a visão de Santos (2011:29), a língua é:

“um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos, (...) de uma comunidade linguística. (...) é o meio pelo qual essa comunidade concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Por isso mesmo, a língua não pode ser imutável, mas pelo contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo que a criou é um fenómeno social e cultural (...) a língua é também um facto histórico,

(...) é a expressão de indivíduos que vivem em sociedades diversificadas social, cultural e geograficamente”.

O rol de bases nocionais em relação à língua é inesgotável, todavia, destas que escolhemos, ressaltam-se os pontos de contacto entre si, sendo que, em parte, os autores têm a língua como um instrumento de comunicação na e para a comunidade, rotula eventos e processos próprios dos humanos, e ela não permanece estática, mas sim, passível de mudanças por ser um fenómeno particularmente social.

Mounin (1968) considera a língua ou as línguas naturais como que constituindo um sistema de comunicação, contudo, isso não se deve à função de comunicação em si mesma, porque para ele, numa mensagem que a língua veicula, naturalmente produzida por um loquente, tudo não se vai reduzir à função de comunicação, podendo estarem implicadas outras informações que o locutor não tencionava comunicar.

A língua é o sistema de signos que dá corpo à linguagem humana, possibilitando a comunicação entre os seres humanos que partilham hábitos e costumes diversos na comunidade. Desde os primórdios da humanidade que a função da língua é insubstituível, essencialmente comunicar e não só, pois todas as comunidades humanas só se lhes reconhece esse estatuto por intermédio da língua diferenciando-se das demais.

2.1.7.1. Algumas funções da língua

2.1.7.1.1. Comunicativa

As funções de uma língua em qualquer comunidade em que se faça a tal consideração variam de um ponto de vista para outro. Queremos com isso dizer que já é por demais conhecida uma das funções primaciais da língua na sociedade_ a comunicação. O que é então comunicação? De acordo com Carvalho (1983), comunicar é referir-se a duas realidades que não se separam, complementam-se e distintas. Nos sentidos que o autor avança, destaca-se a acção de comunicar como sendo: “tornar comum”, “pôr em comum”, quer dizer, “dar ao outro alguma coisa que não deixa de ser minha”, noutro

sentido, comunicar pode também significar “estabelecer comunidade”. Correntemente a acepção de comunicar está ligada ao significado de “transmitir, dar ao outro, transferir para a posse de outro aquilo que desde agora passa a ser comum”, é neste sentido em que os homens vêem a comunicação como um acto de reciprocidade, representando uma condição e resultado da comunicação.

Referindo-se à função de uma língua, Marçalo (1992:108) constata que:

“Não negando a existência de outras funções, constatámos que a comunicação é a função essencial das línguas, função essa que dever ser permanentemente considerada em todos os domínios da análise linguística, logo também no que respeita à evolução”.

A função de assegurar a intercompreensão entre os falantes não é a única que a língua tem numa comunidade, mas é, sem dúvidas, a primacial como já o dissemos, essa função está associada também ao processo de mutabilidade que se assiste em todas as línguas naturais, quer dizer que as línguas naturais não são estáticas, evoluem por que se vão adaptando às necessidades comunicativas da sociedade que as utiliza.

Nzau (2011:92), ao debruçar-se sobre uma das funções das línguas, e no caso concreto da de português em Angola, afirma:

“(...) o português é, no quadro linguístico angolano, a língua que mais transporta o espírito de proximidade entre as populações, podendo contribuir na redução de tensões sociais entre elas; é dos únicos elementos culturais de identidade nacional capaz de fazer com que as populações das diferentes etnias se possam sentir como pertencentes a uma “super-estrutura”(nação-angolana), mesmo que isso não seja à custa da anulação das microestruturas de base étnica”

Reconhecendo-se como função basilar de uma língua a comunicação, o português em Angola, além de desempenhar esta função, ele é adjuvante no que respeita à criação

de pressupostos para a unidade nacional entre as diversas nações que constituem hoje o mosaico etnolinguístico do País, passando a funcionar como uma verdadeira ponte na nacionalização de culturas e hábitos de diferentes regiões, fazendo-se esse processo em língua portuguesa, nasce o espírito de pertença e, de forma espontânea, vai encarando-se o português como uma língua nacional de origem europeia.

Mounin (*op.cit*) considera que das várias conquistas que se observa em linguística na actualidade, pode destacar-se a apreensão e descrição cuidadosa das diferentes funções da linguagem, reconhece que primeiramente, e de modo imediato, a função de uma língua é a de comunicação inter-humana. O teórico assevera que, seja qual for a realidade linguística, é aceitável que toda a gente esteja de acordo num ponto, sendo que a função de comunicação é primeira, original, primordial e todas as outras são aspectos ou modalidades daquela.

2.1.7.2. Identitária

Sendo a língua um bem comum de todos, por vezes, ela é também determinante cultural e de território de seu falante, logo nos dá a noção de identidade social, cultural e geográfica do seu loquente. A língua é, em si mesma, um instrumento muito importante para a afirmação e manutenção de identidade dos seus falantes, no caso do português em Angola, que nos primórdios da construção deste País como estado independente era visto como uma língua estrangeira, nos dias que correm ele (português) já faz parte, sem medo de errar, da identidade dos angolanos que o têm como língua oficial (ou segunda) e alguns como língua materna, fruto da sua nativização espontânea e do seu grande prestígio no leque das línguas faladas no País. Dada a diversidade linguística e cultural de Angola, o português tem conseguido servir de elemento indispensável para conciliação de diferentes culturas e identidades, fundindo-as em identidade cultural e linguística de Angola, sem com isso pôr de parte a relevância que as línguas africanas de Angola apresentam.

É bem verdade que, em Angola os falantes de diversas línguas locais (línguas africanas de Angola) identificam-se primeiramente com estas e não com o português

como que pertencendo à sua cultura e símbolo do seu património histórico-social, a razão de ser é muito clara, por que a identidade de um grupo de pessoas constitui-se de todos os pontos que as diferencia de outras pessoas, curiosamente, a identidade linguística é a mais distinta, inabalável e insubstituível, deste modo, é concludente que, além de ser um instrumento de comunicação, a língua transporta legados sociais (valores de cultura, sentimentos de um povo, normas de um grupo social), facto visível nas sociedades plurilingues como a de Angola, em que há muitos grupos etnolinguísticos, e os mesmos se distinguem por meio de línguas.

Acreditamos que a língua é o património mais valioso de qualquer grupo social ou povo, por que podem perder-se vários outros elementos culturais, sociais, valores_ sem com isso se perder a nossa identidade cultural, mas perdendo-se a língua, incorre-se num grande risco de se perder a nossa identidade cultural e linguística, pois as línguas são intrínsecas ao património de um povo.

Cabral (2005:26) elenca na sua óptica algumas razões que fizeram com que o português continuasse como a língua oficial de Angola, após a independência:

“(...) a opção por uma estrutura comunicativa voltada para a modernidade pode também ter justificado a adopção do português como, que seria igualmente justificada pela necessidade de garantir o funcionamento das instituições sociais, económicas e políticas do estado recém-instituído. Outra justificação é que o português permite a integração no sistema nacional os diferentes grupos etnolinguísticos, que introduzem barreiras à comunicação entre zonas de línguas diferentes (...) prevaleceu a ideia de sobrepor uma língua exógena a todas as línguas endógenas, com a justificação de que o português permite mais facilmente, a coesão interna do Estado e a integração do País no sistema económico e geo-estratégico internacional (...). Este privilégio face às línguas endógenas decorre do facto de estas línguas não terem, mercê de condicionalismos sócio-políticos e histórico, não

só nenhum dos requisitos já referidos, mas também a dimensão pluri-cultural e pluri-continental do Português (...).”

Não nos devemos esquecer de que a língua tem carácter social e cultural, a própria unidade nacional de um País não pode dar-se sem a existência de língua, o exemplo paradigmático é o de Angola em que apesar de existirem muitas línguas africanas (locais, também chamadas nacionais) o português funciona como uma língua de unidade nacional, não é por acaso que após a independência nacional, o português, digamos que, foi reconduzido nas suas funções para continuar a ser a língua oficial de Angola, por servir nalguns casos de língua neutra (língua de colonizador) e não pertencer a nenhum grupo etnolinguístico autóctone, evitando-se casos que pudessem gerar incompreensões e supremacias de um grupo etnolinguístico face aos outros, ou ainda por razões económicas óbvias.

2.7.3. Bilinguismo

Angola é um dos países africanos que apresenta uma grande diversidade etnolinguística, facto que o coloca como um estado multilingue em que nenhuma das suas línguas (africanas ou autóctones) tem o estatuto de língua verdadeiramente dominante⁵. Por conta dessa diversidade etnolinguística, podemos considerar que ao nível individual cada angolano apresenta-se como bilingue, ao passo que socialmente assiste-se a uma situação plurilingue.

Actualmente se torna difícil descrever uma comunidade como sendo bilingue, por que não se consegue contabilizar se todos os seus membros o são, ou seja, são bilingues, razão por que essencialmente se descrevem as sociedades como plurilingues. Trata-se de bilinguismo quando há situação linguística em que duas línguas coexistem na

⁵ Maurice Houis (1976:386-397), “O Problema da escolha das línguas em África”, perspectivas. IV (-3). Na sua classificação que faz dos estados africanos quanto à situação linguística, Angola enquadra-se dentro dos estados multilingues sem língua dominante. Neste caso, sendo português língua veicular (oficial) é a língua que se pode considerar dominante.

mesma comunidade ou são dominadas pelo mesmo indivíduo (cf. Xavier e Mateus, 1991:63). Se tivermos em conta a definição dada pelas autoras, podemos distinguir bilinguismo individual de bilinguismo social, ou seja, da comunidade onde o sujeito falante está inserido.

O bilinguismo é individual quando uma pessoa tem o domínio de duas línguas, ao passo que o bilinguismo social se manifesta quando uma dada comunidade faz o uso de duas línguas para a sua comunicação. Não tendo uma definição única, o bilingue pode ser também considerado como a pessoa que domina, de forma clara, duas línguas; outrossim bilingue é a pessoa que consegue compreender, falar, ler e escrever numa língua distinta da sua língua materna.

Sim-Sim (1998), ao debruçar-se sobre o bilinguismo e língua segunda, refere que bilinguismo é a situação em que um sujeito fica exposto a duas ou mais línguas no percurso da sua infância, chegando ao ponto de as adquirir e usá-las ambas com fluência. Para a autora dificilmente se dá a situação de bilinguismo perfeito, admite, contudo, haver maioritariamente um domínio preferencial de uma língua sobre a outra. Distingue dois tipos de bilinguismo: de raiz e compósito.

No bilinguismo de raiz a criança é exposta e adquire simultaneamente as duas línguas, os passos do seu desenvolvimento são simétricos ao do falante monolíngue, isso não significa dizer que o domínio das duas línguas se verifique de modo quantitativo e qualitativo semelhante, neste sentido, a mestria ou sucesso neste bilinguismo reside na consistência do uso das duas línguas no ambiente em que ocorre a socialização primária (a família, escola) e a separação das duas línguas (sua associação a sujeitos específicos que as falam).

No bilinguismo compósito a aprendizagem das duas línguas é sucessiva, quer dizer a aquisição da língua segunda dá-se com a base da língua primeira já formatada (estruturas de base), o sucesso de aquisição da segunda língua reside em factores como a atitude, a motivação criada pela necessidade e a identificação com os falantes.

O bilinguismo compósito tem três etapas para o seu desenvolvimento, como assevera Sim-Sim (1998:275):

“a primeira é caracterizada pelo estabelecimento de relações sociais em que a interacção é mais importante do que a comunicação da informação (...) cuja função é a mera socialização. Na segunda etapa, a criança tenta comunicar a informação fixando-se no essencial e fazendo uso de todas as unidades do discurso que conhece. Finalmente, à medida que amadurece, vai-se concentrando na elaboração formal do discurso (terceira etapa)”.

Lyons (1981) admite, desde do ponto de vista teórico, a possibilidade de existir um bilinguismo perfeito, em que o indivíduo tem uma “*competência total*” em duas línguas, competência que se equivale àquela a que um falante nativo monolíngue apresenta. Se é que existe o bilinguismo perfeito é raro, por que as pessoas nunca conseguem usar uma língua até chegar ao ponto de poderem adquirir completamente a competência exigida. Portanto, não é descomunal o indivíduo aproximar-se de bilinguismo perfeito, podendo ser competente em ambas as línguas ao mesmo tempo na infância ou algum tempo depois. Se o bilinguismo não é perfeito uma língua será, obviamente, dominante e a outra subordinada. Para nós, o bilinguismo é a situação em que o sujeito falante se apropria de duas línguas para se comunicar em contextos que esta habilidade é exigida, uma vez que não pomos em causa o grau de diferenciação que os diferentes estudiosos conferem à situação de bilinguismo (cf.Saunders 1984, Ferguson 1959, Fishman 1967, Spolsky 1998).

De acordo com Hagège (1997), o bilinguismo pode ser entendido como prática regular e não como conhecimento perfeito de duas línguas, é decerto corrente observar-se no bilingue aquilo a que se chama de competência passiva de uma delas que consiste em: “(...) *capacidade de compreender tudo o que diz um locutor, sem estar, necessariamente, em condições de falar a língua utilizada. Assim, face à competência activa, que se desenvolve tanto na emissão como na recepção, a competência passiva*

é, evidentemente, favorecida pela proximidade entre a língua assim percebida e aquela em que se é capaz de falar e compreender” (1997:224).

Fernández (1978) não acredita na existência de bilingues perfeitos, por que diante de duas línguas, o falante normalmente domina uma língua melhor do que a outra, dado que em contextos e locutores determinados preferem uma língua ao invés de outra, isso faz com que o uso e o domínio de uma e de outra não sejam plenos para ambas as línguas. O autor acha que o bilinguismo é um fenómeno somente individual e não de uma comunidade linguística. Desta feita, um indivíduo que se faz entender por falantes nativos de uma língua distinta da sua língua materna é bilingue, bem como é bilingue aquele que consegue entender uma língua mesmo que não a fale e, nestes termos, descreve o que entende por bilinguismo (1978:380):

“Para nosotros el bilinguismo es un problema de grado (seguimos en esto una larga tradición), en el que el umbral mínimo está el la comprensión (oral e escrita) de oraciones con sentido de outra lengua o de un dialecto al que se superpone outra lengua, y el umbral máximo estaria en el dominio pleno”

A questão do bilinguismo perfeito continua a ser polémica, sem querer polemizá-la ainda mais, urge dizer que o bilinguismo perfeito (bilingue perfeito) é uma situação ideal e não real, porque os falantes procuram a todo o custo chegar ao ideal, mas à medida que tentam chegar ao tal quadro vão variando.

López (1997), com uma visão diferente da de Fernández, reconhece a existência de bilinguismo individual e social. Sendo o bilinguismo individual inerente ao indivíduo e os seus condicionalismos de ordem psicológica que incidem sobre ele, e elenca algumas das suas características:

Segundo a relação entre linguagem e pensamento pode haver bilingues compostos e bilingues coordenados;

Segundo o grau de conhecimento da língua pode haver bilinguismo de infância, bilinguismo precoce simultâneo, bilinguismo precoce consecutivo, bilinguismo de adolescência, e bilinguismo de idade adulta;

Segundo as relações de status social e cultural das línguas em questão (entenda-se das duas línguas) pode produzir-se o bilinguismo aditivo e o bilinguismo subtrativo;

Segundo a relevância e a identidade culturais pode haver o bilingue bicultural e o bilingue monocultural;

Segundo o uso linguístico pode dar a existência de múltiplos factores de uso, podendo ser internos (aptidão, faixa etária) ou externos (a família, a escola, a comunidade).

Em relação ao bilinguismo social muitas condicionantes podem estar associadas à sua existência, tais como o domínio colonial (colonização), à educação, às razões económicas, ao prestígio, à política de expansão das línguas, etc.

No bilinguismo social é relevante assegurar que os falantes conseguem destringir as funções de cada uma das línguas, quer dizer uma língua pode ser usada exclusivamente em circunstâncias formais (meio social mais avançado, escola, administração pública, etc.) e a outra em situações informais. No caso de Angola, quando se observa o bilinguismo social é o português que é tomado como a língua de circunstâncias formais em detrimento das demais línguas com as quais coexiste, por ter um estatuto oficial, gozar de prestígio e já fazer parte de línguas de ciência, percurso que as demais línguas de Angola terão de fazer sem sermos pessimistas.

2.7.4. Diglossia

Inicialmente a diglossia surge na literatura linguística como sinónimo de bilinguismo e depois o conceito de bilinguismo social (Dubois, 1973). Garmadi (*op. cit.*) afirma que com o seu aparecimento tencionava-se refutar algumas ideias já cristalizadas que defendiam que o bilinguismo só abrangia duas línguas de estatuto social semelhante e

preferencialmente de prestígio, ou um fenómeno meramente individual que dependia da psicolinguística.

Ferguson (1959) admite falar-se de diglossia e opô-la ao bilinguismo uma vez que a situação diglósica junta duas variedades de “*uma única língua e mesma língua*”, mas a oposição coloca-se mediante estatutos sociais distintos. Fishman (1972) afirma que, necessariamente, as duas variantes linguísticas em presença não precisam de pertencer a uma e à mesma língua. Desta feita, numa sociedade em que se utilizam duas ou mais línguas para comunicações endógenas, a respectiva utilização acontece conforme duas orientações: há uma língua (high) elevada ou de erudição que se usa no ensino, na cultura; e uma outra língua (low) comum, coloquial que se emprega no quotidiano, ambiente familiar, casa, no meio de trabalho manual; estas duas variantes (high e low) podem ser consideradas línguas sobrepostas.

Na tentativa de aclarar a diferença que existe entre bilinguismo e diglossia, Hagège (1997:232-233) assevera o seguinte:

“o estreito parentesco genético que caracteriza os dois níveis numa situação de diglossia, não constitui o único critério que a distingue do bilinguismo. Uma outra diferença é que a totalidade da população se encontra confrontada com duas normas, não tendo assim a escolha possível de uma delas como segunda língua: apenas a norma literária é ensinada na escola e, por conseguinte, apenas a ela têm acesso, aqueles que puderam beneficiar de uma escolaridade completa. A alternância dos códigos é praticada, mas ela é apenas dominada por estes últimos: a sua formação torna-os capazes de adquirir uma consciência metalinguística, ou seja, de se distanciar em relação às próprias formas que utilizam e percebem (...) graças a uma análise elementar do discurso, que funde as passagens de uma norma à outra (...).”

De facto, quer Ferguson, quer Fishman concordam que a diglossia se manifesta através da existência de situações em que uma língua ou variante se sobrepõe à outra, embora desempenhe funções diferentes uma apresenta-se como mais prestigiosa (high) e a outra menos prestigiosa (low).

Segundo Hagège (1997), o termo diglossia aparece pela primeira vez em 1928, utilizado por Psichari, quando se debruçava sobre a situação linguística na Grécia, e foi retomado por Ferguson (1959). A diglossia dá conta da existência de duas línguas ou dois códigos linguísticos distintos em que cada um desempenha uma função definida na comunicação. Em Xavier e Mateus (1992:130), define-se assim a diglossia:

“situação linguística em que duas ou mais línguas utilizadas no mesmo terreno geográfico de modos diferentes e desempenhando papéis sociais diferentes, por exemplo, sendo uma utilizada para o ensino, religião e governação e a outra ao nível das interações familiares. Assim, por exemplo, existem variantes clássicas e coloquiais do árabe, grego moderno ou alemão suíço (...) conceito discutido por Ferguson (1959), Fishman (1965), e alargado Gumperz (1966) aos dialectos, variantes e registos linguísticos”.

Ferguson (1959) a quem é atribuída a difusão do termo diglossia, define-a do modo seguinte:

“a diglossia é uma situação linguística relativamente estável na qual, além da ou das variedades adquiridas em primeiro lugar (variedades que podem conter um padrão ou vários padrões regiões), se encontra também uma variedade sobreposta, muito divergente e altamente codificada, por vezes mais complexa ao nível gramatical, e que é a base de uma vasta literatura escrita e prestigiada. Esta variedade é geralmente adquirida por meio do sistema educativo e utilizada a maior parte das vezes na escrita ou nas situações formais do discurso. Não é,

no entanto, utilizada por nenhum grupo da comunidade na conversação corrente” (Garmadi, 1983:31).

Em situação de diglossia há sempre uma variante que se distingue como a variante (high) a prestigiada utilizada em contextos formais, tais como na escola, administração pública, que, por sinal, é a que se sobrepõe a variante (low) primeiramente adquirida, de emprego regional, aprendida nas condições normais de aquisição de uma língua materna, que se utiliza normalmente em família ou entre amigos, isto é, em condições informais. Uma das características relevantes senão mesmo a mais relevante numa situação de diglossia é o facto de cada uma das variedades (high e low) especializarem-se em cada uma das funções, ou seja, numa dada situação apenas é consentâneo fazer-se o uso da variante (high), ao passo que numa outra só serve ou convém a variante (low). Isso demonstra a importância de cada uma das variantes, não podendo subestimar-se nenhuma delas (high ou low).

2.7.5. Aprendizagem de língua segunda/língua estrangeira

A aprendizagem é um conceito que se torna muito difícil definir, até entre os psicolinguistas e os psicólogos de aprendizagem não há consensos. Bulgski (1951) apresenta-nos uma panóplia de definições que vamos procurar compreender. “chamaremos a aprendizagem” a mudanças que ocorrem no comportamento, sendo a capacidade de reagir de modo diferente a uma situação, é um comportamento que muda com o uso ou a prática.

Baseando-se, primeiro, em Hilgard (1951), assevera que a aprendizagem é sempre uma inferência, derivada de mudanças no desempenho, e não é o único factor capaz de causar essas mudanças. Desde que se concorde que a inferência para a aprendizagem é feita a partir de mudanças que resultam do adestramento e da experiência, mudanças essas que são distintas das que decorrem do crescimento. Segundo em Brogden (1951), define a aprendizagem como sendo uma aquisição ou uma mudança diferencial progressiva na proficiência do desempenho por um organismo, essa mudança no desempenho associa-se à prática. Neste caso, a

aquisição, a transferência e a retenção são mecanismos de base e indispensáveis para uma aprendizagem, sendo a aquisição o mecanismo fundamental para os outros dois (transferência e retenção).

Sim-Sim (1998) refere que a aprendizagem é o processo por meio do qual, e através da experiência ou da prática, de forma mais ou menos consciente, se instalam modificações no desempenho do sujeito, ela é contrária à aquisição. A aprendizagem envolve a consciencialização do conhecimento que se quer apreender, bem como um determinado nível de explicitação e análise de quem ensina, podendo não ser necessariamente um professor. A autora avança com uma distinção entre a aprendizagem e aquisição de uma língua nos seguintes termos:

“Embora exista uma grande interação entre aquisição e aprendizagem, de tal modo que a maioria das realizações humanas resulta da confluência destes dois tipos de processos, é possível identificar características diferentes nos produtos resultantes de cada uma das vias; os obtidos por aquisição são mais fluentes e automáticos, enquanto os resultantes da aprendizagem reflectem níveis superiores de consciencialização na apreensão do conhecimento” Sim-Sim (1998:29).

Toda e qualquer aprendizagem passa necessariamente por uma aquisição de conhecimentos que se quer apreender como a fase inicial, depois tem-se a retenção dos mesmos conhecimentos que numa fase posterior poderão ser observados quando se fizer a devida transferência dos conhecimentos para as circunstâncias concretas em que possam ser demonstrados. Daí que concordemos com a ideia de que a aprendizagem pode pressupor mecanismos de aquisição, transferência e retenção do apreendido.

Aprender uma língua segunda ou estrangeira é um exercício muito complexo, pois difere de processo de aquisição de uma língua materna que a criança faz ao longo da sua infância. Distinguimos aquisição de uma língua da aprendizagem por

considerarmos que esta última requer o envolvimento consciente e deliberado do indivíduo para a sua aquisição/aprendizagem.

Para Stern (1983), uma língua segunda difere da língua estrangeira pelo estatuto social e político que cada uma delas tem numa determinada comunidade, nestes termos, apresenta a sua diferenciação:

“The purposes of second language learning are often different from foreign language learning. Since the second language is frequently the official language of one or two or more recognized languages, it is needed for full participation in the political and economic life of nation; (...) or it may be the language needed for education. Foreign language learning is often undertaken with a variety of different purposes in mind, for example, travel abroad, communication with native speakers, reading of a foreign literature, or reading of foreign scientific and technical works” Stern (1983:16).

Stern acrescenta ainda que:

“a foreign language requires more formal instruction and other measures compensating for the lack of environmental support. By contrast, a second language is often learnt informally (picked up) because of its widespread use within the environment” (*idem, ibidem*).

As distinções avançadas pelo autor esbatem mais uma vez as noções de aprendizagem e aquisição de uma língua, ambos os processos que se dão nalguns casos de forma simultânea ou não, dependendo do contexto em que se encontra o aprendiz, pois para si, na aprendizagem de uma língua estrangeira terá de haver medidas compensatórias que colmatem e suportem a falta de um ambiente natural, dando-nos pistas de que a aprendizagem é um processo condicionado e a aquisição é mais espontânea.

A aprendizagem de uma língua é tanto quanto facilitada se o aprendente estiver convencido das reais necessidades que o movem a aprender, se os fins da sua aprendizagem forem muito práticos e indispensáveis para a sua actividade quotidiana, ou ainda constatar que a língua em questão lhe trará vantagens no acesso a outros saberes, o aprendente esmera-se, interioriza facilmente todos os processos cognitivos que o ajudem a aprender uma nova língua.

Na óptica de Andrade & Araújo e Sá (1992), a aprendizagem de uma língua não materna, ao longo dos diferentes momentos (séculos) foi variando, passando a ter uma componente basicamente “prática” nos séculos XVI e XVII, por ter estado associada a objetivos “comunicativos” ligados ao desenvolvimento socio-económico da Europa. À medida que o tempo passa as finalidades com que se aprendem as línguas não maternas vão modificando dada a dinâmica das sociedades, por exemplo, no século XIX, o carácter educativo-cultural foi preponderante para a difusão e aprendizagem das línguas, e após a segunda guerra mundial, a necessidade de unir os vários povos e países foi apontada como que a impelidora dessas aprendizagens, possibilitando a comunicação e o conseqüente desenvolvimento social. A finalizar as autoras afirmam que no século XXI, aprende-se uma língua não materna, uma vez que os séculos anteriores criaram um conjunto de condições que propiciam e demonstram que a aprendizagem de uma língua não materna para diversos fins é indispensável e ajuda na auto-afirmação social, cultural e no desenvolvimento de quem a aprende e a fale.

Para Schutz (2004), a aprendizagem de uma língua torna-se facilitada se se usarem meios autênticos e houver um elo forte entre os interesses do aprendente com o meio no qual está inserido, quer dizer que a aprendizagem de uma língua se torna mais produtiva se as actividades estiverem direccionadas para o aprendente e este for considerado como o centro das aprendizagens, ou seja, deve considerar-se o aprendente como o centro de todas as actividades, percebendo da importância que o aprendente tem, nasce nele o desejo de estar cada vez mais motivado para a realização das diferentes actividades que se lhe coloca como desafiadoras para

aquisição das habilidades propostas, lembremo-nos de que a motivação é um dos elementos-chave para todas as aprendizagens.

Estamos cientes de que a motivação joga um papel extremamente importante para a aprendizagem, embora reconheçamos também que as formas de motivação variem de contextos, mas é bem verdade que o aprendente motivado e consciente das suas aprendizagens se sente mais responsabilizado e tende a desenvolver as actividades propostas com maior eficácia e eficiência possíveis na sua aprendizagem.

Aprender uma língua deve significar saber sobre o seu funcionamento, dominar o seu vocabulário, conhecer as regras gramaticais e aplicá-las em contextos de uso, desenvolvendo assim a competência comunicativa do aprendente, ou seja, na aprendizagem de uma língua não materna, o aprendente deve ser posto em situações em que se sinta não apenas como receptor, mas também como produtor da mesma língua.

Referindo-se à competência comunicativa na aprendizagem de uma língua não materna, Bachman (1990) afirma que resulta de processos de interacção entre os que aprendem e os que ensinam uma língua e não só, considera a habilidade comunicativa de linguagem como um arcabouço, nestes termos:

“O arcabouço da habilidade comunicativa da linguagem que proponho inclui três componentes: competência linguística, competência estratégica e mecanismos psicofisiológicos. A competência linguística compreende, essencialmente, um conjunto específico de componentes de conhecimento que são utilizados na comunicação via língua. Competência estratégica é um termo que empregarei para caracterizar a capacidade mental de implementar os componentes da competência linguística no uso comunicativo e contextualizado da língua. Assim, a competência estratégica oferece os meios para relacionar as competências de língua aos aspectos do contexto de situação nos quais o uso da língua ocorre e às estruturas de conhecimento do

usuário da língua (conhecimento sociocultural e conhecimento do mundo real). Os mecanismos psicofisiológicos referem-se aos processos neurológicos e psicológicos envolvidos na execução real da língua como fenómeno físico (som, luz). As interacções desses componentes da habilidade comunicativa da linguagem com o contexto de uso da língua em situação discursiva e as estruturas de conhecimento do usuário”(1990:87).

Aliando-se a necessidade ao interesse e motivação, desperta-se no aprendente a “chama de aprender”, consegue consciencializar-se da sua própria aprendizagem, tornando-se mais autónomo e construtor de diversas situações de aprendizagem. Sendo a aprendizagem na maioria dos casos dependente da forma como se ensina, o professor ou o ensinante tem uma enorme responsabilidade na criação de condições que favoreçam uma aprendizagem mais significativa para o seu aprendente, quer dizer o fraco desempenho do aprendente de uma língua não materna pode estar associado à ineficácia de metodologias adoptadas ao longo do processo, por isso o ensinante deve munir-se de um conjunto de metodologias que lhe permitam promover aprendizagens mesmo em contextos mais complexos. As novas tendências de aprendizagem de línguas não maternas que privilegiam a abordagem mais autónoma para os aprendentes (cf. Holec,1982)⁶ defendem que é relevante o aprendente ter consciência das suas necessidades de aprendizagem, pois o ensinante ou professor por mais que se esforce não logra de forma individualizada contentar metodologicamente todos os seus aprendentes. Daí a importância de os aprendentes estarem conscientes dos objectivos, necessidades, interesses e motivação para determinarem o que desejam, isso os ajudará a suprimir as barreiras que se lhes apresentem ao longo do processo de aprendizagem que se quer produtiva. De acordo com Bizarro:

⁶ Henry Holec (1982), “Autonomie et apprentissage des langues étrangères. Paris: Hatier”. Introduziu o conceito de autonomia na aprendizagem, definindo-o como a capacidade de o aprendente se sentir responsabilizado de modo ativo pelo seu próprio processo de aprendizagem e até nas decisões que toma em qualquer área do conhecimento.

“no caso das línguas (...) poderemos sublinhar que a autonomia da aprendizagem se dá quando o aluno é capaz de participar responsabilmente no processo de aprendizagem e de colaborar na escolha dos seus objectivos, estando apto a formular os seus próprios problemas de aprendizagem e a descobrir os recursos de que necessita para satisfazer as suas necessidades de aprendizagem” (2009:143).

Debruçando-se sobre a aprendizagem, Schmeck (1988) assevera que existem estilos de aprendizagem, os mesmos estão relacionados com as preferências que os aprendentes têm ao construir o seu próprio conhecimento, passando esses estilos a ter uma ligação intrínseca com os traços ou características pessoais do aprendente. Para Oxford (2003), os estilos de aprendizagem dividem-se em várias componentes, com realce para *as preferências sensoriais, o tipo de personalidade, o grau de generalização e as diferenças biológicas*, ao afirmar:

“When left to their own devices and if not encouraged by the teacher or forced by the lesson to use a certain set of strategies, students typically use learning strategies that reflect their basic learning styles (...). However, teachers can actively help students “stretch” their learning styles by trying out some strategies that are outsider of their primary style preferences. This can happen through strategy instruction” (2003:9).

Os estilos e as estratégias de aprendizagem devem estar em consonância com as actividades que são propostas para que os aprendentes executem, podendo ser as mesmas actividades sistemáticas, várias e centrando-se no aprendente para o desenvolvimento autónomo das suas competências comunicativas. No que diz respeito às aprendizagens de línguas não maternas, é sempre aconselhável que se procure adoptar estratégias que vinculem os aprendentes aos seus reais contextos, dado que cada aprendente tem suas particularidades individuais, de modo a atendê-las, dever-

se-á sempre diversificar as actividades a que serão submetidos ao longo da aprendizagem. Por outras palavras, dizemos que a selecção diversificada de actividades a desenvolver por aprendentes ajudará a despertar diferentes interesses e responderá às necessidades e aos estímulos que cada aprendente recebe das mesmas.

Diversos factores são apontados como influenciadores na aprendizagem de línguas, sobretudo quando se trata de língua segunda ou estrangeira, os factores são apontados por diversos investigadores que constatam que num processo de aprendizagem se notam assimetrias entre os aprendentes, pois alguns aprendem com maior facilidade do que outros, não sendo o objecto primacial da nossa discussão, permitimo-nos abordar alguns, baseando-nos nas teorias apresentadas por autores como (cf.Ellis, 1985, cf. Griffiths, 2008).

Dessas observações, damos primazia à idade, ao nível de proficiência na língua materna e à motivação. Associa-se à tenra idade a aprendizagem ou aquisição rápida de uma língua, sem que a criança ou o adolescente aparente fazer um esforço hercúleo. Depois dessa fase, o cérebro perde alguma elasticidade (habilidades) e com isso a capacidade de aquisição de uma língua estrangeira não se assemelha à dos falantes nativos, como descrevem Cook (1991:110): *“usually children are thought to be better at pronunciation in particular. The claim is that an authentic accent cannot be acquired if the second language is learnt after a particular age, say the early teen”* e Griffiths (2008:109):

“adults are often quite happy to maintain as distinctive accent indeed they may do so deliberately in an effort to retain their identity. Young people, however, are often much more strongly motivated by the need to be accepted by their peer groups”.

Como se pode constatar, pelo facto de um adulto não querer perder a identidade de sua língua materna, com a qual se identifica melhor, crê também que a manutenção dos seus traços originais o distingue dos outros, ao passo que os mais jovens, talvez

por não terem ainda a sua identidade cristalizada e por razões de integração se sintam mais motivados para aprendizagem da língua.

Outro factor a ter em consideração é o nível de proficiência que o aprendente tem na sua língua materna ao adquirir uma nova língua, isso acontece, sobretudo com os aprendentes adultos, a proficiência na língua materna do aprendente de uma segunda língua pode ser preponderante na aprendizagem, dado que ao dominar relativamente bem as estruturas e os paradigmas da sua língua materna, isso pode auxiliá-lo a estabelecer as devidas nuances diante de duas línguas, estabelecendo os devidos paralelismos e contrastes das estruturas dos dois sistemas, como também nalguns casos pode dificultar ainda mais a aprendizagem. O nível de proficiência na língua materna pode beneficiar dos seguintes pressupostos avançados por González-Martinez (1999), quando explica o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira:

“a) A língua segunda segue o mesmo processo de aprendizagem que a língua materna e rege-se pelos mesmos princípios; b) a aquisição da língua segunda é determinada pelas características linguísticas da língua materna, logo a aprendizagem da segunda língua estará em função da língua materna. As estruturas da segunda língua que coincidam com as da língua materna assimilar-se-ão e dominar-se-ão facilmente; c) A aquisição da segunda língua está em função dos processos cognitivos do indivíduo, que pode construir sistemas de transição cada vez mais próximos do da língua que estuda” (1999:74).

A motivação é apontada como sendo um elemento importante na aprendizagem de língua estrangeira, a convicção com que é apresentada por muitos autores decorre do facto de ser vista como decisiva no sucesso da aprendizagem:

“motivation is important because it directly influences how often students use L2 learning strategies, how much students interact with native speakers, how much input they receive in the language being learned (...), how well they do on curriculum-related achievement tests,

how high their general proficiency level becomes, and how long they preserve and maintain L2 skills after language study is over” (Numan,1991:152).

A motivação nunca é vista dissociada da necessidade e dos reais interesses e objectivos do aprendente da língua. Rodrigues (1999) distingue dois tipos de motivação: integradora ligada ao desejo de identificação com o grupo a que pertence uma determinada língua, correspondendo, normalmente, a contextos em que a língua alvo é língua materna, cuja aprendizagem se processa nesse mesmo espaço geográfico. E a motivação instrumental decorre do desejo ou necessidade de aprender uma língua por motivos meramente curriculares, ou de melhoria das condições de vida profissional, ou mesmo promoção social.

2.7.6. Síntese do capítulo

O primeiro capítulo está precedido por uma introdução genérica que abarca formulação do Problema, Razões da Escolha do Tema, Revisão Bibliográfica, Objecto de Estudo e Delimitação do Campo de Investigação, Objectivos e Resultados Esperados.

Sendo o primeiro capítulo, apresentamos uma caracterização geográfica e sociolinguística de Angola, em que procuramos expor os principais aspectos geográficos e sociolinguísticos de Angola, realidade onde aplicamos o nosso estudo. Geograficamente apresentamos o território, sua configuração e localização, sua população e a respectiva configuração etnolinguística. O actual território angolano é habitado por diversos povos com cultura, hábitos e costumes diferentes, essa diversidade cultural é também observada na vertente linguística, correspondendo quase *grosso modo* a uma etnia uma língua.

A população angolana é maioritariamente do grupo bantu, embora existam também pequenos grupos residuais de povos não bantu. Apresentamos as principais

características das línguas bantu, referimo-nos aos conceitos de Língua Materna e Língua Segunda, dada a importância que encerram na realidade linguística analisada.

Tratando-se de um estudo em que os sujeitos inquiridos, para além do português, são loquentes de outras línguas (sobretudo as africanas de Angola), destarte, abordamos o fenómeno de interferência linguística, aos níveis lexical, fonético, semântico e morfossintáctico. Introduzimos também a reflexão sobre Linguagem e Língua, em que damos conta das principais definições e as principais distinções; no que concerne às funções da língua, destacamos função comunicativa e identitária.

Dado que o estudo decorre numa realidade sociolinguisticamente falando plurilingue, trazemos à tona o bilinguismo e a diglossia; e a fechar o capítulo, fizemos um pequeno excurso sobre a aprendizagem de línguas, destacando-se a de línguas segunda e/ ou estrangeira.

Capítulo-II. Da norma à Variação

2.8.1. Norma e Variação

O nosso estudo não persegue um prisma sociolinguístico, mas não resistimos às questões sociolinguísticas que nos vão coadjuvar a compreender os contornos do português na realidade angolana. Trazemos à reflexão o uso do conjuntivo no português de Angola, que reconhecemos que se está a distanciar da norma padrão europeia, manifestamente, aclamada e ensinada na escola angolana. Por conseguinte, a norma e a variação nos vão ocupar nesta secção e outros temas paralelos.

Em estudos linguísticos a abordagem da norma e variação sempre suscitou controvérsia e, poucas vezes conduziu a consensos, isso demonstra a sua complexidade. Na nossa reflexão em torno do conjuntivo no português de Angola, faz-se mister reflectir sobre a norma e a variação, a julgar pelos contornos que a realidade linguística angolana nos apresenta.

Então o que é afinal uma norma? No *dicionário de termos linguísticos* de Xavier e Mateus (1990:260), é:

“termo genericamente usado na linguística designando a prática-padrão do discurso oral ou escrito. Normas de diferentes grupos podem entrar em conflito e regras normativas podem ser impostas por um grupo a outro. O conjunto dessas regras é conhecido por “gramática normativa”. A linguística, em contraste com a atitude prescritiva, enfatiza a descrição dos usos e variedades linguísticas”.

A norma e a variação são indissociáveis, actuando a primeira como um elemento-força que confere a estabilidade de um sistema linguístico; ao passo que a variação actua como um elemento-força que indicia a não estagnação dos sistemas linguísticos, bem como simboliza a vivacidade das línguas naturais. Martinet (*op cit.*), ao referir-se ao objecto de estudo da linguística, é peremptório: “a linguística é o estudo científico da linguagem humana”. E, acrescenta: “(...) um estudo é científico quando se baseia na

observação dos factos e se abstém de propor qualquer escolha entre tais factos, em nome de certos princípios estéticos ou morais” Martinet (1991:11).

Castro (2003) questionando-se, faz, também, alguns reparos quanto à problemática da norma:

“(…) não haverá mesmo alguma incompatibilidade entre a isenção distanciada que o linguista deve assumir na observação dos factos da língua, especialmente quando estão em causa processos e comportamentos, e a atitude prescritiva e mesmo um tanto moralista que se associa vulgarmente aos responsáveis pelas normativas? (...) e advoga que “Quando um linguista deseja tratar assuntos de norma, é bom que, antes demais, faça as abluções lustrais apropriadas a quem se sabe contaminado pelos males que vai enfrentar (...)” e, finalmente, aconselha: “(...) a norma precisa do linguista e este também precisa dela, nem que seja por razões estritamente profissionais”. Castro (2003:1)

Na visão de Castro (2006), a definição de norma linguística sofreu uma alteração ao longo dos tempos, se tivermos em consideração que as sociedades evoluíram e as condições em que se processam “*as aprendizagens, densidade cultural e as apetências das sociedades*” também sofreram alterações consideráveis. Assevera também que ao se redefinir o conceito de norma padrão: “*é lúcido reconhecer que ela só se confunde com a norma culta (ou a língua literária) em sociedades fortemente leitoras de literatura*” (*op.cit.3*). Desta feita, a norma na sua óptica:

“consiste, na verdade, em uma variedade escrita e falada que é usada pela população escolarizada e reconhecida como a variedade que mais facilmente se presta a ser reproduzida, sem erros evidentes, mas também sem formas demasiado cultas, incompreensíveis ou rebuscadas. O lugar comum a todos, mais do que um modelo de perfeição clássica” Castro (*idem, ibidem*).

Em todas as línguas existem variedades dialectais, com base nestas variedades, e por motivos sociais, culturais, económicos e políticos, uma das variedades é adoptada e passa a ser considerada como a variedade padrão, ou seja, norma padrão, em torno da qual a escola, (as instituições públicas: tribunais, administração, etc,) passa a fazer o ensino da língua e é utilizada nas instituições citadas como o ideal linguístico a seguir. Como já o dissemos atrás, linguisticamente, nenhuma variedade é melhor do que outra, mas o apartamento da variedade eleita (norma padrão), que serve como modelo e através da qual se pode fazer os devidos contrastes entre as variedades, tem gerado questões que se prendem com aceitabilidade ou não de certos usos que acontecem na língua.

No que tange à eleição de uma variedade dialectal para a norma padrão, Duarte (2000) afirma:

“Na generalidade das sociedades que dispõem de uma língua dita de cultura, i.e., com uma longa tradição escrita, uma das variedades geográficas e sociais adquire maior prestígio e é erigida em **norma** ou **língua padrão**. A importância da língua padrão não advém de características linguísticas que mereçam a sua valorização relativamente às outras variedades em presença, mas sim do papel que passa a desempenhar na sociedade em questão. Na realidade, a língua padrão é a variedade que passa a funcionar como **língua oficial** (...) de **cultura** (i.e., constitui o modelo para a escrita e é ela que é utilizada na produção cultural e científica) de **escolarização** (i.e., o ensino é ministrado nessa variedade, é ela que se espera que os alunos utilizem quando são avaliados).

(...) A língua padrão é, simultaneamente, uma variedade geográfica e social (...) no caso do português europeu, a norma é a variedade utilizada no eixo geográfico Lisboa-Coimbra pelas camadas mais cultas da população”. Duarte (2000:24-25)

Para Azeredo (2012), a norma, geralmente, é a soma dos usos que histórica e socialmente uma comunidade linguística consagra e adopta como padrão linguístico, nela estão implicadas realizações fonéticas, morfológicas, lexicais e sintácticas, adoptadas mediante um acordo tácito pelos seus membros. O autor releva o carácter colectivo e sua condição de “*modelo de uso*”, quer por opção ou por imposição da herança social ou histórica dos membros de uma comunidade na conceptualização da norma. Reconhece, também, que nenhuma norma é estanque e rígida, dito de outro modo, a norma é passível de renovação, embora isso aconteça de forma muito lenta e despercebida aos olhos de todos, porque a sua renovação não depende só de iniciativas individuais.

Na mais recente gramática de Raposo *et. al* (2013), define-se a norma como:

“(...) a modalidade linguística que uma comunidade elege como modelo de comunicação, como língua de referência, supradialetal. É essa modalidade que irá constituir a norma da língua, o modelo que dita as regras, as prescrições que definem o que deve e o que não deve ser seguido, usado, dito”. Raposo *et al*, (2013:86)

Considerando que os motivos acima elencados para a padronização de uma variedade linguística são de cunho social e não puramente linguísticos, inicialmente passam por uma cristalização espontânea e são associados a uma camada social que, por sinal, faz o seu uso recorrente, associando-se o uso a uma classe de prestígio (social, político ou económico) a tal variedade sobrepor-se-á às outras e passará a caracterizar os falantes que a usam como os que bem falam, neste sentido, considera-se, assim, como a variedade mais correcta. Note-se que, estando a língua em constante evolução mesmo que seja lenta, fruto de as sociedades da qual está ao serviço mudarem, o que é prestigiante hoje, amanhã pode não o ser, por isso a norma-padrão é susceptível à mudança ao longo do tempo.

Assim, entendemos que a norma padrão é o registo linguístico falado/escrito por indivíduos escolarizados, não estático, promovido pela escola, goza de um estatuto

prestigioso na sociedade, vinculado a pessoas cuja classe social esteja entre as mais influentes, ou a mais influente, visando a sua difusão a outras camadas sociais e sua manutenção por ser a que reúne maior consenso entre as pessoas conscientes do funcionamento de mecanismos linguísticos e suas variações e, por conseguinte, passando este registo a ser seguido como protótipo em situações formais na fala e na escrita.

Não nos esqueçamos de que, linguisticamente, qualquer variedade pode ser estudada e pode constituir-se como norma, desde que os aspectos extralinguísticos ou sociolinguísticos, assim o determinem, por isso, em todas as variedades há sempre norma e normas.

Todas as línguas naturais estão susceptíveis a variar, a variação que se observa nas línguas naturais ao longo dos tempos, desde antiguidade até aos tempos modernos, é inerente ao sistema. À variação linguística podemos associar muitos factores, sobretudo os sociais, atendendo que a língua é um facto social, seja qual for o nível de variação, ela não compromete a compreensão dos falantes de uma língua em distintos espaços em que é adoptada para a comunicação entre os diferentes falantes. A variação linguística é avaliada a partir de um registo já consagrado como padrão (norma padrão), através do qual podem estabelecer-se os devidos contrastes, abarcando os diversos campos de que se compõe um sistema linguístico: lexical, semântico, fonético, fonológico, sintáctico, morfológico, pragmático-interaccional.

Cunha e Cintra (1984) ao debruçarem-se sobre a variação, apontam a necessidade de, no quadro de estudo linguístico, se fazer uma delimitação do fenómeno a estudar, para o efectivo controlo das variáveis, sendo assim, o nosso estudo sobre o uso do conjuntivo no português de Angola, também está adstrito à descrição da língua portuguesa nesse espaço geográfico. Os autores, em linhas gerais, ressaltam que uma língua tem três tipos de variação, a que eles chamam de diferenças internas:

“Em princípio, uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas: (i)

diferenças no espaço geográfico, ou variações diatópicas (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais); (ii) diferenças entre as camadas socioculturais, ou variações diastráticas (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.); (iii) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou variações diafásicas (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais (...)). Cunha e Cintra (1984:3)

Os autores afirmam que o recurso à terminologia coseriana, que considera a língua como “*diassistema*” ajudou a esclarecer a existência de norma e normas, “o *polimorfismo*” e factores de índole social, cultural, histórica, geográfica, e psicológica nas quais subjaz a variação linguística. A variação é, naturalmente, condicionada por cada grupo social e integra a competência linguística dos seus membros, sendo, pois, “*a variação inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis (...). E essa multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as condições funcionais*”. Cunha e Cintra (*idem, ibidem*)

Xavier e Mateus, no seu *Dicionário de termos linguísticos*, (1990:392) definem a variação como: “*um fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa outra época, num outro lugar e num outro grupo social.*” Dado que a variação é contrária à norma (norma padrão), registo consagrado, utilizado em contextos formais, instituições de ensino, cultura, científica, e sociedade em geral, nem sempre é vista como parte de funcionamento das línguas naturais vivas, pois, é rotulada como desvio ao sistema normativo já solidificado numa dada língua.

Para Hub Faria (2003), os diversos usos do português, quer no tempo quer no espaço, indicam a existência de variação nos módulos gramaticais, razão por que se deve reconhecer a co-ocorrência e a ocorrência de gramáticas diferenciadas dentro de um mesmo sistema linguístico, a diversidade das variantes passa a ser uma questão pertinente, quando uma língua é trasladada de um espaço físico-geográfico para outro em que não é originária, e por motivos socio-económicos, histórico-culturais, ela

desenvolve-se em contacto permanente com outras línguas originárias do espaço no qual foi levada. A autora afirma que:

“A existência de variantes e de variedades de um dado sistema linguístico constitui uma mais-valia para a própria língua. Esse aspecto enriquecedor torna-se mais evidente no léxico, com a introdução de palavras novas relativas aos diversos universos de referência, mas é também patente nos vários módulos da gramática. A diversidade no interior de uma língua é, pois, uma realidade a preservar e a defender, uma vez que é factor constitutivo da própria história da língua, nos locais onde é utilizada”. Hub Faria (2003:34)

O português, sendo uma língua natural viva, observa variações nos diferentes espaços geográficos, onde é falado, porque mesmo dentro do espaço territorial português (Portugal) são visíveis algumas marcas que indiciam algumas variações, assim sendo, o português em Angola estando em contacto secular com as diferentes línguas desse vasto território, não escapa ao fenómeno de variação, outrossim, autores há que consideram a formação do português de Angola, como tendo base no substrato das línguas bantu (cf. Inverno, 2004). O factor social complementado com o contacto entre línguas desencadeia a variação, quando grupos sociais diferentes contactam, dá-se também a utilização diferenciada da língua. Neste sentido, Hub Faria (*op.cit.*) considera que:

“O contacto entre línguas é um dos factores que mais contribuem para desencadear variação linguística a qual, ao ser progressiva e sistematicamente incorporada nos usos dos seus falantes, levará eventualmente a uma situação de mudança de alguns dos parâmetros da língua. O português, tal como se tem desenvolvido, nomeadamente no Brasil e em África, revela variação que, em grande parte, resulta de uma evolução da língua fora do seu continente de origem, em contacto com outras línguas nativas e não-nativas utilizadas pelas comunidades

residentes nos diferentes territórios. Algumas dessas variantes, que são fruto de contacto linguístico e cultural ao longo de séculos, contribuem para o reconhecimento da constituição de parâmetros (...) distintos dos do português europeu”. Hub Faria (2003:35)

Parafraseando Castro: “*a norma e a existência de variedades _ a variação_ são parceiras no destino das línguas, 2003:3*”, pensamos que a variação linguística em todas as suas manifestações indicia o dinamismo linguístico de uma comunidade cada vez mais propensa a novas formas de pensar, agir, reagir, e exprimir os seus conhecimentos por intermédio da língua.

Em Angola, quando o português for descrito sistematicamente, ter-se-ão em conta os aspectos inerentes à variação que, sem dúvida alguma, abarcará a variação diatópica, diastrática e diafásica. Mas, por aquilo que a realidade nos mostra, serão mais notáveis, no que toca às variações, os aspectos diastráticos e não muito acentuados os outros, pelos seguintes motivos: (i) por um lado, o português não tem dialectos em Angola, ou seja, não há dialectos de português em Angola, o que há, são línguas nativas que eram chamadas de dialectos; por outro, (ii) o que poderá ser notada é a forma típica de falar de cada habitante menos escolarizado em cada região, o que não será suficiente para ser considerada como uma variação diatópica, *grosso modo*, aproximar-se-ia à variação diastrática e/ou diafásica e, não propriamente uma variação diatópica, que no nosso entender, não abrangerá uma parte significativa desses habitantes; (iii) verifica-se, em Angola, que o português é a única língua nacional, mesmo que oficialmente não se assuma, pese embora o conceito "nacional" seja confundido com o de língua nativa em vários círculos, a julgar pela diversidade linguística do País.

Nalguns casos, quando fazemos referência à norma, esquecemo-nos da existência da variação linguística que, como dizíamos, é inerente à própria dinâmica da sociedade, e não alheia à própria norma, pois não é estranho afirmar que há uma pluralidade de normas, ou seja, há norma e normas. Isso quer dizer que cada registo linguístico pode ter sua norma própria, embora seja discriminada por ser desconhecida e tachada de

errada, quando se tem a noção unívoca daquilo que é certo e errado numa língua, ou seja, a noção de correcção.

Para alguns estudiosos, o conceito da norma leva ao esquecimento da variação, e produz um certo preconceito linguístico:

“(…) ao lidarmos com norma, correção, lidamos com preconceito, e preconceito em relação à língua é equivalente a muitos outros, como o social (de que estrato provem?), regional (qual o dialeto mais prestigiado no País), religioso, racial, e, como qualquer um deles, está muito enraizado e é difícil de ser vencido. (...). Não se pode pensar no uso de uma língua em termos de certo e errado e em variante regional melhor ou pior, bonita ou feia”. (Cf. Callou, 2008:17)

A insensibilidade de falantes em relação à variação deve-se, no nosso ponto de vista, ao enraizamento de umas formas tidas como “correctas” e outras tidas como “erradas”, pois, cabe ao linguista desmistificar a noção de “correcto” e de “errado”, contextualizar e consciencializar os falantes para esses assuntos. Várias razões podem estar por detrás desse enraizamento, mas destacaríamos, pelo menos, aquelas que nos parecem mais importantes: (i) a escola desde sempre ensinou a noção de correcto e de errado em relação ao uso de uma língua; (ii) muitos professores de línguas ainda não têm bem patente a noção de variação, aduzindo a isso os instrumentos de normalização linguística, até então, não terem considerado o aspecto descritivo nas suas abordagens e terem privilegiado o aspecto prescritivo ou normativo.

Ainda assim, isso não faria com que não se ensinasse a norma nas escolas, ou seja, a norma padrão, mas o que fazemos referência, com sensatez, e sugerimos nesta nossa abordagem é a admissão de variações na língua, desinibindo assim, a discriminação de variantes ou dialectos menos prestigiados, acarretando consigo todas as consequências didácticas possíveis, por que estamos conscientes de que a norma une e conserva o espólio linguístico de qualquer sociedade.

Outro perigo em que se pode incorrer quando se trata ou discute sobre a variação linguística vs norma é o de, por um lado, não se demarcar nitidamente o que é variação, o que é tolerável e o que não é variação, mas simplesmente um erro, o que levanta ainda questões que têm que ver com a existência ou não de marco estanque entre a variação e erro na língua.

2.8.2. A escola e o Ensino da norma

A escola é e sempre será a vanguarda da tradição de bem falar e escrever de qualquer sociedade, ou seja, é a guardiã da norma padrão. Atendendo aos estudos que dão conta de não estaticidade das sociedades em que a escola está inserida, cabe a essa instituição tomar consciência da existência da variação como elemento inerente à própria língua, e não como um elemento estranho à língua face à norma.

Maria Helena Mira Mateus (2005) debruçando-se sobre a importância da escola na estabilização da língua e da norma, refere o seguinte:

“A escola obrigatória e universal é, sem dúvida, um primeiro factor de estabilização da língua. Aí se pratica o desenvolvimento de um código elaborado em todos os níveis linguísticos, pela estimulação da explicação verbal perante as novas exigências do conhecimento. E porque a escola é o lugar marcado pelo poder para a orientação da sociedade, a evidência da não escolarização, quando se utiliza um registo diferente da norma, é elemento de discriminação. Daqui decorre a importância da escolarização como factor que proporciona as condições básicas de acesso de todos os membros da sociedade às estruturas do poder”. Maria Helena Mira Mateus (2005:17)

Hoje, a escola deve situar-se como elemento que medeia as diferentes variedades, sem prescindir da sua real função. Metodologicamente, é de todo aceitável que se privilegie o ensino de uma variedade que passou a consagrar-se como padrão ou normativa, pois, não seria possível ensinar todas as outras em simultâneo, mas o que

se defende, e achamos que é razoável, é a escola ensinar que, independentemente, da existência da variedade padrão, há outras variedades decorrentes da própria dinâmica social e linguística, afastando, assim, a estigmatização de que normalmente são alvo os indivíduos cultores de variedades não consagradas e não ensinadas pela escola, mas a aquisição foi natural no âmbito do processo de socialização.

Cabe à escola, em primeira e última instâncias, estruturar e articular todo o conhecimento linguístico que é objecto de ensino e sair de exercícios ou práticas meramente monótonas que lhe são peculiares. Com isso estaria esta importante parceira institucional da norma a conferir múltiplas possibilidades ao aluno de ter domínio de diversas modalidades de realização linguística, a escrita e a oral da comunidade de que é parte integrante. De acordo com Callou (2008), isso é possível:

“A primeira forma de “concretizar” este usar “melhor” é fazê-lo reconhecer a diversidade linguística, os usos linguísticos, para além da unidade, do ideal linguístico. E fundamentalmente em sala de aula fazer o aluno ter contato com a língua falada e escrita e fazê-lo produzir textos os mais variados, levando-o sempre à compreensão do sentido global do texto e dos mecanismos produtores desse sentido”. (cf. Callou, 2008:27)

As gramáticas escolares têm por base a norma padrão, encarando a língua como um produto homogéneo e estático, frequentemente em associação com a noção do correcto e do não correcto, descartando outras realizações de língua atinentes ao próprio sistema. A escola deve, de entre outras tarefas, promover o ensino da língua como um fenómeno social, facto social e histórico, e não só a encarar, como amiúde tem sido, como uma estrutura abstracta.

A escola vai, por si só, encarando dificuldades devido às novas tecnologias que veiculam quase tudo, com maior ênfase às rádios e televisões que, por incrível que pareça, desempenham um papel fundamental na fossilização de formas que eram

tachadas anteriormente como erróneas, entretantes, o trabalho da escola não vai ser fácil como já o referimos.

Para o caso de Angola, a escola irá exercer um papel decisivo, sobretudo para as novas gerações, dada a expansão cada vez mais evidente da rede escolar pelo país. Outro aspecto que deve ser sublinhado é o facto de que quase toda a população que nasceu na década de 90 faz do português a sua língua materna e não língua segunda no perímetro urbano.

A ignorância de certas variedades e variações na língua, sobretudo no ensino, tem consequências graves que se consubstanciam nalguns casos no insucesso escolar de alunos cujos dialectos, variedades ou variantes não são consideradas. Por isso, a escola deve assumir e adoptar um papel de equilíbrio nesses casos, mas isso não seria obra do acaso, os professores de língua portuguesa devem estar conscientes das suas responsabilidades na promoção, preservação e protecção de variedades tidas como não padrão e na consciencialização de alunos quanto à variação do sistema linguístico.

A escola ao dar a primazia ao ensino da norma padrão, em detrimento das outras normas, hierarquiza sem meias medidas o uso linguístico, por mais que se fale da igualdade de todos os usos linguísticos (distintas normas). A noção de hierarquia na definição ou imposição de uma norma que sirva para os contextos formais (norma do Estado: instituições públicas, culturais, privadas, científicas), indicia juízos de valores e juízos de valores enquadrados em preconceitos linguísticos.

2.8.3. O erro e a noção de correcto

O erro e a noção de correcto constituem problemas que ao longo dos anos parecem ser irresolúveis, dito de outro modo, ao se falar de erro e a noção de correcto, quase sempre, as opiniões entre os linguistas e gramáticos não são consensuais. As noções fundacionais de certo e errado em língua encontram o seu respaldo em questões sobejamente histórico-sociais, culturais, e políticas, numa só palavra_sociolinguísticas.

Desde a antiguidade até à contemporaneidade houve a necessidade de se uniformizar a língua com a idealização de um padrão linguístico homogéneo e transversal à sociedade, de acordo com os dados históricos, esse ideal começou a ser construído na antiga Grécia, a partir do século III (a. C), com a expansão da civilização helénica no tempo de Alexandre III (356-323 a. C), com a difusão considerável da cultura e língua helénicas.

Pensou-se, então, em uniformizar e homogeneizar uma norma que diluísse as diferenças culturais, sociais, políticas e, sobretudo linguísticas das novas áreas conquistadas e ocupadas. Desta feita, foi atribuída a árdua tarefa aos escribas e filólogos de Alexandria (antigo Egipto) à construção de uma norma padrão que pudesse servir de correcção basilar na língua grega, dando origem, a partir do século III a. C, à primeira gramática tradicional de que se tem memória, tendo resultado num conjunto de noções acerca da língua e linguagem, representando, assim, o limiar de estudos linguísticos no ocidente. (Bagno 1999)

Tendo em conta a época em questão, foram incluídas intuições meramente filosóficas, e também preconceitos sociais, conseqüentemente, os helénicos começaram a tachar de correcto única e exclusivamente todas as formas que estivessem de acordo com os clássicos e de errado o que não seguisse o modelo dos clássicos, reforçando-se a noção de errado e correcto na língua.

Cunha e Cintra (1984) reconhecem a controvérsia que se instala quando o assunto é o erro linguístico e a noção de correcto. O conceito de norma e de correcção linguística são essenciais numa gramática prescritiva que tencione registar e analisar factos inerentes à língua culta. Os autores citam Noreen que apresenta três critérios principais de correcção: *histórico-literário*, *histórico-natural* e *racional*. O critério histórico-natural privilegia a correcção com base nos clássicos, ou seja, é correcto tudo aquilo que siga o modelo e uso de escritores clássicos. O critério histórico-natural considera a linguagem como “*um organismo que se desenvolve muito melhor em estado de completa liberdade*”, atendendo a esses fundamentos, Jespersen chamou-o critério de

anarquia ou anárquico, em que na língua não há *“nada correcto ou incorrecto”*. Finalmente, Noreen apresenta o seu critério predilecto, nos seguintes termos: *“o melhor é o que pode ser apreendido mais exacta e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala”* Cunha e Cintra (1984:5-6)

Jespersen (*apud* Cunha e Cintra,1984) discorda dos critérios de Noreen, em contrapartida, propõe os seguintes: *o da autoridade, o geográfico, o literário, o aristocrático, o democrático, o lógico e o estético*. Para si, existe sempre uma justificação para a correcção que é *“algo comum para o que é para o que houve”*, facilitando a intercompreensão, o elo comum chama-se norma linguística a que os indivíduos em comunicação se comprometem a respeitar e fazem parte da comunidade linguística que a usa. O autor nota que todo o comportamento em sociedade é regulado e, obviamente, obedece a certas normas, as quais o ser social terá de reverenciar se não quiser ser sancionado, e translada esse paralelismo à língua, contudo, a única diferença é que em língua, geralmente, as normas são mais *“complexas e coercitivas”*.

Jespersen, neste sentido, para não complexificar, define: *“o linguisticamente correcto como aquilo que é exigido pela comunidade linguística a que se pertence” e falar correto “significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou formas”*. Cunha e Cintra (1984:6-7)

À volta do estudo sobre a existência de erro linguístico ou não, podemos destacar duas vertentes que nos parecem capitais e podem auxiliar na compreensão da problemática de erro e da noção de correcto, referimo-nos à gramática descritiva e a gramática prescritiva ou normativa. Numa visão, meramente, descritivista pode considerar-se erro tudo aquilo que comprometa a intercompreensão dos falantes de uma comunidade linguística, ou seja, aquilo que não se diz numa dada língua de forma sistemática. E na prescritiva ou normativa, erro é toda e qualquer produção linguística que não obedeça aos padrões já estabelecidos como os ideais, aceitáveis por uma classe localizada

geográfica e socialmente, expandidos e cultivados pela escola, sendo esta a sua mais fiel guardiã.

Reconhecendo-se a pluralidade de normas num mesmo sistema linguístico, levanta-se, então, de forma óbvia, a hipótese da inexistência de erro linguístico, pois, caberá ao falante seguir uma de entre as várias normas de que o sistema dispõe, podendo ser a norma explícita (gramática normativa) e não explícita (inerente a todo o ser humano, espontânea e variável) que tem o mesmo valor teoricamente que a explícita. Pelo facto de a assunção de uma norma envolver uma super-estrutura dentro da sociedade, referimo-nos ao Estado, assim, podemos inferir que o erro é aferido com arrimo da gramática prescrita explicitamente, que é o ideal adoptado pelo Estado, por que o erro passaria a ser o apartamento da norma explícita.

Como já o dissemos, falar de errado e de certo não colhe consensos em linguística, tão pouco encontramos consensos em terminologia para rotularmos os conceitos *de erro, certo, adequabilidade, inadequabilidade, diferenças de usos, aceitabilidade e não aceitabilidade, desvios*, etc, poderíamos citar uma panóplia de vocábulos para nos referimos a erros linguísticos. Bartoni- Ricardo (cf. 2004) prefere que se adopte termo como *diferença*, na sua perspectiva por não existirem erros, mas sim, existirem diferenças nos usos distintos em cada contexto em que se faz o uso da língua. Para Travaglia (cf. 2002), há necessidade de se fazer a substituição definitiva da ideia de uso *certo e errado* da língua pela de uso *adequado e não adequado*.

Segundo Peres e Mória (1995), quando nos referimos ao desvio linguístico, ou erro, ou anomalia, ou irregularidade, trata-se da inexistência de justificações internas num subsistema linguístico que se adoptam de forma permanente e razoável por uma comunidade linguística, para os autores o desvio não contribui para a definição de uma variante, ou seja, configuram-se desvios, erros, anomalias ou irregularidades linguísticas:

“(i) as construções que constituírem rupturas com o subsistema ou variante de que é suposto fazerem parte; e (ii) não serem integradas_

pelo menos, plenamente_pela comunidade linguística de suporte. Quando a segunda condição se verifica, o que inicialmente constituía um desvio torna-se uma de duas coisas: um factor de ressystematização ou um caso excepcional (...) quando, pelo contrário, ela não chega a verificar-se, o que temos diante de nós é o puro desvio, o desajustamento à variante supostamente adoptada, a quebra gratuita de uma harmonia que é um bem colectivo”. (Peres e Mória, 1995:40-41)

Os autores referem que no que respeita à variante culta, acontece o desvio linguístico por não haver familiaridade com as formas padronizadas, sobretudo de escrita, ou ainda por se assistir a um distanciamento e/ou desconhecimento do funcionamento das formas linguísticas. Algumas posições conhecidas assumem a não existência de erro linguístico, e outras mesmo que seja de modo mais eufemístico assumem que o erro linguístico existe, rotulando-o por desvio, razão por que existe também a noção de correcto. Se tivermos em consideração que a gramática prescritiva tem como objectivo regular e modelar o uso de uma língua numa comunidade com vista à intercompreensão entre os falantes, podemos, sem dúvida, aceitar a existência de erro.

Bechara (*op.cit.*) contrasta o *exemplar* e o *correcto*, ao fazer alusão à noção de correcto e de erro. Quando nos referimos ao correcto, estamos diante de um juízo de valor que se emite em função de uma estrutura de uma língua, tendo como base uma determinada variedade, podendo ser diatópica, diastrática ou diafásica, levando em conta a tradição linguística da comunidade. Contudo, faz parte do *exemplar*, uma forma que se elege de entre as formas de falar que se situa no plano histórico da língua, por isso a forma eleita não é nem correcta nem incorrecta. Na sua breve alusão ao erro e ao correcto (*exemplar e correcto*), conclui o seguinte:

“o modo *exemplar* pertence à arquitetura da língua histórica, enquanto o correto (ou incorrecto), situa-se no plano da estrutura da língua funcional. Cada língua funcional tem a sua própria correção à medida

que se trata de um modelo de falar que existe historicamente”.
Bechara (2009:52)

Castro (2003:1) admite a existência de erro linguístico nos seguintes termos: “(...) o erro existe e que uma das funções mais nobres da escola é conhecê-lo. E preveni-lo. E corrigi-lo, se os cuidados anteriores não tiverem sido suficientes”.

Morais Barbosa (1987) debruçando-se sobre “a tipologia do erro linguístico”, recorre aos estudos de François⁷, para classificar os factos linguísticos em três grandes grupos. Permitimo-nos analisar apenas os dois primeiros, estabelecendo a distinção entre uso activo e uso passivo no circuito da comunicação. Neste sentido, distingue:

- a) O grupo dos factos comuns a todos os locutores nos dois usos;
- b) O grupo dos factos variáveis que alguns só pertencem ao uso passivo;
- c) Grupo dos factos que em parte da comunidade podem não entrar em qualquer dos usos.

Morais Barbosa explica que em português, regra geral, deve existir a concordância entre sujeito e predicado e entre substantivo e adjectivo, sendo também essas regras que se ensinam. (*O homem fala e os homens falam e nunca os homens fala ou o homem falam*). Não obstante, existem essas regras, nem todos os registos da língua as respeitam, como se pode ver nas construções, elencadas pelo autor: (*grande parte dos meus clientes são gente nova, grande número de presos são mantidos incomunicáveis*).

Morais Barbosa infere que, no entanto, por não serem universais, as ditas regras de concordância devem ser reformuladas. Nas construções (*o homem fala/ os homens*

⁷Denise François, “La notion de norme en linguistique. Attitude descriptive. Attitude prescriptive”. Publicada em Jeanne Martinet (pp.153-168). Apud Jorge Moraes Barbosa: in “A tipologia de erro Linguístico”, 1987: “Actas do Congresso sobre a Investigação e Ensino do Português”. ICALP

falam, homem alto/ mulher baixa) as regras de concordância verificam-se, com a probabilidade de uma frequência de 100%, assim, tais concordâncias pertencerão ao grupo a) de factos comuns a todos os locutores do português, seja no seu uso activo, seja no seu uso passivo. Nos outros registos há coexistência de concordâncias (*grande parte (...) são e grande parte é, grande número (...) são mantidos comunicáveis, e grande número... é mantido comunicável*).

Quando se ignora a frequência de cada um dos tipos de concordâncias concorrentes, dado que todos são atestados, poder-se-á dizer que as diferentes concordâncias (a concordância e a sua ausência) em questão fazem parte do saber passivo de todos e do saber activo de apenas alguns, uma vez que não se quebra a comunicação pelo simples facto de um falante fazer o uso de uma concordância diferente da praticada pelo outro; estas concordâncias concorrentes são enquadradas no b) grupo dos factos variáveis que alguns só pertencem ao uso passivo.

O autor adianta que os usos concorrentes não se encontram todos em plano de igualdade, sendo considerados, por exemplo, *grande parte são*, como sendo variante alternativa à tradicional e não incorrecta daquela que constitui a variante correcta: *grande parte é*.

A terminar as suas considerações sobre o erro linguístico, questiona em que registo se devem considerar como erradas as seguintes construções? *Vende-se casas, a gente estávamos cansados*. Explicita que é: “*sem dúvida nos registos onde sobre o uso activo de tais tipos predominar o dos respectivos usos concorrentes: não decerto nos registos onde for aquele o predominante*” Moraes Barbosa (1987:178). Depreende-se, aqui, a assunção de relativizar e contextualizar o erro linguístico de acordo com os diferentes registos linguísticos dos vários que compõem um sistema.

No nosso entender, a existência de erro linguístico consiste no desvio em relação a um uso consagrado pela norma de um dado registo, o qual era expectável no uso. A língua natural e viva no seu funcionamento já contempla muitas variantes, por sinal, todas com um certo grau de complexidade estrutural, legitimadas, diferenciando-se só uma

variante da outra nas circunstâncias concretas de uso, ou seja, nenhum dos registos é utilizado em todos os contextos. Não descuramos a posição de que as noções dicotómicas de erro e de correcto sejam mais sociais e menos linguísticas, pois, é uma dicotomia construída socialmente, em que muitos autores a associam a uma estigmatização de camadas menos escolarizadas e socialmente desfavorecidas, passando a ser um preconceito linguístico.

O erro e a noção de correcto (o correcto e o errado) são postulados em relação a um padrão linguístico, numa comunidade linguística o uso de formas linguísticas que não estejam de acordo com o padrão, inicialmente, definido por camadas mais favorecidas da sociedade, tidas como as que fazem o bom uso da língua podem conduzir ao preconceito linguístico e com base nisso serem tachadas todas as formas utilizadas pelas camadas mais desfavorecidas como erradas ou incorrectas. Ou seja, quem não faz o uso do padrão já estabelecido comete erro.

A escrita, normalmente, tem sido determinante para a definição do padrão linguístico, pois, todas as formas tachadas como normativas têm de estar de acordo com a gramática escrita, de forma sistemática, transfere-se o modelo da língua escrita da gramática para a oralidade, por falta de acesso ao conhecimento da linguagem escrita por uma larga maioria de uma comunidade linguística, sendo o padrão praticamente restrito à camada favorecida, munido de valores definidos e preconcebidos tradicionalmente, passa a ser o modelo que deve ser seguido por todos, essa posição induz claramente em preconceito linguístico quando se trata da existência ou não de erro linguístico, o certo ou o errado. Teixeira (2003:127) infere:

“Ora a logicidade da norma linguística é herdada pela norma ortográfica. Por mais incongruente e arcaica que esta seja, só muito dificilmente os falantes aceitam que mude. O erro gráfico pode, dentro desta problemática norma gráfica/norma da língua, tornar-se um indício precioso sobre os modelos mentais que o falante manipula e que suportam a sua estrutura linguística”.

Considerando todos os pressupostos já avançados, podemos inferir que em termos linguísticos, podemos tomar duas posições no concernente à discussão sobre o erro e a noção de correcto (certo e errado): uma vez que todas as formas de uso de uma língua são legitimadas à luz da gramática descritiva, o que existem são diferentes formas de fazer o uso da língua, tendo em conta os diferentes contextos e recursos disponíveis na própria língua, desde que não se comprometa a compreensão mútua entre os interlocutores. Sob prisma da gramática normativa, podemos falar da existência de erro e, por conseguinte, na noção de correcto, quando, de acordo com Possenti (1996:78): “(...) *é erro tudo aquilo que foge a variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem*”.

É assinalável um avanço naquilo a que podemos chamar de redimensionamento da noção de *errado e de certo* nos estudos linguísticos, queremos dizer que, hoje, já não se toma unicamente o pólo da gramática normativa ou prescritiva para se falar em *errado ou certo*, porém, têm-se em consideração, também, as circunstâncias em que se faz o uso da língua, envolvendo, assim, a gramática explícita e a não explícita. Não se deve etiquetar o errado e o certo, só com base no padrão, ou seja, na norma padrão, devendo, contudo, se fazer também com base no contexto real em que se faz o uso da língua, dito de outra maneira, as circunstâncias poderão determinar a norma a empregar, recorde-se da pluralidade das normas, se não se fizer em obediência à norma expectável, considerar-se-á erro.

2.8.4. Erros na aprendizagem de línguas

Partindo de pressuposto de que ninguém aprende sem errar, na língua a aprendizagem dá-se também errando. Os erros na aprendizagem de uma língua têm uma importância capital, servem de fonte de informação necessária que pode ser aproveitada sob diversas formas, no caso, para quem aprende e para quem cabe a tarefa de facilitar a aprendizagem.

Dada a pertinência da temática sobre o erro na aprendizagem, muitos estudiosos debruçaram-se e continuam a fazê-lo, deixando os seus subsídios para a compreensão

do fenómeno, procurando, desta feita, auxiliar o exercício da aprendizagem das línguas. Dada a amplitude do rol de estudos e seus autores, procuramos, de modo sintético, trazer alguns à nossa reflexão, pois, que não seria possível compulsar todos, num trabalho cujo objecto não é o de análise de erros. Contudo, nos limitamos àqueles que nos parecem mais significativos.

A visão tradicional associa o erro na aprendizagem a fracasso de que pode resultar um sancionamento, hodiernamente, se deve encarar o erro como um elemento que traduz a real condição de desenvolvimento do aprendiz em face dos condicionamentos de que está implicado na língua alvo. Stroud (1997:11), ao citar Chun et. al (1982), afirma que o erro: “*é o uso de um item linguístico de forma que, de acordo com os utentes fluentes da língua, indica aprendizagem com falhas ou incompleta*”.

Corder (1967) considera duas “falhas” distintas que se dão na altura em que o aprendente procura comunicar-se numa língua alvo, por ele, denominadas *mistakes* e *errors*. As primeiras falhas são os erros que resultam de problemas psicológicos, físicos, e lapsos que se dão na memória, este tipo de erros pode ser dado por qualquer falante, quer seja nativo, quer seja falante que tem a língua alvo como língua segunda, por serem assistemáticos e resultarem meramente do desempenho, o falante, nalguns casos, conhece as regras, mas não as aplica razoavelmente por razões que já avançamos. Os erros que o autor convencionou designar por *errors* são inerentes ao conhecimento intrínseco da língua no contexto da sua produção, podem evidenciar a competência transitória de quem aprende numa língua alvo, são sistemáticos, devem-se ao desconhecimento das regras gramaticais.

Na perspectiva de Richards & Rogers (1985), todos os erros na aprendizagem podem ser “*interlanguage errors*”, implica dizer que são o resultado da transferência ou empréstimos de itens linguísticos da língua materna ou primeira língua para a língua alvo. Adoptam a nomenclatura de erros locais e erros globais; os erros locais são entendidos como desvios linguísticos que acontecem dentro de um enunciado, porém, não modificam o que se pretende transmitir, mantendo-se inalterado o sentido da

mensagem, sendo ultrapassáveis facilmente pelo aprendiz. Os erros globais, por seu turno, provocam dificuldades na compreensão, quando se faz de forma dúbia o uso de uma estrutura da frase ou mesmo de um texto, alterando o sentido da mensagem, criando problemas na comunicação.

Lembre-se que o termo “*interlanguage*” ou interlíngua foi introduzido inicialmente por Selinker (1974) para explicar os processos que envolvem o erro na aprendizagem de línguas. O autor usa, pela primeira vez, o termo interlíngua como um subsistema linguístico interposto, desenvolvido pelos aprendentes ao longo do processo de aquisição e aprendizagem de uma língua não materna, o qual não tem nada que ver com as línguas alvo e materna. Considera que a interlíngua tem características muito próprias, reestrutura-se ao longo do processo de aprendizagem da língua alvo pelo aprendiz.

Para Edge (1989), existem três categorias de erros na aprendizagem de uma língua, podendo ser estrangeira ou segunda, nomeadamente *slips*, *errors* e *attempts*. Os erros *slips* assemelham-se aos *mistakes*, são o resultado de um lapso, outra característica do *slips* é o facto de ser corrigido pelo próprio aprendiz. No *errors*, o aprendiz não dá conta das suas falhas, podendo estar incapaz de auto-correcção, por falta de conhecimento. No *attempts*, sucede que o erro acontece na tentativa de o aprendiz ter de se comunicar usando estruturas ainda não aprendidas por si. O autor admite que as noções que ele sugere têm algumas limitações do ponto de vista de aplicação, uma vez que na prática não há acesso a informações específicas.

Cardoso (2005) referindo-se à necessidade de se compreender o erro e a sua importância na aprendizagem de línguas, assevera que:

“(…) A teoria actual sobre o erro na prática da aquisição e ensino da língua segunda defende que o mais importante é determinar a compreensão básica do erro. Os erros são vistos como parte integrante e inevitável durante o processo de aquisição de uma língua. Por consequência, a visão dos erros é mais descritiva do que prescritiva, ou

seja, em vez de se considerar que algo está certo ou errado em termos absolutos, deve-se saber o que é um erro, que tipos de erro ocorrem e qual é a razão da sua ocorrência”. Cardoso (2005:91)

Tomando como base factores linguísticos e não linguísticos, Cardoso (*op.cit:92*) distingue dois tipos de erro: os de compreensão e os de produção. Os erros de compreensão têm que ver com os factores linguísticos (lexicais, fonológicos, sintácticos, semânticos, etc.) e não linguísticos, e os de produção podem ser provocados por problemas auditivos, falta de atenção, e a fadiga, que são exógenos à língua. Baseando-se num quadro psicolinguístico, a autora fundamenta as causas hipotéticas para destacar os seguintes erros: de transferência, de desenvolvimento, de sobregeneralização, induzidos pelo ensino e erros de performance ou lapso.

Os erros de transferência são resultantes do uso de traços e regras de uma língua materna ou primeira na língua que se aprende ou alvo. Entretanto, essa transferência pode dar-se em dois sentidos: positivo ou negativo, se a transferência se der positivamente, *“é um recurso para o falante, particularmente quando as línguas são aparentadas, podendo recorrer a ela para enriquecer o seu discurso. A transferência negativa constitui uma dificuldade a ser ultrapassada”*

Os erros de desenvolvimento são o resultado de *“(...) tentativas de verificar hipóteses sobre a forma como a nova língua é construída a partir da gramática construída pelo aprendente (interlíngua)”*. A sobregeneralização e a simplificação estão na base desses erros.

Os erros de sobregeneralização são o resultado de *“suposição errada sobre as restrições de uma certa regra da língua alvo e os de simplificação caracterizam-se pela negligência de distinções feitas na língua alvo”*.

Os erros induzidos pelo ensino, normalmente, têm como resultado o modo como uma determinada estrutura linguística é ensinada na aula. Neste sentido, se a explicação do professor for *“demasiado limitada ou até errada (...) e, por conseguinte, encorajar uma*

aplicação demasiado geral ou demasiado específica da regra. Estas situações ocorrem particularmente quando a língua não é falada fora da aula e as explicações do professor são a única fonte de input”.

Erros de performance ou lapso, geralmente, “*dependem das diferentes formas como os falantes falham*”, as suas características são simétricas às apontadas por Corder (cf.1967) quando se refere a *mistakes e errors*, por isso, não as descrevemos, aqui, para não sermos tautológicos.

Reitere-se que os erros, seja de que natureza for, na aquisição e aprendizagem de línguas traduzem na prática a real situação em que o aprendente se encontra, por sua vez, possibilitam a adopção de novas estratégias para se ultrapassar a aprendizagem irregular, no cometimento de erros o aprendente ensaia, sem dúvida, os seus conhecimentos na língua alvo, por isso, muitos teóricos afirmam que cometer erros é um mecanismo de aprendizagem (cf. Corder, 1967, cf. Edge, 1989).

2.8.5. Português de/em Angola, mudança em curso?

Ao longo dos anos, todas as línguas naturais vivas experimentam mudanças, concorrem para as tais mudanças um conjunto de factores que actuam de forma inter-relacionada para que as mudanças surjam, basta a língua ser funcional, ou seja, ser usada na comunicação de gerações diferentes para que se possam dar algumas mudanças dentro dos seus diversos subsistemas.

Marquilhas (2013:18) observa, que, não obstante existir uma longa tradição sobre os estudos que se ocupam da mudança linguística, tradição esta que dura quase dois séculos, as respostas à pergunta por que as línguas mudam não são consensuais. Neste sentido, a autora considera que as causas e os mecanismos que podem estar na base da mudança linguística são vários, aponta alguns que, segundo ela, são padrões envolvidos na mudança linguística: padrões sociais, padrões psicológicos, e padrões gramaticais. De acordo com a autora, na realização ou no uso, a língua sofre variação, havendo uma alteração de regras gramaticais, por sua vez, a variação linguística

permite distinguir uns falantes de outros, estratificando-os social, geograficamente e em termos educacionais. *Arritmia e caos aparente* são apontados como algumas das que se devem enfrentar para, grosso modo, lidar com a mudança linguística. Recorre a Labov para explicitar como decorre o processo de mudança linguística:

“A mudança linguística não é sob nenhum ponto de vista constante, excepto no que diz respeito à sua própria existência. A mudança é esporádica num sentido profundo, movendo-se rapidamente nalgumas áreas da estrutura da língua até que, ao fim de um ou dois séculos, elas ficam tão distorcidas, que se tornam irreconhecíveis. Depois, pode parar tão repentinamente que as regras anteriormente normais e inevitáveis passam, no espaço de uma década, a parecer inconcebíveis e artificiais, desaparecendo durante milénios e dando uma ilusão de estabilidade. (...)”. Labov (1994)

Uma vez que, a mudança linguística pode ser considerada no quadro de uma distinção de perspectivas, sincronia e diacronia, em que a primeira consiste no estudo de língua num dado momento do seu percurso, de forma sincronizada, com os seus utentes no seu funcionamento, na descrição sistemática da sua estrutura; ao passo que em termos de diacronia se faz o estudo através do percurso histórico das suas estruturas. Bechara (2009) considera as duas perspectivas distanciadas uma da outra, mas não se devem prescindir delas quando se analisa a mudança linguística, ao afirmar:

“Todavia, (...) sincronia e diacronia não são correlativos, pois se se levar em conta o carácter parcialmente inovador de todo ato linguístico, toda língua viva está num perpétuo devir, já que o aspecto sincrónico, para uma língua considerada na sua totalidade (...) é apenas uma abstração científica para estudar como a língua funciona e os traços que, entre dois momentos do seu desenvolvimento, se mostram constantes. Até para fins práticos necessitamos considerar a língua como algo estável e constante. Assim a descrição sincrónica prescinde

da história, no sentido de que não a abarca, mas a diacronia não pode prescindir das sincronias. (...) Não se pode perder de vista que a descrição da língua num momento do seu desenvolvimento é uma parte da história dessa língua. Uma língua viva nunca está plenamente feita, mas se faz continuamente graças à atividade linguística”. Bechara (2009:40)

Para Marçalo (1992), a língua é um instrumento de comunicação, seu uso é constante, por isso, ela deve adaptar-se também para cumprir com as necessidades da comunicação, a adaptação às circunstâncias comunicativas não carrega nenhuma incompatibilidade entre a estrutura e a evolução. Afirma também que as mudanças linguísticas se explicam dentro do funcionamento, por isso, a própria estrutura de uma língua não é senão uma representação do seu funcionamento. Na arguta abordagem que faz sobre *a linguística funcional e a evolução* das línguas, não deixa de aduzir que a mudança na estrutura linguística é uma evidência da evolução. A autora perfilha também o conceito de *sincronia dinâmica* (cf. Martinet 1992:42) para se referir à diacronia e sincronia dinâmicas, para si, uma distinção rígida entre diacronia e sincronia suscitou, sem dúvida, críticas, contudo, é necessária essa distinção na perspectiva meramente funcional, mas não se poderá identificar uma linguística estática e uma linguística sincrónica. Quer se privilegie uma abordagem diacrónica, quer se privilegie a sincrónica, no quadro da teoria funcionalista, os factos linguísticos nunca são estáticos, mas sim dinâmicos, e, finalmente, considera que:

“A existência de uma estrutura é determinada pelos factores funcionais. São, pois, os factores funcionais que determinam as reacções das unidades no interior de um sistema. As mudanças ocorrem num determinado sentido e não noutra devido à necessidade de manter as oposições indispensáveis à comunicação. Se as línguas mudam a cada instante, qualquer descrição que não considere essa dinâmica será necessariamente deformante. Entre o funcionamento e a evolução de uma língua não há, pois, qualquer contradição. As

mudanças (...) são sistemáticas, não atingem as unidades isoladas, mas o sistema. A realidade das línguas não deve ser traída pelos pontos de vista adoptados. Se a realidade linguística está sempre em movimento, a imagem que damos dela não deve descurar dessa dinâmica constante. Uma língua, enquanto instrumento de comunicação, deve adaptar-se perpetuamente às condições impostas pelas necessidades comunicativas, condições essas sempre sujeitas a mudanças. Tal facto não é incompatível com a concepção de língua como estrutura; implica, porém, que essa estrutura seja necessariamente reorganizada. A mudança insere-se no funcionamento da língua, uma língua muda porque funciona”. Marçalo (1992:105-112)

A satisfação das necessidades comunicativas está na base da mudança linguística, hoje por hoje, a dinâmica social é cada vez mais exigente, novas formas de intercâmbios socio-culturais obrigam a que a própria língua, para além da mudança inerente, também se force à mudança decorrente de contactos socio-económicos, assim, observa Milroy (1992), no tocante à mudança linguística:

“One of the most important facts about human language is that it is continuously changing. Everyone knows that language have changed in the course of history: old varieties are dying out and new varieties are springing up; pronunciation are changing, new words and constructions are being adopted and old ones adapted to new uses. Indeed, change seems to inherent in nature of language” Milroy (1992:1).

Por mais que não se dê conta da sua mudança, a língua continuamente muda, por exemplo, o surgimento e o uso de palavras novas para designar novos objectos e anatemizar palavras antigas com o seu desuso, assim como algumas alterações fonético-fonológicas, só para citar, mesmo que sejam quase imperceptíveis, elas existem, ao longo de um dado tempo, depois da sua cristalização serão mais densas.

Referindo-se à mudança linguística, Faraco (2005:186-187) observa que:

“a mudança não se dá por mera substituição discreta de um elemento por outro, mas que o processo histórico, pressupondo sempre um quadro sincrónico de variação, envolve fases em que as variantes, estratificadas social e estilisticamente, coexistem e fases em que elas entram em concorrência, ao cabo da qual uma termina por vencer a outra, podendo, por vicissitudes do processo, subsistirem áreas sociais e/ ou geográficas em que a mudança não se dá”

Hub Faria (*op.cit.*) distingue a mudança linguística em *mudança inerente e mudança decorrente de contacto*, nos seguintes termos:

“A mudança que decorre de situações de contacto de línguas é diferente da mudança inerente que qualquer língua regista, ao longo da sua história, ao nível dos respectivos subsistemas”, enquanto que, “a mudança decorrente do contacto é realizada pelos falantes que, em contacto com outras línguas, tendem a aproximar-se progressivamente destas, sendo sujeitos a influências diversas (...)”. Hub Faria (2003:36-37)

Ressalte-se que a mudança que decorre de situações de línguas em contacto, pode reflectir o tipo de contacto a que as línguas estiveram submetidas, a densidade do contacto, bem como as relações condicionantes, podendo ser positivas ou não, no acesso às outras línguas. Condições de índole económica, social, política, histórico-cultural e geográfica permitem o contacto de línguas.

Da variação linguística se chega à mudança, podendo ser a mudança em formação ou mudança já consolidada, no caso do português de Angola, já podemos afirmar que se verifica a variação pelo facto de, no nosso estudo de caso, o uso do conjuntivo, estar a ser realizado de forma divergente da do padrão normativo europeu. Embora a escola

angolana continue a envidar esforços com a adopção nos seus curricula e a transmissão da norma padrão do português europeu, contudo:

“(...) tem aumentado o número de professores e alunos que em pouco se identificam com a variedade europeia, generalizando-se a noção de “língua de aula”, para se referir à variedade europeia, e “língua de corredor”, para designar aquela que é característica de grande parte dos professores e alunos. Têm sido frequentes os depoimentos de professores que manifestam a sua dificuldade em conduzir uma aula inteira na variedade europeia, ou seja, alguns professores são bidialectais: dispõem de uma competência próxima da dos falantes nativos do português Europeu e, para se aproximarem dos alunos, praticam também a variedade falada por estes. (...) Professores, sobretudo do nível superior, também se referem à “inadequação” da oralidade e da escrita dos seus estudantes, em relação ao padrão normativo que é requerido a um escolarizado em Angola”. Cabral (2005:3)

Sendo uma variedade de prestígio, a mesma encontra resistência na sua assimilação, sobretudo na sua prática quotidiana pelos falantes que, curiosamente, também estão conscientes do tal prestígio, a julgar que constituem sujeitos alvo do nosso estudo, indivíduos com altos níveis de escolaridade (ensino superior), podemos afirmar também que estamos diante de evidências de uma mudança em curso, que a seu tempo poderá confirmar-se com a consolidação da variação que se observa nos diferentes paradigmas gramaticais no português de Angola.

A guinada em curso que o português em Angola vai tendo ao desfasar-se da norma europeia, não nos deve surpreender, pois era expectável que assim pudesse acontecer, se tivermos em conta que a descontinuidade geográfica entre Angola e Portugal, o secular contacto social e cultural entre povos de continentes e línguas

diferentes são desencadeadores de variação linguística no tempo e no espaço, que, naturalmente, são factores consequentes para uma mudança.

Autoras como Camacha Costa (2005) e Miguel (2008) convergem nalguns aspectos, sobretudo nos que têm que ver com o contacto entre as línguas africanas de Angola, entenda-se, línguas nacionais, oficialmente, assim chamadas, como imputáveis dos contornos que o português vai ganhando em Angola, é o que naturalmente se depreende nas seguintes afirmações:

Para Costa:

“Sem sombra de dúvida, o que se fala em Angola é uma variante do Português Europeu, resultante do contacto da Língua Portuguesa com as Línguas Nacionais maioritárias. Tal contacto dá a esta variante uma característica especial, com sotaque próprio, diferente do português falado em Portugal e no Brasil, em que ocorrem expressões próprias das Línguas Nacionais”. Camacha Costa (2005:7)

Para Miguel:

“O português de Angola, desde a Independência, evoluiu, produto da situação *sui generis* em que se encontrou/encontra nomeadamente:

Convívio com numerosas línguas africanas angolanas;

Aquisição do português como língua segunda, muitas vezes, em situação informal, através da imersão no meio linguístico;

Deficiente preparação dos professores, muitos dos quais não detêm o domínio da norma-padrão;

Escolaridade feita em português desde os primeiros anos, mesmo em situações em que o aluno não falava esta língua quando entrou na escola”. Miguel (2008:41)

Ressalte-se que a mudança já dá sinais visíveis com a variação a que nos referimos de português em Angola para o de Angola, mas o desafio grande passa, necessariamente, pelo seu estudo sistemático que nos permitirá reunir um conjunto de *corpora*, o qual poderá atestar todas as teorias e considerações que temos estado a tecer à volta da divergência paradigmática entre a variedade angolana do português em formação (VAPEF) e a variedade do português europeu (PE). O nosso exercício vai direccionado no sentido de proceder à recolha de um *corpus* que nos dê conta do uso concreto do conjuntivo no português de Angola, constituindo, assim, fonte para uma possível comparação que se queira estabelecer entre as duas variantes (português europeu) e variedade angolana do português em formação (VAPEF), comparação esta que poderia ser extensiva a outras variedades do português. Confrontado com esta necessidade, Cabral (2005:2) infere que:

“A identificação e a descrição de tendências de mudança no português em Angola devem (pre)ocupar professores e linguistas, podendo estes alertar para a necessidade de uma tomada de posição, por parte do governo, de modo a caminhar para o estabelecimento da norma culta do português em Angola, distinguindo aquilo que são construções transitórias, ou seja, próprias de processos de aprendizagem das línguas, daquelas passíveis de serem encontradas na produção de falantes adultos cultos. Não se procedendo assim, certos usos linguísticos continuarão a ser penalizados como erros, promovendo a desmotivação e os baixos índices de aproveitamento em língua portuguesa”

Na óptica de Lucchesi (1998), a variação é o estado inicial que poderá conduzir ao estágio da mudança linguística, ou seja, não pode dar-se a mudança linguística sem a variação, que, para si, consiste na actualização regular dos momentos e processos de mudanças possíveis na língua; ao passo que a mudança consiste nos resultados dos processos de variação linguística. Em entrevista a *revista língua*, sobre as

semelhanças e diferenças existentes entre as variedades do português europeu e do Brasil, José Saramago dá-nos conta das mudanças linguísticas:

“há um tronco linguístico comum que, de modo variável, segundo as condições sociais, culturais e ideológicas vigentes, se expressa historicamente. As línguas mudam, o denominado “português de Portugal” não é igual hoje ao que foi no século XVII. Ora, se isso é claro no mesmo País, como não o seria em países diferentes? Deixemos, portanto, em paz as semelhanças e as diferenças porque elas são umas e outras, sinal de vida. As línguas mortas são as que não mudam” (*Revista língua*, 2005:18).

A regularidade da variação é determinante para haver uma mudança linguística, sem a qual não se pode falar em mudança, já o referimos que a mutabilidade linguística é um fenómeno natural e também não deixa de ser essencial para as línguas vivas, as línguas vão mudando não só por inerência da sua função básica- comunicar, mas como também a mudança é vital para a sua renovação, toda a mudança que se observa numa dada língua, certamente, estará ao serviço da satisfação das necessidades dos seus falantes, e esse mudar sistemático comprova a dinâmica das sociedades que as línguas não transparecem com grande facilidade.

2.8.6. Estatuto da Língua Portuguesa em Angola

O Português chega a Angola com a colonização do território que é hoje Angola, nos finais do século XV, 1482. Com o desembarque dos primeiros navegadores na foz do rio Congo, começaria, assim, a ser construído um cenário político da colonização do actual território angolano, que, por sinal, veio a prolongar-se até meados do século XX, portanto, 1975.

Tendo sido o Português a língua de colonização, assistiram-se a políticas impositivas no seu ensino e conseqüente expansão, dando lugar ao processo de regressão das línguas africanas angolanas, com vista à assimilação cultural e linguística de tudo que

era português (língua, política e cultura) e desassimilação de língua e cultura africanas de Angola, criando-se o estatuto de “assimilado” para quem assim procedesse, ou seja, quem aderisse à língua e a cultural portuguesas e negasse a sua identidade africana de forma radical, passava a ter o estatuto de assimilado, conseqüentemente usufruía de algumas benesses com o seu novo estatuto.

As medidas coercivas passaram a ter um respaldo legal, com o então Governador de Angola, Norton de Matos, em 1921, tendo decretado a proibição da fala das línguas africanas de Angola, ou línguas indígenas, como também eram chamadas, em todos os actos, salvo raras excepções, se o seu uso fosse para a disseminação do ensino do Português, diploma legislativo do qual recuperamos alguns excertos:

(...) Art.2º Não é permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas.

Art.3º O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino da língua portuguesa.

1º § É vedado na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas o emprego das línguas indígenas por escrito ou de outra língua que não seja a portuguesa por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos.

2º § Os livros de ensino religioso não são permitidos noutra língua que não seja a portuguesa, podendo ser acompanhado o texto português de uma versão paralela em língua indígena.

3º § O emprego da linguagem falada a que se refere o corpo deste artigo e o da versão em língua indígena, nos termos do parágrafo antecedente, só são permitidos transitoriamente e enquanto se não generalize entre os indígenas o conhecimento da língua portuguesa, cumprindo aos missionários substituir sucessivamente e o mais

possível em todas as suas relações com os indígenas e na catequese as línguas indígenas pela língua portuguesa.

O fardo herdado da colonização (assimilação do português e desassimilação das línguas africanas de Angola, maioritariamente bantu), ainda é visível, fruto de o Português mesmo com a independência de Angola, ter visto o seu estatuto de língua oficial⁸ reconhecido, por um lado; devido ao multilinguismo e a diversidade cultural de Angola, por outro; por ser a língua que fora durante séculos adoptada como de escolarização e de contacto com o exterior.

Actualmente, o prestígio que o Português ganhou, por razões acima expostas, não coíbe as autoridades angolanas de adoptarem uma política, mais ou menos, proteccionista, em relação às línguas africanas de Angola, com a sua inserção no sistema de ensino, mesmo que se verifique de modo incipiente, mas é um facto assinalável por vir a contribuir para a promoção das línguas africanas de Angola.

Já nos parece ser consensual por parte de diversos linguistas angolanos, e não só, nos seus estudos considerarem ou reconhecerem um rumo diferente que o português

⁸Outra situação que concorreu para o aumento do número de falantes de Português foi a *massificação do ensino*. No período que se seguiu à proclamação da independência (...), o ensino tornou-se gratuito, facto que terá motivado uma grande afluência às escolas e, por esta razão, um aumento considerável dos falantes de Português. (cf. Cabral, 2005:1. Dissertação de Mestrado em Linguística, FLUL, Universidade de Lisboa)

(...) Embora o Português goze de um estatuto de supremacia, tendo em conta que se assume como a língua oficial do País, relegando para segundo plano as demais que com ele coabita. Seja qual for o estatuto que se possa atribuir a estas línguas vulgarmente conhecidas como “línguas nacionais”, elas são funcionais e desempenham um papel fundamental para a comunicação dos povos, ajudando também na manutenção e preservação do património e da identidade cultural das comunidades bantu e não bantu do País. (cf. Naege, 2015:7. Dissertação de Mestrado em Linguística, FCSH, Universidade Nova de Lisboa)

falado em Angola vai tomando, que, aos poucos se vai distanciando da norma padrão-europeia, fruto de uma dinâmica sociolinguística, quer no léxico, na morfossintaxe, na fonética e na semântica.

Cuesta e Luz (1971:144-145) já se pronunciaram a respeito da variedade do português falado em Angola:

(...) Ao lado de numerosas línguas indígenas fala-se (...) um português, embora com alguns traços próprios (...). Assim, por exemplo, a redução a [ɐ] do ditongo ei- [ai] no português padrão- ou a pronúncia arcaica [ẽ] por [ã] do ditongo –em: tem [ɛ], vem [ẽ]. O s travando sílaba [ʃ] sonoriza-se nestas regiões depois de nasal: pães [z], melões [z̃]. E na sintaxe observa-se o emprego de *em* com verbos de movimento (...) e uma certa vacilação na colocação dos pronomes átonos devida talvez à iotização que, por influência negra, sofreu nestas regiões o [ə] final do português padrão.

De entre os angolanos podemos referir-nos a Mingas (1998), do contubérnio havido entre o português e diversas línguas de Angola “(...) *resultou ou mais precisamente, está a resultar desse contacto, mais concretamente, o português de Angola*”, p.114; Cabral (2005) “*Nos últimos 30 anos provavelmente porque mais angolanos falam Português do que até à data da independência, (...) parece acentuar-se o distanciamento da variedade angolana do Português relativamente à variedade europeia*”, p.2; e Fernandes da Costa (2006) “*centrando-se tal variante na respeitabilidade do regime lógico-gramatical vigente, no domínio da língua portuguesa, caracteriza-se, (...), por incorporação na sua estrutura de marcas lexicais originárias das línguas bantu*”, p.49; e tantos outros reconhecem, nestes termos, os contornos que o Português tem ganhado em Angola fruto de interferências linguísticas das línguas bantu.

O privilégio que o português beneficiou desde o tempo de efectiva colonização de Angola, que se resumia na sua oficialização e adopção como língua veicular e de escolaridade, digamos, um privilégio em face das línguas africanas de Angola, também chamadas de línguas indígenas, deveu-se segundo Costa Andrade (1981), ao facto de o contacto entre colonizado e colonizador ter tido um carácter meramente económico e explorador, no qual para os nativos se exigia que, mesmo do modo deficitário, articulassem algumas palavras que fossem úteis para a comunicação, a criação de locais para a sua disseminação dar-se-ia muito mais tarde, conforme o relato:

“(...) quando as necessidades de desenvolvimento económico das potências coloniais passam a necessitar de uma maior aplicação prática de conhecimentos técnicos e culturais, por parte do caudal humano colonizado, o imperialismo decide modernizar as formas de exploração. É na fase neocolonial em que os interesses do imperialismo citam a necessidade de formar elites, servidores fiéis, com níveis de conhecimentos que permitam funções executivas e de relativa decisão (...)”. Costa Andrade (1981:101)

Por outras palavras, Mendes (1985) corrobora o ponto de vista de Andrade (*op.cit*), diz que somente à porta da independência de Angola, ou seja, quando faltavam poucos anos para a libertação de Angola do jugo colonial, o Governo de Portugal interessa-se em criar e expandir escolas, cujo acesso seria aberto a uma grande população.

Como se pode constatar a sobrevalorização do português em detrimento das línguas africanas de Angola é uma herança do colonialismo que até ao momento subsiste por razões óbvias. Apesar de existir uma aparente vontade para a inversão do quadro nebuloso (não clarificação do estatuto das línguas locais), no qual se encontram as línguas africanas de Angola, podemos afirmar que ainda não há linhas orientadoras consentâneas e equilibradas para se ultrapassar convenientemente a tal nebulosidade.

A hegemonia que o português conserva, desde a independência até aos dias de hoje, vem solidificando-se graças à massificação do ensino (feito antes interdito pelos

colonizadores), desde a escolaridade básica até ao ensino superior, o português serve como a única língua usada em todos os domínios disciplinares, situando-se, assim, no topo de todas as atenções curriculares mesmo que seja feito de modo indirecto, ou seja, todas as disciplinas que se ensinam e aprendem na escola angolana fazem-se em português, quer dizer que, através do português adquirem-se conhecimentos múltiplos, este facto inevitável obrigar-nos-á a procurar compreender o português permanente e incessantemente.

Quando se debruça sobre as estratégias adoptadas pelo regime colonial para a expansão do português a todas as latitudes do território angolano, as perspectivas divergem de autor para autor, na perspectiva de Pinto (1926), as acções que visavam a educação e a civilização dos indígenas em Angola eram antigas quando comparadas com as outras colónias africanas por onde os portugueses montaram as suas bases; acrescentou que em Angola o português estava difundido por todas as regiões, chegando ao ponto de ultrapassar os limites fronteiriços.

Bender (1978), outro estudioso que mostra o interesse na realidade linguística em Angola, e no português em particular, é de opinião diferente, para si, os contactos entre os nativos e os colonizadores não eram muito próximos como se quer mostrar, ou seja, eram mínimos, apenas pautados por interesses económicos do lado do colonizador, não se esquecendo das assimetrias de estatutos sociais entre assimilados e indígenas, facto que comprova e justifica o fraco domínio do português por parte da maioria da população nativa logo a seguir a independência e um domínio acentuado da língua portuguesa estar ligado à elite, por sinal, não muito grande que estava confinada às áreas urbanas e costeiras de Angola.

2.8.7. Política linguística em Angola

2.8.8. No período colonial

A política linguística em Angola no período colonial era conhecida como a que orientava o uso exclusivo do português em todos os actos públicos (administração, tribunais, comércio, escolarização, etc). As autoridades coloniais, por um lado,

suspeitavam que a utilização de outras línguas que não fosse o português abriria uma possibilidade de os autóctones se pudessem comunicar livremente e com isso planeassem e atentassem contra o regime português, por outro, retardaria o processo de extinção das línguas indígenas como já se procurava lograr, para tal a sua utilização só para fins de expansão do português, até certo ponto, era autorizada (cf. Matos, 1921), daí se justifique a restrição. Em a *nação una* (1953) pode ler-se o seguinte teor que transcrevemos:

“Pus-me a dar os primeiros passos para a realização do formidável projecto de se fazerem esquecer, o mais rapidamente possível as línguas de Angola, substituindo-as pela língua portuguesa; e o facto dos bantos nunca terem aproveitado ou inventado qualquer espécie de escrita na sua vida em comunidade, desviava deste propósito qualquer de destruição ou de injustiça”. (Matos, 1953:91)

Para Matos (1953), enquanto as línguas indígenas não tivessem o código escrito fixado, mostravam-se impotentes, pois este facto o ajudaria a difundir a língua portuguesa que tinha um código escrito bem desenvolvido, facilitando o seu ensino e a aprendizagem por parte dos indígenas. Ciente das possíveis barreiras que o seu projecto poderia encontrar, mesmo adoptando medidas duras, teceu o seguinte:

“Enquanto os habitantes de Angola, Moçambique, Guiné, Índia e Timor não falarem todos correntemente o português, a unidade nacional não será perfeita e a civilização desses povos poderá fazer-se, mas conduzirá fatalmente a nacionalidades diversas”. (Matos, *op.cit*)

Esse desiderato foi, em parte, conseguido durante todo o período colonial, embora com a queda do regime colonial se virasse à página e começou a fazer-se o uso das línguas africanas de Angola, espontaneamente.

As políticas glotofágicas adoptadas pelo regime colonial para o aniquilamento das línguas africanas pelo português não surtiram os efeitos desejados na sua totalidade,

isso terá influenciado grandemente para a resistência ou mesmo subsistência das línguas africanas de Angola, pois, o próprio colonizador dividira a sociedade angolana em castas, *assimilados*, indivíduos que negassem a sua origem e possuíssem uma escolaridade liceal ou básica, possuindo também um domínio aceitável da língua portuguesa, com a sua desculturação e conseqüente aculturação europeia, o assimilado passava a beneficiar de estatuto semelhante ao dos cidadãos portugueses da metrópole; ao passo que pertenciam à casta de *indígenas*, os indivíduos sem formação, iletrados, ou que soubessem apenas ler e escrever.

A nosso ver, esta divisão da sociedade em castas, implicitamente terá contribuído de forma negativa para a não assimilação total da língua portuguesa por parte dos indígenas que, por sinal, constituíam a maioria da população de Angola. Outro factor que pode ter contribuído para a não extinção das línguas africanas de Angola durante o período colonial prende-se com a restrição de acesso às escolas e o facto de apenas a língua portuguesa ter funcionado para contactos utilitários entre o colonizador e o colonizado.

A corroborar o nosso pensamento, Mingas (2000) assegura que a resistência das línguas africanas de Angola é demérito das políticas dos colonizadores, e não propriamente mérito daquelas, dado que era propósito generalizar o processo de aportuguesamento de Angola, com a imposição de cultura, religião, língua, etc, por um lado, por outro, impunham-se os limites de acesso à educação, quer básica quer universitária, isso provocava a quebra do processo de assimilação que era apregoado. Na óptica da autora, não se deve pôr de parte que a própria falta de contactos permanentes com os portugueses nalgumas zonas, sobretudo as rurais e o quase confinamento destes às zonas do litoral e urbanas, bem como devido ao espezinhamento dos valores sociais e culturais dos angolanos tiveram suas implicações para o falhanço redondo da política linguística colonial.

O ideal monolíngue que sempre foi apregoado durante o domínio colonial, parece não ter “pernas para andar”, ou seja, não nos parece ser sustentável na actual conjuntura

do País, depois da independência, pois, vozes que apontam a inércia ou o desinteresse do Estado angolano, em face da falta de atenção aos problemas de política linguística mais profícua na disseminação e real valorização das línguas africanas de Angola, receavam que a elite no poder já estava cómoda com a única língua multifuncional (português) e as demais línguas estavam votadas ao abandono silencioso. Perfilham neste pensamento estudiosos como Cabral (cf. 2005) e (cf. Mata, 2007):

“Importa observar um facto, senão contraditório pelo menos insólito, relativamente à utilização das línguas endógenas. Durante o período colonial o uso destas línguas era proibido sob várias formas. No entanto, a sua presença na vida dos nativos era significativa, (...) é um facto que o Estado parece continuar a trilhar, de algum modo, os passos do projecto de Norton de Matos, nomeadamente no que diz respeito ao ensino das línguas endógenas, disposto no artigo 2º; ou seja, um dos instrumentos da colonização no passado é hoje um dos instrumentos de dominação dos segmentos que detêm o poder na sociedade angolana”. Cabral (2005:16-17)

Embora de forma natural e espontânea o português se expanda por todo o território sem, formalmente, haver um Decreto-Lei que proíba o uso das línguas africanas de Angola, isso tudo fruto da sua funcionalidade (português) no quotidiano angolano, no estabelecimento de relações sociais, económicas e culturais. A nosso ver, a não sustentabilidade do ideal monolíngue e da glotofagia das línguas africanas de Angola pelo português, podem explicar-se pelo facto de o Governo de Angola, apesar de ter declarado a oficialidade do português em todos os actos públicos, defender a valorização e a promoção das línguas africanas de Angola, entretanto, há como que um actuar de duas forças antagónicas uma centrípeta (línguas nacionais de Angola) e outra centrífuga (português).

Convenhamos recordar que apesar de não terem sido extintas as línguas africanas de Angola, uma vez que um dos objectivos era este, a assimilação do português por parte

dos que viriam a constituir a actual elite de Angola é um facto inegável, e até aos dias de hoje, o português de Angola procura seguir os paradigmas normativos do português europeu.

2.8.9. No período pós-colonial

Parecendo paradoxal, a língua portuguesa jogou um papel importante para a descolonização de Angola, era o único veículo válido para a comunicação e união dos diferentes movimentos e actores políticos que lutavam para a independência nacional de Angola, em face da diversidade etnolinguística dos mesmos.

É sabido e já o referimos que a política linguística no período colonial, foi durante todo o excurso do domínio europeu segregacionista e de desejo de extermínio total das línguas africanas de Angola. Contudo, já não se justifica recalcar sempre as cicatrizes deixadas por ela para tentarmos explicar a incipiente atenção que se dedica aos estudos, investigação, ensino e aprendizagem das línguas autóctones de Angola.

Embora se diga que em matéria de planificação e política linguísticas em relação às línguas africanas de Angola, nada ou quase nada existe, do ponto de vista formal, devemos reconhecer que a actual constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 19º, no nº 2, pode ler-se: “*o estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola (...)*”. Deste modo, pode ler-se também na Lei de Bases do sistema de educação, que embora o ensino seja ministrado em português, as línguas africanas de Angola não ficam de parte:

“o ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, mas o estado “promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais, financeiras, para a expansão e a generalização da utilização e do ensino das línguas nacionais, sem prejuízo do nº1 (A língua oficial da República de Angola é o português) do presente artigo, particularmente no sistema de educação de adultos, o ensino pode ser

ministrado nas línguas nacionais” (Lei de Bases de Sistema de Educação, 2001).

Curiosamente, tem sido no ensino de adultos onde as línguas africanas de Angola (chamadas línguas nacionais) se vêem mais valorizadas e utilizadas, pelo facto de a maioria dos adultos que frequenta a alfabetização não ter o domínio do português, parece-nos não ser suficiente esta estratégia de valorização, dado que muitos dos adultos pelas suas particularidades já não constituem a força activa. A estratégia que seria frutífera para a promoção e valorização das línguas africanas de Angola (línguas nacionais) passaria, necessariamente, pela sua implementação nas escolas de ensino primário, nas quais fariam parte de um plano curricular a par da língua portuguesa como línguas de ensino.

Esforços tendentes para a inversão do quadro de abandono a que estão votadas as línguas nacionais perante o prestigioso português por parte das autoridades locais têm sido feitos com a experimentação de inserção no sistema escolar das línguas nacionais, dizíamos nós, abandono, pois, esse é o sentimento de muitos estudiosos que vêem com preocupação a situação actual das línguas autóctones de Angola, outrora chamadas indígenas. Pelo seu carácter de neutralidade étnica, a língua portuguesa mesmo no período da luta armada ganhou uma grande vantagem sobre as línguas africanas, entretantes, não estava associada a nenhum povo de Angola, mas sim ao colonialista e servia como um bem comum em que os seus utilizadores estavam desprovidos de quaisquer preconceitos de superioridade ou inferioridade ao fazerem uso dela.

Para Maria Helena Mira Mateus (2010), a política linguística tem por objectivo estimular os utentes a terem uma percepção da sua língua, procurando com o seu uso enriquecê-la e trabalhá-la de forma entusiástica por ser uma das características principais que os identifica, e pelo facto de a língua servir a comunidade, contribuindo para a realização dos seus membros; enquadra-se também na política linguística a aceitação de variações que as línguas naturais e vivas experimentam, encarando a

variação como símbolo de diversidade e não como expressão de inferioridade ou superioridade de um registo linguístico em relação ao outro.

Nas suas considerações, a autora defende que ao se concretizar uma política linguística que se dirija à língua materna, dá-se também a sua inserção nos currícula como disciplina e a mesma tem de ser feita de forma estimulante para atender a diferentes finalidades, uma política linguística consentânea e equilibrada contempla de entre outros aspectos o incentivo à produção literária, com ela desenvolve-se a imaginação, dito de outro modo, a política linguística tem uma grande importância em termos culturais de uma comunidade, aqui cultura, lato senso, não menos importante, está a criação de instrumentos de normalização linguística aceitáveis e de referência no uso da língua.

Maria Helena Mira Mateus (*op.cit.*) define do seguinte modo o que é política linguística:

“entendo por política linguística um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua (...)”, se se trata da língua materna admite o seguinte: “(...) o domínio do uso da língua é considerado como uma referência fundamental para a avaliação do desenvolvimento psicológico e social dos indivíduos. Em consequência, a política da língua deve englobar todas as actividades que tendam aprofundar e treinar a utilização da língua materna, a aumentar a auto-confiança dos falantes, de modo a permitir-lhes expressarem fluentemente e com segurança em público e através da escrita, a estabelecer um distanciamento em relação à língua que leve os falantes a reflectir sobre ela e conhecê-la cada vez melhor”. (2010:74)

Consciente das suas responsabilidades o Governo de Angola não mede esforços para traduzir em actos as políticas que giza para a promoção e protecção do extermínio das diversas línguas africanas de Angola, oficialmente, designadas por línguas nacionais.

Em função da sua larga expansão, fruto da sua funcionalidade em todos os sectores da sociedade angolana, o português pode muito bem ser usado também para impulsionar a expansão das línguas africanas de Angola, em nosso entender, não se poderia radicalmente substituir o português por algumas línguas de Angola, como alguns sectores defendem, isso já não é possível atendendo às implicações óbvias quer económicas quer sociais que tinham sido acauteladas a quando da transição do regime colonial para o Estado novo, nação independente, com aquilo que designamos por recondução natural do português ao estatuto de língua oficial em Angola em 1975.

Para Inocência da Mata (2007), ao se privilegiar o português em detrimento das línguas africanas de Angola, muitos angolanos vêem-se coartados de exercer a sua cidadania, esse facto começou logo a se dar com a oficialização do português em 1975, e acrescenta que:

“Eleita como “língua oficial” no próprio acto da proclamação da independência no dia 11 de novembro de 1975, o português seria nos anos 80, segundo dados do Ministério da Educação, língua materna de 11% da população, para, no dealbar do século XXI, se tornar língua materna de 21% da população- língua coexistente (mas não creio que convivente) com outras línguas faladas no território angolano, bantu e não bantu. Sem receio de qualquer rótulo (como o de ser politicamente incorrecta), direi que, então, não foi iniciado um trabalho sério e desideologizado conducente a assegurar “a promoção, o respeito, e o uso social e privado” (Declaração Universal dos direitos Linguísticos, introdução) das línguas faladas no território angolano, disposições necessárias à garantia de universalismo, igualdade e harmonia. (...)”, neste caso, “Deve caber, pois, ao Estado supostamente, preocupado com a cultura nacional ou o exercício da cidadania, trabalhar (e não apenas através de discurso) para reverter essa situação de exclusão de cidadania de falantes de outras línguas que cada vez se vêm tornando mais periféricas e folclóricas (...)”. (2007:154-158)

Não nos parece sensato afirmar que quem não se expresse em português se sinta à margem da sua cidadania, mas enfrenta alguns embaraços, na medida em que, o português cada vez mais ganha terreno em 42 anos de independência em Angola como nunca antes se tinha visto em 500 anos de colonização por imposição do seu uso, caso para dizer que só um diploma legal não é suficiente para determinar a expansão e o uso em massa de uma língua, mas sim a vontade dos seus utentes e a sua funcionalidade nas relações sociais e económicas se revestem de importância capital.

Contudo, devemos reconhecer que actualmente estados monolíngues já quase não existem mesmo que conviesse aos colonizadores e às elites que se formaram no pós-independência; perfilhando no pensamento de Mata (*op.cit.*), ao se privilegiar uma língua como oficial em detrimento de outras numa situação de multilinguismo, com as quais coabita, quer queiramos, quer não, situações de exclusão social, política e económica são propensas a acontecer.

No caso de Angola não basta a Lei magna (constituição da República de Angola (2010)) reconhecer a necessidade de valorização e promoção das línguas nacionais, o reconhecimento fará mais sentido com a materialização das políticas que visam a inserção, o ensino e a aprendizagem das línguas autóctones clamadas como património dos seus utentes. Referimo-nos ao ensino e a aprendizagem dessas línguas autóctones, por que o sistema de ensino, em grande medida, tem estado por detrás de aceitação e prestígio que as línguas vão ganhando, por isso, uma planificação e política linguísticas sérias para o nosso País contemplariam, inevitavelmente, um ensino bilingue de acordo com os contextos dada a diversidade etnolinguística e a dimensão territorial de Angola, passos que têm sido dados, a nosso ver de forma incipiente, embora seja já um facto a alfabetização de adultos nas suas línguas nativas.

No tocante à problemática e à política de ensino do português em Angola, Mingas (2002:47) fala em duas vertentes que podem ser consideradas e dentre as quais dá primazia a uma:

“Tendo em conta a realidade linguística do país, a definição de uma política de ensino da língua portuguesa implica considerar duas vertentes: ensinar o Português padrão tal como era feito durante o período colonial, ou ensinar um Português mais adaptado à realidade angolana e, portanto, com uma abertura à componente cultural local.

Somos de opinião que a vantagem de opção para a segunda vertente é óbvia. Na realidade, o que se fala actualmente em Angola é uma variante balbuciante do português de Portugal, resultante do contacto da língua portuguesa com as línguas maioritárias angolanas”

Debruçando-se sobre a política linguística, Mingas (2004:75-76) observa que o papel que tem sido desempenhado pela língua portuguesa, de modo algum, poria em causa a funcionalidade das línguas africanas de Angola ou línguas locais, por que elas representam de forma única a expressão dos valores e da realidade em que estão inseridas. A autora aduz o seguinte: *“O que é decisivo, nesse domínio, é que os Estados desenvolvam orientações estratégicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e protecção das línguas locais”*

Pelos resultados catastróficos que as escolas angolanas vão experimentando, só o ensino monolíngue não fará face ao insucesso, pois, os alunos, muitos neste caso, chegam à escola com o domínio acentuado das línguas nacionais e com pouco domínio ou quase nenhum do português, outra realidade que se vem tornando trivial prende-se com o facto de algumas vezes os alunos chegarem à escola com domínios fracos quer do português quer das línguas nacionais, mas tiveram uma aquisição primária do português deficitário exigido e transmitido pelos seus pais.

A aquisição e transmissão deficitárias a que nos referimos, que se fazem a todo o custo, ocorrem, no nosso entender, devido às vantagens que o português tem sobre as demais línguas africanas de Angola: a hegemonia e o prestígio do português são inquestionáveis, a sua funcionalidade porá os seus filhos em melhores condições de competitividade e igualdade de oportunidades em diversos contextos no País e noutras

latitudes onde se fala o português, todavia, a culpa não “morre solteira” como sói dizer-se, o estado continua e continuará a ser responsabilizado pela inércia das línguas africanas de Angola, no que tange à sua afirmação (valorização, promoção, disseminação, funcionalidade, só para citar). Por conseguinte, corroboramos o ponto de vista de Cabral (*op. cit*), dando conta de atitudes discriminatórias quanto ao uso das línguas africanas de Angola:

“Mas se, a acção do Estado é tida como pouco eficiente para fazer com que algumas línguas endógenas não desapareçam e outras ganhem uma dimensão regional, ou mesmo nacional, a atitude da sociedade parece não ser mais animadora, ao considerar aquelas línguas como línguas do mato, de tribalistas, ou de gentios.

Estas atitudes devem-se, como refere Silva-Corvalán (1989:170), ao impacto de factores extralinguísticos, por exemplo, as atitudes subjectivas de toda a comunidade perante a manutenção de línguas diferentes, a relativa especialização das línguas, as atitudes perante a cultura das diferentes comunidades linguísticas. Nestas situações priva-se o falante não só do direito de aprender uma língua endógena, pela acção da escola, mas também a liberdade de se expressar livremente nessa língua, por parte da sociedade, violando-se, assim, o artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (...). Cabral (2005:20)

Não alinhamos no pensamento, segundo o qual, a política linguística de Angola, quanto às línguas autóctones no período pós-colonial se assemelha ao do período colonial, mas é bem verdade que ainda não se sentem as repercussões positivas do processo de inserção das línguas africanas de Angola nas escolas; outra verdade é que só o facto de ter começado a experimentar o seu ensino nalgumas escolas em projectos-piloto indicia a vontade das autoridades terem um posicionamento diferente no que concerne à política linguística do País. O nosso posicionamento baseia-se no facto de

em 2006, seis línguas nacionais, a título experimental foram introduzidas pelo Ministério da Educação no ensino primário, nessa fase experimental foram contempladas as línguas Cokwe, Kimbundu, Kikongo, Umbundu, Ngangela, e Oshikwanyama, por terem já um alfabeto desenvolvido.

Não nos devemos escudar de que a disseminação (ensino e a aprendizagem) das línguas nacionais num país como nosso, rico em diversidade étnica, linguística e cultural, pode perigar a unidade nacional, privilegiando apenas o português como a única língua que deve ser promovida; estamos de acordo com os que defendem a continuidade do português como língua oficial, dada a sua dimensão multifuncional e, em certa medida, servira nos momentos próprios como ferramenta indispensável na construção da unidade nacional sem aporias.

A unidade nacional pode também ser reforçada com o reconhecimento sem hesitação de que as línguas nacionais jogam um papel importante na sua construção, por exemplo, quando se lhes reconhece o seu valor, mesmo que funcionem apenas a micro nível⁹, as circunstâncias actuais assim nos indicam, desta feita, ao se promover, proteger e disseminar o uso das línguas nacionais dar-se-ia um passo gigantesco para aprendizagem eficiente do próprio português.

Cabral (2005) e Miguel (2008), nos seus estudos alertam:

“Devido ao prestígio da Língua Portuguesa na comunidade de falantes, há várias décadas, aliado ao facto de esta ser uma língua de comunicação internacional e de permitir mais facilidade na aquisição de emprego e na ascensão a posições sociais mais cobiçadas, é previsível antecipar-se uma grande resistência, de parte considerável da

⁹Para Fernandes e Ntongo (2002:18) as línguas nacionais não têm um estatuto definido, apenas servem de línguas de comunicação a micro-nível, isto é, entre os membros que pertencem a mesma comunidade linguística.

população, à ideia de ter de aprender línguas endógenas, mesmo se apenas durante os primeiros anos de escolaridade e, em particular, se isto for entendido, erroneamente, como servindo para minar a aquisição ou a aprendizagem do português.” Cabral (2005:21)

“Efectivamente, a língua portuguesa foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas angolanas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconhecem nenhum valor funcional”. Miguel (2008:39)

Os esforços tendentes a dar o devido valor e a promoção das línguas africanas de Angola terá de ser proporcional aos passos galopantes que o português dá em Angola, pois, hoje por hoje, assistimos a um espezinhamento na aquisição e uso das mesmas por parte dos jovens, em detrimento do português e de outras línguas estrangeiras, tais como o inglês e o francês, que, também como sabemos, gozam de um estatuto de prestígio, de longe, maior do que o das línguas locais, daí os jovens não mostrarem motivação para a sua aprendizagem, ou seja, a funcionalidade apenas ao micro nível, ao nível da Província ou da região, faz com que elas percam na concorrência com o português, no concernente ao uso e a aparente importância.

2.8.10. Síntese do capítulo

À guisa de sinopse, no segundo capítulo, que aborda questões de norma e variação, intitulado da norma à variação, procuramos, de forma exaustiva, dar conta de conceitos da norma e da variação na perspectiva linguística. De um modo geral, o II capítulo é composto pelas seguintes temáticas: Norma e variação, a escola e o ensino da norma, o erro e a noção de correcto, erros na aprendizagem de línguas, português de/em Angola, mudança em curso? Estatuto da Língua Portuguesa em Angola, política linguística em Angola no período colonial e, finalmente, no período pós-colonial.

Procuramos, neste capítulo, passar em revista abordagens que se prendem com norma e sua variação, o que é de facto normativo e o que não é normativo ou, simplesmente, desvio, trazemos a lume a questão que tem que ver com a dinâmica de línguas fielmente traduzida em variações que se dão no sistema linguístico. Damos conta neste capítulo da indissociabilidade de norma e variação no destino das línguas, actuando cada uma em ângulos diferentes.

Sendo a norma e a variação matéria de análise no ensino, quisemos reflectir em torno delas, no tocante ao ponto de vista que a escola tem a esse respeito (norma e variação), percebemos que é recorrente as escolas privilegiarem a abordagem sobre norma e esquecem da variação, pois nalguns casos, como defende Callou (2008) a variação pressupõe preconceito linguístico, e a autora compara o preconceito linguístico como transversal ou sinónimo de qualquer outro tipo de preconceito, é pertinente que a escola como fiel guardiã da norma, entenda-se, norma padrão, deveria iniciar a ensinar que se existe norma, também existe variação. Esta última traduz tão somente que todas as línguas evoluem, e a variação pressupõe a vivacidade de uma determinada língua.

No II capítulo, também, reflectimos sobre a noção de erro e de correcto, cientes de que é uma discussão ainda inacabada no círculo de estudos linguísticos, em função da sua pertinência trazemos esta controvérsia, o que ilustra que o assunto é mesmo controverso, é sem sombra de dúvida as diferentes etiquetas com as quais nos deparamos quando o assunto é noção “*de erro e de correcto*”, por exemplo, *adequabilidade/inadequabilidade, aceitabilidade/não aceitabilidade, desvios, diferenças de usos, o exemplar e o correcto*, só para citar; no decurso da nossa descrição, advogamos a necessidade de, na actualidade, se redimensionar a histórica visão sobre a noção de erro e de correcto, pois, se tivermos em consideração que estas noções devem ser vistas em função de duas perspectivas, descritiva e prescritiva, em que nos situamos ao meio, pois, concordamos com os que defendem o carácter descritivo da linguística (Martinet, 1991) e também com os que defendem que o erro existe, até certo

ponto, Castro (2003), razão por que nos referimos ao necessário redimensionamento de abordagem de errado e de correcto na língua.

Abordamos ainda o erro na aprendizagem de línguas, damos conta de que podem ser distinguidas várias tipologias de erro, os diferentes autores convergem que na aprendizagem de uma língua, quer seja língua segunda, quer seja língua estrangeira, o mais relevante é, no fundo, compreender o que está na origem de erro, por conseguinte, autores como (cf. Corder 1967, cf. Edge 1989) consideram que cometer erros é um mecanismo de aprendizagem de uma língua.

Toda a nossa abordagem está a ser feita à volta do Português em Angola, em que escolhemos um tópico concreto sobre o uso do conjuntivo, em face da norma e da variação como parceiras inseparáveis no destino de uma língua, decidimos também fazer uma reflexão se há tendências de uma mudança linguística ou não no português de Angola. Se tivermos em conta a grande funcionalidade que o português tem em Angola, que se repercute na sua variação, então, não há dúvida de que se observa uma tendência de mudança mesmo que latente no português em/de Angola. A funcionalidade a que fazemos referência como propulsora de tendências de mudança linguística é, também, defendida por autores como (cf. Marçalo, 1992; cf. Martinet, 1992; cf. Milroy 1992; cf. Faraco, 2005; cf. Marquilhas, 2013).

Falar do estatuto da Língua Portuguesa em Angola, da política linguística no período colonial e pós-colonial, são abordagens que se contactam; quanto ao estatuto da Língua Portuguesa, frisamos que ao longo dos largos anos em que Angola esteve sob jugo colonial português, a Língua Portuguesa era a única língua permitida em todas as instituições públicas, houve sempre da parte da potência colonizadora um grande desejo de esmagar as línguas africanas de Angola, com uma forte imposição de não serem faladas, tendo sido rotuladas como línguas indígenas. Mesmo com a descolonização do País, por incrível que pareça, o português foi reconduzido e elevado a língua oficial e de unidade nacional, recondução motivada pela enorme diversidade etnolinguística de Angola, passou então, o português a ter o estatuto de língua de

escolaridade, que até ao momento, mesmo em zonas recônditas das cidades é usado para o discurso pedagógico, reforçou-se a sua utilidade e funcionalidade como línguas de comunicação com o exterior e de ciência.

Após a independência, vemos que, a língua portuguesa continua a ser graças a sua funcionalidade a língua que mais utente vai tendo sem imposição legal, mas sim, natural ou espontânea se assim se pode dizer, urge então a necessária intervenção da parte das autoridades angolanas para a protecção e promoção das línguas africanas de Angola, também, chamadas de línguas nacionais, traçando uma política linguística que ajude a manutenção do acervo linguístico autóctone. A constituição da República de Angola (2010) refere que apesar de o português ser a língua oficial de Angola, o Estado angolano “*valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola*”. A introdução das línguas africanas no sistema de ensino, embora reconheçamos que é ainda de modo incipiente, ilustra o interesse do estado angolano em cumprir com um adágio latino, segundo o qual “*res non verba*”.

Capítulo-III- Parâmetros de descrição do Conjuntivo

3. Modalidade

Dada a pertinência que as temáticas de modo e modalidade encerram para a descrição e análise do conjuntivo, debrucemo-nos, em linhas gerais, sobre as mesmas para a ulterior compreensão das especificidades do conjuntivo. A modalidade e o modo são noções indissociáveis que remontam há séculos, primeiro na tradição filosófico-aristotélica com a sua lógica e depois transferidas para a linguística. Mateus *et.al* (2003:245)

Em termos linguísticos, Mateus *et.al* (2003:245) considera a modalidade como a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes. De acordo com a autora, numa língua existem possibilidades diversas de se expressar um mesmo tipo de modalidade, bem como uma expressão pode apresentar diversas modalidades. Consideremos os exemplos:

(1) *A Maria pode sair a qualquer momento.*

(2) *O Rui deve sair amanhã.*

Na frase (1) o verbo modal *poder* remete-nos a seguintes interpretações, primeira “*é possível que a Maria saia*”; a segunda é: “*A Maria tem permissão para sair*”.

Na frase (2) o verbo modal *dever* está associado à modalidade epistémica e pode remeter-nos a seguintes interpretações: “*é provável que o Rui saia*” ou “*o Rui tem a obrigação de sair*”.

O português é uma das línguas que detém várias formas de expressar a modalidade, Mateus *et. al* (2003:246), sendo as formas mais comuns expressas através de verbos modais *dever e poder*, e verbos tais como *permitir, ter de, precisar de, obrigar, saber, crer*, etc, ou ainda através de advérbios de frase como *possivelmente, necessariamente, provavelmente*, bem como por meio de adjectivos, *possível, provável, capaz*.

Os afixos derivacionais como (-vel) que criam a noção ou o sentido modal (*lavável, concebível, solúvel*). Nalguns casos, o imperfeito, o futuro e o condicional como tempos gramaticais são associados à modalidade por exprimirem possibilidades.

Os exemplos seguintes atestam o que expusemos acima:

- (3) *Provavelmente a Joana saiu.*
- (4) *A Ana permite que a filha saia.*
- (5) *O Rui já estará em casa.*
- (6) *O Zé corre/corria dez quilómetros sem parar.*
- (7) *Esta peça de roupa é lavável à máquina.*
- (8) *É possível que a Maria chegue atrasada.*
- (9) *O Jorge crê que a Ana saiu.*

Para Maria Santos (2003:74), a maioria das teorias que utiliza a noção da modalidade numa análise linguística fundamenta-se nas premissas de análise herdadas da lógica. Por isso, a modalidade é também uma categoria protótipo do pensamento, de acordo com a qual o sujeito ajuíza o conteúdo proposicional ou informação a transmitir.

A autora acrescenta ainda que:

“(...) a modalidade corresponde a uma categoria tipológica universal, susceptível de se configurar de maneiras diferentes por estruturas linguísticas diversas, tanto lexicais, como sintácticas, como, até suprasegmentais (...)”. Maria Santos (cf.2003:403).

Assim, um acto de fala pode ser modalizado, modificado, ou, interpretado por intermédio das formas ou modalidades linguísticas que o falante assume.

3.1.1. Modalidades epistémica e deôntica

Como já nos referimos, o conceito de modalidade herdado da lógica, foi e é adoptado pela linguística, no caso a epistémica (*saber* do grego) consiste em atribuir o valor de verdade a uma proposição. Na modalidade deôntica as proposições referem-se aos

actos realizados por agentes “*moralmente responsáveis*”, pelo que o sujeito que as enuncia pode ainda impor, impedir ou permitir a realização do acto a que tais proposições se referem. De acordo com os dados ao seu dispor, a realização do acto será então encarada como possível ou obrigatória o que, de imediato, a relaciona indirectamente com o valor de verdade e directamente com a temporalidade futura. Maria Santos (cf. 2003:404).

Mateus *et al* (2003:248) distingue quatro modalidades em domínios de possibilidade e necessidade, que se circunscrevem em: *interna ao participante*, *externa ao participante*, *deôntica* e *epistémica*. Na modalidade interna ao participante, as circunstâncias dependem do participante e seleccionam os verbos *poder* e *ser capaz de* para veicular a noção de possibilidade e *precisar* e *necessitar* para necessidade.

(10) *Ele pode/ é capaz de correr cinco quilómetros.*

(11) *Preciso de comer/ necessito de comer.*

Na modalidade externa ao participante, as circunstâncias não dependem do participante, neste caso, seleccionam-se os verbos *poder* para a possibilidade e *dever* e *ter de* para necessidade.

(12) *Para ir para a Universidade, podes apanhar o autocarro 20.*

(13) *Para ir para a Universidade, deves apanhar o autocarro 20.*

(14) *Para ir para a Universidade, tens de apanhar o autocarro 20.*

Na modalidade deôntica seleccionam-se os verbos *poder*, *dever*, e *ter de*, aqui também, as circunstâncias são externas ao participante, obrigando-o a envolver-se na situação, conforme os exemplos. Mateus *et. al* (2003:249):

(15) *Tu podes/ o Rui pode sair já.*

(16) *Tu deves/ o Rui deve sair já.*

(17) *Tu tens de/ o Rui tem de sair já.*

A modalidade epistémica está ligada ao domínio da probabilidade e da incerteza, os verbos modais que a representam são, nomeadamente, *dever* e *poder*, em certos casos, os verbos modais *ter de* e *ser capaz de* podem veicular esta interpretação.

- (18) *O Jorge pode ter chegado há minutos.*
(19) *O Jorge deve ter chegado há minutos.*
(20) *O Jorge tem de ter chegado há minutos.*
(21) *O Jorge é capaz de ter chegado há minutos.*

Em (20) *ter de* com sentido epistémico apenas é aceitável se se considerar que um conhecimento geral (isto é, quando se sabe que ele chega sempre a horas) está, neste caso, subjacente. Deste modo, pode funcionar como justificação. Logo, *ter de*, em questão, dá-nos a leitura de “o locutor tem quase a certeza”, mesmo que não seja absoluta, assim, a asserção pode ser *o Jorge chegou há minutos*.

Em (21) *ser capaz de* pode apresentar uma interpretação epistémica no presente, no imperfeito a interpretação é ambígua, e no pretérito perfeito apenas apresenta a leitura de capacidade, ou seja, modalidade interna ao participante.

- (22) *Ele é capaz de chegar amanhã.*
(23) *Ele é capaz de poder chegar amanhã.*
(24) *Ele era capaz de chegar amanhã/ a horas.*
(25) *Ele foi capaz de chegar a horas.*

3.1.2. Modo

De acordo com Raposo *et.al* (2013:673), modo é um dos sistemas em função dos quais varia a flexão dos verbos em português. E, mais acrescenta que os valores de modos são expressos conjuntamente com os de tempo, ou seja, as formas verbais finitas não exibem constituintes morfológicos de modo independentes: ambas as categorias se encontram amalgamadas num mesmo constituinte. Em português são considerados modos o imperativo, o conjuntivo e o indicativo, nalguns casos consideram-se, ou

melhor, ocorrem como modos, o futuro e o condicional¹⁰, tanto simples como compostos. Mateus *et al.* (cf.2003:254)

3.1.2.1. O modo imperativo

Pela sua especificidade é o modo de expressão da modalidade deôntica, relaciona-se com a ordem, não obstante a ordem poder ser formulada usando outros meios, tais como o futuro, o presente do indicativo ou ainda o infinitivo ou gerúndio. O imperativo as suas formas são apenas associadas a este significado, porém, importa ressaltar que, contextos há em que vai tendo significados análogos àqueles que veiculam informações, instruções, conselhos, convites, súplicas, etc, tendo em atenção também a prosódia da frase.

Cunha e Cintra (1984) afirmam que embora o imperativo do latim “*imperare*” veicule a ideia de “comandar” não é para ordem ou comando que, muitas vezes, é usado o imperativo. Os autores acrescentam que é mais o modo de exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando, da ordem.

Os exemplos (26-29) ilustram as outras formas que podem veicular a ordem e (29-30) como exemplos de instrução ou informação, convite, súplica. Mateus *et. al* (2003: 254,255):

- (26) *Não matarás.*
- (27) *Agora fazes o que mandei.*
- (28) *Apresentar armas!*
- (29) *Segue em frente até ao cruzamento.*
- (30) *Anda cá ver este programa.*

¹⁰ Bechara (2009:222) acrescenta o condicional e o optativo como modos, o primeiro refere-se a factos dependentes de certa condição, ao passo que o segundo faz referência à acção como desejada pelo agente.

O modo imperativo é típico em frases simples imperativas (31), e pode ocorrer também em frases coordenadas, (32) - (33), observa-se no último dos exemplos dados que se verifica uma relação semântica com uma condicional (exemplo (33) *se mexes aí, levas um tabefe*), não sendo o modo da segunda oração o imperativo. São assinaláveis algumas restrições quanto a características semânticas dos verbos com os quais pode ocorrer, ou seja, o imperativo não pode combinar-se com estados não faseáveis, mesmo que o faça com estados faseáveis que têm características eventivas. Contudo, não se deve pensar que o imperativo pode surgir com qualquer tipo de evento, pela natureza própria e sua relação com a modalidade deôntica, requer que se trate de eventos que de alguma maneira possam ser controlados por quem é objecto da ordem.

Os exemplos seguintes atestam o que expusemos. Mateus *et. al* (2003:255):

- (31) *Cala-te!*
- (32) *Come e cala-te*
- (33) *Mexe aí e levas um tabefe!*

Outra característica destacável do modo imperativo é o facto de apresentar só formas para as segundas pessoas do singular e do plural, sendo substituído nos outros casos por formas do conjuntivo, respectivamente a primeira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular e do plural (exemplos, *dance/ dancemos/ dancem*). Tratando-se de formas negativas, o modo imperativo realiza-se em todas as pessoas pelo conjuntivo.

O imperativo pode ser empregue para sugerir uma hipótese em lugar de asserções condicionadas expressas por *se* mais futuro do conjuntivo.

- (34) *Leia este livro, e conhecerá o Brasil. [Se ler este livro, conhecerá o Brasil.]*
- (35) *Suprima a vírgula e o sentido ficará mais claro [Se suprimir a vírgula, o sentido ficará mais claro.] (Cunha e Cintra, 1984:475).*

3.1.2.2. O modo indicativo

Cunha e Cintra (1984:447) afirmam que, de modo geral, o indicativo exprime uma acção ou um estado considerado na sua realidade ou na sua certeza, quer em referência ao presente, quer ao passado ou ao futuro, sendo o modo da oração principal. Assim, Mateus *et. al* (2003:259) descreve o modo indicativo como o preferencial das frases simples, da maior parte das coordenadas e ainda da oração principal em muitas frases complexas.

Sendo o presente do indicativo o tempo que, normalmente, co-ocorre com o conjuntivo, de seguida, passamos a descrever algumas das suas características, segundo Cunha e Cintra (1984:447- 448).

O presente do indicativo:

É usado para enunciar um facto actual, isto é, que ocorre no momento em que se fala (presente momentâneo).

(36) Uma pequena brisa substitui o calor.

Indica acções e estados permanentes ou assim considerados, como seja, uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei (presente durativo).

(37) A lei não distingue entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis.

Expressa uma acção habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala (presente habitual ou frequentativo).

(38) Eu na sua igreja não mando: só assisto e apoio.

Utiliza-se para dar vivacidade a factos ocorridos no passado (presente histórico ou narrativo).

(39) O chão é um tapete de confetes.

Marca um facto no futuro mais próximo; caso em que, para impedir qualquer ambiguidade, se faz acompanhar geralmente de um adjunto adverbial.

(40) *Outro dia eu volto, talvez depois de amanhã, ou na primavera.*

Cunha e Cintra (1984) referem também outros valores que o presente do indicativo toma, sobretudo ligados a efeitos meramente estilísticos, associando o presente do indicativo a valores mais afectivos, processo ao qual designam por dramatização linguística.

Mateus *et. al* (2003) considera que o presente do indicativo apenas, em alguns casos, veicula uma informação estritamente temporal de presente, isso acontece com estados; ao passo que com eventos está restrito a relatos directos e também ao uso de enunciados performativos, em (42 e 43).

(41) *A criança está contente.*

(42) *O jogador remata fortemente à baliza.*

(43) *Prometo que vou contigo ao museu.*

Não é raro o presente ser utilizado para referir um tempo posterior ao tempo da enunciação, mormente quando ancorado por adverbiais e quando o predicado seleccionado é um evento, como se segue:

(44) *Amanhã a Rita corre no estádio universitário.*

O presente apresenta-se também como uma projecção do passado nos usos chamados por presente histórico, quando o contexto se refere a um tempo passado em que se admite alguma sequência de situações.

(45) *Em 1940 a cantora vive em Paris, vindo a comprar uma mansão nos arredores.*

Em Mateus *et. al* (2003) é-nos referido o outro uso do presente em instruções, com um valor próximo à modalidade deôntica.

(46) *Sais do aeroporto e à tua direita encontras a paragem de autocarros.
Apanhas o autocarro 36.*

Ainda sobre o presente do indicativo, em Raposo *et. al.* (2013), salienta-se que o presente do indicativo é também usado em frases genéricas, que representam características típicas ou mesmo essenciais de espécies ou outros tipos de identidades.

(47) *Os tigres são animais ferozes.*

(48) *O embondeiro está em vias de extinção.*

A terminar a descrição sobre o modo indicativo, Raposo *et.al* (2013) considera-o como o modo marcado, ou seja, pode ser visto como o modo marcado, pelo facto de o indicativo estar especializado na marcação de valores que se podem designar por *valores de modalidade epistémica positiva*, quer dizer ocorre em contextos que expressam a crença de alguém na verdade da frase. Deste modo, o indicativo ocorre nas orações completivas:

- De predicados associados à expressão do conhecimento

(49) *Ele sabe que a Ana mora em Lisboa.*

(50) *Ele está consciente (de) que vai chegar atrasado.*

- De predicados associados a actos de fala compromissivos

(51) *Prometo que te telefono todos os dias.*

(52) *Ele ameaça que se demite se o projecto avançar.*

- De predicados declarativos

(53) *Ele disse que o livro estava algures aqui.*

(54) *A afirmação de que existe água em Marte foi-se tornando cada vez menos polémica.*

- De predicados que introduzem um cenário imaginário

(55) *Ele sonhou que estava de férias numa ilha imaginária.*

(56) *Suponhamos que ele era um astronauta.*

- De predicados associados à expressão de crença

(57) *A comissão de inquérito conclui que era ele o responsável.*

(58) *Ele está seguro de que consegue acabar o trabalho a tempo.*

De acordo com as descrições que se fazem à volta do presente do indicativo em Cunha e Cintra (1984) e Mateus *et. al.* (2003), podemos afirmar que o presente do indicativo apresenta diferentes usos, distintas leituras, em que podemos sublinhar uma leitura referente ao aspecto, ao tempo quando nos remete a uma localização temporal, e ao valor modal, só para citar.

3.1.2.2.1. Futuro e condicional como modos

O futuro e o condicional têm sido considerados, algumas vezes, como modos, sobretudo o condicional, embora o futuro também assim o considerem, diga-se, raras vezes. Se considerarmos que o Modo tem um traço semântico específico que não se pode confundir com Tempo, podemos ver muitos contextos em que os tempos gramaticais (futuro e condicional) funcionam como modos, quando não marcam uma localização espaço-temporal em relação a um passado ou a um presente.

Destacamos alguns exemplos com futuro simples (59) - (60) - (61) - (62) e futuro composto (63) - (64), (Mateus *et. al.* 2003:256):

(59) *Haverá vinte anos que tenho luz em casa.*

(60) *A esta hora a Maria já estará em casa.*

(61) *Já se passou há muitos anos, mas aquele dia estará sempre na minha memória.*

(62) *O assaltante estará neste momento a ser interrogado.*

(63) *A maria terá dito que não gosta de cinema.*

(64) *Ainda não chegou. Terá perdido o comboio.*

Em qualquer dos exemplos não se considera que se trata de uma referência a um tempo do futuro ao momento da enunciação, mas sim de uma forma de introduzir no enunciado uma fonte de incerteza ou ainda de uma leitura que se aproxime à deôntica (exemplo, (64)), noções associadas à natureza modal.

Seguem-se exemplos contrastivos paralelos, em que se confirma que o futuro simples deu lugar ao presente e o futuro composto ao pretérito perfeito simples (Mateus *et. al* 2003:257):

(65) *Há vinte anos que tenho luz em casa.*

(66) *A esta hora a Maria já está em casa.*

(67) *Já se passou há muitos anos, mas aquele dia está sempre na minha memória.*

(68) *O assaltante está neste momento a ser interrogado pela polícia.*

(69) *A Maria disse que não gosta de cinema.*

(70) *Ainda não chegou. Perdeu o comboio.*

O condicional à semelhança do futuro, também, quando o ponto de perspectiva temporal não é um tempo passado adquire um valor modal, quer na forma simples quer na forma composta.

(71) *O Rui e a Maria têm um encontro dentro de dias e esta convidá-lo-ia para presidir à sessão, se não soubesse que ele recusava.*

(72) *O vulcão pode entrar em actividade e isso assustaria a população.*

(73) *Nas condições actuais, não sei se a Maria teria casado com o Luís.*

Segundo Mateus *et. al* (2003), em qualquer destes exemplos ((71)-(72)-(73)) não se trata de o condicional marcar temporalmente o futuro de um passado, dado que nos dois primeiros exemplos a perspectiva temporal é um tempo futuro e no terceiro é presente.

3.1.2.3. O conjuntivo

O conjuntivo no Latim,¹¹ língua da qual o português proveio e herdou inúmeros paradigmas gramaticais, está suficientemente documentado, a ponto de ter sido definida a sua taxinomia e usos específicos em:

Potencial ou de possibilidade, no qual se apresenta a acção como possível; equivale a uma afirmação atenuada.

(74) *Forsitan quis dixērit.*

Talvez alguém diga.

Optativo, com o qual se exprime o desejo, podendo ser realizável ou irrealizável.

¹¹Todos os exemplos do conjuntivo em latim foram extraídos do compêndio da gramática Latina (p.215)- Modos. Tempo e Aspecto. Figueiredo e Almendra (1977).

(75) *Ad quam (senectūtem) utinam perveniātis.*

Oxalá chegueis a ela.

(76) *Velim Mihi ignoscas*

Queria que me pudesses perdoar (podes fazê-lo).

(77) *Utinam Sulpicius vivěret!*

Oxalá Sulpício vivesse ainda! (mas não vive).

(78) *Vallem Socrātes adesset.*

Queria que Sócrates estivesse presente (mas não é possível).

Dubitativo ou deliberativo, com o qual se indica a incerteza sobre o que deve fazer-se.

(79) *Na ego non provideam meis civībus.*

Não hei-de eu olhar pelos meus concidadãos?

(80) *Quid facěrem?*

Que havia eu de fazer?

Exortativo, com este suprem-se as formas que faltam ao imperativo, indicando ordem e proibição.

(81) *Amēmus patriam*

Amemos a pátria.

(82) *Ne dixěris. Ne faciat*

Não digas. Não faça (ele).

Por oposição ao indicativo, o conjuntivo no Latim é associado ao irreal, ao potencial, ao desejável, à ordem e ao eventual, semelhantemente valores que o conjuntivo a língua Portuguesa também herdou.

Figueiredo e Almendra (1977:216) dão-nos conta de que o conjuntivo é *o modo que traduz o desejo, a dúvida, o conhecimento que temos por ouvir dizer, tudo o que é hipotético*. Na passagem evolutiva do Latim para o Português, convenhamos recordar, do Latim clássico para Latim vulgar e deste para o Português, houve mudanças substanciais nalguns paradigmas gramaticais. Se no Latim o conjuntivo veiculava, ou, simplesmente traduzia o desejo, o hipotético e o irreal; em Português o conjuntivo também traduz o desejo, o hipotético, o irreal e o real (valores de verdade), nalguns casos, por exemplo, com verbo factivo (*lamentar*) e em construções concessivas (*embora*).

(83) *Lamento que estejas doente.*

(84) *Embora seja domingo, o Paulo está a trabalhar.*

Com o verbo factivo (*lamentar*) e a conjunção concessiva (*embora*), era expectável que o predicado e a conjunção pedissem o indicativo e não o conjuntivo, por se tratar de factos reais que são asseridos nas construções, sendo [+asserção] nas duas construções e não [-asserção].

Ressalte-se que as frases (83) e (84) são casos do português que não se coadunam com o paradigma da selecção modal do Latim, ou seja, no Latim selecciona-se o indicativo quando a proposição é [+ real, +assertiva, +verdadeira] e selecciona-se o conjuntivo quando a proposição [-real, -assertiva, -verdadeira].

Parece-nos ser uma hipótese a considerar, que, a variação na selecção do conjuntivo em Português em contexto em que no Latim apenas se seleccionaria o indicativo, pode explicar-se como resultado da lenta transformação do latim clássico para Latim vulgar e deste para Português, processo do qual resultaram muitas línguas novilatinas com

características próprias, cujos alguns paradigmas foram suprimidos e outros tendo-se mantido intactos.

A respeito dos tempos verbais, Matoso Câmara Jr. (1979:132) observa que: “o sistema do subjuntivo latino apresentava quatro tempos, dois imperfeitos e dois perfeitos, na passagem para Português, conservaram-se alguns tempos, outros tomaram novas funções e alguns deixaram de existir”.

Matoso Câmara Jr. (1985) afirma também que há “uma forte e acentuada tendência para a redução da área de emprego do subjuntivo”, isto por haver uma variação livre, nalguns casos:

(85) Espero que *venhas*. [conjuntivo]

(86) Espero que *virás*. [indicativo]

(87) Esperava que *viesses*. [conjuntivo]

(88) Esperava que *virias*. [condicional]

De acordo com o autor, há uma diferenciação que se pode considerar de base em termos funcionais entre o conjuntivo em Latim e em Português, neste, são reconhecidas as formas de conjuntivo como não sendo autónomas, estando sempre subordinadas às formas de orações matriz; embora reconheça o uso do conjuntivo em orações independentes, Matoso Câmara Jr., afirma também que ao se expressar o desejo, a dúvida, a hipótese ou a possibilidade, tal facto ocorre “no âmbito de uma comunicação dependente de outra nela contida” (1985:133).

O posicionamento de Matoso Câmara Jr. decorre do facto de considerar que o uso do conjuntivo em Português, particularmente, já se terá tornado numa “*servidão gramatical*” (1968), pois não marca quaisquer valores semânticos, considerando que também se podem veicular as características modais do conjuntivo com o uso do indicativo:

(89) *Suponho que seja verdade.* [conjuntivo]

(90) *Suponho que é verdade.* [indicativo]

Existindo um número considerável de estudos a respeito do conjuntivo em Português, seleccionámos alguns, sobretudo os que dão conta da abordagem semântica sobre o conjuntivo, ou seja, privilegiamos os que descrevem o conjuntivo baseando-se em critérios semânticos, escopo da nossa abordagem.

Fonseca (1970) e Hub Faria (1974), pelas indicações dos seus estudos, terão sido as primeiras a fazerem a descrição do conjuntivo de modo sistemático no Português europeu, com a adopção de critérios semânticos para a sustentação dos respectivos estudos. Para esses estudos, refira-se, claro, que tomaram como base as descrições apresentadas nas diversas gramáticas da Língua portuguesa.

Fonseca (1970)

A autora no seu estudo procura algumas particularidades que o conjuntivo apresenta no panorama modal do português, particularidades estas que o distinguem dos demais modos. Fonseca põe em causa a existência autónoma do conjuntivo, surgindo apenas para preencher uma função sintáctica em que as subordinadas dependem das subordinantes, neste caso, o conjuntivo é obrigatório, ideia que defende com as seguintes construções:

(91) *É bom que estejas aqui.*

(92) *Estás aqui, é bom.*

Na visão da Fonseca (1970:165), os exemplos supra são equivalentes, ou melhor, o significado é igual, quer dizer, o modo conjuntivo expresso na primeira frase (91) representa apenas a dependência sintáctica, subordinada-subordinante, não passa de uma forma vazia.

No seguimento das suas considerações, a autora afirma que nas orações subordinadas completivas, onde o conjuntivo ocorre com valor modal, o seu valor é mesmo virtual, pois em muitas dessas construções (completivas de verbos) significa ordem, proibição, exortação, permissão e desejo.

No seu estudo, Fonseca observa a possibilidade de muitos dos valores do modo conjuntivo estarem associados a um valor que pode considerar-se comum, nestes termos (1970:164-165):

“O conjuntivo começou por estar vinculado, pelo seu significado modal, à expressão de situações reais de dependência; depois generalizou-se o seu uso como expressão da dependência linguística, que pode ou não corresponder a uma dependência lógica. Nos casos em que corresponde, conserva-se em maior ou menor grau, o seu valor modal tendo, portanto, o conjuntivo o conteúdo significativo; nos casos em que não corresponde, é uma mera forma esvaziada de conteúdo, que exprime uma relação sintáctica de dependência”.

Recorrendo a outras construções *infra*, a autora sugere que a ocorrência do conjuntivo em orações simples deve ser interpretada como uma ocorrência de orações subordinadas a um verbo que expresse as ideias precedentes, mesmo que esse verbo não apareça realizado.

(93) *Ele procura um livro que trata disso.*

(94) *Ele procura um livro que trate disso.*

É clara a associação do conjuntivo à virtualidade, distinguindo-se de outros modos verbais do Português. É relevante lembrar, a autora explica que o uso obrigatório do conjuntivo em subordinação sintáctica se deve ao facto de o verbo no conjuntivo veicular meramente um valor de virtualidade.

Nas duas frases (subordinação), podemos ter duas interpretações diferentes, à luz do exposto anteriormente quanto aos valores do conjuntivo e do indicativo. Na primeira frase (93) trata-se de um livro que realmente existe, factual, e no segundo exemplo (94) o valor é virtual, potencial ou hipotético por se desconhecer se realmente “o livro que trate disso” existe ou não.

Hub Faria (1974)

À semelhança de Fonseca, que, também não aceita a existência do conjuntivo independente, Hub Faria (1974) recorre à gramática filosófica de Soares Barbosa (1871), na qual o autor considera o conjuntivo como:

“(…) um modo pelo qual o verbo enuncia a coexistência do attributo no sujeito de uma maneira afirmativa, porém indirecta e dependente de outro verbo claro, ou occulto, que a determina, e sem o qual não faz sentido nem póde estar na oração. Chamam-se subjunctivas a estas linguagens, porque são de sua natureza subordinadas a outras, e ligadas com ellas ordinariamente pelo conjunctivo *que*. É verdade que também há orações indicativas determinadas por outras, e ligadas com estas pelo mesmo conjunctivo. As subjunctivas porém são taes da sua mesma natureza; de sorte que separadas das que as determinam, nenhum sentido fazem, e estão sempre pedindo outra que lhes determine e complete o sentido”. Soares Barbosa (1871:154)

Na perspectiva de Soares Barbosa (1871), também partilhada por Faria (1974), não há conjuntivo independente, pois o que existe é um conjuntivo que depende de um verbo que pode estar claro ou occulto na frase, devido às restrições impostas por um verbo superior ou elementos da frase mais alta que podem, certamente, estar visíveis ou não na estrutura de superfície.

Baseando-se também em critérios semânticos, a autora aponta verbos como *dizer*, *ordenar*, *determinar*, *estabelecer*, *querer*, *desejar*, *propor*, etc, por excelência,

selecionam o modo conjuntivo por imporem restrições semânticas, dado que um desejo, uma ordem, um pedido são situações possíveis por realizar e não foram realizadas, ou seja, podem ser realizadas, por isso são potenciais e não concretas.

Na sequência das suas observações, Hub Faria (1974) designa os verbos que se seguem como os de *asserção mental*: *tolerar, tencionar, lamentar, censurar, conceber, consentir, duvidar, rezear*, etc. por estes verbos não serem declarativos, a autora assegura que com estes verbos há uma pressuposição de que a frase completiva encerre uma verdade. Desta feita, o conjuntivo é introduzido sempre que se observam as restrições que a frase mais alta impõe, por exemplo, temos o conjuntivo quando a uma frase complexa se atribuir dois ou mais valores de verdade.

(95) *Ela acredita que as flores sejam a causa da alergia.*

As restrições que a frase mais alta impõe, podem ser de natureza qualificadora, quantificadora, disjuntiva, e de negação, que por sua vez dependem de traços como: [+/- declaração], [+/-verbo], [+/- comunicação].

Cunha e Cintra (1984)

O nome conjuntivo provém do latim “*conjunctivus*” que serve para ligar, denotando uma acção ainda não realizada, que se concebe como ligada a outra, expressa ou que se subentende (Cunha e Cintra. (1984: 464).

Cunha e Cintra (*ibidem.*) assumem que “o conjuntivo é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas. A título de exemplo, temos os verbos *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, rogar e suplicar*”.

O conjuntivo independente emprega-se em orações absolutas, em orações coordenadas ou em orações principais, o conjuntivo pode exprimir:

(96) *Um desejo (queira Deus que dê certo).*

(97) *Uma ordem (paguem tudo que foi consumido).*

(98) *Uma dúvida, geralmente precedido do advérbio talvez (Talvez viva em Luanda por muito tempo).*

(99) *Uma proibição (não acendam o fogareiro).*

O conjuntivo subordinado é por excelência o modo da oração subordinada. É empregue tanto nas subordinadas substantivas, como nas adjetivas e nas adverbiais. Existem seis tempos do conjuntivo, dos quais três são simples (presente do conjuntivo, imperfeito do conjuntivo e futuro do conjuntivo simples) bem como três compostos (pretérito perfeito do conjuntivo, pretérito- mais- que perfeito do conjuntivo e futuro perfeito do conjuntivo composto).

Aqui sintetizados no quadro abaixo:

Presente	Pretérito imperfeito	Futuro imperfeito
'viva'	'vivesse'	'viver'
Pretérito mais que perfeito (composto)	Pretérito perfeito (composto)	Futuro perfeito
'tenha vivido'	'tivesse vivido'	'tiver vivido'

Quadro nº1 Síntese dos tempos do conjuntivo

O presente do conjuntivo forma-se pela separação da desinência –o da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e a seguinte adjunção das desinências –e, -es, -e, -emos,-eis e –em no caso dos verbos terminados em –ar e –a, -ar, -a, -amos, -ais e -am, no caso dos terminados em –er e –ir.

O imperfeito do conjuntivo, cria-se da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito simples pela substituição das suas desinências –aram, -eram, -iram por –asse, -asses, -asse, -

ássemos, -ásseis, -assem, no caso dos verbos terminados em –ar, -esse, -esses, -êsseis, -essem, -êsseis, -essem.

Em relação aos verbos regulares terminados em –er, note-se que as 1ª e 2ª pessoas do plural podem tomar o acento agudo em vez do circunflexo, por exemplo, vendêssemos, vendêsseis, mas fizéssemos, fizésseis. Os verbos terminados em –ir adquirem as desinências –isse, -isses, -isse, -íssemos, -ísseis, -issem.

O futuro do conjuntivo simples é formado da 3ª pessoa do pretérito perfeito simples pela substituição das desinências –aram, -eram, e –iram pelas –ar, -ares, -ar, -armos, -ardes, -arem.

Para os verbos terminados em –ar, os terminados em er- adquirem -er, -eres, -er, -ermos, -erdes, -erem; e os terminados em –ir, adoptam as desinências –ir, -ires, -ir, -irmos, -irdes, -irem.

O pretérito perfeito do conjuntivo forma-se do presente do conjuntivo do verbo auxiliar ter ou haver e do particípio passado do verbo principal, exemplo: tenha vivido.

O pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo é formado do imperfeito do conjuntivo dos verbos auxiliares ter ou haver e do particípio passado do verbo principal, exemplo: tivesse vivido.

O futuro do conjuntivo composto forma-se do futuro do conjuntivo do verbo auxiliar ter ou haver e do particípio passado do verbo principal, exemplo: tiver vivido.

3.1.2.3.4. Noções sobre o tempo linguístico

Diferentes áreas do saber reflectem sobre o conceito do tempo, isto faz com que a sua conceptualização seja mais complexa e abstracta, nalguns casos. Por exemplo, sob prismas diferentes, o tempo pode ser estudado em: filosofia, física, antropologia, sociologia, psicologia, psicolinguística e linguística, entre outras.

Os legados da noção de tempo de Reichenbach (1947) e de Comrie (1985) continuam a ser marcos relevantes para a abordagem do tempo linguístico. Reichenbach propõe a localização temporal com base em três pontos: Point of Speech-S (ponto da enunciação), Point of Reference-R (ponto de referência) e o Point of Event-E (ponto de evento). O autor explica a sua proposta:

“The position of R relative to S is indicated by the words “past”, “present” and “future”. The position of E relative to R is indicated by words “anterior”, “simple”, and “posterior”, the word “simple” being used for the coincidence of R and E. Reichenbach”. (1947:297)

Para Reichenbach, a relação entre R e S (ponto de referência e ponto de enunciação) é indicada por palavras “passado”, “presente” e “futuro”; ao passo que a relação entre E e R (ponto de evento e ponto de referência) se indica com as palavras “anterior”, “simultâneo” e “posterior”.

Para Comrie (1985), não há nenhuma sociedade humana que não tenha a noção de tempo, de forma holística, ou seja, do tempo cronológico:

“If one had no concept of time, then one of would find just as natural a development where humans first appeared as dead, then came to life as old people, then grew gradually younger and eventually disappeared into their mother’s womb. (...) Needless to say, no human culture is known to have such a conceptualization of time”. (1985:3-4)

Comrie (1985:2) esquematiza uma linha recta para representar o tempo, estando em primeiro lugar o passado, seguindo-se o presente e o futuro estando em terceiro lugar. Convenciona colocar o passado à esquerda, o futuro à direita e o presente é assinalado com um ponto zero na recta.

Past

Present

Future

Há várias línguas naturais que não têm a noção do *tempo verbal*, mas isso não faz com que as sociedades que as usam, não se apercebam da existência de tempo, ou não façam a contagem do tempo cronológico. É do tempo gramatical que fazemos referência.

Lyons afirma que: “*semantically, tense is a category of sentence*”, porque apesar da inexistência do tempo verbal nalgumas línguas naturais, há referência temporal, atentemos:

“Though not all languages have tense, it is probably true to say that all languages have various deitic adverbs or particles of time, comparable with the english words “now”, “then”, “recently”, “today”, “yesterday”, etc, wich provide the means, when it is necessary or desirable, for drawing deitic temporal distictions of the kind that are obligatory, and grammaticalized in the fullest sense as a tense-distinctions, in such languages”. Lyons (1977:679)

Nas línguas naturais concebe-se o tempo como:

“Um eixo linearmente ordenado, orientado do passado em direção ao futuro. O **tempo de uma frase** ou **tempo gramatical** consiste, pois, na localização temporal da situação descrita na frase num determinado ponto ou intervalo desse eixo. Nas línguas humanas o tempo articula-se em três domínios, **passado, presente e futuro**, relativamente a um intervalo tomado como referência, nomeadamente o momento em que o falante produz o enunciado”. Raposo *et. al*, (2013:510)

Genericamente, o tempo linguístico localiza as situações, quer sejam eventos ou estados, veiculadas numa língua natural através dos enunciados. É frequente e comum marcar e localizar o tempo linguístico por meio de tempos verbais, não sendo a única forma de o fazer, outros recursos são também usados para se marcar e localizar o tempo linguístico tais como: *os advérbios, expressões adverbiais de tempo e certas construções temporais*. Mateus, *et.al*, (2003).

Ferreira (2012) afirma que para além de os tempos verbais assumirem uma relevância na expressão do tempo linguístico, de forma directa ou indirecta, podemos encontrar expressões a que a autora chama de “*expressões adverbiais*” para construções linguísticas com valor temporal:

“(...) Expressões marcam igualmente a referência temporal, a sua localização ou duração um conjunto heterogéneo de construções de valor adverbial, a que chamaremos *adverbiais de tempo*, que incluem advérbios (*agora, ontem*), locuções diversas (*neste momento, depois de amanhã*) e orações temporais (introduzidas por *quando, antes que, depois que*), bem como orações participiais e gerundivas (*terminado o concerto, andando e pensando*), ou ainda preposições (*em*), conjunções (*quando*), nomes (*dia*), determinantes (*esta semana*), quantificadores (*no dia quinze*), adjetivos numerais (*no segundo dia*), etc.” Ferreira (2012:138).

O tempo, lato senso, e o tempo estritamente linguístico, pode ser localizado de forma absoluta ou relativa:

“Os localizadores temporais são constituídos pelos adverbiais capazes de fornecer as coordenadas temporais que permitem situar a eventualidade descrita numa frase, seleccionando um intervalo de tempo constituído como seu referente. A localização pode ser absoluta ou relativa. No primeiro caso, podem fazê-lo recorrendo a datas ou a eventos que funcionam como datas. No segundo caso, a localização

depende de outra referência estabelecida pelo momento de enunciação (deíctica) ou então por alguma expressão na frase (ou texto) (anafórica)”. Mateus *et. al.* (2003:168-169)

As frases *infra* podem explicitar a localização temporal, segundo o exposto acima:

Localização absoluta

(100) *O Manuel nasceu a 9 de Outubro de 1992.*

(101) *A Catarina nasceu no dia do eclipse total do sol.*

Localização relativa

(102) *Os convidados chegam neste momento/agora ao recinto da festa.[anafórico]*

(103) *O Jorge foi ao café e duas horas depois voltou para casa. [deítico]*

A localização absoluta é-nos dada pelo tempo cronológico (100) e (101), geralmente de fácil identificação por não estar a depender exclusivamente do contexto da enunciação; ao passo que a localização relativa que pode ser anafórica ou deítica depende do contexto (102) e (103) em que surgem.

A localização relativa engloba adverbiais de dupla interpretação, ou relativos duplos que, às vezes, dada a sua duplicidade podem ser anafóricos ou deíticos, como a seguir ilustrámos:

(104) *A Maria chegou há pouco tempo.*

(105) *Os meus amigos foram ao Brasil apesar de terem marcado a viagem há pouco tempo.*

(106) *Partimos no domingo [passado].*

(107) *Partimos na terça-feira, mas no domingo tínhamos estado em casa do Jorge.*

Em diferentes línguas naturais, as categorias tempo e aspecto linguísticos não são fáceis de se distinguir por serem tão próximas uma da outra, no caso de Português, o tempo verbal pode portar categoria aspectual dificultando a sua distinção morfológica.

Embora não seja objecto do nosso estudo (aspecto), mas por proximidade com a reflexão que fazemos sobre o tempo linguístico, é mister referir-nos ao aspecto linguístico, mesmo que seja de forma lacónica. É consensual não haver uma conceptualização acabada acerca do aspecto linguístico, afigurando-se como um conceito nebuloso no que diz respeito à sua terminologia. Leiria considera (1991:196) que:

“Embora a investigação tenha dedicado particular atenção ao estudo do aspecto verbal, não existe, até ao momento, uma teoria geral que reúna um certo consenso. Daí que a terminologia seja abundante, caótica e nem sempre adequada a uma determinada língua”.

Mateus *et. al* (2003:129-130) define o conceito de aspecto, também o distingue do tempo nos seguintes termos:

“O aspecto, por seu turno, fornece informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular, pela sua predicção. (...) Se o tempo é concebido como uma ordenação linear de unidades temporais atómicas (instantes) ou densas (intervalos) que se podem suceder ou sobrepor, já o aspecto permite olhar para a sua estrutura interna perspectivando as situações a partir do seu interior, sendo portanto subatómico (...) o tempo linguístico é uma categoria relacional, quer seja deíctico quer seja anafórico, enquanto o aspecto se centra na

perspectivação interna, sem necessitar de se relacionar com outros elementos”.

Há pontos de contacto intrínsecos entre as duas categorias (tempo e aspecto), uma vez que podem ter em consideração os mesmos intervalos temporais nas suas operações. Mateus *et.al.* (2003) chama a atenção que:

“(...) Certos adverbiais podem funcionar como aspectuais e temporais, tal como acontece com alguns tempos verbais, que sendo basicamente portadores de informação temporal podem produzir alterações aspectuais”.

(108) *O Rui trabalhou durante (toda) a noite.*

(109) *O Rui chegou durante a manhã.*

(110) *O Rui pratica alpinismo.*

(111) *O Rui tem visitado a Joana.*

No primeiro caso (trabalhou) a expressão adverbial delimita uma situação, ao passo que no segundo (chegou) a mesma expressão estabelece uma localização. Já nos terceiro (pratica) e quarto (tem visitado) os tempos verbais localizam as situações e operam alterações do ponto de vista aspectual.

Em Português como em outras línguas é comum distinguir-se o aspecto de aktionsart (modo de acção), o aspecto é gramatical; ao passo que o aktionsart é lexical, no caso de Português, o aspecto realiza-se por intermédio de morfemas flexionais. Assim, podemos dizer que o aspecto está ligado à estrutura de tempo internamente.

3.1.2.3.4.5. Os tempos simples do conjuntivo

3.1.2.3.5.1. Presente do conjuntivo

O presente do conjuntivo transporta valores de tempo, de aspecto, e de modo, análogos aos que são exprimidos pelo futuro simples do conjuntivo, neste caso, a ocorrência de um ou de outro tempo é determinada pelo contexto. Uma vez que o presente do conjuntivo pode transportar também valor temporal de futuro, no que respeita às circunstâncias de uma ou outra interpretação temporal. Segundo Rui Marques (2010:555), o ponto de perspectiva temporal em articulação com a classe aspectual das predicções passa a ser relevante, bem como a construção sintáctica e o semanticismo do elemento que subordina (subordinante) podem provocar restrições à interpretação temporal do tempo verbal.

As orações com o presente do conjuntivo permitem estabelecer uma relação temporal deítica, isto é, quando o ponto de referência é o momento de enunciação, e/ou anafórica quando se tem o momento de referência posterior à enunciação, assim, estabelece-se uma relação de sobreposição no caso dos estados e de posterioridade no caso dos eventos entre a situação descrita no presente do conjuntivo e o ponto de referência. A informação temporal de presente é perceptível quando o ponto de referência é o momento da enunciação e a situação é estativa.

(112) *Não sei do João, talvez esteja em casa.*

Ao passo que a informação temporal do futuro é-nos dada quando o ponto de referência é o momento de enunciação e a situação é eventiva.

(113) *Talvez o João chegue a tempo da sobremesa.*

Ou ainda quando o ponto de referência é um tempo posterior ao momento da enunciação, em que na frase (112) com uma situação estativa, e na frase (113) temos uma situação eventiva.

(114) *Talvez o João esteja em casa quando lá passarmos.*

(115) *Talvez o João chegue a tempo da sobremesa no sábado.*

Já avançamos que outros factores podem interferir na interpretação temporal do presente do conjuntivo, tais como as construções sintácticas e os elementos subordinantes, as orações temporais com o presente do conjuntivo remetem a uma interpretação de posterioridade ao momento da enunciação (futuro), seja qual for a classe aspectual do verbo:

(116) *Telefone-te logo que esteja em casa (situação estativa).*

(117) *Telefone-te logo que chegue a casa (situação eventiva).*

Alguns elementos subordinantes impõem certa interpretação temporal (verbo *pedir*), impõe uma leitura de posterioridade (futuro), quer com situações estativas (116) quer com situações eventivas (117).

(118) *Peço-te que estejas em casa à meia noite.*

(119) *Peço-te que chegues a casa antes da meia noite.*

Prescindimos deliberadamente de tocar nos valores aspectuais que o conjuntivo veicula, por não ser o cerne da nossa abordagem.

No que toca aos valores modais, é comum associar-se ao tempo verbal conjuntivo a situações tidas como possíveis, hipotéticas, prováveis.

(120) *Talvez a Maria nos venha visitar.*

Os mesmos atributos e a percepção do presente do conjuntivo como sendo provável, hipotético, de incerteza e de dúvida são também dados ao futuro simples do conjuntivo, onde chegam a ser mais nítidos neste (futuro simples do conjuntivo).

(121) *Se a Maria vier cedo vai nos encontrar.*

Cabe ao presente do conjuntivo também suprir as formas verbais do imperativo (só há as formas verbais de segunda pessoa do singular e plural), ou seja, o imperativo não dispõe na forma afirmativa de (terceira pessoa do singular e plural e primeira pessoa do plural), bem como de todas as formas verbais negativas. Mateus *et.al* (cf.2003); Raposo *et.al* (cf.2013)

3.1.2.3.6. Pretérito imperfeito do conjuntivo

O imperfeito do conjuntivo no verbo subordinado combina-se com um verbo principal no pretérito imperfeito ou no pretérito perfeito do indicativo:

(122) *O Rui esperava que a Matilde lhe desse um beijo.*

(123) *O Pedro pediu que o Director o recebesse.*

(124) *A mãe permitiu que tu visses este filme.*

Em construções completivas o imperfeito do conjuntivo distingue-se do presente do conjuntivo por ser seleccionado por um tempo do passado em relação à enunciação na oração principal. Desta feita, deixa em aberto a localização temporal da situação expressa na oração subordinada quanto à enunciação, podendo ser: anterior ou subsequente, vejam-se as seguintes combinações das frases *supra* com os advérbios temporais (O Pedro pediu que o Director o recebesse *ontem*) ou (O Pedro pediu que o Director o recebesse *amanhã*).

O pretérito imperfeito do conjuntivo com predicados estativos na oração subordinada, a situação é semelhante à descrita anteriormente, ou seja, a localização temporal da situação fica em aberto em relação à enunciação que pode ser anterior ou posterior. Nas frases abaixo o tempo da situação expressa pela oração subordinada é também posterior ao tempo da oração principal.

(125) *O Rui esperava que fosses simpática com os pais dele.*

(126) *O Pedro pediu que a Ana vivesse com ele.*

(127) *A mãe permitiu que tu morasses sozinho.*

O imperfeito do conjuntivo pode combinar-se também com um verbo principal no condicional

(128) *Se tu te portasses bem, a mãe permitiria que tu visses o filme.*

No pretérito mais que perfeito composto ou no condicional também composto (129)

(129) *O Rui tinha pedido/ teria pedido que o Director o recebesse.*

Nalguns casos o imperfeito do conjuntivo permite uma interpretação temporal em que a situação que se descreve na oração subordinada antecipa a que é descrita na oração principal. Com verbos factivos na oração principal esta leitura é a mais esperada

(130) *O Ministro lamentou que os agricultores apanhassem a cortiça tão cedo este ano.*

Ressalte-se que com predicado factivo na oração principal, para esta interpretação é mais usado o pretérito mais que perfeito composto do conjuntivo

(131) *O Ministro lamentou que os agricultores tivessem apanhado a cortiça tão cedo este ano.*

O pretérito imperfeito do conjuntivo no quadro dos tempos simples do conjuntivo é o único que pode ter como ponto de referência um tempo anterior ao momento da enunciação, portanto, o momento posterior à enunciação, e o momento da enunciação também o aportam ou o ancoram como sucede com o presente e o futuro simples do conjuntivo. A respeito destes três tempos, Rui Marques (2010:558) assere o seguinte:

“Estas formas não estão em variação livre. De facto, embora seja possível substituir-se o presente ou o futuro do conjuntivo pelo pretérito imperfeito sem perda de gramaticalidade, essa substituição é

acompanhada por uma alteração na interpretação da frase. No caso das frases com o pretérito imperfeito do conjuntivo, o estado de coisas descrito pela oração com o conjuntivo ou é contrário aos factos conhecidos, i.e., a oração tem uma interpretação contrafactual- ou é menos provável do que o estado de coisas descrito pela oração correspondente com o presente ou o futuro do conjuntivo. Dito de outro modo, as orações com o presente ou o futuro do conjuntivo apontam para possibilidades que estão em aberto no contexto de enunciação, contrariamente às frases com o pretérito imperfeito do conjuntivo”.

Os exemplos *infra* podem ajudar-nos a interpretar o que foi postulado por Rui Marques (2010):

(132) *Caso o Rui se porte bem, a mãe permite-lhe que veja o filme.*

(133) *Se o Rui se portar bem, a mãe permite-lhe que veja o filme.*

(134) *Se o Rui se portasse bem, a mãe permitir-lhe-ia que visse o filme.*

Assim, nas frases com o presente e o futuro do conjuntivo simples (132) e (133), o locutor encara como sendo possível (*portar-se bem*) ou provável (*portasse bem*), mas com o pretérito imperfeito simples do conjuntivo (134), o locutor encara a situação, por sinal, a mesma como possível, mas pouco provável e impossível, se souber que o Rui não é capaz de se portar bem.

3.1.2.3.7. Futuro simples do conjuntivo

O português e o galego continuam a ser as únicas línguas românicas que dispõem de futuro do conjuntivo. Em português, maioritariamente com alguns predicados as formas de futuro do conjuntivo são idênticas às formas do infinitivo flexionado, excepcionado verbos como *caber, dar, dizer, estar, fazer, haver, ir, poder, pôr, querer, saber, ser, trazer, ver e vir*. Raposo *et. al* (2013:541)

O futuro simples do conjuntivo pode veicular valores próximos do presente do conjuntivo, o contexto linguístico em que surge pode distingui-los, comparativamente com o presente do conjuntivo, o futuro ocorre em número mais reduzido. O futuro do conjuntivo pode ocorrer em orações condicionais introduzidas pela conjunção *se*, por *quando*, *enquanto*, *ou assim que* (Rui Marques, 2010:559). O futuro simples do conjuntivo ocorre em orações relativas.

(135) *O Restaurante onde formos tem de ser ao pé de casa.*

(136) *As pessoas que virem este filme vão ficar entusiasmadas.*

(137) *As pessoas que tiverem gripe são atendidas amanhã.*

Ocorre também em subordinadas adverbiais temporais e condicionais.

(138) *Quando todos souberem as respostas, concluiremos o relatório.*

(139) *Assim que fizeres os trabalhos de casa, podes ver televisão.*

(140) *Sempre que tiveres dificuldades, não hesites em dizer-me.*

(141) *Enquanto o Rui estiver doente não vai à Escola.*

(142) *Se tiverem frio, ponham o cachecol.*

(143) *Se houver restos do almoço, poderemos aproveitá-los para o jantar.*

Em todos os exemplos *supra*, do ponto de vista temporal, o futuro simples do conjuntivo marca um tempo futuro ao tempo da enunciação. Ressalte-se outra característica que o futuro do conjuntivo apresenta que é a de co-ocorrer com tempos do indicativo na oração principal que com ele partilham a possibilidade de veicular futuridade (138), o presente em (139) e o imperativo em (140). O futuro do conjuntivo simples em subordinadas temporais introduzidas por *enquanto* (141) o tempo da situação expresso pelo verbo (futuro do conjuntivo) pode sobrepor-se ao da enunciação, assim, prolonga-se para além da enunciação. Semelhantemente, nalgumas relativas com um predicado estativo, o futuro do conjuntivo pode sobrepor-se ao tempo da enunciação, todavia, esta possibilidade está muito condicionada pelo tipo

de situações representadas e pelo contexto da própria enunciação. Deste modo, aceita-se em (187) a interpretação em que a localização temporal da situação expressa pela oração relativa coincide com a de enunciação expressa na oração principal ser localizada no futuro.

Podemos ainda assinalar a ocorrência do futuro do conjuntivo em orações comparativas correlativas com valores de quantificação que são introduzidas por (*quanto mais, quanto mesmo*).

(142) *Quanto mais depressa formos, mais cedo chegaremos ao restaurante.*

(143) *Quanto menos barulho fizermos, menos possibilidades temos de ser apanhados.*

A localização temporal da situação expressa na oração com o verbo no futuro do conjuntivo é futura em relação à enunciação, pode, assim, sobrepor-se a ela, com dependência do contexto. Desde do ponto de vista semântico a construção (*quanto mais e quanto menos*) equivalem-se a construções condicionais.

(144) *Se formos mais depressa, chegaremos cedo ao restaurante.*

(145) *Se fizermos menos barulho, menos possibilidades temos de ser apanhados.*

Quer as orações do presente do conjuntivo, quer as do futuro do conjuntivo, as orações temporais veiculam sempre uma leitura de posterioridade, sem depender da classe aspectual do verbo, podendo ser predicado estativo (144) ou predicado eventivo (145).

(144) *Telefone-te quando estiver em casa.*

(145) *Telefone-te quando chegar a casa.*

Ativemo-nos a descrever apenas os tempos simples do conjuntivo em Português, pelo facto de os tempos compostos correspondentes veicularem, também, valores semelhantes aos dos tempos simples, havendo uma ou outra diferença com os compostos nos pontos de referência e momentos da enunciação, dependendo do contexto.

Maria Marques (2001)

Para esta autora, o modo conjuntivo emprega-se quando não há asserção, ou a asserção não é claramente independente, está associado a modalidades não-factuais, cujo locutor não se compromete nem com *a verdade*, nem com *a falsidade da proposição do enunciado*.

Destaca ainda como característica típica do conjuntivo a sua ocorrência obrigatória em construções de subordinação, mesmo que não seja uma característica exclusiva deste modo. Portanto, ressalta alguns pontos ou factores que podem ser determinantes para a selecção do conjuntivo. Maria Marques (2001:52):

“O significado do predicado na oração subordinante, o tempo, e a negação são preponderantes para a selecção do conjuntivo (i); O emprego obrigatório do conjuntivo leva a suposição da existência de vínculos semânticos entre o significado trazido pelo modo que se exige e alguns elementos presentes no predicado superior (ii); Os predicados volitivos ou de ordem constroem-se obrigatoriamente com o conjuntivo (iii); Os predicados epistémicos não assertivos exigem o conjuntivo na subordinada, assim, o conjuntivo é seleccionado por verbos que exprimem dúvida, incerteza, possibilidade e probabilidade (iv); Os predicados de asserção negados e algumas construções interrogativas pedem o conjuntivo (v)”.

Podemos, desta forma, aferir que a não asserção, a probabilidade, e a falta de comprometimento com a verdade estão na base da selecção do conjuntivo. Nalguns

casos, a selecção do conjuntivo faz-se para colmatar algumas lacunas das formas imperativas, sobretudo as imperativas negativas.

Rui Marques (1995)

Rui Marques (1995) baseando-se, claramente, em critérios semânticos, embora não descure os demais (sintáctico e pragmático), tendo em conta as descrições das gramáticas tradicionais em que se define o modo como a atitude que o enunciador expressa em relação ao facto que enuncia (cf. Cunha e Cintra, 1984; Mateus et.al, 2003). O autor acredita que é possível dar conta da distribuição do conjuntivo e do indicativo, considerando como primaciais os valores semânticos de predicados que estão na origem da selecção de um ou de outro modo, entenda-se, conjuntivo ou indicativo, uma vez que o conjuntivo e o indicativo substituem-se de forma complementar, mas com a alteração do significado que veiculam.

Rui Marques (1995:7-8) destacando o factor semântico dos predicados que seleccionam o conjuntivo ou indicativo na complementação, o autor elenca um conjunto de verbos subdivididos em:

Verbos que seleccionam conjuntivo: *aborrecer, aconselhar, admirar, agradecer, aguardar, ansiar, apetecer, apreciar, atrapalhar, assustar, autorizar, bastar, casar, censurar, chatear, chocar, comover, compreender, consentir, convir, duvidar, envergonhar, espantar, esperar, estranhar, evitar, exigir, gostar, impedir, implicar, incomodar, lamentar, lastimar, mandar, motivar, negar, ordenar, originar, pedir, perceber, perdoar, permitir, preferir, preocupar, pretender, procurar, proibir, querer, rezear, recomendar, requerer, solicitar, revoltar, sugerir, suplicar, surpreender, temer, tentar, transtornar, urgir, etc.*

Verbos que seleccionam indicativo: *achar, acontecer, acrescentar, adivinhar, advogar, afirmar, ameaçar, anotar, antever, anunciar, aperceber-se, apostar, apregoar, assegurar, asserir, assinalar, avisar, aclamar, combinar, compreender, concluir, concordar [no sentido epistémico e não deontico], confessar, confirmar, considerar,*

constar, constatar, deliberar, demonstrar, descobrir, dizer, esclarecer, esquecer, estabelecer, explicar, fingir, frisar, garantir, ignorar, indicar, inferir, informar, jurar, lembrar, mencionar, murmurar, notar, objectar, observar, parecer, perceber, precisar [tornar preciso], pressentir, proclamar, prometer, reclamar, reconhecer, recordar, referir, reparar, replicar, responder, revelar, saber, sentir, significar, significar, sonhar, suceder, suste, teimar, testemunhar, topar, ver, verificar, etc.

Verbos que admitem conjuntivo ou indicativo: *creditar, admitir, assumir, calcular, certificar, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar, etc.*

A divisão de tipologia verbal, por um lado, para a selecção do conjuntivo e do indicativo, e por outro, verbos que admitem conjuntivo ou indicativo, deve-se ao facto de na visão de Rui Marques (1995), muitos estudos indicarem que a selecção do conjuntivo surge em proposições onde não se assume a verdade, ou não há comprometimento com a verdade, o facto enunciado é irreal ou provável.

Para o autor esse critério (não asserção=conjuntivo) não é o único a ter em consideração, por isso afirma Rui Marques (1995:27):

“(...) São várias as construções em que isso acontece e que, no entanto, têm o verbo no indicativo. Tal é o caso das interrogativas (directas e indirectas), de algumas condicionais e, ainda, de frases modificadas pelos advérbios *possivelmente, provavelmente* ou *aparentemente*. Por outro lado, há orações cuja verdade é assumida e em que, não obstante, ocorre o conjuntivo. É o caso de orações complemento de verbos factivos que seleccionam conjuntivo e de orações concessivas. Se a oração estiver localizada temporalmente no passado, há informações de que o evento descrito pela mesma se realizou e, portanto, a sua verdade é assumida”.

O autor aduz também que há verbos, como *prometer*, *ameaçar* e outros que seleccionam indicativo, apesar de a oração que lhes serve de complemento ser localizada no futuro.

É deduzível em Rui Marques (1995), a necessidade de se levar em consideração outros critérios de análise quanto à distribuição do conjuntivo, não descurando, como é óbvio, os que poderíamos chamar de “critérios habituais” de não asserção, incerteza, hipotético, irreal, e não comprometimento com a verdade, porque, nalguns contextos há verbos como (*lamentar*) que seleccionam o conjuntivo numa construção em que se assume a verdade; e noutros casos em que verbos como (*prometer*) seleccionam o indicativo onde a verdade não é assumida.

Apesar de ser relevante o critério de não asserção da verdade para a selecção do conjuntivo, seria redutível se o considerássemos como o único. Por outras palavras, o autor prefere relativizá-lo e propõe outro o da semântica dos verbos.

Vilela (1995)

Vilela (1995:138) afirma que pode explicar-se a semântica do modo conjuntivo em contraste à semântica do modo indicativo, considerando o conjuntivo o modo do “*não-realizado*”, ou “*ainda não realizado*”. Como ilustra (*Que eu procure, vá que não vá, mas que eu encontre, isso é outra questão bem diferente; Que ele tenha procurado, vá que não vá, agora que ele tenha encontrado, nisso não acredito; Mesmo se ele procurasse em condições, não encontraria*).

Para o autor, pode caracterizar-se o conjuntivo em relação ao modo indicativo e ao modo imperativo. É mister dizer que o imperativo é referido por apresentar algumas lacunas nas suas formas e estas faltas são preenchidas pelo conjuntivo.

O modo indicativo é: “*a forma básica dos modos, representa o conteúdo do enunciado como um facto, denota o realmente existente, previsível e o que está em vias de se realizar*”. É basicamente um modo “*não marcado*”.

(146) *A água gela a zero graus.*

(147) *Se te apressas chegas a tempo.*

Urge notar que Vilela, parcialmente, está de acordo com a teoria do modo conjuntivo ser o modo da subordinação, contudo, distingue alguns usos do conjuntivo, a que chamaria “*optativo*”, com o uso optativo, o autor não nota dependências aparentes (148):

(148) *Fosse eu rico! [e os pobres teriam agasalho].*

Prosseguindo com as suas considerações, o autor reconhece haver uma certa relação entre a subordinação e o conjuntivo com [*uerba uoluntatis*] verbos de “vontade”; com verbos que exprimem dúvidas; com certos verbos pode haver opção entre conjuntivo e indicativo (para exprimir “possibilidade, dúvida, eventualidade, vs. (alguma) certeza”).

(149) *Quero/desejo/mando/ordeno que vás imediatamente.*

(150) *Receio/temo que tudo acabe mal.*

(151) *Penso que ele vem/venha cedo.*

Vilela, grosso modo, (*op. cit*) considera o conjuntivo como uma acção não dada, mas se for dada é de forma (subjectiva), reitera ser o modo das subordinadas, mesmo que decorra de forma independente, ou seja, também ocorre com as subordinantes em ligação com certas expressões: *talvez, oxalá*, ou em expressões de desejo ou ordem.

(152) *Não é verdade que ele more aqui.*

(153) *Não é bom que tu estejas aqui quando ele chegar.*

(154) *Não falemos mais nisso.*

Maria Santos (2003)

Aborda o modo conjuntivo no Português, fazendo recurso a critérios semântico-pragmáticos e sintáctico, apoia-se em estudos de Soares Barbosa (1871 (critério sintáctico) e de Dias (1889 (critério semântico), acreditamos ser uma abordagem mais ampla ao contemplar os três factores num único estudo com intuito de ser o mais profundo possível.

Na descrição sintáctica que a autora faz do conjuntivo, podemos depreender que ao conjuntivo está associada a conjunção *que*, independentemente da função, podendo ser integrante, completiva ou relativa, como se sabe, para as gramáticas é por excelência uma conjunção subordinativa, outrossim se parte da ideia base de o modo conjuntivo ser um modo de dependência, é relevante sublinhar que para qualquer gramática uma frase dependente é interpretada como subordinação, daí o conjuntivo estar associado ao modo da subordinação (2003:111). Vale ressaltar que a autora não associa de forma directa o conjuntivo à subordinação, por o considerar, à semelhança de Rui Marques (*op.cit.*), não ser o único modo em que a subordinação se dá, se tivermos em linha de conta que com o indicativo também se dá a subordinação.

Semanticamente, a autora afirma que a associação “automática” do indicativo à realidade, e o conjuntivo à dúvida ou ao duvidoso, potencial, possível, eventual, só para citar, em termos práticos, na língua não é o que sucede. Atentemos aos exemplos:

(155) *Lamento que estejas doente.*

(156) *Quero que venhas.*

No (155), temos o conjuntivo, mas exprime-se uma realidade; e na (156), não existe nem deixa de existir qualquer nexos com a realidade *vir* que, por sinal ainda não se concretizou. Apesar desse seu ponto de vista não radical, a autora considera o conjuntivo como a expressão do não real, virtual, e o indicativo a expressão do real.

A autora lembra Cunha e Cintra (1984) quando se referem aos modos indicativo e conjuntivo, na sua definição em relação ao primeiro (indicativo) impõe uma restrição definitiva “o indicativo é **em geral** o modo da certeza”, ao passo que “o conjuntivo é o modo da incerteza, possível, ou irreal, sem nenhuma restrição, **em geral**”.

Para Maria Santos, a atitude de um falante pode ser diversa em momentos diferentes de uma mesma conversa, podendo ser de um facto real (*lamento que estejas doente*), ou (*vejo que estás doente*). Na visão da autora (2003:133):

“Não basta portanto separar o «indicativo» - que representa o conteúdo dos modos como um facto, que denota “o realmente existente, o previsível e o que está em vias de se realizar”-, do «conjuntivo» modo do “não realizado” ou do “ainda não realizado”. É necessário acrescentar que o facto ou a acção, no modo «conjuntivo», quer se dê quer não se dê, é avaliado pela consciência do falante”.

Note-se que, Maria Santos releva a consciência do sujeito enunciador, como sendo determinante para a selecção do modo verbal e de conteúdos semânticos que pretende veicular. E, *as referências ao “real” e “não real” apenas são lógicas como informações organizadas de modo particular e nunca enquanto conteúdos intrínsecos e identificadores de «modo verbal».* (*idem ibidem*)

Na nomenclatura gramatical brasileira, podemos notar que, o conjuntivo é também designado por subjuntivo. Bechara (2009:280) caracteriza-o assim: “*o modo subjuntivo ocorre normalmente nas orações independentes optativas, nas imperativas negativas e afirmativas (nestas últimas com exceção da 2ª pessoa do singular e plural), nas dubitativas com o advérbio talvez e nas subordinadas em que o fato é considerado como incerto, duvidoso, ou impossível de se realizar (...)*”. Contrariamente aos outros (cf. Fonseca, 1970; Hub Faria, 1974). O autor considera a existência de um conjuntivo independente em orações optativas:

(157) *Bons ventos o levem.*

As considerações que o autor faz acerca do modo subjuntivo/conjuntivo, fá-lo-ás estabelecendo também um contraste com o modo indicativo; afirma que se o enunciador acha o acto como certo, ou acredita como certo, é normal usar o indicativo, e usa o subjuntivo/ conjuntivo quando é uma conjectura e não é uma realidade.

(158) *O cidadão que ama a sua pátria agradece-a.*

(159) *O cidadão que ame a sua pátria agradece-a.*

Sônia Santos (2005)

Sônia Santos, inicialmente, faz uma crítica às gramáticas tradicionais que apregoam uma norma única ou aquilo a que ela chama de “*homogeneização/uniformização linguística*”. Para a autora insistir em reconhecer e legitimar apenas a norma padrão da língua portuguesa, e tudo aquilo que não é, é ultrajante à língua, não é uma posição aceitável.

Segundo Sônia Santos (2005:10), nas gramáticas tradicionais o modo subjuntivo/conjuntivo é-nos apresentado como um modo que se opõe ao modo indicativo.

Define-se o indicativo: “*como o modo da certeza, do fato real, enquanto o subjuntivo é definido como o modo da incerteza, da hipótese, do desejo*”. Adianta ainda que estudos em sociolinguística têm vindo a demonstrar que o uso do subjuntivo/conjuntivo se mostra como um fenómeno que varia muito na fala, ou seja, usam-se as formas do modo indicativo em contextos de conjuntivo, variação esta observada em diferentes estratos sociais.

Para a realidade linguística que a autora descreve, (Brasil), aventa a hipótese de “*(...) que este processo de variação e mudança é resultante de um forte e massivo contato linguístico (...) que, durante o período de colonização do País, influenciaram na constituição socio-histórica do Português*” p.12.

De acordo com a autora, na passagem do latim clássico para o popular, e do popular para as línguas latinas actuais (novilatinas), em que o português é uma delas, houve mudanças, resumindo-as assim:

“Uma das diferenças entre o sistema subjuntivo latino e o do português é que, neste último, as formas do subjuntivo são empregadas em dependência sintático-semântica com outra oração. Daí muitos autores considerarem o subjuntivo como o modo da subordinação (...). Os únicos casos de emprego do subjuntivo em orações independentes se restringem às orações optativas (Que Deus te abençoe!) e às dubitativas com o advérbio “talvez” anteposto (Talvez venha hoje)”, p.15.

O posicionamento da autora é de que a dependência sintático-semântica é relevante para a selecção do modo conjuntivo, quer em orações subordinadas quer em orações independentes em que o modo conjuntivo ocorre.

No que diz respeito ao uso alternante entre conjuntivo e indicativo. Bechara (*op.cit*), refere que o presente do indicativo pode ser empregue pelo pretérito imperfeito do conjuntivo (se lhe **respondo** mal, ele se zangaria) e pelo futuro do conjuntivo (se **queres** a paz, prepara-te para a guerra). Acrescenta Bechara, “*que, uma forma verbal não está por outra ou em lugar de outra, mas sim no lugar de outra significação*”. (p.276)

3.1.2.3.8.1. Potenciais contextos de ocorrência do conjuntivo

De acordo com Mateus *et. al* (2003:259-488) o modo conjuntivo surge em alguns tipos de frases simples e coordenadas, o seu uso obrigatório ou opcional é, particularmente, observado em construções de subordinação. Nas frases simples o conjuntivo surge em imperativas, em frases com certas expressões feitas, com advérbios *oxalá* e *talvez*, em frases coordenadas pode surgir com conjunções *quer... quer* e *ou*.

(161) *venham mais cinco!*

(162) *Raios partam esta vida!*

(163) *Talvez a Maria nos venha visitar.*

(164) *Oxalá ele seja feliz!*

(165) *Quer queiras quer não queiras, vais para bombeiro voluntário.*

(166) *Gostes ou não gostes da sopa, vais comê-la!*

3.1.2.3.8.2. O conjuntivo independente

Cunha e Cintra (1984) apontam que o conjuntivo independente é empregue em orações absolutas, em orações coordenadas ou em orações principais, podendo exprimir as noções que se seguem:

Desejo, anelo

(167) *Chovam hinos de glória na tua alma!*

(168) *Que as horas voltem sempre, as mesmas horas!*

Hipótese, concessão

(169) *Seja a minha agonia uma centelha de glória!*

(170) *E que o teu ritmo seja a cadência de uma vida nova!*

Dúvida

(171) *Paula talvez lhe telefonasse à noite.*

Ordem, proibição

(172) *Que levem tudo para o caixão*

(173) *Que não se apague este lume*

Exclamação denotadora de indignação

(174) *Diabos te levem!*

Para Maria Santos (2003:145) o conjuntivo independente reconhece-se por auxiliar o modo imperativo na expressão da ordem e por exprimir o desejo, a possibilidade, a dúvida, a condição, a concessão, etc, acrescenta ainda que o conjuntivo independente tem por função principal suprir as deficiências do sistema verbal, nomeadamente a de algumas formas pessoais do imperativo.

A autora ilustra as suas afirmações com o quadro que se segue:

1.Pessoas	2.Imperativo	3.Conj. ou Imper.?	4.Conj. por Imper.
	-	-	-
1ª Singular	Entra		Não entres
2ª Singular	Entre		Não entre
3ª Singular		Entremos	Não entremos
1ª Plural	Entrai		Não entreis
2ª Plural		Entrem	Não entrem
3ª Plural	Ordem positiva		Ordem negative

Quadro-2 Representação de imperativo e conjuntivo (Adaptado de Santos, 2003)

3.1.2.3.8.3. Orações completivas

O conjuntivo ocorre em orações completivas, podendo estas serem de verbo, de nome, e de adjectivo. Em orações completivas de verbo, os verbos que exprimem conhecimento ou crença, normalmente seleccionam o modo indicativo ou admitem o indicativo e o conjuntivo.

(175) *Ele acha que o filme é muito interessante.*

(176) *Ele calcula que os amigos estejam em casa.*

As orações completivas de adjectivo seleccionam *conjuntivo adjectivos*, como Mateus *et. al* (2003) o designa que expressam dúvida, volição, necessidade, possibilidade, obrigação.

(177) *É duvidoso que a Maria esteja em casa.*

(178) *É desejável que a Maria esteja em casa.*

(179) *É necessário que a Maria esteja em casa.*

(180) *É obrigatório que a Maria esteja em casa.*

(181) *É permitido que a Maria esteja em casa.*

As orações completivas de nome seleccionam conjuntivo naqueles casos em que se exprime dúvida, volição, necessidade, possibilidade, obrigação, permissão, à semelhança das completivas de adjectivo. Mas em nomes como certeza, conhecimento, crença, descoberta, promessa, seleccionam o modo indicativo.

(182) *É uma obrigação que se conheçam os termos do acordo.*

(183) *É uma pena que o avião chegue atrasado.*

(184) *A certeza de que ela está bem anima-me.*

(185) *A promessa de que ele chega amanhã alegra-me.*

Finalmente, Mateus *et. al* (2003) a respeito das orações completivas de nome elenca nomes que podem seleccionar os dois modos (indicativo e conjuntivo), a título de exemplo, temos os que exprimem *ideia, suspeita, hipótese*.

(186) *A hipótese de que a solução do problema está/ esteja certa anima-me.*

(187) *A suspeita de que ele chegou/chegasse atrasado irritou-me.*

Como é expectável, onde há indicativo fica a ideia de asserção e onde há conjuntivo fica a ideia de não asserção.

3.1.2.3.8.4. Orações relativas

Factores vários condicionam o modo em frases relativas, por que a alternância de modo, em diferentes contextos implica diferentes interpretações da frase. Em relativas restritivas e nas livres o modo é o conjuntivo, ao passo que as relativas explicativas pedem sempre modo indicativo Mateus *et. al* (2003:263). Quando se faz o uso do indicativo, neste caso, temos uma leitura ou interpretação específica e em contexto em que a leitura não é específica opta-se por uso do conjuntivo.

(188) *O Jorge, que chega sempre a horas, traz encomenda.*

(189) *A criança que bebe/ beba leite é mais saudável.*

(190) *Seja bem-vindo quem vem/vier por bem.*

Mateus *et. al* (2003) assevera que noutros tipos de relativas restritivas o contraste dá-se com questões que têm que ver com a especificidade e com o tipo de contextos em que aparecem as relativas, isto é, se os contextos são opacos ou transparentes¹².

(191) *A Rita procura um livro que tem/tenha gravuras do Porto.*

(192) *A Rita encontrou um livro que tem/*tenha gravuras do Porto.*

(193) *A Rita encontrou poucos livros que tem/*tenham gravuras do Porto.*

(194) *A Rita encontrou alguns/ vários/ todos/ todos os livros que têm/ *tenham gravuras sobre o Porto.*

(195) *Livro que a Rita lê é sempre bom.*

(196) *Livro que a Rita leia é sempre bom.*

Em certas construções relativas restritivas com nomes simples os dois modos (indicativo ou conjuntivo) podem ser seleccionados. Assim, é determinante a leitura que

¹² Para Mateus *et al.* (2003) O verbo *procurar* cria um contexto opaco, permitindo assim que, consoante o modo utilizado, se distinga entre a leitura específica de *um livro*, no caso do indicativo, e não específica no caso do conjuntivo. O verbo *encontrar* cria um contexto transparente e por isso o conjuntivo não pode ocorrer no primeiro exemplo, assim como no terceiro exemplo com o verbo *encontrar* em virtude do tipo de quantificadores. Por outro lado, no primeiro exemplo com o verbo *encontrar* em virtude do quantificador ser diferente, aceita o modo conjuntivo. Desta feita, em frases genéricas (Livro que a Rita lê é sempre bom/Livro que a Rita leia é sempre bom) selecciona-se o indicativo quando a leitura é existencial e o conjuntivo quando não tem.

se quer atribuir ao nome. O uso do indicativo remete-nos a uma interpretação existencial e com o conjuntivo a interpretação é hipotética.

3.1.2.3.8.5. Orações adverbiais

4.1.2.6.1. Orações subordinadas condicionais

Conforme a modalidade que regula a asserção, podemos distinguir as orações subordinadas condicionais em factuais (ou reais), hipotéticas (ou potenciais) e contrafactuais (ou irrealis). Nas orações subordinadas condicionais factuais, o tempo é expresso no modo do indicativo. Mateus et.al, (2003)

(197) Se a água atinge 100° C, entra em ebulição.

Nas orações condicionais hipotéticas, as situações são expressas com o verbo no futuro do conjuntivo, a oração antecedente é, normalmente, iniciada com os conectores que se seguem: *se, no caso de, se porventura; quando* se está seguido do futuro do conjuntivo passa a ter, simultaneamente o valor condicional e temporal; com o verbo no presente do conjuntivo utilizam-se *contato que* e *desde que*. Na oração consequente, o verbo é empregue no presente ou no futuro do indicativo. Mateus et. al (2003:707)

(198) Se tu vieres cedo, vamos/iremos jantar fora.

Note-se que, se se usar o verbo no imperfeito do conjuntivo na primeira oração e no imperfeito do indicativo ou do condicional na segunda oração, verifica-se que o nexos semântico não se modifica, apenas distingue-se uma diferença de grau de probabilidade.

(199) Se tu viesses cedo, íamos/ iríamos jantar fora.

As condicionais contrafactuais, também conhecidas por irrealis, constroem-se com o mais que perfeito e o imperfeito do conjuntivo na oração antecedente. Mateus et. al (2003) assegura que nestas construções estabelecem-se mundos alternativos ao mundo real.

(200) *Se tivesse chovido em Portugal, mas não choveu.*

(201) *Se o sol girasse à volta da terra, mas não gira.*

(202) *Se a terra não fosse esférica, mas é.*

Mateus *et. al* (2003), por outro lado, elenca outras formas de subordinação adverbial de exprimir as condicionais hipotéticas. Pela natureza da nossa abordagem, destacamos “a construção de coordenação em que os tempos e modos usados dependem da maior ou menor probabilidade da relação condição/ consequência”. Imperativo, presente do conjuntivo no primeiro membro coordenado e futuro ou presente do indicativo no segundo membro coordenado (maior probabilidade); ao passo que imperfeito do conjuntivo na primeira oração e imperfeito do indicativo ou condicional na segunda oração (menor probabilidade), como se pode atestar (pp 709,710):

(203) *Trabalha pouco na Faculdade e terás logo problemas.*

(204) *Tu que trabalhes pouco na Faculdade e terás logo problemas.*

(205) *Trabalhasses pouco na Faculdade e tinhas/ terias logo problemas.*

(206) *Tu que trabalhasses pouco na Faculdade e tinhas/ terias logo problemas.*

3.1.2.3.8.6. Orações subordinadas concessivas

As orações concessivas veiculam, normalmente, um conteúdo semântico que contrasta com aquilo que se esperaria.

Podemos distinguir orações concessivas factuais, hipotéticas e contrafactuais. São conectores de concessivas factuais os seguintes: *embora, conquanto, ainda que, posto que, (se) bem que, apesar de que, apesar de*. Estes conectores usam-se em frases factuais do passado o imperfeito do conjuntivo na oração concessiva e o pretérito perfeito simples ou mais que perfeito do indicativo na oração principal. Em frases factuais do presente usa-se o presente do conjuntivo na oração concessiva e o

presente, futuro ou pretérito perfeito composto do indicativo na oração principal. Mateus *et. al* (2003)

(207) *Fui sair, embora tivesse muito trabalho.*

(208) *Está a chover, ainda que esteja muito frio.*

Em frases hipotéticas são conectores primaciais *mesmo que, mesmo se*, e veiculam um valor contrastivo e condicional ao mesmo tempo; não obstante serem também usados os conectores de concessivas factuais (*embora, conquanto, ainda que, posto que, se bem que, bem que, a pesar de, apesar de que*). Mateus *et. al* (2003)

(209) *Mesmo que chova, nós iremos sair.*

(210) *Mesmo se chover, nós iremos sair.*

(211) *Embora possa chover, nós iremos sair.*

Mateus *et. al* (2003:719) acrescenta que na oração principal utiliza-se o presente ou futuro do indicativo e na concessiva, presente do conjuntivo com os conectores (*embora, mesmo que*) enquanto que no futuro do conjuntivo com *mesmo se*.

Em concessivas contrafactuais, a contrafactualidade é mais clara se continuarmos o enunciado com uma oração que nega o conteúdo da construção concessiva.

(212) *Mesmo que ele tivesse chegado a tempo, mas não chegou, não teria visto o espetáculo.*

A contrafactualidade com *mesmo que e mesmo se* é expressa nos seguintes casos e quando se emprega na oração principal, o mais que perfeito composto do indicativo ou com o condicional composto e o mais que perfeito do conjuntivo. Mateus *et. al* (2003)

A expressão das construções concessivas não se resume nas que já expusemos acima, por um lado, Mateus *et. al* (2003) aponta outras formas linguísticas de exprimir a

concessão, com orações participiais e gerundivas (com os conectores *embora*, *conquanto*, *ainda que*, *se bem que*):

(213) *Embora admitido à oral, o ponto está muito fraco.*

(124) *Embora tendo sido admitido à oral, o ponto está muito fraco.*

Ressalte-se também, que, as orações concessivas intensivas exprimem o valor concessivo, pondo em contraste a intensidade de uma qualidade ou a quantidade e o conteúdo proposicional que se expressa na oração principal, neste caso, selecciona-se sempre o modo conjuntivo. Mateus *et. al*, (2003:720, 721)

(215) *Por muito trabalhador que ele seja, não conseguirá o emprego.*

(216) *Por mais que ele seja trabalhador, não conseguirá o emprego.*

3.1.2.3.8.7. Orações subordinadas causais

As orações causais exprimem uma relação de dependência semântica entre duas proposições, podendo os valores de causalidade serem diferentes, ou seja, o valor é a relação causa/consequência, ou de motivo, razão. É modo típico verbal em construções subordinadas causais o indicativo; nos casos em que as causais exprimem uma dúvida ou incerteza, como sabemos, usa-se o conjuntivo, fazendo contraste com as versões do indicativo. Mateus *et. al*, (2003:265,711,714)

(217) *Houve seca em Portugal em 1981, porque não choveu.*

(218) *A água começou a ferver porque atingiu 100º.*

(219) *O João foi ao cinema, porque não lhe apetecia estudar.*

(220) *Comprei uma prenda para a menina, porque vai fazer anos.*

(221) *Como não quiseram/ quisessem ouvir-nos, fomo-nos embora.*

(222) *É provável que tenha assistido à conferência por que lhe interessava/ interessasse.*

3.1.2.3.8.8. Orações subordinadas temporais

As orações temporais localizam um estado de coisas em relação ao intervalo de tempo em que se situa o estado de coisas que se descreve na oração principal ou subordinante. Quanto ao período temporal de estados de coisas pode ser simultâneo ou sucessivo. Mateus *et.al*, (2003).

Os estados de coisas são simultâneos quando os dois acontecem no mesmo intervalo de tempo, ou quando um dos estados de coisas se realiza num intervalo que interceta o intervalo de tempo do outro. Os conectores usados para a expressão destes valores são: *quando, enquanto, na altura em que, ao mesmo tempo em que.*

Os estados de coisas sucessivos acontecem quando se exprime a anterioridade ou a posterioridade de um estado de coisas em relação ao outro. Para a expressão destes valores usam-se os conectores como: *antes que/de e depois que/ de e mesmo quando,* com *assim que, logo que,* significam um intervalo de tempo posterior imediato.

Os modos indicativo e conjuntivo são usados em orações temporais. Mateus *et. al* (2003:721,722,723)

(223) *Quando o António tocou à campainha, eu estava a cozinhar.*

(224) *Depois de ter estacionado o carro, o António tocou à campainha.*

(225) *Logo que eu saí, eles chegaram da discoteca.*

O uso do conjuntivo, normalmente, é feito com os conectores (*quando e desde que*) *quando* que pode ter valores (temporal e condicional: factual, hipotético, contrafactual, dependendo dos tempos verbais); *desde que* pode veicular valor condicional, pode aparecer em frases (factuais, hipotéticas e contrafactuais), de acordo com os

exemplos. Mateus *et.al* (2003). E, finalmente, *antes que* veiculando um valor de anterioridade.

(226) *O Mário virá quando eu quiser.*

(227) *O Mário teria vindo quando eu quisesse.*

(228) *Desde que me deixem trabalhar à vontade, ficarei satisfeita.*

(229) *Antes que eu me apercebesse, o meu carro tinha batido contra uma árvore.*

3.1.2.3.8.9. Orações subordinadas finais

As orações finais são introduzidas pelos conectores *para que, a fim de que, para, a fim de*, e expressam o fim ou o propósito.

À semelhança de outras construções, as orações subordinadas finais expressam uma relação de dependência semântica entre duas proposições, uma oração antecedente e outra oração conseqüente. Mateus *et. al* (2003).

(230) *Fugiste para que ele não te visse.*

(231) *Saí cedo para chegar a tempo ao seminário.*

Assinale-se o carácter volitivo-intencional como uma particularidade semântica das orações finais. As orações subordinadas finais podem ter diferentes valores: factual, hipotético ou contrafactual. Mateus *et.al*, (2003)

Assumem valor factual as construções subordinadas finais em que o tempo da oração principal está no pretérito perfeito simples, localiza no passado estado de coisas que se considera como real ou certo (230) e (231). Com valor hipotético, o tempo das orações finais é o futuro ou um presente com valor futuro.

(232) *Nós mandámos/mandaremos a encomenda amanhã para que tu a recebas no teu aniversário.*

Com valor contrafactual, o tempo verbal da oração principal é o mais que perfeito composto do indicativo ou o condicional composto, na oração final, normalmente, é empregue o imperfeito do conjuntivo ou o infinitivo dependendo do conector.

(233) *Eu teria feito tudo para que tu pudesses ganhar a bolsa.*

(234) *Os rapazes teriam feito tudo para ganhar a bolsa.*

3.1.2.3.9.1. Orações subordinadas comparativas-condicionais e proporcionais

Por razões, meramente, descritivas acoplamos ou justapomos as orações subordinadas comparativas-condicionais e proporcionais num único título, sem prejuízo da sua compreensão e distinção.

O conector *como* se introduz as orações comparativas-condicionais com valor concomitante de comparação e condição (comparativo e condicional). As comparativas-condicionais são frequentes em enunciados contrafactual e hipotético. Mateus *et. al* (2003:753)

(235) *As meninas dão-se como se se conhecessem há muito tempo.*

(236) *Ela conduz como se a rua fosse toda dela.*

(237) *A Maria está muito assustada como se algo de terrível tivesse acontecido.*

Os conectores descontínuos e correlativos *quanto mais, tanto mais, quanto mais, tanto menos*, e conectores isolados *à medida que, à proporção que, enquanto que* introduzem orações proporcionais. Nas construções proporcionais confrontam-se graus de intensidade de duas propriedades ou de dois estados de coisas ou quantidades de duas entidades referidas, estabelecendo-se entre eles uma relação de proporcionalidade. Mateus *et.al* (2003:765)

(238) *Quanto mais trabalhador fores, melhor aluno serás.*

(239) *À medida que as pessoas avançam na montanha, a respiração torna-se mais difícil.*

Os conectores correlativos (*quanto mais, tanto mais*), descontínuos clarificam ainda mais a relação de proporcionalidade, contudo os conectores não correlativos (*à medida que, à proporção que*) também a clarificam, associada a um valor temporal como é o caso de *enquanto*:

(240) *Enquanto as pessoas avançam na montanha, a respiração torna-se mais difícil.*

3.1.2.3.9.2. Orações modais ou conformativas

De acordo com a tradição gramatical, são designadas orações conformativas, as orações que iniciam com conectores como *conforme, como, segundo, consoante*.

Nas orações conformativas há uma relação entre os dois elementos que compõem a frase, sendo uma relação de conformidade. Mateus *et. al* (2003:763,764)

(241) *A Maria fala conforme escreve.*

(242) *A Maria fala como escreve.*

3.2.2. As fronteiras entre indicativo e conjuntivo

Estabelece-se uma relação na selecção do modo conjuntivo e modo indicativo com o grau de crença, isto é, com o grau de crença veiculado pelo enunciado, assim, associa-se o indicativo a um grau elevado de crença na verdade da proposição (frases declarativas), porquanto a selecção do conjuntivo acontece quando o grau de crença for dado como nulo ou fraco. Rui Marques (cf.2006)

(243) *É possível que ele chegue a tempo.*

(244) *Ele chegou a tempo.*

Para Cunha e Cintra (1984:463-464) “*ao empregarmos o modo conjuntivo, (...) encaramos a existência do facto como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou mesmo irreal*”. Atentemos, então, aos exemplos que se seguem, adaptados de Maria Marques (2001:8):

(245) *O José quer uma camisola que tem gola azul.*

(246) *O José quer uma camisola que tenha gola azul.*

Em (245) quando usamos o indicativo, fazemos uma leitura específica, clara em que o locutor já conhece a camisola, ou melhor, ela existe. Ao contrário em (246), com o conjuntivo fazemos uma leitura de que o locutor não sabe se existe uma camisola com as características que deseja, sendo possível ou não sendo possível.

Outro dado a reter ao estabelecermos as balizas nas ocorrências de conjuntivo e do indicativo é ver que o conjuntivo ocorre, obrigatoriamente em construções de subordinação, isto é, por estar a sua interpretação associada a uma oração subordinante, distinguindo-se o conjuntivo do indicativo.

Para Bosque e Demonte (1999:3215) é comum ouvir-se que existe uma diferença de significado entre os modos indicativo e conjuntivo. Contudo, não existe correspondência unívoca entre as duas classes de variação morfológica que constituem os modos indicativo e conjuntivo e dois conteúdos bem definidos de modalidade. Por exemplo, uma forma do conjuntivo como *cantasse* pode utilizar-se tanto na expressão de desejo como na de probabilidade. É preciso estabelecer se só há uma diferença de significado modal entre indicativo e conjuntivo ou se, pelo contrário, tal como defendem (cf. Alarcos Llorca 1970, Mariner 1971-1972, Veiga 1988, *apud* Bosque e Demonte) existem outras oposições que possamos considerar que funcionam com independência da oposição entre indicativo e conjuntivo.

De acordo com Bosque e Demonte (1999:3216) em termos gerais, a distinção existente entre as formas do indicativo *canto, cantava* e conjuntivo *cante, cantasse* num modo e noutro é de carácter temporal:

247)

- a) *Quer que te aproximes*
- b) *Quis que ele se aproximasse*
- c) *Talvez ele venha amanhã*
- d) *Talvez ele tivesse vindo ontem*

As formas (a,c) referem-se a um acontecimento localizado no presente ou no futuro, enquanto que as formas em (b,d) localizam o acontecimento a partir de um pretérito.

Os autores chamam a atenção para que o significado da oposição indicativo vs conjuntivo não se possa deduzir do exame de um conjunto restrito de construções em que apareça, se não de todos os seus empregos.

Da mesma forma, o significado transmitido mediante a distinção indicativo vs conjuntivo é precisado em cada construção que o conjuntivo passa a representar a eventualidade, a irrealidade ou simplesmente a ausência da asserção independente (1999:3218).

Bosque e Demonte (1999:3219) reiteram que “*provavelmente a explicação mais geral sobre a oposição entre indicativo e conjuntivo é a que sustenta que o indicativo se utiliza quando há asserção, ao passo que o conjuntivo é o modo que se emprega quando não há asserção ou esta não é suficientemente independente*”.

Esta explicação provável dada por Bosque e Demonte (*op.cit*), não é de todo funcional para o estabelecimento da distinção cabal das fronteiras entre o indicativo e o conjuntivo. Porque casos há em que se esperaria a ocorrência de indicativo e ocorre o conjuntivo e noutros se esperaria o indicativo ocorre o conjuntivo. Exemplos (nossos):

(248) *Penso que os peixes têm asas.*

(249) *Lamento que a Josefina tenha ficado.*

De acordo com Klein (1974 e 1990), Hooper (1975), Bybee e Terrell (1990) *apud* Marques (1995: 192,193) o conjuntivo é seleccionado em enunciados não assertivos; o indicativo ocorre em enunciados assertivos.

Por sua vez, em enunciados assertivos, o conjuntivo ocorre em orações dependentes ou subordinadas, dependendo sempre de uma oração principal. Face a esta definição, observem-se os seguintes exemplos:

- Uma ordem

a) *Saiam!*

b) *Ordeno que saiam*

- Um desejo

c) *Ele quer que escrevas*

- Uma dúvida

e) *Duvido que ele chegue a tempo.*

- Uma incerteza

f) *É possível que ele chegue a tempo.*

3.2.2.1. Síntese do capítulo

Foi nossa intenção, neste capítulo, dar conta, do ponto de vista descritivo, dos principais e potenciais contextos em que ocorre o modo conjuntivo em Português, seleccionámos um conjunto de propostas já desenvolvidas por diferentes autores que abordam o conjuntivo em Português, essencialmente aquelas que se aproximam do nosso prisma de abordagem, pois, é de referir que a temática sobre o conjuntivo pode

ser abordada sob ângulo sintáctico, morfológico, pragmático e semântico, tendo sido este último o ângulo em que direccionámos o nosso estudo.

Cientes de que o conceito de norma existe por existir o conceito de variação, e, esta surge com o lento processo de transformação que as línguas vão sofrendo, procuramos compreender de que forma os traços semânticos do conjuntivo se mantiveram intactos com a lenta transformação do Latim para o Português, genericamente.

Grande parte das propostas acerca do modo conjuntivo são coincidentes com a visão gramatical tradicional deste modo (conjuntivo), ou seja, é o modo conjuntivo associado ao hipotético, ao provável, ao incerto, ao irreal, à dúvida, à pressuposição e ao não realizável.

Curiosamente, são estes traços semânticos que o Português herdou do Latim, porém, distanciou-se em alguns casos, no que concerne a alguns predicados, por exemplo, factivos em que por excelência o modo conjuntivo substitui o indicativo.

(250) Lamento que estejas doente.

O exemplo supra pode ajudar-nos a compreender quão complexa é a questão do uso do conjuntivo, pois, assumindo-se o conjuntivo como modo do irreal, da incerteza, do possível, do hipotético, etc. Somos da hipótese de relativizar os traços semânticos dos predicados que o seleccionam para a sua ocorrência; uma vez que, casos há em que o predicado da proposição matriz pode seleccionar o conjuntivo ou o indicativo.

Por isso, Maria Santos (2003:434) refere que: *“por uma ou por outra razão, não nos parece, pois, que a associação entre pressuposição e valor de verdade do predicado possa aplicar-se directamente a uma explicação dos usos do conjuntivo”*.

Embora a autora reconheça que o conjuntivo possui conteúdo próprio e a sua ocorrência depende, em grande medida, do sujeito falante, porém, não hesita em

assumir o conjuntivo como o modo do não real ou virtual e o indicativo como o modo do real.

Fonseca (*op.cit*) assume não existir o conjuntivo por si só, ou seja, o conjuntivo simples ou independente não ocorre, se assim ocorrer há uma construção precedente omissa, sendo este modo dependente, servindo-se como vazio, ou melhor usando a expressão da autora “(...) *é uma mera forma esvaziada de conteúdo, que exprime uma relação sintáctica de dependência*” (164-165).

Hub Faria (*op. cit*) ao sustentar toda a sua abordagem em critérios semânticos, vincula, sem dúvida, a selecção do conjuntivo ao valor de “verdade ou não verdade” para a ocorrência do modo conjuntivo, pois, com o conjuntivo *ter-se-ia* não verdade da proposição e com o indicativo *verdade* da proposição.

Podemos aduzir a esta síntese as propostas de Klein (*op.cit*) Bybee e Terrell (*op.cit.*), que analisam a ocorrência contrastiva entre os modos conjuntivo e indicativo, como que estando associados, o primeiro, conjuntivo à não asserção e o segundo, indicativo, à asserção. A asserção está intimamente ligada ao compromisso com a verdade daquilo que se asser, e a não asserção quando não há esse comprometimento com o que se asser, sendo como que um distanciamento do sujeito com o que fala.

Continuamos a defender a ideia segundo a qual a associação directa e única do conjuntivo à incerteza, à dúvida, ao hipotético, à não asserção, ao irreal e à não assunção de verdade, parece-nos demasiado redutora para a compreensão mais extensiva da ocorrência do conjuntivo, uma vez que, em todos os casos em que o conjuntivo ocorre não se verifica a univocidade directa de conjuntivo aos atributos (irreal, incerto, hipotético, não asserção da proposição, e não assunção da verdade), e o indicativo aos atributos (real, certo, assunção da verdade, etc), por haver contextos em que isso não acontece, então, há toda a necessidade de se relativizar esta associação, mesmo que assumamos que o conjuntivo tem valores próprios e eminentemente vinculados ao provável, ao possível ao irreal, à incerteza, à dúvida, à

pressuposição, à não asserção, à -crença no que se assere, nalguns contextos em que ocorre.

Rui Marques (*op.cit*) argumenta que:

“De facto, quer se assuma que o factor relevante para a selecção de um dos modos é o valor de verdade, sem mais, quer se assuma que a noção tem de ser relativizada, considerando-se, então, que o importante é o compromisso com a verdade da proposição, haverá casos de proposições cuja verdade é assumida, mas que exibem o conjuntivo- de que são exemplo orações complemento de verbos como *lamentar* e orações introduzidas por conjunções concessivas como *embora-*, como haverá casos de proposições cuja falsidade é assumida (no intervalo de tempo relevante), mas que apresentam indicativo- de que são exemplos as orações introduzidas por verbos como *prometer*” (p.72).

O ponto de vista de Rui Marques assenta na necessidade de se alargar as hipóteses explicativas quanto à selecção e a ocorrência de conjuntivo e não unicamente aos atributos tradicionais que aludimos acima. O autor associa o uso do modo conjuntivo a – crença da proposição e o indicativo a + crença da proposição.

Capítulo-IV. Metodologia e Análise de dados

4. Metodologia

No presente capítulo, que dedicamos à metodologia e à análise de dados recolhidos no quadro do nosso estudo, vamos começar por apresentar as nossas opções em termos de metodologia em função dos objectivos, previamente delineados, que queremos lograr. Seguir-se-á a apresentação de técnicas adoptadas para a recolha de dados, referimo-nos ao inquérito que se consubstanciou em teste de produção induzida e teste de juízo de gramaticalidade.

A escolha de uma metodologia a adoptar em qualquer investigação está intimamente ligada aos objectivos que se pretendem atingir no final da investigação, atendendo à existência de uma vastidão de métodos, é relevante procurar os métodos que mais se adequem para o alcance de objectivos inicialmente propostos pelo investigador, dado que muitos autores admitem não existir métodos melhores do que outros, aceita-se, deste modo, que todos os métodos servem para um determinado fim, o que é pertinente para qualquer investigador é a selecção do método que se ajuste aos seus propósitos, como afirmam Pardal e Correia (1995:18):

“A discussão sobre a maior ou menor qualidade de um método em relação a outro, em abstracto, é frequentemente de pouca utilidade. Qualquer dos métodos referidos tem valor, resultando o maior ou menor interesse do mesmo da especificidade do caso em estudo e do momento da investigação”.

4.1. Inquérito por teste linguístico

A nossa opção por teste linguístico prende-se, efectivamente, com o facto de 90 inquiridos que corresponde a 75% dos informantes angolanos não possuírem uma formação linguística (estudantes da Faculdade de Direito), optámos por recolher dados por intermédio do teste linguístico que incide sobre o uso do conjuntivo no português de Angola, o referido teste linguístico tem duas variantes (Produção induzida e juízo de

gramaticalidade), refira-se que o segundo teste (juízo de gramaticalidade) aos informantes angolanos só foi aplicado aos estudantes do 4º ano do curso de Ensino de Linguística Portuguesa (ESPLN-ULAN), que corresponde a 25%, dos informantes, servindo-nos como um grupo de controlo, pela especificidade da sua formação em línguas.

Já na parte de intróito do nosso trabalho, delineamos os principais objectivos que norteiam a investigação que estamos a levar a cabo que se consubstanciam em:

- Verificar o uso do modo conjuntivo no português de Angola face à norma padrão europeia.
- Verificar a variação do uso dos modos verbais: conjuntivo e indicativo nos falantes angolanos que têm o português como língua materna e língua segunda.
- Contribuir para esforços tendentes à descrição sistemática do português falado e escrito em Angola.
- Contribuir para a definição de uma política linguística em Angola face à diversidade das línguas.

Com base nos objectivos já expostos, optámos por uma metodologia descritiva, cujo pendore é descritivo-quantitativo, pois, a nossa preocupação é ter o conhecimento da realidade, compreendê-la e posteriormente descrevê-la. De acordo com Carmo e Ferreira (1998), a metodologia descritiva:

“Implica estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder a questões que digam respeito. Os dados numa investigação descritiva são normalmente recolhidos mediante a administração de um questionário, a realização de entrevistas ou recorrendo à observação da situação real. A informação recolhida pode dizer respeito, por

exemplo, a atitudes, opiniões, dados demográficos, condições e procedimentos” Carmo e Ferreira (1998:213)

Constitui a base empírica fundacional para o nosso estudo o *corpus* escrito, que obtivemos a partir de um teste de produção induzida e outro de juízo de gramaticalidade, aplicados aos estudantes universitários angolanos (Universidade Lueji A'nkondi- Província da Lunda- Norte, Faculdade de Direito e Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte) e aos estudantes universitários portugueses (Universidade de Évora/ Portugal).

Assim, para esta investigação, aplicámos um teste de produção induzida para se verificar o uso do conjuntivo e um teste de juízo de gramaticalidade, explorando o presente do conjuntivo vs. indicativo, o futuro do conjuntivo vs. indicativo, o imperfeito do conjuntivo vs. indicativo em diferentes contextos.

5. Hipóteses

Na formulação das hipóteses, levamos em consideração o principal problema que levantamos ao longo da nossa abordagem:

O que leva os falantes angolanos a cometerem erros no uso do conjuntivo, fazendo-o de modo divergente da norma padrão europeia?

Sendo a hipótese uma suposição, predição ou conjectura, serve na investigação de barómetro para aferição das características que se pretendem estudar num determinado fenómeno ou facto social e constitui uma tentativa de explicação que pode ser verosímil ou contrastada com os factos. Assim, é uma forma de conhecimento, com certo nível de probabilidade de ser verdadeiro (cf. Valiente & Gonçalves, 2009). Deste modo, para o nosso estudo levantamos as seguintes hipóteses:

H1: O que leva os falantes angolanos a cometerem erros no uso do conjuntivo é a aquisição deficitária da morfologia verbal do conjuntivo no português.

VI: Aquisição não deficitária da morfologia verbal do conjuntivo.

VD: Cometimento de menos erros no uso do conjuntivo pelos falantes do PA, quer os de PLM ou PLS.

H2: O facto de o falante angolano ter como LM uma língua diferente do português (línguas africanas de Angola), não é determinante para o cometimento de erros no uso do conjuntivo, ou seja, o falante angolano pode ter português como língua materna e dar erros no uso do conjuntivo.

VI: Ter-se LM diferente do Português (Línguas africanas de Angola), não é determinante para o cometimento de erros.

VD: uso correcto do conjuntivo, quer os de PLS, quer os de PLM.

H3: A falta de exposição ao Português padrão europeu do falante angolano que tem principalmente PLM e/ou PLS, revela-se determinante no uso desviante do conjuntivo, consequência de influência dos falantes que o circundam.

VI: Exposição ao português padrão europeu.

VD: Uso não desviante do conjuntivo.

6. Amostra

A amostra para a presente investigação é constituída por estudantes universitários da Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte, e Faculdade de Direito adstritas à Universidade Lueji A'nKondi/Angola, IV região académica, sendo composta por 120 angolanos e 30 dos quais responderam ao teste de juízo de gramaticalidade, são do 4^o ano do curso de Ensino de Linguística Portuguesa, Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte. O estatuto de falante Português Língua Materna ou Língua Segunda é variável principal a manipular no quadro do nosso estudo. Trabalhámos também com

30 estudantes do curso de Línguas e Literaturas do primeiro ano da Universidade de Évora/ Portugal, que têm PLM, perfazendo um total de 150 inquiridos.

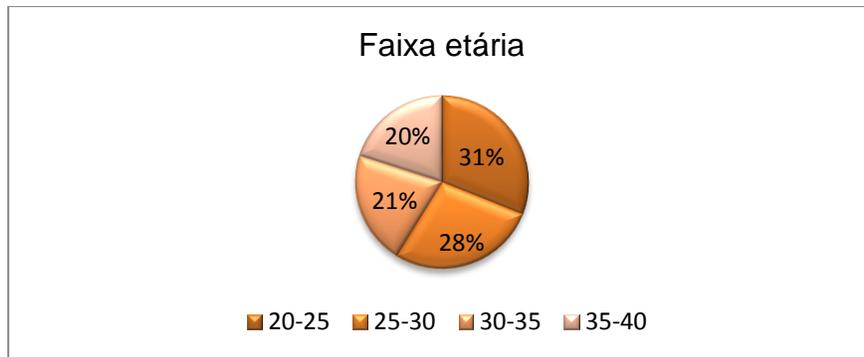
Quadro 3- Perfil académico dos informantes

Caracterização dos informantes		Grau de escolaridade	Tipo de teste
Angolanos	90	1º Ano curso de Direito	Teste de produção induzida
	30	4º Ano de Ensino de Línguas	Juízo de gramaticalidade
Portugueses	20	1º Ano de Línguas e Literaturas	Teste de produção induzida
	10		Juízo de gramaticalidade

6.1. Análise e interpretação de dados

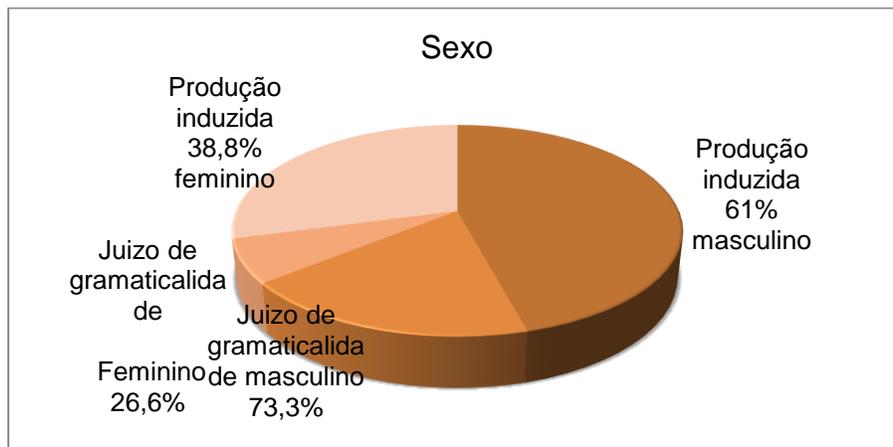
Em síntese, podemos dizer que o perfil sociolinguístico dos informantes é heterogéneo em relação à faixa etária, varia dos 20 aos 40 anos de idade, assim distribuídos:

Gráfico 1- Intervalo etário de informantes angolanos



De 20 a 25 anos, temos uma representação percentual de 31% inquiridos, de 25 a 30 anos, o percentual dos inquiridos cifra-se em 27,7%, dos 30 a 35 a percentagem é de 21% inquiridos, dos 35 a 40 anos a percentagem dos inquiridos situa-se nos 20%. O intervalo etário dos informantes, estudantes da Universidade de Évora, situa-se entre os 18 aos 22 anos, situando-se a média etária nos 19,8 anos de idade.

Gráfico 2-Distribuição dos informantes angolanos por sexo



Quanto ao género, dos 90 inquiridos no teste de produção induzida, 35 são do sexo feminino, correspondendo a 38,8% e 55 do sexo masculino com uma percentagem de 61,1%; ao passo que os inquiridos que responderam ao juízo de gramaticalidade num total de 30, apenas 8 informantes são do sexo feminino com uma percentagem de 26,6% e 22 informantes são do sexo masculino, correspondendo a 73,3%.

No que toca ao teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora, responderam ao teste 12 inquiridos do sexo feminino que correspondem a 60% e 8 do sexo masculino correspondendo a 40%; no concernente ao juízo de gramaticalidade 10 estudantes, 6 do sexo feminino com a percentagem de 60% e 4 do sexo masculino 40% responderam ao teste.

O predomínio de informantes do sexo masculino e não o feminino, em Angola, pode explicar-se facilmente por questões de índole social, cultural, ou histórica, secular que em quase todas as sociedades e, aqui, gostaríamos de destacar a africana, relegar para planos secundários a participação activa da mulher, embora este quadro paulatinamente esteja a inverter-se.

Em relação ao grau de escolaridade, os dados são homogéneos, todos os informantes (estudantes angolanos) que foram inquiridos, quer os que responderam ao teste de produção induzida, quer os que responderam ao teste de juízo de gramaticalidade possuem todos o mesmo grau de escolaridade, os primeiros estão no 1º ano de Licenciatura em Direito, os segundos estão a fechar o ciclo de Licenciatura em Ensino de Linguística Portuguesa 4º ano. Situação análoga é dos estudantes da Universidade de Évora que estão no primeiro ano do curso de Línguas e Literaturas.

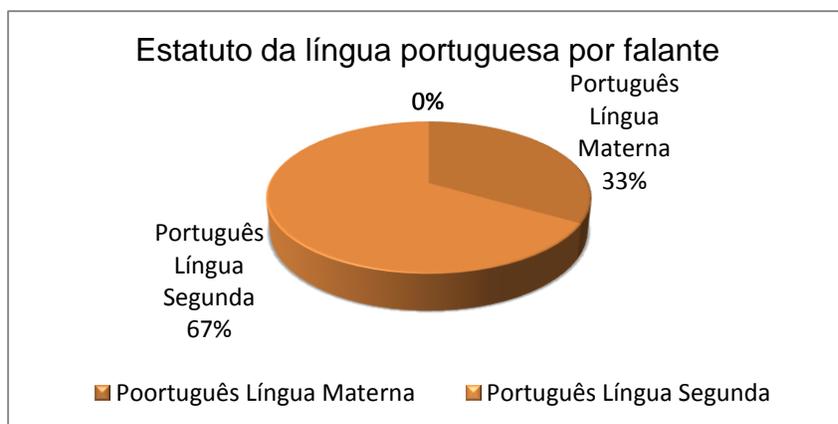


Gráfico 3- Distribuição dos informantes por estatuto

No que toca ao estatuto do falante, a maioria dos informantes respondeu que tem português como língua segunda com 60 inquiridos e 30 inquiridos o têm como língua materna, correspondendo a 67% e 33% respectivamente como ilustra o gráfico acima. Sendo uma das línguas maternas uma destas línguas angolanas que se seguem: Cokwe 41,6%, Kimbundu 6,6%, Umbundu 10%, Kikongo 8,3%. Destaca-se o Cokwe com muitos falantes pelo facto de a região (Lunda-Norte, cidade do Dundo) onde aplicámos os instrumentos de análise do estudo ser predominantemente habitada por falantes da Língua Cokwe que se estende até às Províncias da Lunda-Sul, Moxico, partes de Malange, Kuando Kubango e Bié. O Português como língua materna é falado por 33,3% dos inquiridos angolanos.

A amostra da Universidade de Évora foi composta por 30 estudantes universitários que têm português como língua materna, 10 dos quais responderam ao teste de juízo de gramaticalidade, assim distribuídos: 6 do sexo feminino, 60%, e 4 do sexo masculino, 40%; e 20 responderam ao teste de produção induzida, 12 do sexo feminino, 60% e 8 do sexo masculino, 40%. Embora os principais sujeitos deste estudo sejam estudantes universitários angolanos, os testes de produção induzida e o de juízo de gramaticalidade foram aplicados aos estudantes portugueses com o propósito de comparar e contrastar os resultados obtidos de estudantes universitários angolanos que têm maioritariamente o português como língua segunda quanto ao uso do conjuntivo.

Dos 30 estudantes inquiridos na Universidade de Évora, 18 são de sexo feminino, correspondendo a uma percentagem de 60% e 12 são de sexo oposto (masculino), correspondendo a 40%; a média de idade situa-se entre os 19,8 anos de idade, apresentando uma homogeneidade relativamente ao estatuto de falante (todos têm português como língua materna) e frequentam 1º ano do curso de Línguas e Literaturas afecto ao Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, Portugal.

6.2. Procedimentos

O nosso *corpus* escrito é constituído por testes de produção induzida e juízo de gramaticalidade, aplicados aos estudantes angolanos da Universidade Lueji Ankonde, Faculdade de Direito e Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte, situadas na cidade do Dundo e Estudantes da Universidade de Évora/Portugal, todos do curso de Línguas e Literaturas adstrito ao Departamento de Linguística e Literaturas.

6.3. Teste de produção induzida

O teste de produção induzida (cf. Apêndice 1- exercícios completos) é constituído por 30 frases. Aos informantes é solicitado o preenchimento dos espaços em branco com a forma adequada dos verbos entre parênteses. O teste de produção induzida permite-nos aferir a capacidade de os falantes usarem correctamente o conjuntivo e nos tempos seleccionados (*presente do conjuntivo, futuro do conjuntivo e imperfeito do conjuntivo-simples*) de acordo com a norma do português padrão europeu.

Em todas as 30 frases objecto de análise, os tempos estão distribuídos aleatoriamente os tempos (*presente do conjuntivo, futuro do conjuntivo, imperfeito do conjuntivo*) aos quais o inquirido atenta para o preenchimento adequado. De entre as 30 frases de produção induzida em que o objecto em análise é o uso do *conjuntivo*, temos quatro que por hipótese também podem admitir como resposta o *indicativo*, podendo ser consideradas como distractoras positivas como abaixo ilustrámos:

3. *Quando há/houver (haver) problemas os órgãos de justiça intervêm.*

5. *Se os meus pais dizem/disserem (dizer) que não aprovam a minha forma de vestir, eu aceito.*

7. *Todos os amigos que vêm/vierem (vir), amanhã, não terão cerveja Cuca, mas sim Super bock.*

26. *Quando os inimigos nos vêem juntos, ficam aflitos, desta vez, se nos vêem/virem (ver) mais juntos, vão desistir.*

O teste de produção induzida foi aplicado por nós, como já o referimos, aos estudantes angolanos (Universidade Lueji Ankonde- Faculdade de Direito e Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte) e aos estudantes portugueses (Universidade de Évora- Curso de Línguas e Literaturas)¹³, a sua aplicação durou cerca de 1 hora e 30 minutos em Angola, ao passo que para estudantes portugueses, o seu preenchimento levou cerca de 30 minutos. Inicialmente apresentámos os objectivos que norteiam o nosso estudo, seguidamente instruímos os inquiridos como poderiam preencher os dados preliminares do teste (*idade, sexo, ano de escolaridade, data de preenchimento, estatuto de falante: Português Língua Materna ou Língua Segunda*), o mesmo exercício foi feito quer com os estudantes angolanos, quer com os estudantes portugueses.

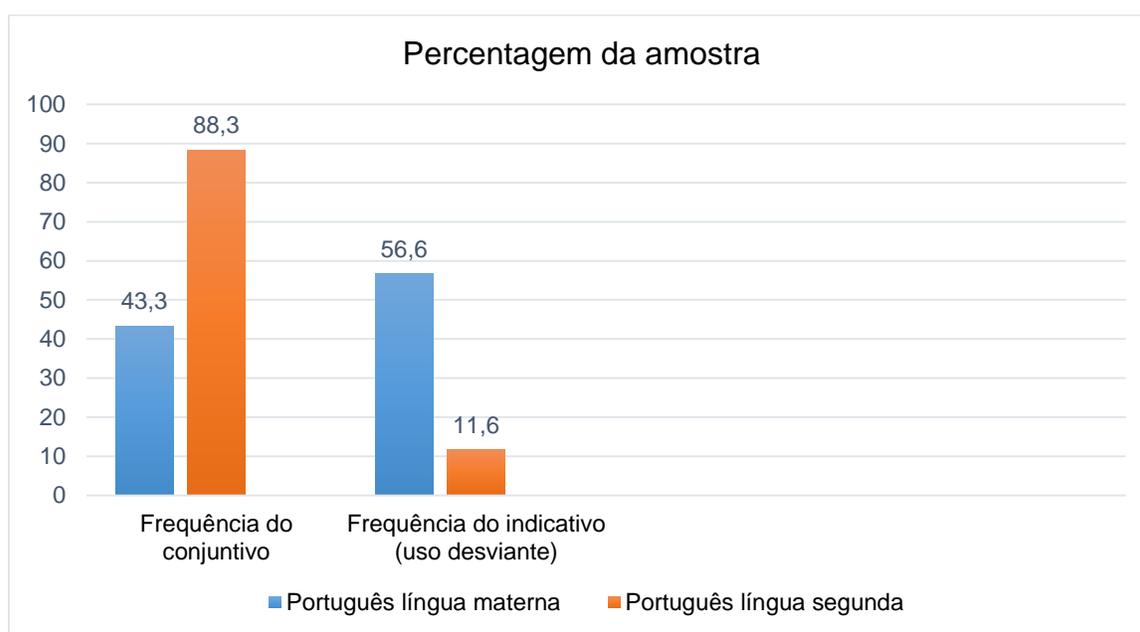


Gráfico- 1ª pergunta

Espero que ele___(ir) às manifestações do Fenacult.

¹³Aproveitamos a oportunidade para agradecer à Professora Doutora Ana Alexandra Silva, por nos ter cedido parte do tempo da sua aula para aplicação do teste aos estudantes da Universidade de Évora, no dia 24 de Setembro de 2016.

A primeira frase que corresponde à primeira pergunta, em relação à frequência do conjuntivo, os dados mostram-nos que para os falantes de PLM, a frequência do conjuntivo situa-se nos 43,3%, a frequência do indicativo que é uso desviante em contexto em que se esperaria o uso obrigatório do conjuntivo é de 56,6%, e nos falantes de PLS a frequência do conjuntivo é de 88,3%, cifrando-se a frequência do indicativo em 11,6% como uso desviante (*vai* em vez de *vã*).

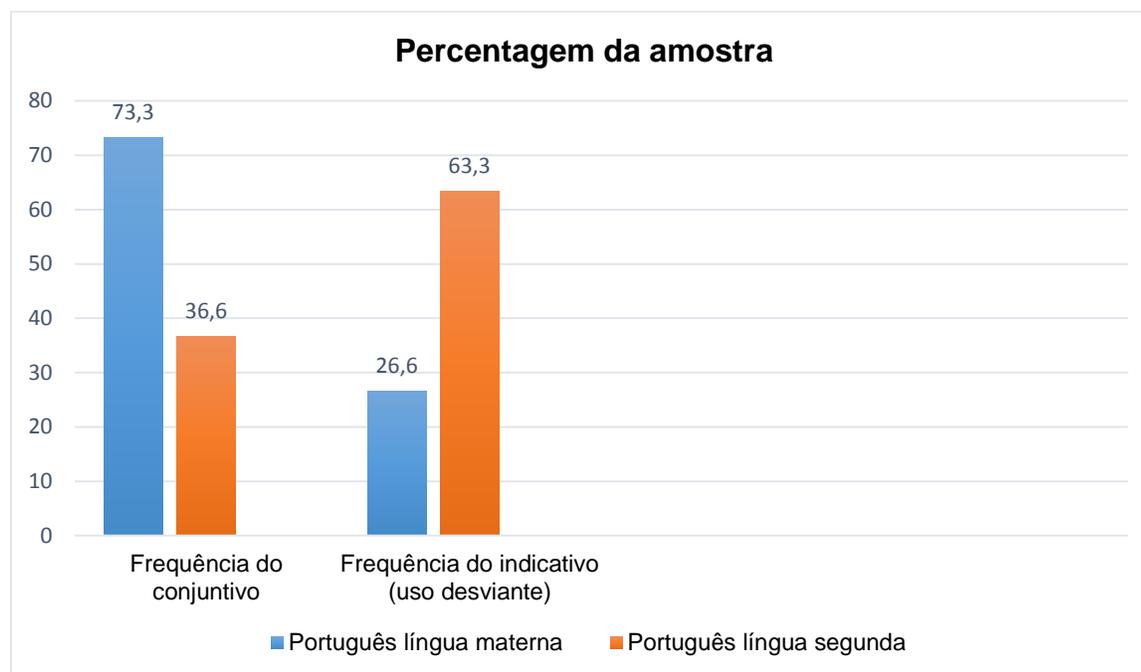


Gráfico- 2ª pergunta

Se as perguntas___(estar) mais claras, eu arrancava um vinte.

A segunda pergunta que corresponde à segunda frase, nesta, apenas era expectável obrigatoriamente o uso de imperfeito do conjuntivo, dada a sua introdução pelo conector *se* que tinha de seleccionar o modo conjuntivo. De acordo com os dados dos nossos informantes, 73,3%, que têm PLM, optou por conjuntivo, 26,6% por indicativo

como uso desviante, os falantes de PLS 36,6% optou por conjuntivo e 63,3% de ocorrências de indicativo como uso desviante (**estarem/estão** em vez de **estivessem**).

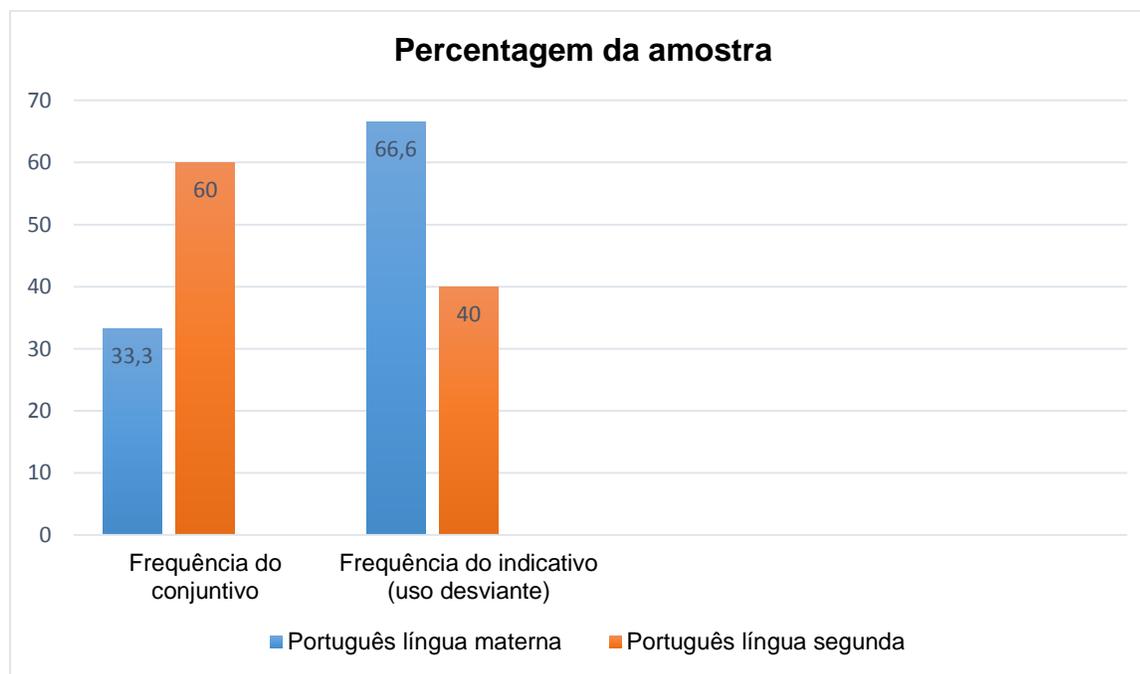


Gráfico 3ª pergunta

Quando___(haver) problemas, os órgãos de justiça intervêm.

A terceira frase que corresponde à terceira pergunta, implica o futuro do conjuntivo ou o presente do indicativo, dependendo das circunstâncias, sendo uma frase optativa. Por ser uma subordinada adverbial temporal não implica o infinitivo, frequentemente, usado pelos falantes angolanos. Ressalte-se nesta pergunta/frase, que, obtivemos uma frequência do conjuntivo de 33,3% de falantes que têm PLM e 66,6% frequência de infinitivo não flexionado (**haver** em vez de **houver**). Os falantes de PLS, em contexto expectável do conjuntivo a frequência é de 60%; ao passo que o infinitivo não flexionado as ocorrências situam-se em 40%, correspondendo ao uso desviante.

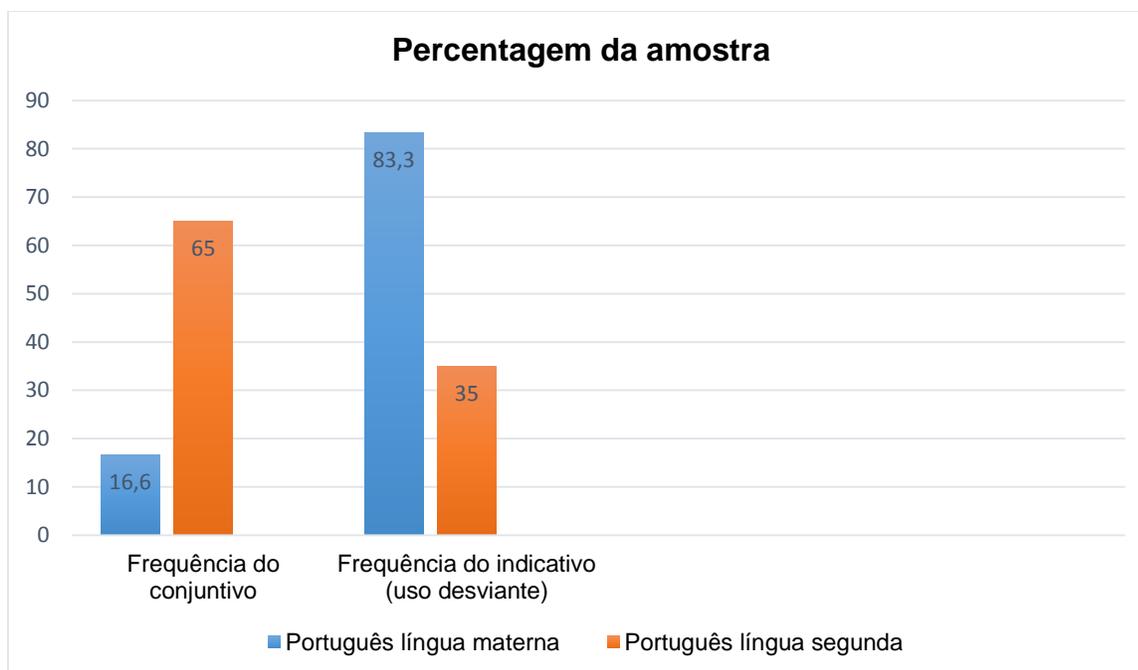


Gráfico- 4ª pergunta

Talvez o bom livro__ (ser) aquele com gravuras.

Na 4ª pergunta/ frase em que a mesma se inicia com o advérbio *talvez*, aqui, o uso do conjuntivo é obrigatório, devido à posição do advérbio remeter a um contexto opaco, podendo semanticamente se interpretar como um caso de dúvida. Só se o advérbio fosse deslocado de posição, ter-se-ia a possibilidade de se optar por indicativo, contudo, a leitura seria mais factual e não hipotética ou dubitativa. Dos dados obtidos, temos a ocorrência do conjuntivo na ordem de 16,6% de falantes de PLM, 83,3% do indicativo/uso desviante; e nos falantes de PLS registamos 65% de frequência do conjuntivo e 35% do indicativo/ uso desviante (**é** em vez de **fosse/ seja**).

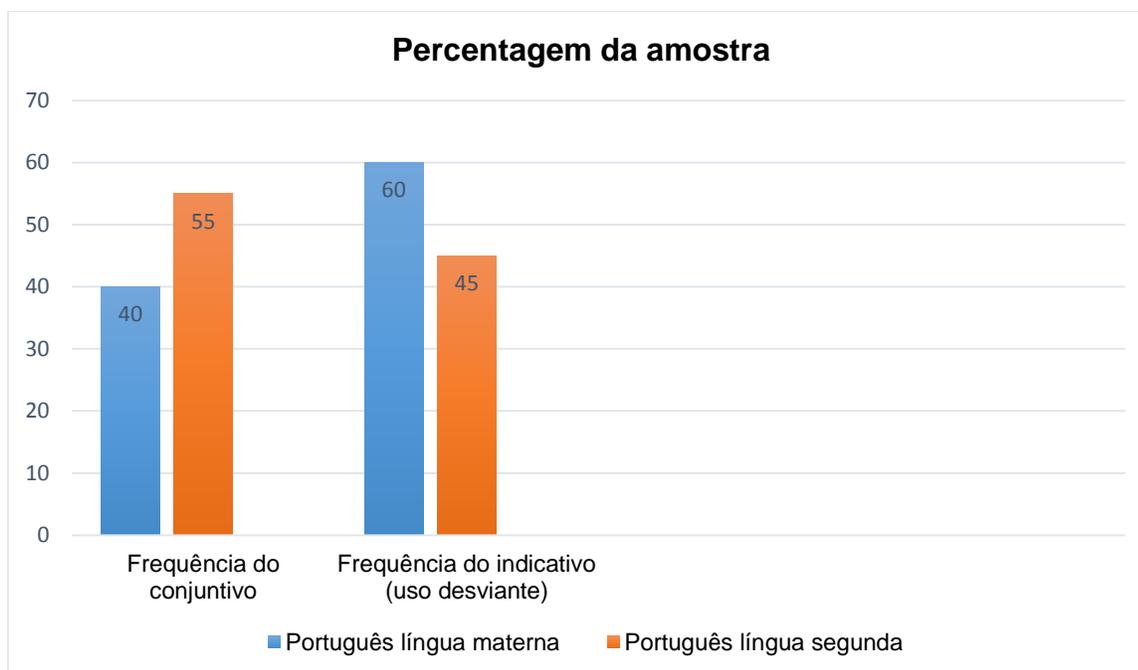


Gráfico-5ª pergunta

Se os meus pais__ (dizer) que não aprovam a minha forma de vestir, eu aceito

À semelhança da terceira frase/pergunta, a quinta pergunta implica o futuro do conjuntivo ou o presente do indicativo, dependendo do contexto, sendo uma frase optativa. De acordo com os dados obtidos, a maioria dos falantes de PLM optou por infinitivo flexionado, neste caso, as ocorrências do conjuntivo são de 40%, as ocorrências de infinitivo flexionado são de 60% correspondendo ao uso desviante; em relação aos falantes de PLS registamos 55% de frequência do conjuntivo e 45% de infinitivo flexionado correspondendo ao uso desviante (**dizerem** em vez de **disserem**).

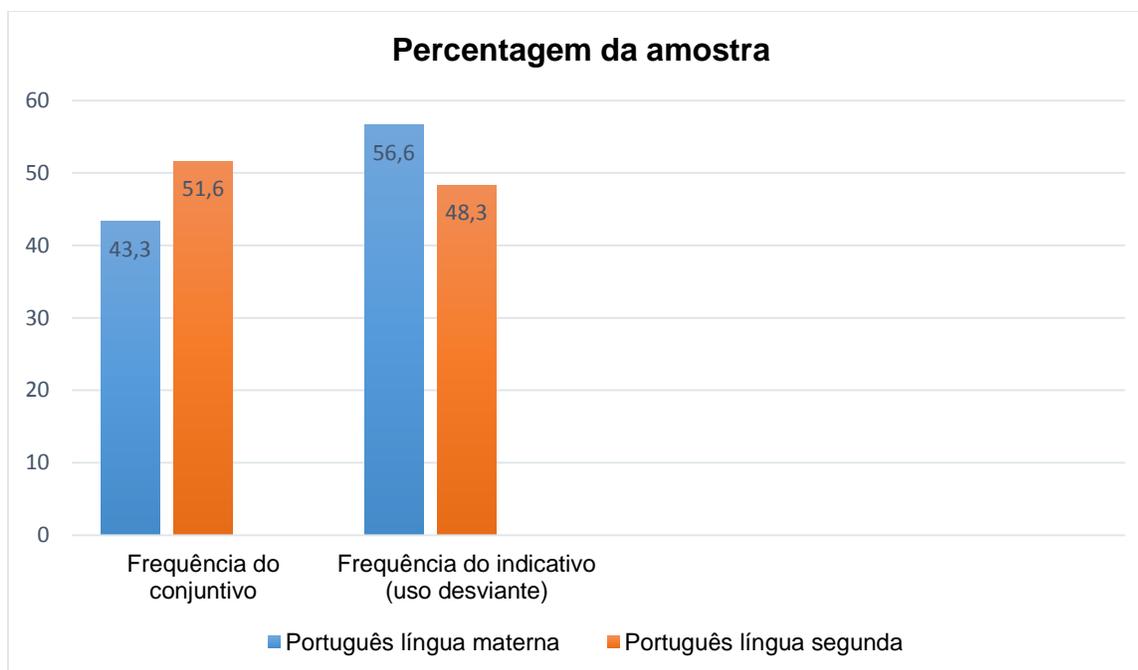


Gráfico- 6ª pergunta

As nossas mães são as únicas dignas de confiança, se as nossas mulheres também__(ser) assim, seria uma maravilha.

Tratando-se de uma subordinada condicional, a sexta frase/pergunta apenas pressupõe o conjuntivo, sendo também uma das características mais triviais de as condicionais serem construídas com o modo conjuntivo. No caso, aqui, era expectável o uso obrigatório do imperfeito do conjuntivo. Registamos nos informantes de PLM 43,3% de frequência de conjuntivo, 56,6% de indicativo/ uso desviante; em relação aos informantes de PLS 51,6% de frequência de conjuntivo e 48,3% de indicativo correspondendo ao uso desviante (**são** em vez de **fossem**).

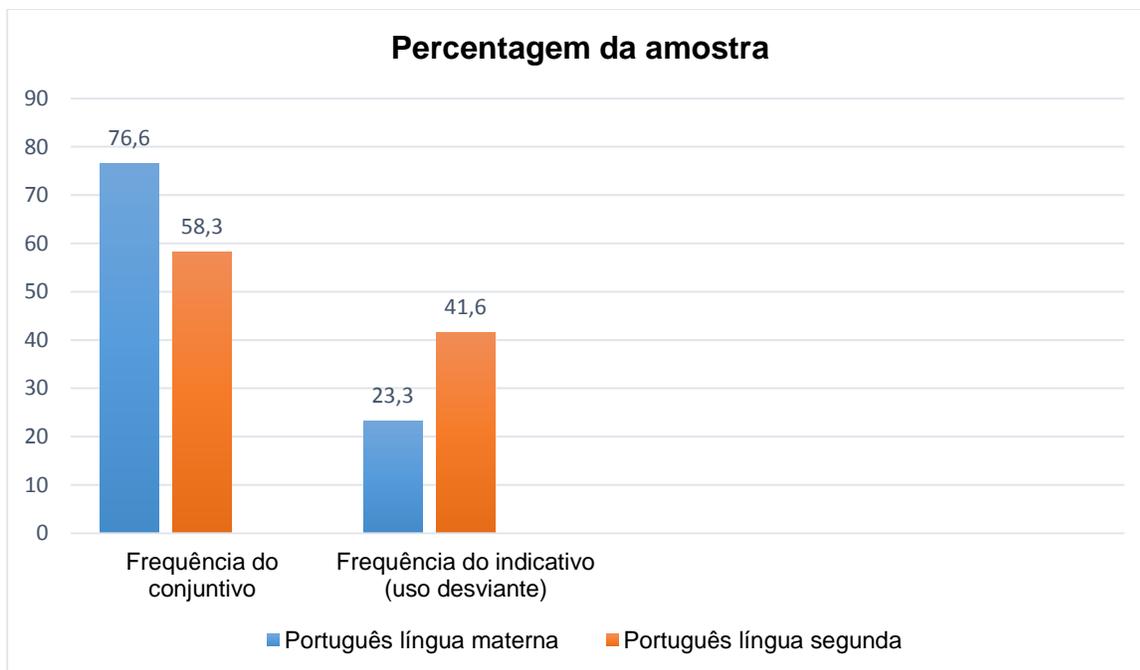


Gráfico- 7ª pergunta

Todos os amigos que___(vir), amanhã, não terão cerveja Cuca, mas sim Super bock

A sétima pergunta/frase, embora admita também o indicativo, os dados obtidos são 76,6% de informantes de PLM optou por usar conjuntivo, 23,3% optou por indicativo e/ou infinitivo flexionado/uso desviante. Já nos informantes de PLS, registamos 58,3% de frequência do conjuntivo e 41,6% de indicativo e/ou infinitivo flexionado/uso desviante (**virem** em vez de **vierem**).

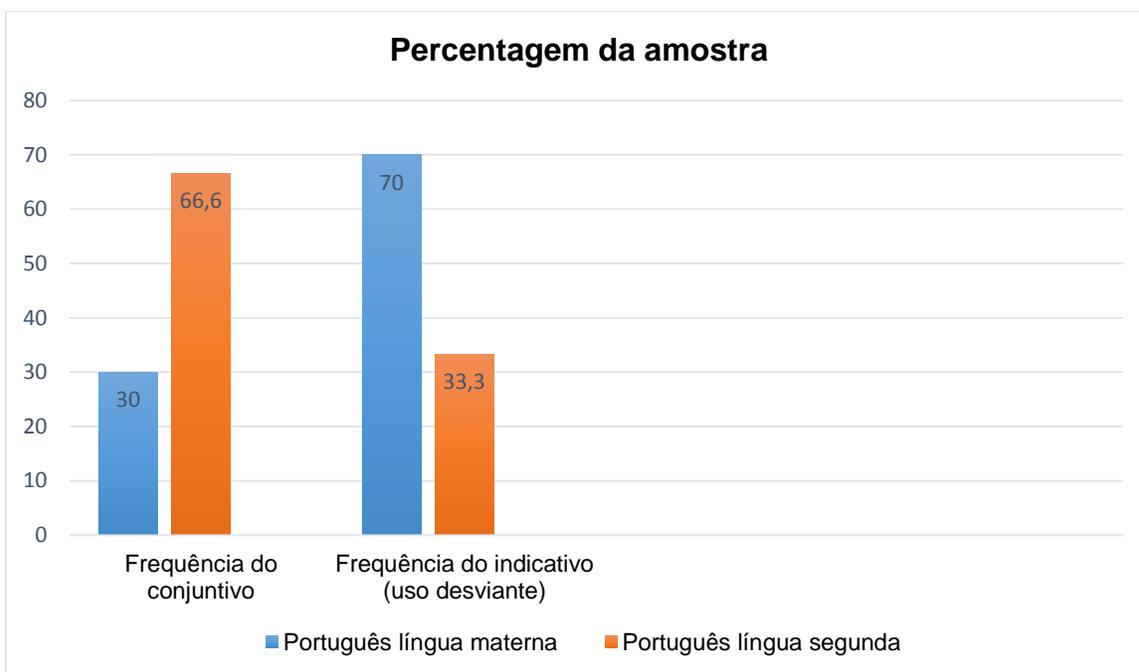


Gráfico-8ª pergunta

O povo espera do governo boas acções que__ (estar) à altura das exigências.

A oitava pergunta/ frase é uma completiva de verbo, em que o predicado *esperar* está na classe de verbos que, obrigatoriamente, seleccionam o conjuntivo, por ser um verbo de expectativa. 30% de frequência de conjuntivo de informantes de PLM, 70% de indicativo/ uso desviante; ao passo que registamos nos informantes de PLS 66,6% de frequência de conjuntivo e 33,3% de indicativo/ uso desviante (**estão** em vez de **estejam**).

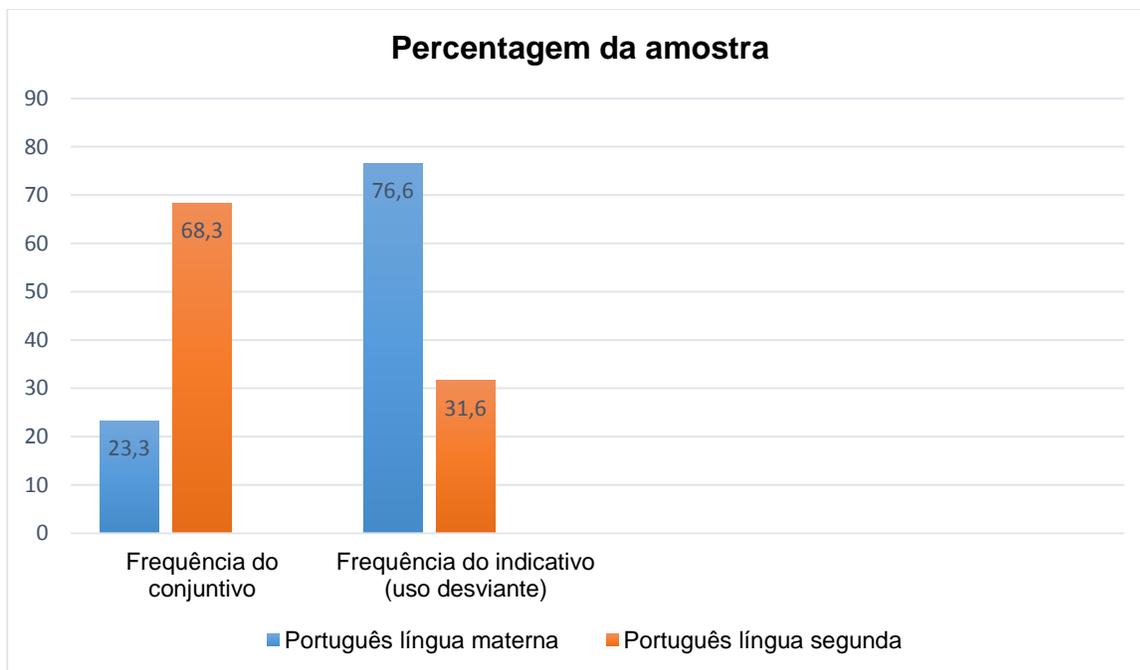


Gráfico-9ª pergunta

De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu ___ (ver) o menino não me aguentaria.

A nona frase/pergunta apenas pressupõe o imperfeito do conjuntivo (*visse*). Trata-se de uma subordinada condicional. Ressalte-se que o predicado *ver* (***visse***) no imperfeito do conjuntivo como é o caso, é quase sempre confundido com o predicado *vir* (*viesse*), usado de forma errónea (***vesse***), cujos dados obtidos dos informantes de PLM são 23,3% de frequência do conjuntivo, 76,6 optou por uma forma errada de imperfeito de conjuntivo, que não ocorre no PE, mas que amiúde se ouve nos falantes do português em Angola. Registamos nos informantes de PLS 68,3% de frequência de conjuntivo e 31,6% ocorrências de uso desviante (***vesse em vez de visse***).

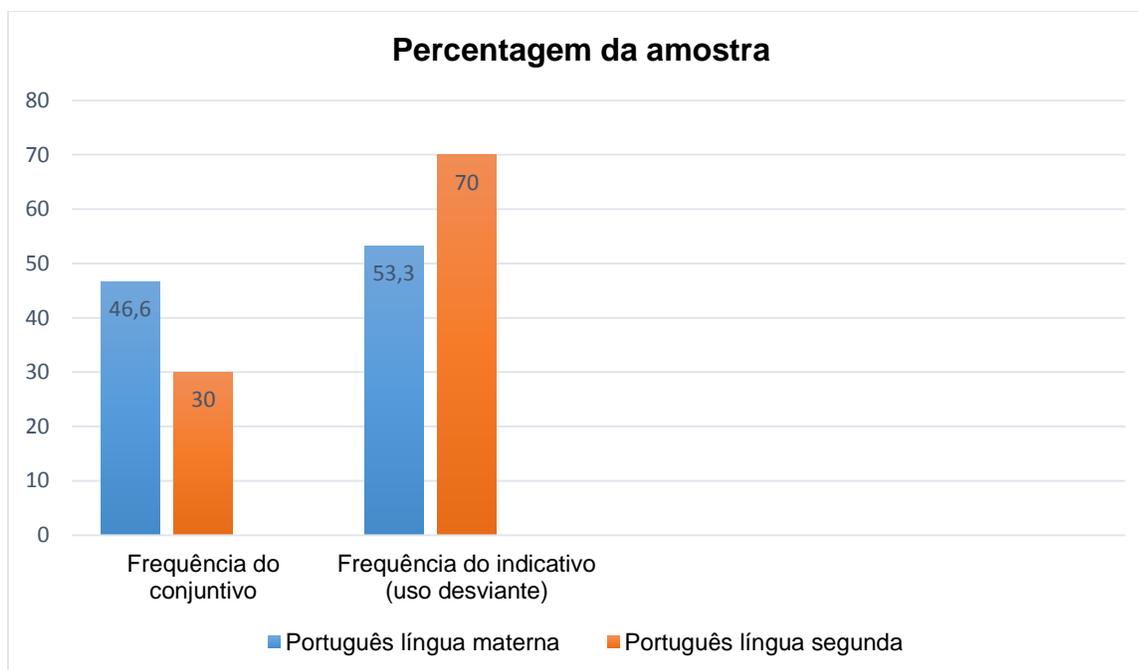


Gráfico- 10ª pergunta

Hoje queremos ir ao hospital, embora___(chover) todos os dias.

A décima pergunta/frase é uma subordinada concessiva que implica uso obrigatório do conjuntivo, por se tratar da conjunção subordinativa concessiva *embora*. Nalguns casos, podem ser consideradas como orações concessivas as introduzidas por conectores como: *mesmo se e inclusive se*. As concessivas construídas com estes conectores podem admitir também o indicativo. Contudo, com o *embora* era expectável apenas o conjuntivo. Os dados ilustram o seguinte: 46,6% frequência de conjuntivo registadas nos informantes de PLM, 53,3% frequência do indicativo. Nos informantes de PLS registamos 30% de frequência de conjuntivo e 70% de ocorrências do indicativo/infinitivo não flexionado que correspondem ao uso desviante.

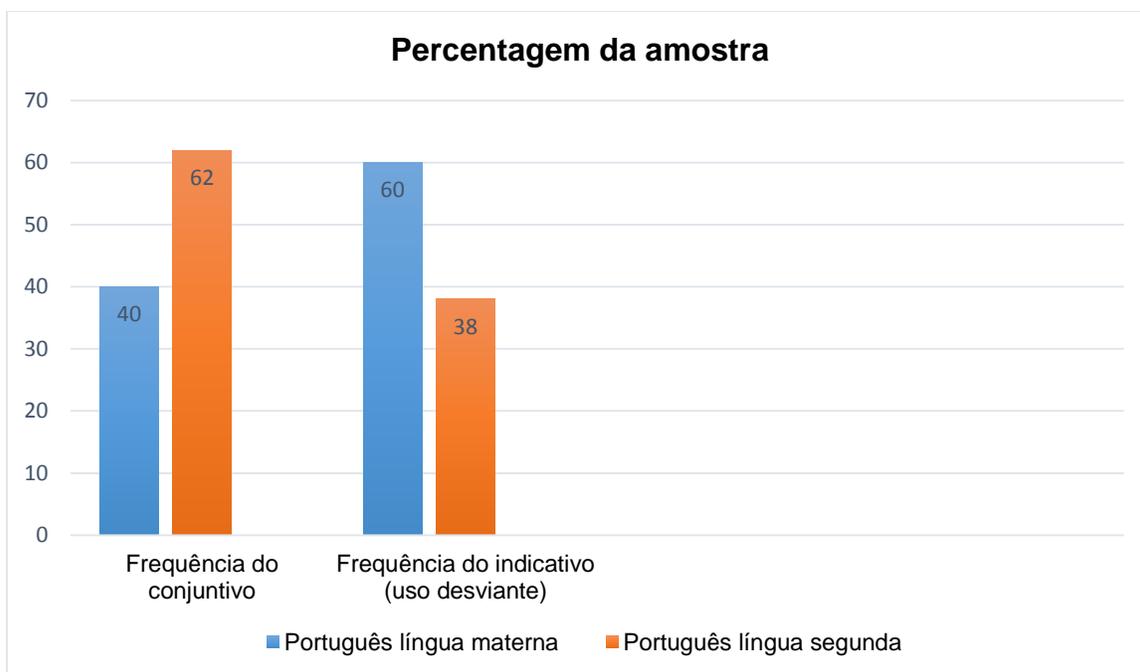


Gráfico- 11ª pergunta

Os novos regulamentos prevêem que quem ___(ser) apanhado a cabular fique em casa durante dois anos.

A décima primeira frase/ pergunta produziu os seguintes resultados: 40% de frequência de conjuntivo nos informantes de PLM, 60,% de frequência de indicativo e/ ou de infinitivo não flexionado/uso desviante; ao passo que nos informantes de PLS registamos 61,1% de frequência de conjuntivo e 38,3% de indicativo e/ ou de infinitivo não flexionado/uso desviante (**ser** em vez de **for**).

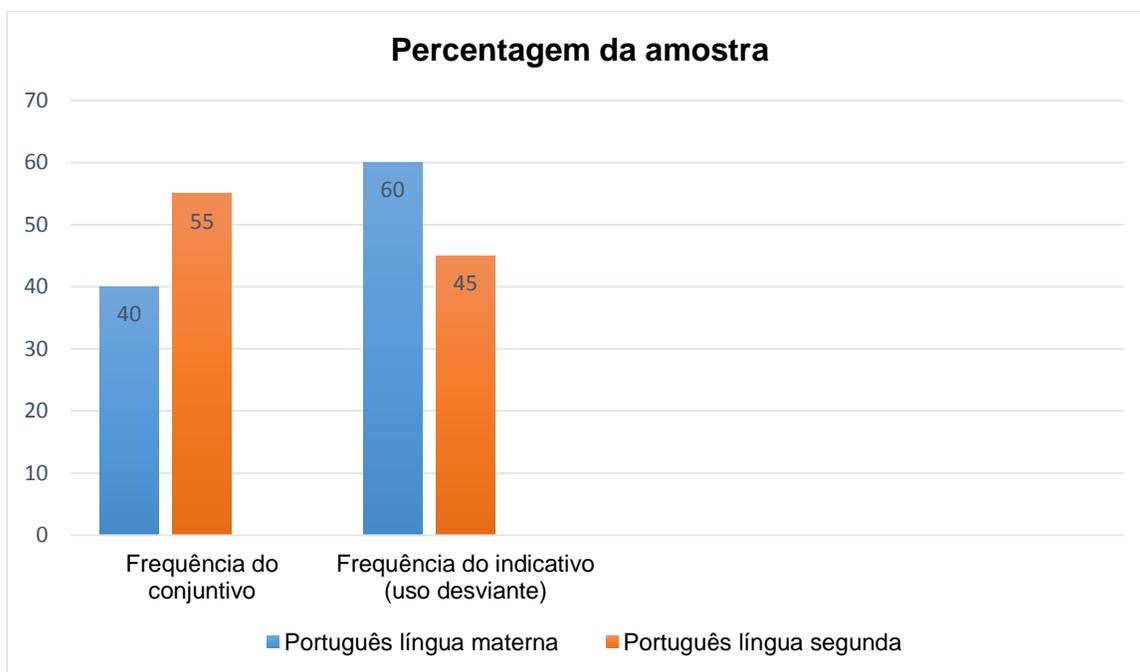


Gráfico- 12ª pergunta

Como diz o povo “a bola é redonda”. Quem__ (vir) de Lesoto comentava que a selecção de Angola era de longe superior.

Na décima segunda frase/pergunta, registamos 40% de frequência do conjuntivo e 60% de indicativo/uso desviante nos informantes de PLM; ao passo que os dados produzidos pelos informantes de PLS são 55% de frequência do conjuntivo e 45% de frequência do indicativo/uso desviante (**vem** em vez de **viesse**).

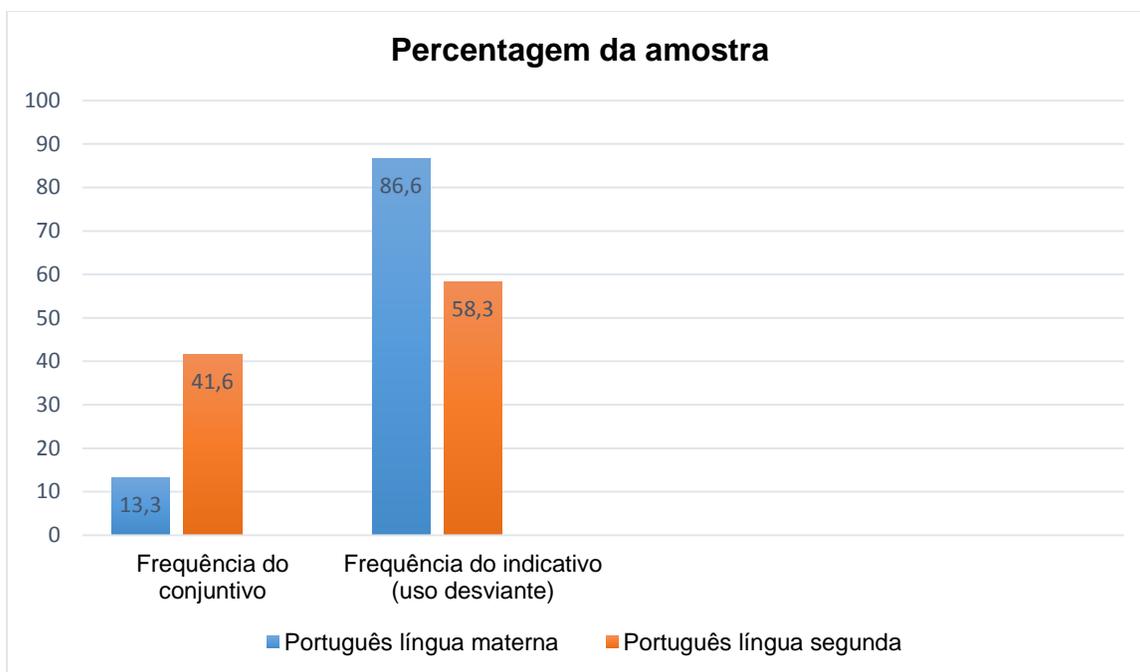


Gráfico-13^a pergunta

Eu ainda acredito nos meus alunos, se eles___ (dar) o melhor de si vão ganhar todos os prêmios.

A décima terceira frase/pergunta é uma subordinada condicional que implica o uso do conjuntivo, à semelhança da maioria das condicionais que se constrói com o conjuntivo. Registamos dos informantes de PLM, 13,3% frequência do conjuntivo, 86,6% frequência de indicativo e/ou infinitivo flexionado/ uso desviante; e de informantes de PLS 41,6% frequência do conjuntivo, 58,3% frequência de indicativo e/ou infinitivo flexionado/uso desviante (**darem** em vez de **derem**).

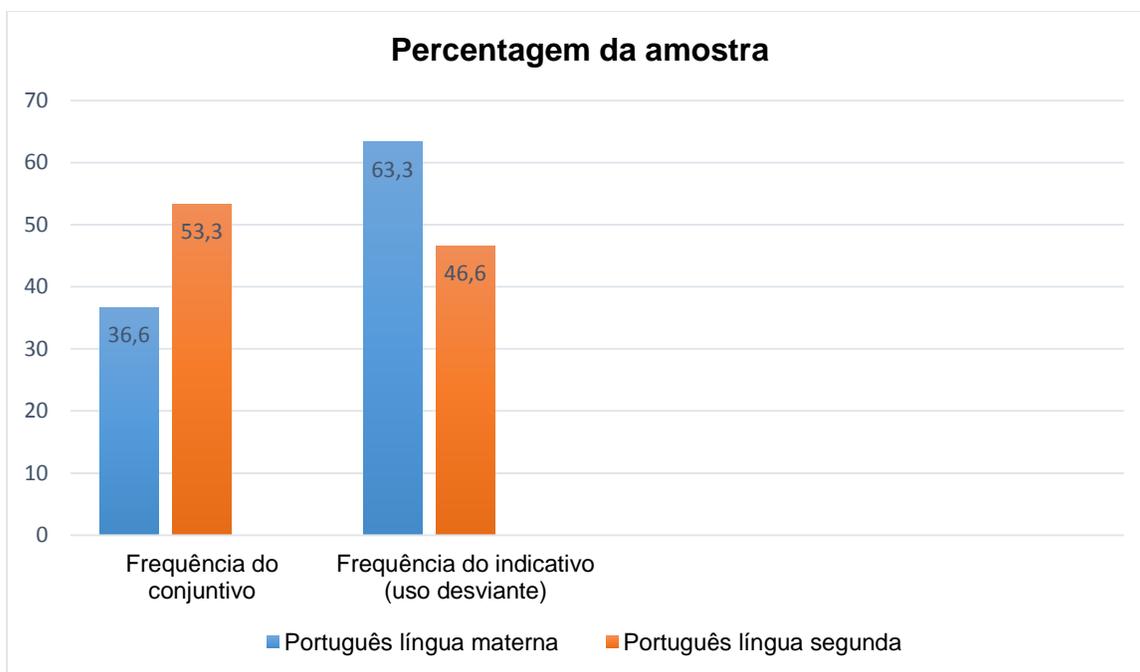


Gráfico-14^a pergunta

O estudante universitário deve dedicar-se muito aos estudos para que__ (produzir) conhecimentos.

A décima quarta frase/pergunta é uma subordinada final. Aqui o contexto só pressupõe o uso obrigatório do conjuntivo. Os informantes de PLM, 36,6% optou por conjuntivo, 63,3% por indicativo/uso desviante e registamos de informantes de PLS 53,3% frequência de conjuntivo e 46,6% frequência de indicativo/ uso desviante (**Produz** em vez de **produza**).

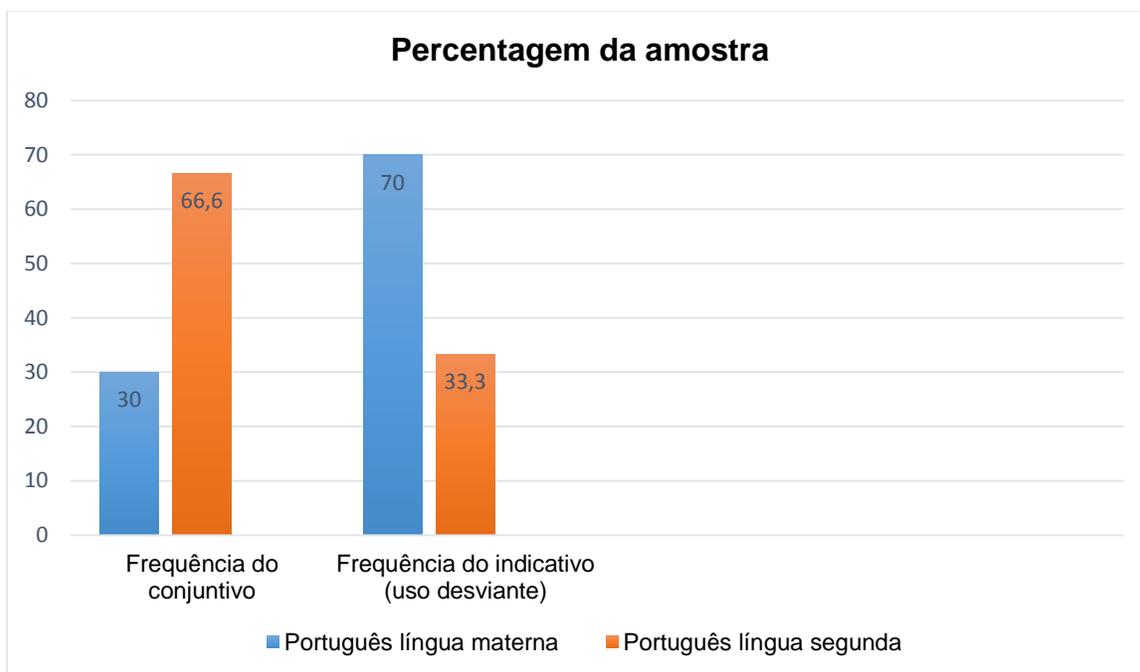


Gráfico- 15ª pergunta

Seria bom que o governo ___(dar) mais valor aos professores.

A décima quinta frase/pergunta implica exclusivamente o uso do conjuntivo. A frequência do conjuntivo nos informantes de PLM é de 30% e 70% de frequência de indicativo/uso desviante; nos informantes de PLS registamos 66,6% frequência de conjuntivo e 33,3% frequência de indicativo/uso desviante (**dá/dasse** em vez de **desse**). Destaque-se que é recorrente ouvir-se a forma **dasse** no PA, inexistente PE.

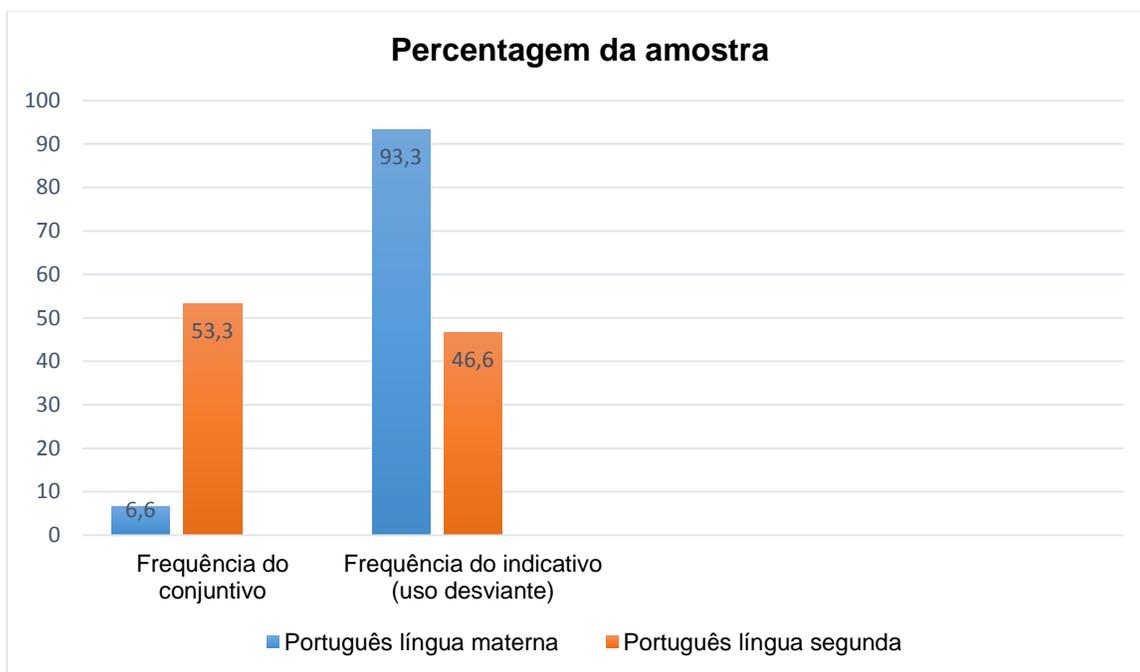


Gráfico-16^a pergunta

Nem tudo nos convém, mas no seu caso, se o seu pai é liberal__ (ver) se é possível e avise-o antes.

A décima sexta pergunta/ frase pressupõe apenas o conjuntivo, por se tratar de uma forma de tratamento da terceira pessoa do singular, que deve coincidir com o uso obrigatório do conjuntivo, dado que, aqui, a forma do imperativo passa a ser defectiva, para que haja concordância com a forma de tratamento usada. Registamos de informantes PLM 6,6% frequência do conjuntivo, 93,3% do indicativo; de informantes PLS 53,3% de frequência de conjuntivo, 46,6% de indicativo/ uso desviante (**vê** em vez de **veja**).

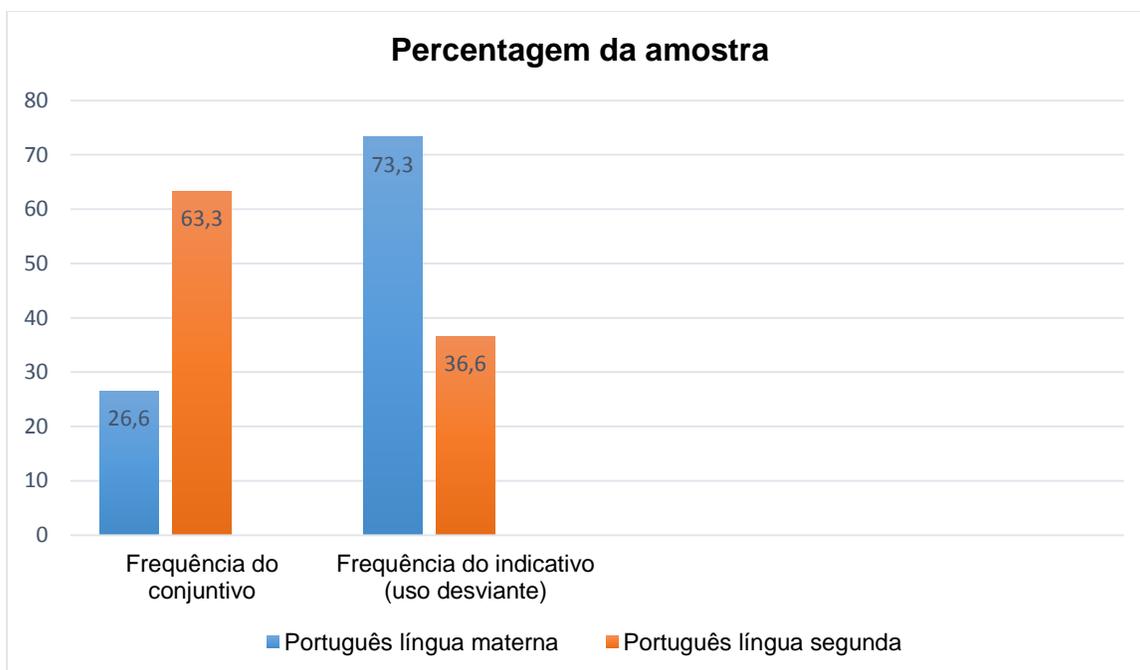


Gráfico- 17ª pergunta

Os professores exigem dos alunos o que não ensinam, mas se eles__ (fazer) o contrário, os alunos dedicar-se-iam mais.

A décima sétima frase/pergunta implica o uso do conjuntivo, tratando-se de uma condicional. Seguem-se os dados obtidos dos informantes que variam tanto para os que têm PLM, 26,6% de frequência do conjuntivo e 73,3% de frequência do indicativo e/ou infinitivo flexionado/ uso desviante, registamos nos informantes PLS 63,3 frequência de conjuntivo, 36,6% frequência de indicativo e/ou infinitivo que correspondem ao uso desviante (**fazessem/fazerem** em vez de **fizessem**). Registámos também o uso da forma errónea *fazessem* no PA, não atestada no PE.

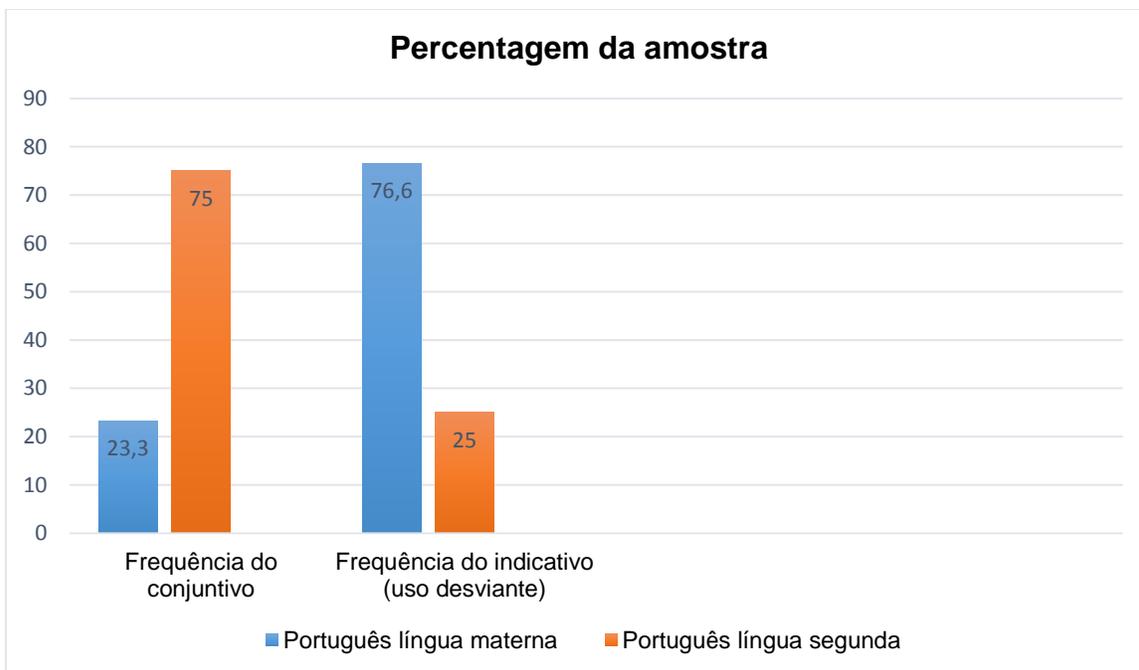


Gráfico-18^a pergunta

Olha mana! Diga ao seu filho que se__ (pôr) a lapiseira na fogueira, ela derrete.

A décima oitava frase/pergunta implica o futuro do conjuntivo, tratando-se de uma subordinada condicional. Nesta frase, registamos nos informantes de PLM 23,3% frequência de uso do conjuntivo, 76,6% frequência do indicativo e/ou infinitivo não flexionado correspondente ao uso desviante; ao passo que nos informantes PLS 75% frequência do conjuntivo e 25% frequência do indicativo e/ou infinitivo não flexionado correspondente ao uso desviante (**pôr** em vez de **puser**).

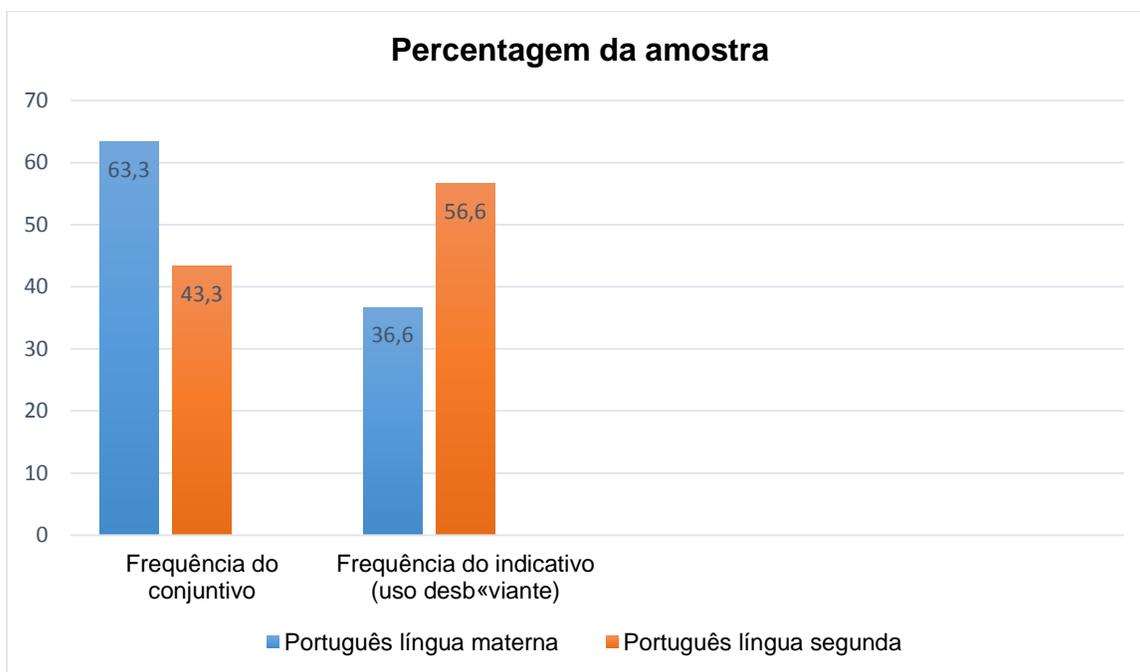


Gráfico- 19ª pergunta

O povo queria que a filha__ (manter) a fortuna no Banco privado.

A décima nona pergunta/ frase é uma frase completiva de verbo que, por sinal, este predicado selecciona o conjuntivo, semanticamente exprime um desejo, daí o uso do conjuntivo ser obrigatório neste contexto. Registamos frequência de 63,3% de conjuntivo e 36,6% de indicativo/ uso desviante nos informantes de PLM; ao passo que nos informantes de PLS registamos 43,3% de frequência de conjuntivo e 56,6% de uma forma errónea, correspondendo ao uso desviante (***mantesse*** em vez de ***mantivesse***). Note-se que a forma errónea ***mantesse*** também a atestamos ou a observamos nos informantes do PE (cf. quadro nº 5- Teste de Produção induzida Uévora).

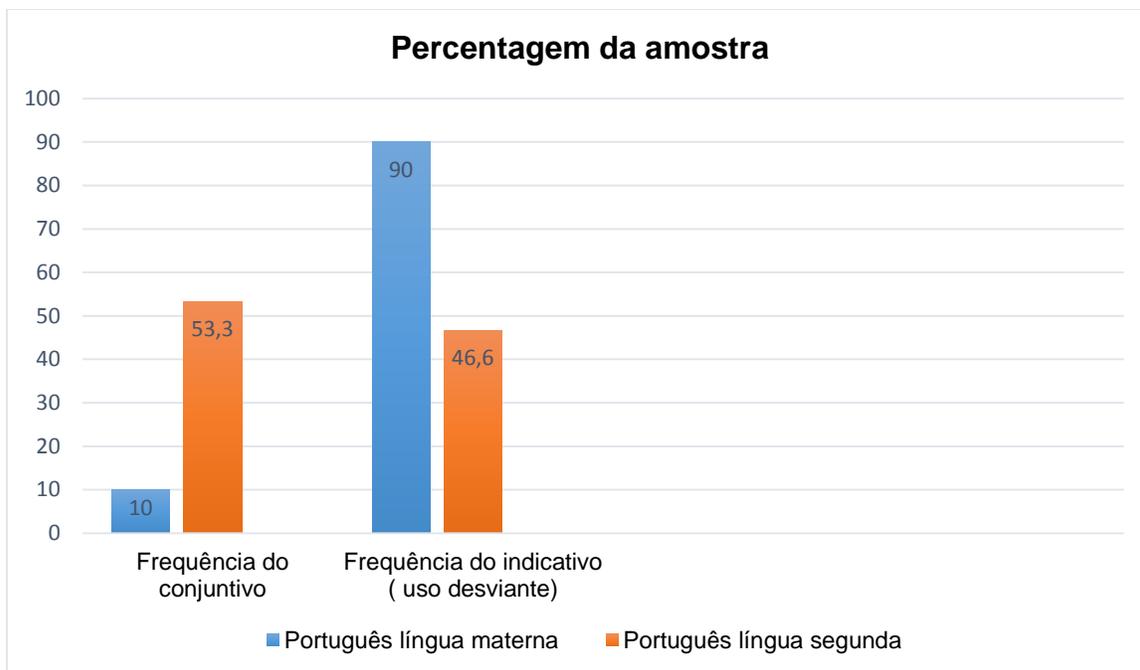


Gráfico-20ª pergunta

Da próxima vez quando eles___ (ter) que comprar jóias, virão aqui.

A vigésima frase/ pergunta é uma subordinada temporal que pressupõe, em regra, o futuro do conjuntivo, mas observamos nos dados de PLM, 10% de frequência do conjuntivo, 90% ocorrências do indicativo/infinitivo flexionado correspondente ao uso desviante; ao passo que nos informantes de PLS registamos 53,3% frequência do conjuntivo e 46,6% frequência do indicativo /infinitivo flexionado correspondente ao uso desviante (**terem** em vez de **tiverem**).

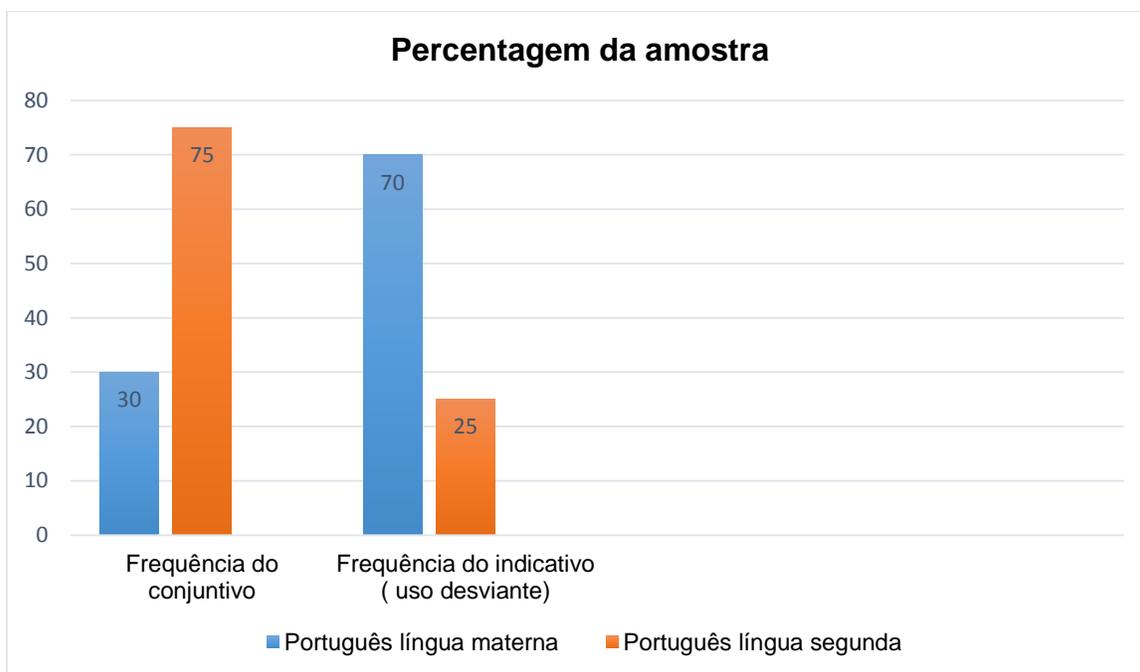


Gráfico-21^a pergunta

Os salários de Dezembro não atrasam muito, espero que o governo os___ (dar) o mais cedo possível.

A vigésima primeira pergunta/frase é uma completiva de verbo, implicando apenas o conjuntivo, independentemente do contexto, aceita-se o presente do conjuntivo. De acordo com os dados dos informantes de PLM, registamos a seguinte frequência: 30% do conjuntivo; 70% de indicativo/uso desviante; ao passo que os informantes de PLS tiveram 75% frequência de conjuntivo e 25% de indicativo/uso desviante (**dá/deia** em vez de **dê**). Note-se ser recorrente nos falantes angolanos a forma errónea **deia** em substituição da correcta **dê**, acreditamos que é por analogia a outras formais verbais que assim admitem a desinência **a** no conjuntivo.

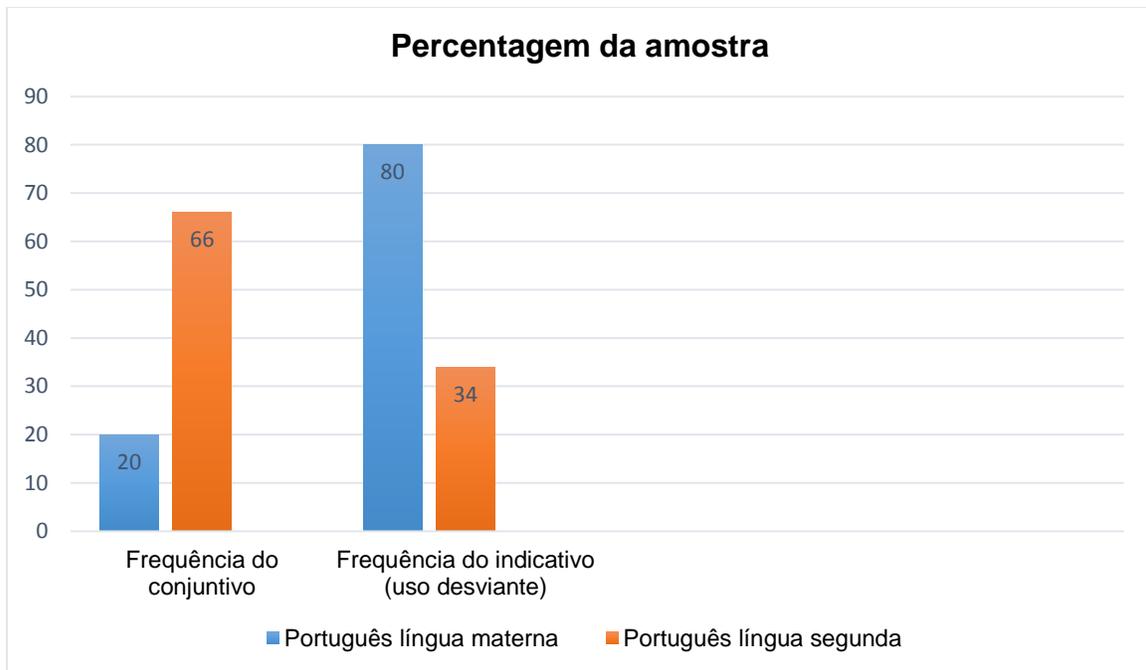


Gráfico-22^a pergunta

A sociedade civil angolana espera que__ (haver) um julgamento transparente dos arguidos.

A vigésima segunda frase/pergunta, à semelhança da vigésima primeira, é uma completiva de verbo que o contexto só pressupõe o presente do conjuntivo. Os dados de informantes de PLM ilustram uma frequência de uso do conjuntivo de 20% e 80% frequência de indicativo/uso desviante. Nos informantes de PLS 66% frequência de conjuntivo e 33,3% de indicativo/uso desviante (**há** em vez de **haja**).

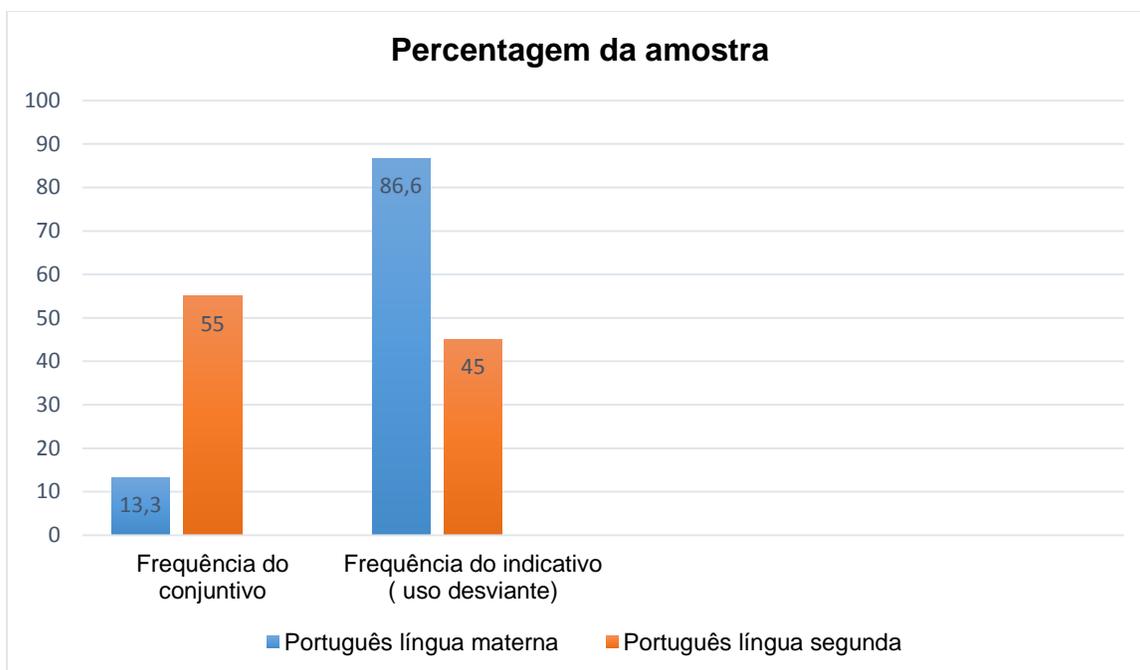


Gráfico-23^a pergunta

Dizem que o papa vem a Angola, se o Santo Padre__ (intervir) as almas serão estimuladas.

A vigésima terceira frase/pergunta é uma subordinada condicional hipotética que, em contexto, apenas implica o futuro do conjuntivo. Os informantes que têm PLM, 13,3% optou por conjuntivo, 86,6% por indicativo/infinitivo não flexionado que corresponde ao uso desviante; e nos informantes de PLS registamos 55% frequência do conjuntivo e 45% frequência de indicativo/infinitivo que corresponde ao uso desviante (***intervir*** em vez de ***intervier***).

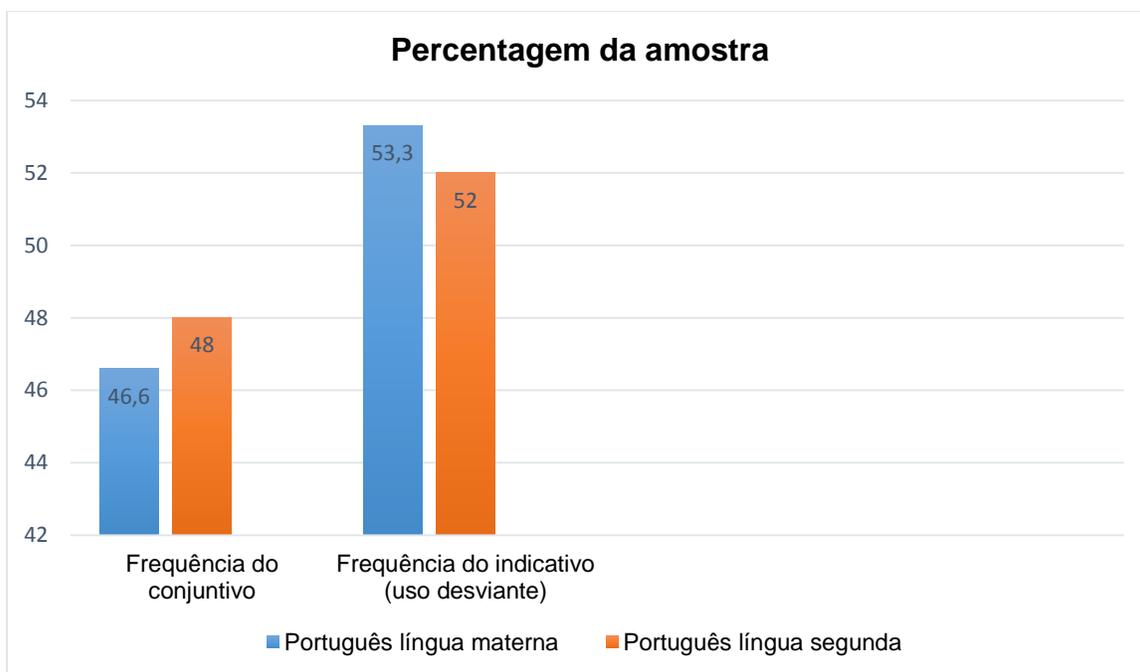


Gráfico-24^a pergunta

O nosso conselho vai para o pai, seria razoável que__ (Pôr) à disposição do seu filho toda a bibliografia recomendada.

A vigésima quarta pergunta/frase é uma completiva de adjectivo, em cujo uso de conjuntivo é obrigatório. Os informantes de PLM 46,6% optou por conjuntivo, 53,3,% ocorrências de indicativo e uma forma errónea. Em relação aos informantes de PLS, registamos 48% de ocorrência de conjuntivo e 52% de indicativo/uso desviante de uma forma errónea (**posse** em vez de **pusesse**).

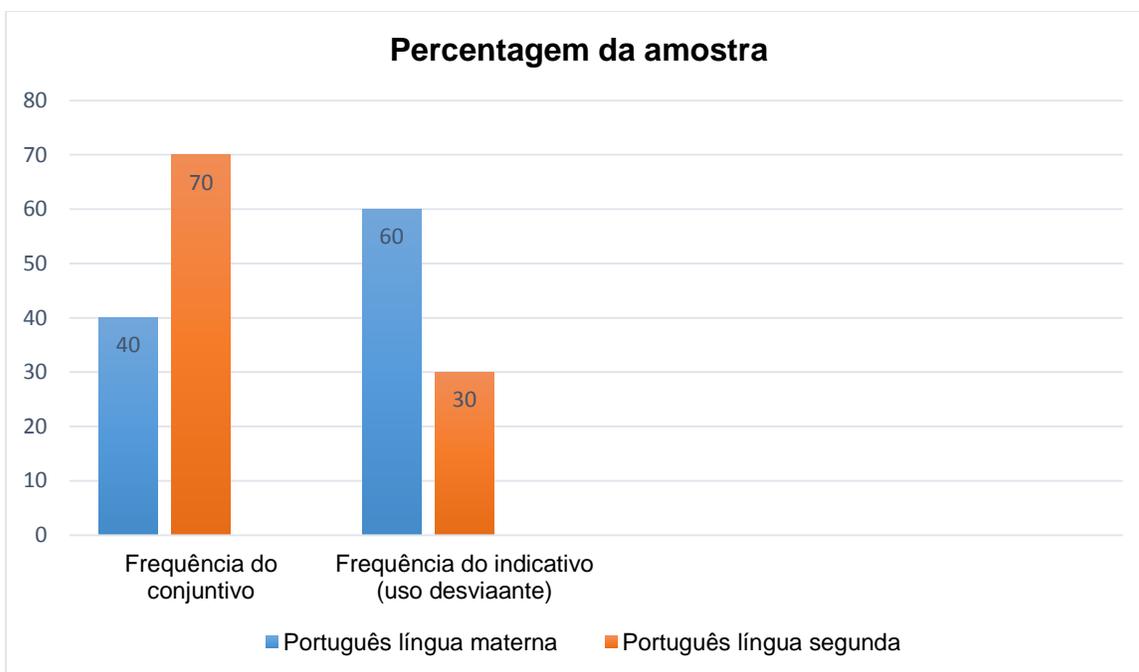


Gráfico- 25ª pergunta

Estávamos sempre presentes, mas sobretudo quando___ (haver) divergências no lar.

A vigésima quinta pergunta/frase é uma subordinada temporal, que pressupõe o uso obrigatório do imperfeito do conjuntivo. Dos dados colectados de informantes PLM temos 40% ocorrências do conjuntivo, 60% do indicativo/ uso desviante. Nos informantes de PLS registamos 70% ocorrências de conjuntivo e 30% de indicativo/ uso desviante (**havesse/há** em vez de **houvesse**). Observamos também as ocorrências da forma **havesse**, não atestada no PE.

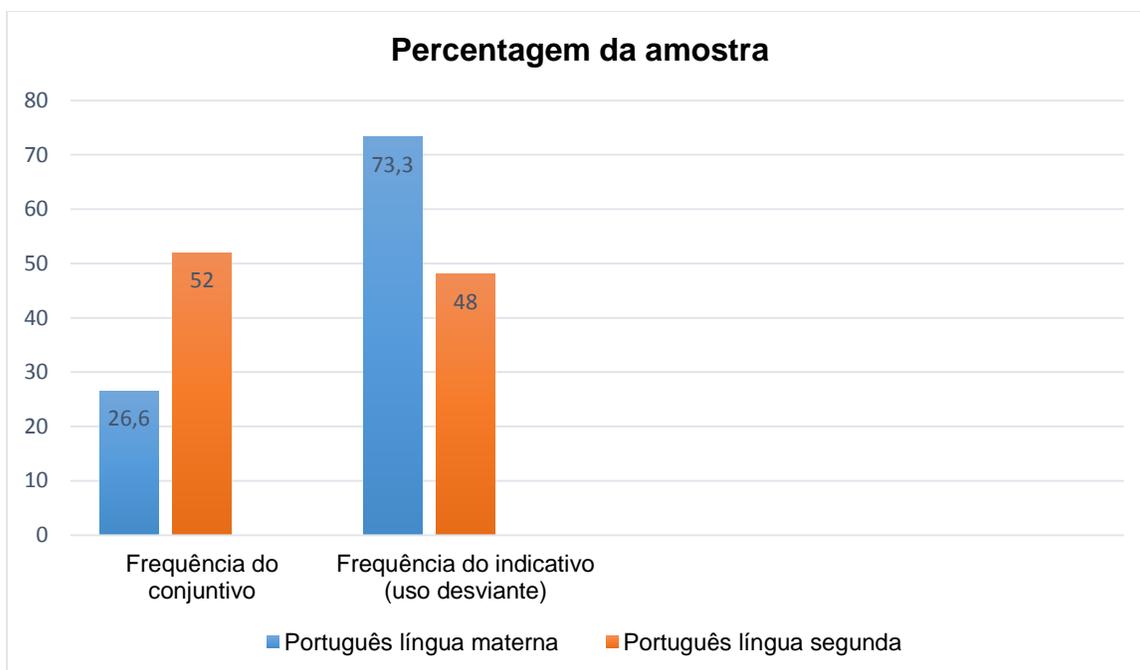


Gráfico-26^a pergunta

Quando os inimigos nos vêm juntos ficam aflitos, desta vez, se nos___ (ver) mais juntos, vão desistir.

A vigésima sexta pergunta/frase, à semelhança da sétima, implica o futuro do conjuntivo ou o presente do indicativo, dependendo do contexto, sendo uma frase optativa. Os dados de informantes de PLM ilustram 26,6% de ocorrências do conjuntivo, 73,3% frequência do indicativo/infinitivo flexionado que corresponde ao uso desviante; ao passo que nos informantes de PLS registamos 52% frequência de conjuntivo e 48% de indicativo/infinitivo flexionado que corresponde ao uso desviante (**verem** em vez de **virem**).

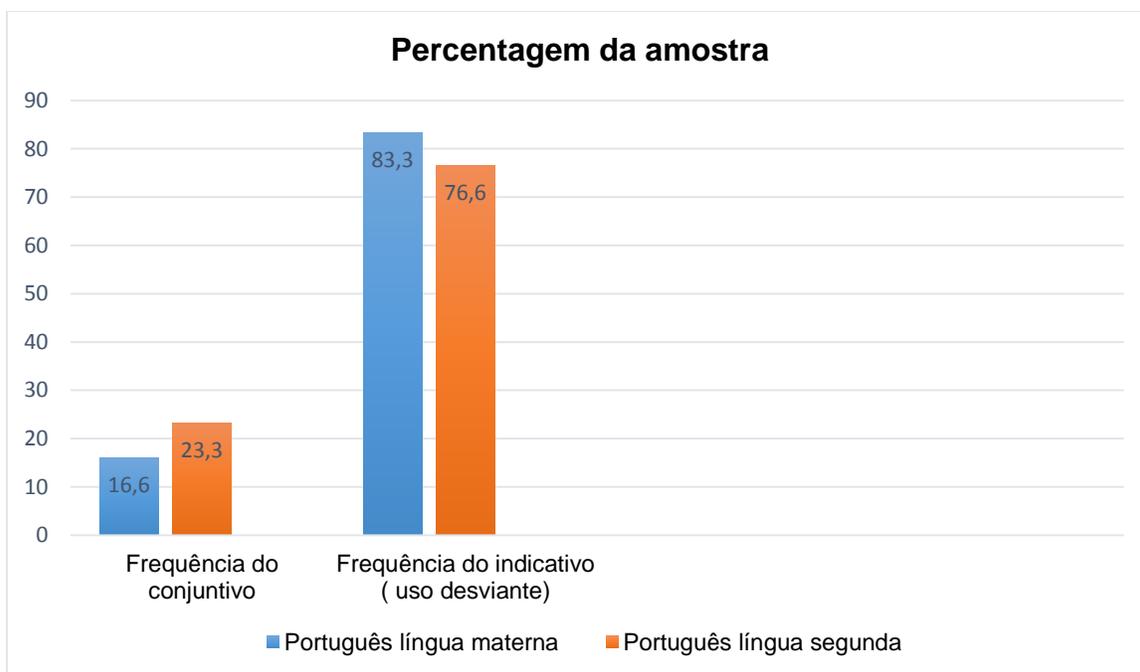


Gráfico-27^a pergunta

A vizinha depois do divórcio mudou de carácter, esperemos que se___ (manter) assim.

Tratando-se de a vigésima sétima pergunta/frase ser de completiva de verbo, o contexto pressupõe o uso obrigatório do conjuntivo. Em relação aos informantes de PLM 16,6% optou por conjuntivo, 83,3% por indicativo/ uso desviante; ao passo que nos informantes de PLS registamos 23,3% ocorrências de conjuntivo e 76,6% frequência de indicativo/ uso desviante (***mantém*** em vez de ***mantenha***).

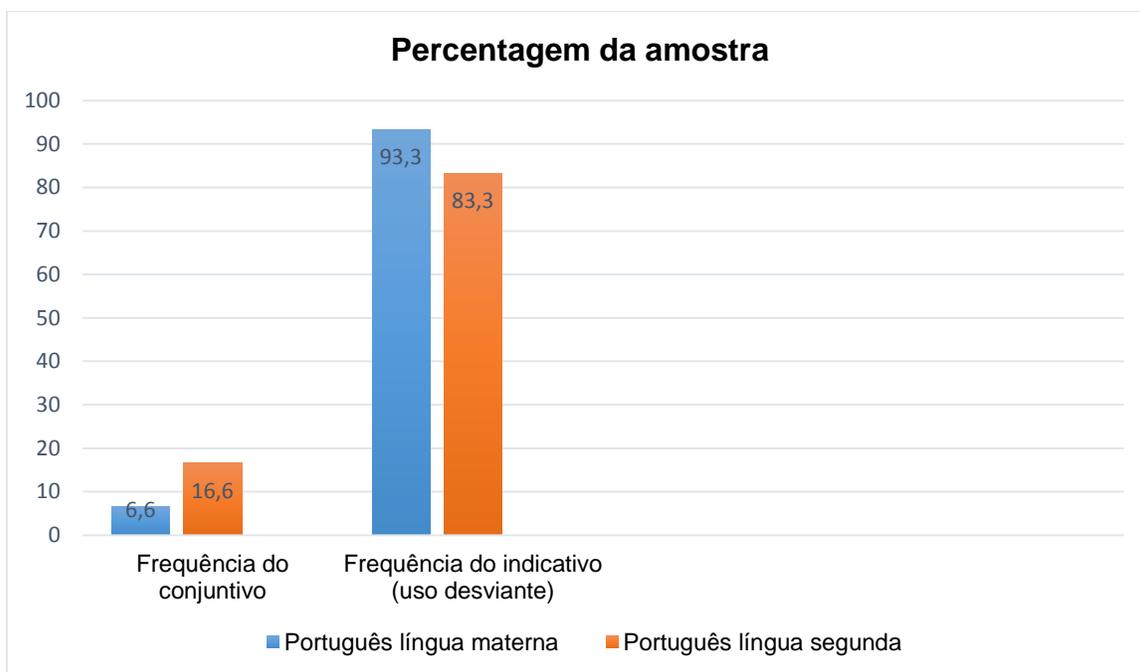


Gráfico- 28ª pergunta

Se ele___ (manter) as suas afirmações e posições poderá agradar ao presidente.

Na vigésima oitava frase/pergunta, estamos diante de uma subordinada condicional, trata-se de uma condicional hipotética, que pressupõe o uso obrigatório do futuro do conjuntivo. Aqui, nos informantes de PLM registamos 6,6% frequência de conjuntivo, 93,3% ocorrências do indicativo/infinitivo não flexionado que corresponde ao uso desviante; nos informantes de PLS registamos 16,6% frequência do conjuntivo e 83,3% frequência de indicativo/infinitivo não flexionado (**manter** em vez de **mantiver**).

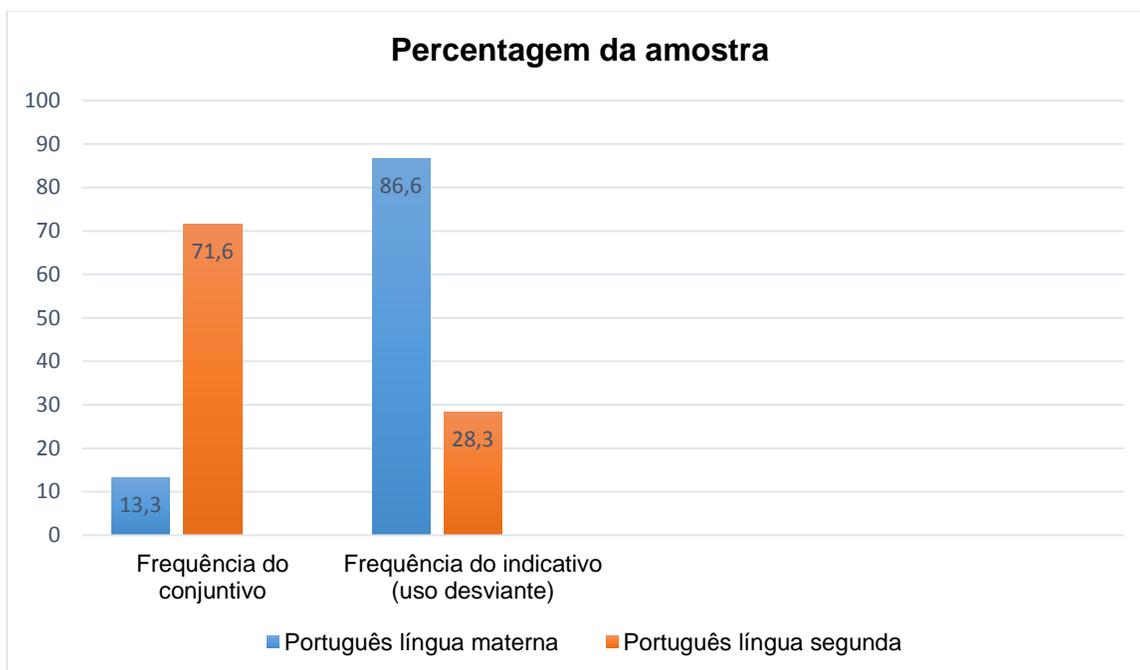


Gráfico-29ª pergunta

Esperava-se que o governo da República de Angola não___ (intervir) mais na guerra da República Democrática do Congo.

A vigésima nona frase/pergunta permite-nos mostrar a seguinte frequência de conjuntivo 13,3% e 86,6% frequência de indicativo/ uso desviante que corresponde a uma forma errónea nos informantes de PLM; ao passo que nos informantes de PLS registamos 71,6% frequência de conjuntivo e 28,3% frequência de indicativo/ uso desviante que corresponde a uma forma errónea (***intervissee*** em vez de ***interviesse***). Note-se que a forma *intervissee*, embora ocorra com muita frequência nos informantes angolanos (PA), também a atestámos nos informantes de PE (cf. Quadro nº 6- Teste de produção induzida/Uévora).

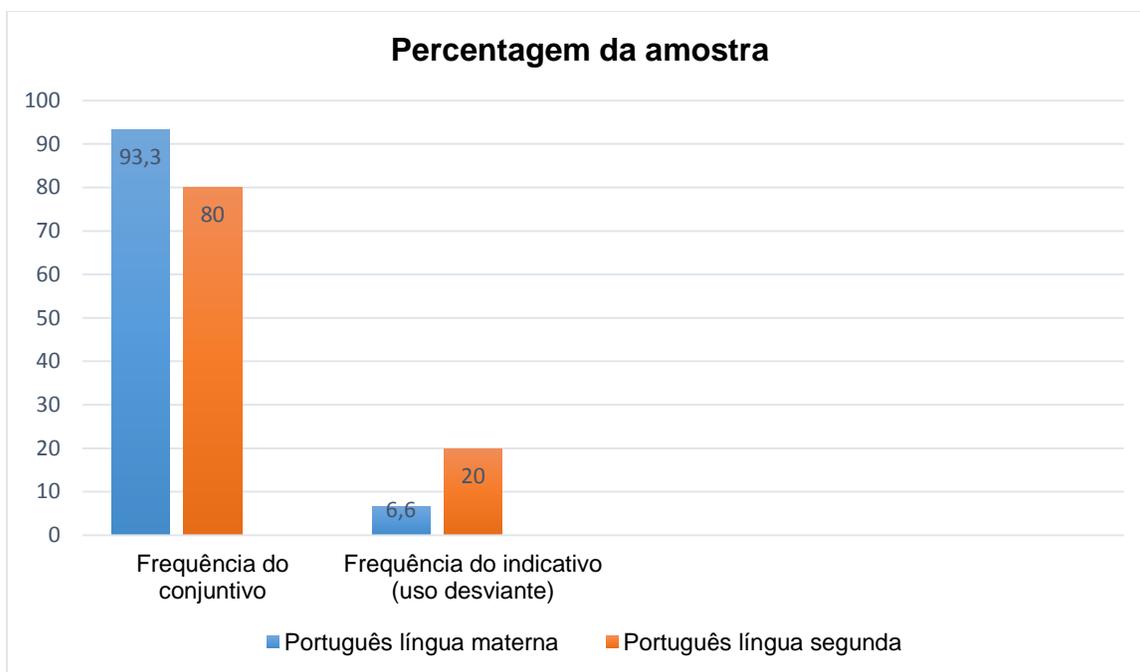


Gráfico- 30ª pergunta

Nós, como estudantes dessa Universidade, queremos que o Magnífico Reitor__ (pôr) tudo em ordem.

A trigésima pergunta/frase é uma completiva de verbo que pela sua especificidade implica uso obrigatório do conjuntivo, aqui no caso, presente do conjuntivo. Em relação a esta frase/pergunta, as percentagens mostram a frequência dos informantes de PLM com 93,3% do conjuntivo, 6,6% indicativo/uso desviante; ao passo que nos informantes de PLS registamos 80% ocorrências do conjuntivo, 20% ocorrências do indicativo/ uso desviante (**põe** em vez de **ponha**).

Quadro nº 4. Resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)

Informantes de Português Língua materna (Portugal)				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicativo	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
1	20	0	0%	100%
2	19	1	5%	95%
3	20	0	0%	100%
4	20	0	0%	100%
5	20	0	0%	100%
6	20	0	0%	100%
7	17	0	0%	100%
8	20	0	0%	100%
9	20	0	0%	100%
10	19	1	5%	95%

Os resultados do quadro nº 4 demonstram o comportamento dos informantes de PE língua materna, face ao uso do conjuntivo, neste quadro, ressalte-se que os desvios em relação às ocorrências do conjuntivo verificaram-se apenas com a subordinada introduzida por **se**, frase (2) cuja opção dos falantes é por presente do indicativo em vez de imperfeito do conjuntivo (**estão/estivessem**), com 5% dos inquiridos. E frase (10), subordinada introduzida por concessiva **embora**, registando ocorrências desviantes na ordem de 5% ao optarem por presente do indicativo (**chove**) em vez de presente do conjuntivo (**chova**).

Quadro nº 5. Resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)

Informantes de Português Língua materna (Portugal)				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicativo	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
11	17	3	15%	85%
12	20	0	0%	100%
13	20	0	0%	100%
14	20	0	0%	100%
15	20	0	0%	100%
16	20	0	0%	100%
17	20	0	0%	100%
18	19	1	5%	95%
19	16	4	20%	80%
20	20	0	0%	100%

No seguimento da análise de resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes de PE língua materna (Portugal) no quadro nº 5, ressaltam-se desvios em 15% em relação ao conjuntivo na frase (11) em que era expectável o futuro do conjuntivo (**for** em vez de **ser** (infinitivo)). Na frase (18) registámos o desvio do conjuntivo (**pôr** em vez de **pusesse**) com 5%. E, finalmente, ainda neste quadro na completiva de verbo, registámos ocorrências desviantes do conjuntivo (**mantesse** em vez de **mantivesse**).

Quadro nº 6- Resultados do teste de produção induzida aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)

Informantes de Português Língua materna (Portugal)				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicativo	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
21	20	0	0%	100%
22	20	0	0%	100%
23	7	13	65%	35%
24	20	0	0%	100%
25	20	0	0%	100%
26	20	0	0%	100%
27	12	8	40%	60%
28	18	2	10%	90%
29	17	3	15%	85%
30	20	0	0%	100%

O quadro nº 6 mostra as ocorrências de uso desviante significativas do conjuntivo na frase (23) em que era expectável o futuro do conjuntivo (*intervier* em vez de *intervir* infinitivo não flexionado) com 65%. Nas frases (27) e (28) era expectável o presente do conjuntivo na primeira (*mantenha* em vez de *manter* infinitivo não flexionado)), e futuro do conjuntivo na segunda (*mantiver* em vez de *manter*)) registando-se uma ocorrência de desvio na ordem de 40% na primeira e de 10% na segunda. E, por último, na frase (29) em que se esperava o imperfeito do conjuntivo (*interviesse* em vez de *intervissem*) com uso desviante de 15%.

6.4. Teste de juízo de gramaticalidade

O teste de juízo de gramaticalidade consistiu na apresentação de 17 grupos de frases (cf. Apêndice II), assim, solicitámos aos informantes a selecção da frase que lhes parece correcta, de entre as três ou duas conforme a constituição de cada grupo. Com

este teste pretendemos perceber se os inquiridos estão conscientes do uso adequado do conjuntivo de acordo com a norma do PE.

Permitimo-nos partilhar o ponto de vista de alguns estudiosos, que, a aplicação do teste de juízo de gramaticalidade permite aceder com maior fidelidade ao conhecimento intuitivo dos falantes (Duarte, 2009), bem como a ideia de que o comportamento dos falantes em tarefas de produção pode não coincidir com o seu comportamento em tarefas de juízo de gramaticalidade. À semelhança do teste de produção induzida, ao responder ao teste de juízo de gramaticalidade, os informantes tiveram instrução do modo como poderiam proceder para o seu preenchimento, cuja orientação foi:

Indique os seus juízos de gramaticalidade em relação às frases 1 a 17 marcando com (x) ou asterisco () a que lhe parece correcta.*

Como se segue o exemplo:

4. a) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu vesse o menino não me aguentaria
- b) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu visse o menino não me aguentaria
- c) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu vejo o menino não me aguentaria

Quadro- nº 7 Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (Angola)

Informantes de PA				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicative	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
1	30	0	0%	100%
2	29	1	3,3%	96,6%
3	25	5	16,6%	83,3%
4	30	0	0%	100%
5	30	0	0%	100%
6	30	0	0%	100%
7	30	0	0%	100%
8	30	0	0%	100%
9	30	0	0%	100%%
10	23	7	23,3%	76,6%

Em relação aos resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da ESPLN, por sinal, todos os inquiridos que responderam ao juízo de gramaticalidade consideram português como sua língua segunda (PLS), sendo do curso de Ensino de Linguística Portuguesa, cujo perfil de formação se assemelha ao de estudantes que têm PLM (PE) da Universidade de Évora, retivemos os seguintes dados: da frase 1 a 10, os estudantes consideraram gramaticais ou correctas as alíneas a) da 2ª pergunta com 3,3% (*Talvez o bom livro é aquele com gravuras*); a) da 3ª pergunta com 16,6% (*O povo espera do governo boas acções que estão à altura das exigências*) e alínea b) da 10ª pergunta (*Quando haver problemas que nos transcendem os órgãos da justiça intervêm*) com 23,3%. Que como sabemos são agramaticais ou incorrectas à luz da norma do PE.

Quadro- nº 8 Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (Angola)

Informantes de PA				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicativo	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
11	30	0	0%	100%
12	26	4	13,3%	86,6%
13	17	13	43,3%	56,6%
14	30	0	0	100%
15	13	17	56,6%	43,3%
16	24	6	20%	80%
17	30	0	0%	100%

No seguimento do teste de juízo de gramaticalidade, da frase 11 a 17, os estudantes julgaram gramaticais ou correctas as alíneas a) da 12ª pergunta (*os novos regulamentos prevêem que quem ser apanhado a cabular fique em casa durante dois anos*) com 13,3%; alínea b) da 13ª pergunta (*Dizem que o Papa vem a Angola. Se o santo padre intervir as almas serão estimuladas*) com 43,3%; alínea a) da 15ª pergunta (*Se o meu irmão manter os cães em casa, eu fico*) com 56,6%; e, finalmente, alínea a) da 16ª pergunta (*Embora chove todos os dias, saio mesmo assim*) com 20% de ocorrência. Frases consideradas agramaticais ou incorrectas no PE.

Quadro- nº 9 Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)

Informantes de Português Língua materna (Portugal)				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicativo	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
1	10	0	0%	100%
2	9	1	10%	90%
3	10	0	0%	100%
4	10	0	0%	100%
5	10	0	0%	100%
6	10	0	0%	100%
7	10	0	0%	100%
8	10	0	0%	100%
9	10	0	0%	100%
10	10	0	0%	100%

Em Angola, o grupo de controlo que serviu para o teste de juízo de gramaticalidade foi composto por 30 estudantes do curso de Ensino da Linguística Portuguesa (4º ano), no caso do teste de juízo de gramaticalidade aplicado em Évora, consideramos 10 estudantes do curso de Línguas e Literaturas (1º ano). Em relação àquilo que julgaram gramatical, mas é uma ocorrência desviante com 10%, da 1ª a 10ª perguntas, ressalte-se apenas a alínea a) da 2ª pergunta com (*Talvez o bom livro é aquele com gravuras*).

Quadro- nº 10 Resultados do teste de juízo de gramaticalidade aplicado aos estudantes da Universidade de Évora (Portugal)

Informantes de Português Língua materna (Portugal)				
Frases testadas	Frequência conjuntivo	Frequência indicativo	Uso desviante do conjuntivo percentagem de ocorrência	
11	10	0	0%	100%
12	9	1	10%	90%
13	10	0	0%	100%
14	10	0	0%	100%
15	4	6	60%	40%
16	10	0	0%	100%
17	10	0	0%	100%

Da 11^a a 17^a perguntas, os informantes julgaram gramaticais as alíneas a) da 12^a pergunta com 10% de ocorrência, por sinal, desviantes (*Os novos regulamentos prevêem que quem ser apanhado a cabular fique em casa durante dois anos*); e alínea a) da 15^a com 60% de ocorrência desviantes (*se o meu irmão manter os cães em casa, eu fico*).

7. Apresentação e Discussão de resultados

7.1. Produção induzida

Como já o dissemos, constitui a base empírica do nosso estudo o *corpus* escrito obtido a partir de testes de produção induzida e juízo de gramaticalidade, aplicados aos estudantes da ULAN (Angola) e UÉVORA (Portugal). Com base nos resultados produzidos, em linhas gerais, passámos a reflectir à volta dos mesmos nesta secção.

Ao longo do nosso estudo, vimos afirmando que o uso do conjuntivo no português de Angola se vai afastando do uso consagrado pela norma do PE, que as escolas angolanas, com o máximo esforço, procuram sempre transmitir, por sinal, a todos que a

ela ocorrem e ao grupo-alvo do nosso estudo em particular. Para o nosso estudo, consideramos duas variáveis fundamentais, português como língua materna para alguns angolanos e como língua segunda para outros, neste caso, a maioria apresenta este último estatuto de falante.

Procurámos manipular estas variáveis para ver se a tendência do uso do conjuntivo de acordo com a norma do PE pendia mais para os que têm PLM ou PLS, ou ainda, se o estatuto do falante não tem grandes influências no uso desviante do conjuntivo numa realidade multilingue. Posteriormente, aplicamos os mesmos instrumentos aos alunos todos do PE como língua materna (Portugal), com o fito de atestar as ocorrências de alguns desvios dados pelos falantes angolanos ao realizarem o conjuntivo.

Em relação à primeira questão, na qual se esperava o presente do conjuntivo, os informantes angolanos de PLM realizaram-no correctamente com uma percentagem de 43,3%, registando-se o uso do indicativo/desviante de 56,6%; ao passo que os de PLS o realizaram de acordo com a norma PE com 88,3% (**vá**) e o uso do indicativo/desviante com 11,1% (**vai**). Ao passo que os informantes de PE o fizeram a 100% (*cf. gráfico 1ª pergunta/frase e quadro nº4*).

Na segunda questão os informantes de PLM realizaram correctamente o conjuntivo (**esteja**) com frequência de 73,3% e 26,6% de indicativo/uso desviante, e os de PLS fizeram-no com 36,6% frequência do conjuntivo e 63,3% do indicativo/uso desviante (**está**); ao passo que nos informantes de PE apenas registámos ocorrências desviantes com 5% (*cf. gráfico 2ª pergunta/frase e quadro nº4*).

Na terceira questão, verificámos 33,3% de realização do conjuntivo correctamente (**haja**) e 66,6% de uso desviante por parte de informantes de PLM, e os informantes de PLS realizaram-no correctamente com uma percentagem de 60% e registamos frequência de uso desviante de 40% (**há**). Na mesma questão os informantes de PE realizaram o conjuntivo em 100% (*cf. gráfico 3ª pergunta/frase e quadro nº4*).

No que concerne à quarta questão, mais uma vez, os informantes de PLM apenas 16,6% realizou correctamente o conjuntivo (**seja**), 83,3% frequência de indicativo/uso desviante, e os de PLS realizaram-no correctamente com 65% e 35% de indicativo/uso desviante (**está**); os informantes de PE realizaram o conjuntivo na totalidade 100% (cf. 4ª pergunta/frase e quadro nº4).

Quanto à quinta questão, os informantes de PLM, só 40% realizou correctamente o conjuntivo (**diga**) e 60% indicativo/uso desviante (**diz**); os de PLS fizeram-no em 55% e 45% frequência de indicativo/uso desviante. Os informantes de PE foram totalistas ao realizar o conjuntivo em 100% (cf. 5ª pergunta/frase e quadro nº4).

Relativamente à sexta questão, dos informantes de PLM registamos 43,3% frequência do conjuntivo e 56,6% de indicativo/ uso desviante. Os informantes de PLS 51,6% realizou correctamente o conjuntivo (**seja**) e 48,3% frequência do indicativo/uso desviante (**está**), os de PE em 100% (cf. gráfico 6ª pergunta/frase e quadro nº4).

Os dados da 7ª questão dão-nos frequência de 76,6% de conjuntivo de informantes de PLM e 23,3% de uso desviante e quanto aos informantes de PLS registamos 58,3% frequência de conjuntivo (**vierem**) e 41,6% frequência de uso desviante. Quanto aos informantes de PE, a realização correcta é de 100% (cf. gráfico 7ª pergunta/ frase e quadro nº4).

No concernente à oitava questão, os informantes de PLM realizaram correctamente o conjuntivo (**esteja**) com 30% e 70% de indicativo/uso desviante (**está**), os de PLS fizeram-no com 66,6% frequência do conjuntivo e 33,3% de indicativo/uso desviante. Mais uma vez, os informantes de PE a cifra é de 100% de realização correcta (cf. gráfico 8ª pergunta/frase e quadro nº4).

Na nona questão verificámos uma realização correcta do conjuntivo (**veja**) com frequência na ordem de 23,3% por parte de informantes de PLM e 76,6% de indicativo/uso desviante; no que toca aos informantes de PLS a frequência de conjuntivo é de

68,3% e 31,6% de uso desviante. Assinalando-se também uma realização correcta de informantes do PE em 100% (cf. gráfico 9ª pergunta/frase e quadro nº4).

Em relação à décima questão, 46,6% frequência de conjuntivo (**chova**) e 53,3% de uso desviante de informantes de PLM; e nos informantes de PLS registamos 30% de frequência de conjuntivo e 70% de uso desviante (**chove**). Em relação aos informantes de PE 95% realizou correctamente e 5% fê-lo de forma desviante (cf. gráfico 10ª pergunta/frase e quadro nº4).

No seguimento da análise, a décima primeira questão ilustra uma realização correcta do conjuntivo (**for**) por parte de informantes de PLM com 40% de frequência e de 60% de uso desviante; por parte de informantes de PLS registamos 62% de frequência de conjuntivo e 38% frequência de uso desviante. Ressalte-se uma realização correcta do conjuntivo por parte de informantes de PE em 85%, com ocorrência desviante (**ser**) na ordem de 15%. Nesta questão, conseguimos atestar a ocorrência de infinitivo não flexionado em vez de futuro do conjuntivo (cf. gráfico 11ª pergunta/frase e quadro nº5).

No que toca à décima segunda questão, 40% frequência de conjuntivo de informantes de PLM e 60% de uso desviante, nos informantes de PLS registamos 55% frequência de conjuntivo (**visse**) e 45% frequência de uso desviante. Ao passo que 100% de informantes de PE o fez de forma correcta (cf. gráfico 12ª pergunta/frase e quadro nº5).

No que diz respeito à décima terceira questão, ressalte-se 13,3% frequência de conjuntivo de informantes de PLM e 86,6% frequência de uso desviante; e quanto aos informantes de PLS registamos 41,6% frequência de conjuntivo (**derem**) e 58,3% de uso desviante. Quanto aos de PE 100% o realizou correctamente (cf. gráfico 13ª pergunta/frase e quadro nº5).

Em relação à décima quarta questão, destaque-se 36,6% frequência de conjuntivo (**produza**) de informantes PLM e 63,3% de indicativo/uso desviante; os informantes de PLS tiveram 53,3% frequência de conjuntivo e 46,6% de indicativo/uso desviante

(produz). Nesta questão 100% de informantes de PE realizou o conjuntivo de modo expectável.

Na décima quinta questão, verificámos uma diferença abissal entre os informantes de PLM, que realizaram correctamente o conjuntivo (**desse**) 30% e 70% frequência de uso desviante; e os informantes de PLS tiveram 66,6% frequência de conjuntivo e 33,3% de uso desviante. Quanto aos informantes de PE, destaque-se o uso correcto em 100% (cf. gráfico 15ª pergunta/frase e quadro nº5).

Na décima sexta questão, registámos 6,6% de frequência do conjuntivo nos falantes de PLM e 93,3% de indicativo/uso desviante, em relação aos informantes de PLS 53,3% frequência de conjuntivo (**veja**) e 46,6% de frequência de indicativo/uso desviante. E uma percentagem totalista de realização correcta do conjuntivo em 100% de informantes de PE (cf. gráfico 16ª pergunta/frase e quadro nº5).

Na décima sétima questão, dos informantes de PLM registamos 26,6% frequência do conjuntivo e 73,3% de uso desviante. Dos informantes de PLS registamos 63,3% de frequência do conjuntivo e 36,6% frequência de indicativo/uso desviante. Tendo sido realizado por informantes de PE em 100% (cf. gráfico 17ª pergunta/frase).

Na décima oitava questão, registamos de informantes PLM 23,3% frequência de conjuntivo e 76,6% frequência de indicativo/uso desviante. Em relação aos informantes PLS 75% frequência de conjuntivo (**puser**) e 25% frequência de indicativo/uso desviante. Assinale-se 95% de realização correcta e 5% de realização desviante por parte de informantes do PE, que atestam a substituição de infinitivo não flexionado (**pôr**) por futuro do conjuntivo (**puser**) (cf. 18ª pergunta/frase e quadro nº5).

No que diz respeito à décima nona questão, os informantes de PLM tiveram 63,3% de frequência do conjuntivo (**mantivesse**) e 36,6% ocorrências de uso desviante. E os de PLS realizaram o conjuntivo com 43,3% frequência e 56,6% frequência de uso desviante. Ressalte-se frequência de conjuntivo de informantes do PE com 80% e

ocorrência desviantes de 20%. Aqui também atestamos a forma desviante ***mantesse*** a substituir ***manteve*** (cf. gráfico 19ª pergunta/frase e quadro nº5).

A vigésima questão ilustra 10% de frequência de conjuntivo (***tiverem***) de informantes de PLM e 90% de uso desviante. Quanto aos informantes de PLS, registamos 53,3% frequência de conjuntivo e 46,6% frequência de uso desviante. Em relação aos informantes de PE 100% de frequência de conjuntivo (cf. gráfico 20ª pergunta/frase e quadro nº5).

Na vigésima primeira questão foram registadas 30% ocorrências de conjuntivo nos informantes de PLM e 70% frequência de indicativo/uso desviante. Registando 75% frequência de conjuntivo (***dê***) nos informantes PLS e 25% frequência de indicativo. No que tange aos informantes de PE, 100% o realizou correctamente (cf. gráfico 21ª pergunta/frase e quadro nº6).

Em relação à vigésima segunda questão, nota-se uma diferença abissal nos dados, dado que 20% de informantes de PLM realizou correctamente o conjuntivo (***haja***) e 80% frequência de indicativo/uso desviante. Nos informantes de PLS, o registo foi de 66% frequência de conjuntivo e 34% frequência de indicativo/uso desviante. No que concerne aos informantes de PE todos 100% realizou o conjuntivo correctamente (cf. gráfico 22ª pergunta/frase e quadro nº6).

Na vigésima terceira questão, registamos 13,3% frequência do conjuntivo e 86,6% frequência de uso desviante nos informantes de PLM. Nos informantes de PLS a ocorrência de conjuntivo situa-se nos 55% (***intervier***) e 45% frequência de uso desviante. Nesta pergunta/frase, os informantes de PE apenas 35% realizou correctamente o conjuntivo, e um número considerável optou por uma forma desviante (***intervir***), atestando mais uma vez um dos desvios recorrentes nos falantes angolanos (cf. 23ª pergunta/frase e quadro nº 6).

No que respeita à vigésima quarta questão, destaque-se 46,6% ocorrências de conjuntivo (***pusesse***) nos informantes PLM e 53,3% ocorrências de uso desviante.

Nos informantes de PLS registamos 48% ocorrências de conjuntivo e 52% ocorrências de uso desviante. Quanto aos informantes de PE todos usaram correctamente o conjuntivo 100% (*cf. gráfico 24ª pergunta/frase e quadro nº6*).

Na vigésima quinta questão registamos 40% frequência de conjuntivo (**houvesse**) nos informantes de PLM e 60% ocorrências de uso desviante. Dando-se nos informantes PLS 70% frequência de conjuntivo e 30% de uso desviante. E nos informantes de PE 100% de ocorrências do conjuntivo (*cf. gráfico 25ª pergunta/frase e quadro nº 6*).

Na vigésima sexta questão, destacámos nos informantes de PLM 26,6% de ocorrências do conjuntivo e 73,3% frequência de uso desviante. Já nos informantes de PLS, resalte-se e 52% ocorrências de conjuntivo e 42% ocorrências de uso desviante. Quanto aos informantes de PE, 100% de ocorrências de conjuntivo (*cf. gráfico 26ª pergunta/frase e quadro nº6*).

Em relação à vigésima sétima questão, resalte-se 16,6% de ocorrência de conjuntivo nos informantes de PLM e 83,3% ocorrência de uso desviante. Nos informantes de PLS as ocorrência de conjuntivo foram 23,3% e 76,6% ocorrência de uso desviante. No que concerne aos informantes de PE 60% usou o conjuntivo correctamente e 40% não (*cf. gráfico 27ª pergunta/frase e quadro nº6*).

No que se refere à vigésima oitava questão, verificámos 6,6% ocorrências de conjuntivo nos informantes de PLM e 93,3% ocorrências de uso desviante. Já nos informantes de PLS a frequência de conjuntivo foi de 16,6% (**mantiver**) e 83,3% frequência de uso desviante. No que concerne aos informantes de PE, registámos 90% de ocorrências correctas e 10% de ocorrências desviantes, a qual atesta o uso da forma **manter** em vez de **mantiver** no PE (*cf. gráfico 28ª pergunta/frase e quadro nº6*).

Já na vigésima nona questão, registámos 13,3% frequência de conjuntivo e 86,6% frequência de indicativo nos informantes de PLM. Os informantes de PLS tiveram 71,6% frequência de conjuntivo e 28,3% frequência de uso desviante. Em relação aos informantes do PE, resalte-se 85% de ocorrências correctas e 15% de ocorrências

desviantes, atestando o uso da forma **intervissee** no PE (cf. gráfico 29ª pergunta/frase e quadro nº6).

A terminar os dados de produção induzida, temos a trigésima questão em que nos informantes PLM registamos 93,3% ocorrências de conjuntivo e 6,6% ocorrências de indicativo/uso desviante. Nos informantes de PLS registamos 80% de frequência de conjuntivo (**ponha**) e 20% de frequência de indicativo/uso desviante. No que concerne aos informantes de PE, 100% realizou o conjuntivo correctamente (cf. gráfico 30ª pergunta/frase e quadro nº 6).

7.2. Juízo de gramaticalidade

Com objectivo de aceder com maior fidelidade ao conhecimento intuitivo que os nossos informantes de PA têm, sobretudo pelo facto de os submetidos a esta tarefa terem formação em Ensino de Linguística Portuguesa (ESPLN-ULAN) e os de Évora (UÉVORA) pelo facto de serem todos informantes de (PE e PLM), aplicámos o teste de juízo de gramaticalidade cujos dados vamos contrastar entre os dois grupos.

Os informantes angolanos instados a analisar a gramaticalidade das alíneas **a** e **b** 100% optou pela **a**) como sendo gramatical (cf. 1ª pergunta e quadros nºs 7 e 9). Os informantes de PE tiveram também o mesmo juízo gramatical. Em relação à segunda questão do juízo de gramaticalidade, curiosamente, um em cada grupo dos falantes PA (3,3%) e PE (10%) consideram gramatical ou correcta a alínea **a**) **é** em contexto obrigatório de conjuntivo **seja**.

Aqui a diferença percentual tem que ver com o número de informantes inquiridos (cf. quadros nºs 7 e 9). Questionados para emitirem o juízo de gramaticalidade em relação à terceira pergunta, os informantes angolanos 16% acha gramatical ou correcta a alínea **a**), por sinal, agramatical; ao passo que 100% de informantes de PE a acha agramatical.

Da quarta questão até à nona, no que concerne ao juízo de gramaticalidade os dois grupos coincidiram ao considerar agramaticais e gramaticais as alíneas tal como se

apresentam (cf. 4ª pergunta/frase e 9ª, respectivos quadros nºs 7 e 9). Os informantes angolanos, em relação à décima questão, na emissão de juízo de gramaticalidade 23% considera como gramatical a alínea **b**), por sinal, agramatical ou incorrecta; ao passo que todos os informantes de PE a acharam agramatical ou incorrecta (cf. 10ª pergunta/frase e quadros nºs 7 e 9).

No que concerne à décima primeira questão, quer os informantes angolanos, quer os portugueses (PE) todos consideram gramatical a alínea **b**) correspondendo a 100% (cf. 11ª pergunta/frase e quadros nºs 8 e 10). Na décima segunda questão, 13,3% de informantes angolanos considera alínea **a**) como gramatical e 10% de informantes do PE, ressalte-se que a referida alínea é agramatical ou incorrecta em relação ao uso do conjuntivo (cf. 12ª pergunta/frase e quadros nºs 8 e 10).

Instados a analisar a décima terceira questão, 43,3% de informantes angolanos considera gramatical alínea **b**), que é agramatical por o contexto exigir conjuntivo. Em relação aos informantes de PE, ressalte-se que 100% a considera agramatical (cf. 13ª pergunta/frase e quadros nºs 8 e 10). Questionados na décima quarta questão quanto ao juízo de gramaticalidade, os informantes angolanos e os de PE todos acharam agramatical a alínea **b**).

Na décima quinta questão, uma percentagem significativa de informantes angolanos, 56,6% considerou alínea **a**) como gramatical, e os informantes de PE também atestam como gramatical a mesma alínea com 60%, embora seja incorrecta (cf. 15ª pergunta/frase e quadros nºs 8 e 10).

Solicitados a emitir juízo de gramaticalidade em relação à décima sexta questão, 20% de informantes angolanos apontou a alínea **a**), por sinal, incorrecta; ao passo que os informantes de PE 100% a acha agramatical (cf. 16ª pergunta/frase e quadros). Em relação à décima sétima questão, todos os informantes quer os angolanos, quer os de PE acham agramatical alínea **a**) .

Da análise, interpretação e discussão de dados que fizemos, constatamos que o uso desviante do conjuntivo no português falado em Angola é um facto, as ocorrências desviantes do conjuntivo que se consubstanciam no uso do indicativo, infinitivo não flexionado e flexionado em contextos obrigatórios do conjuntivo indicam a produtividade do fenómeno em Angola.

Com base nos instrumentos de pesquisa aplicados, constatámos que as ocorrências desviantes no uso do conjuntivo em contextos obrigatórios foram verificadas nos dois grupos de falantes, ou seja, quer falantes angolanos de PLM, quer falantes angolanos de PLS dão os mesmos erros no que diz respeito ao uso do conjuntivo, substituindo-o indevidamente por indicativo ou infinitivo ora flexionado ora não flexionado.

Outro aspecto que retivemos, nesta nossa análise de dados, é que, curiosamente, e desde o ponto de vista comparativo entre os dois grupos de informantes angolanos (PLM e PLS), a maioria das ocorrências desviantes na realização do conjuntivo foi verificada nos informantes angolanos de PLM; este dado induz-nos em inferir que o facto de o falante angolano assumir português como língua materna não o inibe de cometer erros em relação ao uso do conjuntivo ou ainda não o coloca em melhores condições de domínio da norma do PE, se este não estiver ou nunca ter estado exposto à norma do português padrão europeu.

Dito de outro modo, a constante exposição à norma do português padrão europeu e a aquisição/aprendizagem não deficitária podem ser determinantes para o uso não desviante do conjuntivo no contexto angolano, dado que os informantes de PLM angolanos são constantemente influenciados por outros falantes que não têm português como língua materna, bem como a aquisição do português língua materna para os angolanos verificar-se em contexto multilingue que é a realidade do país.

Ressalte-se que em relação à produção induzida dos informantes de PE (UÉVORA, Portugal), as áreas críticas são as que têm que ver com a substituição indevida do conjuntivo por infinitivo flexionado e não flexionado enquanto o contexto pede o uso obrigatório de futuro ou imperfeito do conjuntivo (*cf. quadro nº4, perguntas nº2, nº11,*

nº18, nº19). Quanto ao juízo de gramaticalidade, constatámos a ideia segundo a qual, nem sempre há coincidência no comportamento dos falantes entre produção e juízo de gramaticalidade que lhes é intrínseco como falantes de língua materna (PE). Destaque-se apenas os quadros (*cf. quadros nºs 8 e 10, as perguntas 1, 12, e 15*) em que se atestam as formas desviantes, tão recorrentes nos informantes angolanos, como sendo gramaticais ou correctas.

No que concerne aos resultados de juízo de gramaticalidade de informantes angolanos, ressalte-se que apesar de serem informantes com uma formação específica (Ensino de Linguística Portuguesa) deram erros semelhantes aos informantes que não têm a mesma especificidade na formação (estudantes da FDULAN (Faculdade de Direito)), verificamos como áreas críticas no uso do conjuntivo o aspecto que tem que ver maioritariamente com o imperfeito e futuro do conjuntivo em subordinadas introduzidas por (*se e quando*) do conjuntivo, e com a subordinada concessiva (*cf. quadros nºs 7 e 8 com os respectivos números de perguntas*), atestando as formas desviantes bastante comuns e que à medida que o uso é frequente, vão fossilizando-se dada a sua produtividade no PA.

8. Síntese do capítulo

O quarto capítulo da nossa pesquisa é o reservado à metodologia e análise de dados. Em função de inquérito linguístico aplicado aos nossos informantes, neste capítulo, compilamos os dados todos e, subseqüentemente, começamos a analisá-los, interpretando-os, bem como, fazendo a discussão minudente dos pontos que compõem o inquérito. Dentre outros pontos, o capítulo abarca inquérito por teste linguístico, que contempla teste de produção induzida e de juízo de gramaticalidade, explicações da amostra considerada, análise e interpretação de dados, procedimentos adoptados, e apresentação e discussão de resultados, descrevendo, analiticamente, os resultados, comparando-os entre os de informantes de PLM e PLS em Angola entre si, bem como alargando a comparação posteriormente aos informantes de PE e PLM (Portugal).

Os resultados obtidos são apresentados em diferentes formatos (quadros, gráficos) a explicitarem quantitativamente as respostas dadas por informantes que participaram do estudo.

Capítulo V- Conclusões e Sugestões

9. Conclusões e Sugestões

Debruçar-se sobre o português na perspectiva normativa é sempre, por um lado, uma tarefa hercúlea, e, por outro, não deixa de ser desafiadora para quem quer compreender metodicamente a realidade linguística de Angola. Por estas razões, para a nossa abordagem, elegemos o tema conjuntivo no português de Angola: da norma à variação, para compreendermos o seu uso em Angola, em face da norma padrão europeia.

Para o nosso estudo, optámos por uma metodologia descritiva/quantitativa com o fito de primeiro compreender a realidade e posteriormente descrevê-la. Para que isso fosse possível, tomamos uma amostra composta por informantes com um nível de escolaridade universitária e com consciência da norma e desvio linguísticos. Com base nesta amostra, conseguimos obter um *corpus* escrito, que nos permitiu descrever e analisar os resultados de que dispusemos; considerámos como uma variável relevante o estatuto linguístico de cada falante, PLM ou PLS. Ao longo da nossa abordagem defendemos que o português falado em Angola tem tomado uma feição própria que o distingue do PE e de outras variedades, embora nas instituições escolares os professores procurem inculcar a norma do português padrão europeu que, pelo que se constata, fica sempre pelo ideal e não pelo real no quotidiano angolano.

O que fomos afirmando e teorizando foi possível atestar com os instrumentos de pesquisa aplicados aos nossos informantes. Quando quisemos saber em concreto como é o uso do conjuntivo, propusemos diferentes frases construídas criteriosamente, para verificar a presença do conjuntivo em contexto obrigatório deste ou a sua substituição por indicativo. Constatamos que se observa uma maior frequência do uso do indicativo em contextos normativos/obrigatórios do conjuntivo.

Ressalte-se que o nosso estudo atestou também algumas formas desviantes no uso do conjuntivo nos informantes de PE, que pensávamos apenas ocorrerem no português falado em Angola, o que nos levou a inferir que a compreensão e o uso do conjuntivo é

um assunto complexo; no caso de informantes angolanos, o estatuto de informante PLM ou PLS não é determinante para o uso correcto ou desviante do conjuntivo. Com base na análise do *corpus*, teste de produção induzida e juízo de gramaticalidade, os seus resultados indiciam que, é ponto assente e concludente o uso ou a realização do conjuntivo no português em/de Angola estar a tomar rumo divergente da norma do PE.

Assim sendo, os nossos argumentos em relação à necessidade de estudos descritivos, sistemáticos da realidade do português em Angola são pertinentes, visando a sua compreensão e futuramente estabelecer-se uma norma própria do português falado em Angola. Fazem sentido os nossos argumentos, para que, até certo ponto, se processe também a adequação do ensino do português nas escolas angolanas, para o efeito, a planificação e adopção de política linguísticas, quer para a língua portuguesa, quer para as demais línguas nativas de Angola (designadas línguas nacionais) com as quais o português contacta e com elas coexiste, sendo até, nalguns casos, responsáveis pelas características e metamorfoses que o português falado em Angola vai tomando.

Ao longo do nosso estudo considerámos haver poucos estudos descritivos para nos darem conta das principais características do português falado em Angola, razão por que optámos pela temática que tem que ver com o uso do conjuntivo no português falado em Angola.

Delimitámos a pesquisa à área de semântica, dado que a temática em análise pode ser explorada, também, na vertente morfo-sintáctica (Sintaxe e Morfologia), desde já vai a nossa sugestão para que estudos posteriores em relação ao português de/em Angola, incidam sobre outras áreas, Sintaxe, Morfologia, Léxico, Fonética, Fonologia e sociolinguística. Sendo um dos nossos objectivos contribuir para que a longo prazo se estabeleça a norma do português falado em Angola, sem pretensiosismo, pensámos que, de modo sóbrio, o fazemos com este estudo.

Embora o nosso estudo não esteja direccionado para o prisma didáctico-metodológico, as conclusões advindas de análise de dados que os resultados nos apresentam,

permitem afirmar que o nosso estudo pode abrir pistas aos professores a dedicarem também uma atenção especial ao conteúdo que tem que ver com a aquisição/aprendizagem dos paradigmas gramaticais do modo e da modalidade nos quais se insere a temática do conjuntivo. Fruto dos resultados obtidos e da análise de dados, podemos afirmar que a aquisição/aprendizagem do paradigma do conjuntivo por parte dos informantes/ estudantes angolanos é deficitária nos níveis de ensino em que a temática é ministrada, claro não descuramos, aqui, a natural influência das línguas africanas de Angola jogar o seu papel na guinada que o português em Angola vai tomando.

A grande produtividade com que o indicativo, o infinitivo flexionado e não flexionado e outras ocorrências vistas como desviantes à luz de PE, mas frequentes no PA, empregues em vez do conjuntivo, devem levar-nos a uma profunda reflexão como estudiosos de factos linguísticos que decorrem no contexto angolano, obrigando-nos mesmo a apelar às entidades competentes sobre a necessidade de uma política linguística que permita identificar e descrever as variações que ocorrem no PA, sobretudo as que se vão cristalizando, dada a sua frequência e produtividade, distinguindo-as de meros erros na fase incipiente de aprendizagem de uma língua não materna.

Aspectos fortes e limitações do trabalho

Estamos cónscios de que o estudo ora apresentado, não é completo e tão pouco finito, havendo, contudo, alguns aspectos que podem ser aprofundados noutras abordagens paralelas a esta;

A nossa amostra é representativa, tendo em conta que o universo de informantes é heterogéneo no que respeita às línguas nativas de Angola de que são falantes e diferentes províncias ou zonas geográficas;

Uma vez que o nosso trabalho, até ao momento, se configura como um dos seminais a fazer uma abordagem do uso do conjuntivo no português de Angola, disponibiliza um

conjunto de dados que os professores, de língua portuguesa, poderiam aproveitar sempre que possível para disseminar o uso normativo do conjuntivo face ao novo paradigma que este vai tomando no português de Angola;

Seria ainda de interesse como estudiosos de linguística explorar a influência morfo-sintáctica que as línguas bantu, e, sobretudo o paradigma da estrutura do conjuntivo naquelas (línguas bantu) tem no português que emerge em Angola;

Para trabalhos futuros seria interessante, também, por exemplo, se fazer um estudo contrastivo ou comparativo do uso do conjuntivo nos falantes com o grau de escolaridade de primeiro e segundo ciclos de ensino não universitário, para se verificar a frequência do indicativo em contextos normativos/obrigatórios do conjuntivo.

10. Bibliografia

Adriano, P. S. (2014a), *O Professor de Língua Portuguesa como Revisor de textos- os casos da cliticização e da regência verbal: que atitude normativa em Angola?* Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Adriano, P. S. (2014b), *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola- Divergências em relação à Norma europeia.* Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.

Altenhofen. Cl. (2002), *O Conceito de Língua Materna e suas Implicações para o Estudo do Bilinguismo (Alemão-Português).* Martius Staden–Jarhbuch. nº 49. São Paulo. Pp.141-161.

Ançã, M. H. (1999), *Da Língua Materna à Língua Segunda.* In Noesis, Revista online da Direcção geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular nº51 pp.14-16.

Ançã, M. H. (2003), *Didáctica do Português Língua Segunda: dos contextos emergentes às condições de existência.* In: C. Mello, A. Silva, C. M. Lourenço, L. Oliveira & M.H. Araújo e Sá (org.). *Didáctica das Línguas e Literaturas em Portugal: contextos de emergência, condições de existência e modos de desenvolvimento. Actas do I Encontro Nacional da SPDLL* (61-69). Coimbra pé de página Editora.

Andrade, A.I.; Araújo e Sá, M. H. A. B. de (1992), *Didáctica da Língua estrangeira.* Rio Tinto. ASA.

Andrade, C. (1980), *Literatura Angolana (opiniões).* Lisboa: edições 70 para a UEA.

Araújo e Sá (org.), *Didáctica das Línguas e Literaturas em Portugal: contextos de emergência, condições de existência e modos de desenvolvimento. Actas do I Encontro Nacional da SPDLL* (61-69). Coimbra Pé de Página Editora.

Azeredo, J.C. de (2012), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.* Publifolha. São Paulo. Redigida de acordo com a nova ortografia.

Bagno, M. (1999), *Preconceito Linguístico: o que é? Como se faz*. São Paulo. Edições Layola.

Bachman, L. (1990), *Communicative Language ability in fundamental consideration. Language Testing*. Oxford University Press. Tradução de Niura Maria.

Banza, A.P. (2014), *O Português em Angola: Uma questão de política linguística. In: Universal e o particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier*. Ed. Fiéis, Alexandra; Lobo, Maria; Madeira, Ana, pp.29-30. Lisboa. Colibri.

Barbosa, J.M. (1987), *Para uma Tipologia do Erro Linguístico*. In: Actas do Congresso de Investigação e Ensino do Português. ICALP. Diálogo. Pp.170-178.

Barbosa, J. S. (1871), *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Lisboa.

Bauer, L. (2001), *Morphological Productivity*. Cambridge. Cambridge University Press.

Bechara, E. (2009), *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª Edição atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro.

Bender, G. (1978), *Angola sob o domínio Português. Mito e Realidade*. Lisboa. São João da Costa.

Bento, C. I. da S. (2013), *Aquisição de Português Língua não Materna- O Conjuntivo na interlíngua de falantes de neerlandês*. Dissertação de Mestrado Universidade Nova de Lisboa.

Bizarro, R. (2009), *Aprender, Ensinar, Avaliar em Francês Língua Estrangeira (3º ciclo de ensino básico)*. Alguns percursos de uma autonomia. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/8317> acessado em 12.06.2015.

Bleek, W. H. J. (1862), *A Comparative Grammar of South African Languages*. London.

Bortoni-Ricardo, S.M. (2004), *Educação em Língua Materna*. A sociolinguística na sala de Aula. Brasil.

Bosque, I.; Demonte, V. (1999), *Gramática Descriptiva de la Lengua Espanola*. 1ª Edição. Editorial Espasa Calpe. Madrid.

Bybee, J.; T.; Tracy D. (1990), *Análisis Semântico del Modo en Español*. In: Ignacio Bosque (ed.).-*Indicativo y Subjuntivo*. Taurus Universitaria.

Bugelsk, B.R. (1951), *Psicologia de Aprendizagem*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo.

Cabral, L. A. V. (2005), *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*. Dissertação de Mestrado em Linguística, FLUL, Universidade de Lisboa.

Chavagne, J. P. (2005), *La langue Portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Tese de Doutoramento. Université Lumière:Lyon.

Callou, D. (2008), *Gramática, Variação e Normas*. In Vieira, S.& S.F. Brandão (orgs.) *Ensino de gramática. Descrição e uso*. S. Paulo: contexto, pp.13-29.

Cameia, D. R. D. Tc. (2013), *Desenvolvimento da Competência Lexical na Aprendizagem da Língua Portuguesa*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

Cardoso, G. A. J. (2005), *As Interferências Linguísticas do Cabo-verdiano no Processo de Aprendizagem do português*. Tese Mestrado Universidade Aberta. Lisboa.

Carmo, H.; Ferreira, M. (1998), *Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa Universidade Aberta.

Carrol, J.B. (1973), *O estudo da Linguagem*. Petrópolis editora vozes. Rio de Janeiro Brasil.

- Carvalho, J.H. de (1983), *Teoria da Linguagem*. Vol.I.6ª edição. Coimbra.
- Castro, I. (2003), *O Linguista e a Fixação da Norma*. Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Porto, 24/10/2002). Lisboa: APL. pp11-24.
- Castro, I. (2006), *Norma Linguística e Ensino do Português: Caderno Escolar, pensar a Escola, nº03*.Lisboa. P. 30-34.
- Cook, V. (1991), *Second Language Learning and Language Teaching*.London. Arnold.
- Comrie, B (1987), *Aspect: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and related problems*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Corder, S. P. (1967), *The Significance of Learner's errors*, J.C. Richards (ed.) *Error Analyses. Perspectives on Second Language Acquisition*, New York, Longman, 1974:19:27.
- Costa, T.C. (2005), *Os Empréstimos das Línguas Nacionais no Português falado em Angola: Kimbundu, umbundu, kikongo*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade de Lisboa.
- Costa, A. F. da (2006), *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola- Para uma análise Referencial*. Universidade Católica de Angola (UCAN).
- Crispim, L (1991), *Português, Língua Oficial, Língua Segunda*. In: Nortisul nº1. Julho-Setembro. Lisboa. Pp.15-16.
- Cristal, D (1997), *A Dictionary of Linguistic and Phonetics*. Oxford. Blackwell publishers.
- Cunha, C; Cintra, L. (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa, 18ª Edição.
- Cuesta, P. V.; Luz, M.A.M. da (1971), *Gramática da Língua Portuguesa*. Edições 70. Lisboa.

Dala, R. S. B. (2013), *Sobre a Semântica do Tempo Presente em Português Europeu e Português de Angola*. Dissertação de Mestrado Universidade do Porto.

Duarte, I. (2000), *Língua Portuguesa Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

Duarte, I. (2009), *Desenvolvimento Sintático e Escolarização*. Ms. Conferência apresentada na Escola Superior de Educação de Leiria. Consultado na Biblioteca da Universidade de Lisboa (20 de Fevereiro de 2015).

Dubois, J. (1973), *Dictionnaire de Linguistique*. Paris. Larousse.

Edge, J. (1989), *Mistakes and correction*. London.

Ellis, R. (1985), *Understanding Second Language Acquisition*. Oxford. Oxford University Press.

Ellis, R. (1990), *Instructed Second Language Acquisition*. Oxford: Blackwell. Publishers.

Emiliano, A. (2009), *Fonética do Português Europeu*. Descrição e Transcrição. Guimarães Universitária.

Faraco, C. A. (2005:), *Linguística Histórica: Uma Introdução ao estudo da História das Línguas*. São Paulo. Parábola Editorial.

Faria, I.H (1974), *Conjuntivo e a restrição da Frase mais alta*. In: *Boletim de Filologia*. Tomo XXIII. Centro de Estudos de filológicos. Lisboa. pp.81-188.

Faria, I. H. (2003), *Contacto, Variação e Mudança Linguística*. In: Mateus, Maria Helena Mira *et. al Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 5ª Edição. Pp.33-51.

Ferguson, C. (1959), *Diglossia*. Word.XV.325-340.

Fernandes, J.; Ntongo, Z. (2002), *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Edições Nzila.

Fernández, M. (1978), Bilinguismo y Diglossia. In: *Verba. Anuário Galego de Filoloxia*. USC. Vol-15. Pp.377-391.

Ferreira, T.A. dos S. (2012), *Apropriação do Português por adultos eslavófonos: O Tempo e o Aspeto*. Tese de Doutoramento em Educação. Universidade de Aveiro.

Figueiredo, J. N. de; Almendra, M. A. (1977), *Compêndio da Gramática Latina*. Porto Editora

Fishman, J. (1972), *National Languages and Languages of Wider Communication. Language in Sociocultural Change*. Stanford: Stanford University Press

Fishman, J. (1967), Language maintenance and Language Shift as a Field of Inquiry. In: *Linguistics*. Nº9 pp.32-70.

Fonseca, F. I. (1970), *Para o Estudo dos valores do Conjuntivo em Português Moderno*. Dissertação de Licenciatura, Universidade de Coimbra.

Fonseca, M. do C. B. (2005), *Historiografia Linguística Portuguesa: O processo de gramaticalização de Línguas extra-europeias (Oceano Índico)* Revista de Letras. 2,4. 9-22.

Garmadi, J. (1983), *Introdução à Sociolinguística*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

Gonçalves, P. (2013), "O Português em África". In: Raposo, Eduardo *et al* (2013), *Gramática do Português*. volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª Edição. Pp-157-178.

González-Martinez, A. (1999), "Gramática e Ensino das Línguas". In: Barbosa, J.M. et. al.(org.). *Gramática e Ensino das Línguas. Actas do I Colóquio sobre Gramática*. Coimbra. Livraria Almedina.

Greenberg, J. (1963), *The Languages of Africa*. Bloomington. Indiana University.

Griffiths, C. (2008), *Lesson from good Language Learners*. Cambridge University. Cambridge.

Grosso, M.J.R. (2004), *A Prática Pedagógica na Diversidade Multicultural*. In: Bizarro (orgs.), *Eu e outro*. Porto: areal editores. Pp.335-340.

Guthrie, M. (1948), *The Classification of Bantu Languages*. London. Dawson of Pall Mall.

Guthrie, M. (1967), *Comparative Bantu. An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Vol. II. London. Gregg Press.. Ltd.

Hooper, J. B. (1975), On Assertive Predicates. In P.Kimboll (ed); *Syntax and semantics* 4; NY; academic press. pp 91-124.

Hagège, C. (1997), *A Criança de duas Línguas*. Editor: Instituto Piaget. Coleção horizontes pedagógicos.

Inverno, L. (2004), *A Transição de Angola para o Português vernáculo: Estudo Morfosintático do Sintagma-* In: Ana carvalho (ed.) *Português em Contacto*. Madrid Frankfurt. Iberoamericana /editorial Vervuert.

Junior, J. M. C. (1968), *Dicionário de Filologia e Gramática*. 3ª Edição. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Padrão.

Junior, J. M. C. (1979), *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Padrão.

Justino, V. M. (2011), *A Distribuição e a Expressão Gramatical do Futuro do Conjuntivo no Português de Moçambique*. Dissertação de Mestrado Universidade de Lisboa.

Klein, Fl. (1975), *Pragmatic Constraints in Distributions: the Spanish Subjunctive*. papers from the 11th regional meeting. Chicago Linguistic Society, pp.335-565.

Klein, Fl. (1990), Restricciones pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español. In: Ignacio Bosque (ed.) *Indicativo y subjuntivo*. Taurus Universitaria.

- Kristeva, J. (1969), *História da Linguagem*. Edições 70. Lisboa.
- Kukanda, V. (1986), *Notas de Introdução à Linguística Bantu*. ISCED- Lubango.
- Labov, W. (1972), *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press.
- Larsen-Freeman, D. (2000), *Teaching and Principles in Language Teaching*. 2nd Edition: Oxford University Press.
- Leiria, I (2005), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira: Investigação e Ensino*. Disponível em <http://www.aula intercultural.org/IMG/pdf/portuguese LS e LE.pdf>. consultado em 02.05.2015.
- López, M. J. (1997), *Lenguas en Contacto*. Madrid. Arco Libros.
- Lyons, J. (1981), *Linguagem e Linguística*. 9ª edição. Rio de Janeiro.
- Lyons, J. (1977), *Semantics*. Cambridge university Press. Vol.2.
- Lucchesi, D. (1998), *Sistema, Mudança e Linguagem*. Colibri. Lisboa.
- Marçalo, M.J. B.M. (1992), *Introdução à Linguística funcional*. Lisboa. ICALP.
- Marçalo, M.J. B.M. (1994), A Dinâmica da Língua- Implicações num Estudo Sincrónico. In: Associação Portuguesa de Linguística. *Variação Linguística no Tempo, no Espaço e na Sociedade*. Lisboa. Edições Colibri
- Marques, I.G. (1983), Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola. In: *Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo (actas, vol.1. 2ª ed.)*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa. 205-224.
- Marques, M. L.D. L. (2001), *O Modo Conjuntivo e a Expressão de Tempo em Frases Completivas*. Dissertação de Mestrado Universidade do Porto.
- Marques, R. (1995), *Sobre o Valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*. *Dissertação de Mestrado em Linguística*, FLUL, Universidade de Lisboa.

Marques, R. (1996), *Sobre a Selecção do Modo em Orações Completivas*. Lisboa. In: *Actas do XII Encontro da APL*. Pp.192-202.

Marques, R. (2006), *Sobre a Semântica dos Tempos do Conjuntivo*. Lisboa. PTDC/LIN/68463/2006. Pp 549-565.

Marques, R. (2010), *Sobre a Semântica dos Tempos do Conjuntivo*. In: A.M.Brito, F.Silva, J. Veloso & A. Fiéis (org.). *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística- Textos Seleccionados (pp.549-565)*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística. Disponível em apl.org.pt/apl-actas/XXV-encontro-nacional-da-apl.html. Consultado em 20.03.2015.

Marquilhas, R. (2013), *Fenómenos de Mudança na História do Português*. In: Raposo, E.P.B. et. al (2013), *Gramática do Português*. Gulbenkian. Lisboa. pp 17-44.

Martinet, A. (1991), *Elementos de Linguística Geral*. 11^a Ed. Portuguesa.

Mata, I.da (2007), *A Literatura Africana e a Crítica pós-Colonial-Reconversões*. Luanda.

Mateus, M.H.M.(org.). (2002), *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa Colibri.

Mateus, M.H. M. et al (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 7^a Edição.

Mateus, M.H. M. (2005), *A Mudança da Língua no Tempo e no Espaço*. ILTEC. FLUL.Lisboa

Mateus, M. H.M.; Carneira, E. (2007), *Norma e Variação*. Luanda: Editora Nzila.

Mateus, M.H.M (2010), *A Propósito de uma Política Linguística*. Textos seleccionados, XXV Encontro Nacional da associação portuguesa de Linguística. Porto. APL.pp.68-78.

Matos, N. de. (s/d), *África Nossa: o que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto. Edições Miranus.

Matos, N. de (1921), *Legislação nº 77. In: Boletim Oficial de Angola. Nº50, 1a Série.* Luanda.

Matos, N. de (1953), *A Nação Una- Organização Política e administrativa dos Territórios do Ultramar Português.* Lisboa. Paulino Ferreira e Filhos. Lda.

Mendes, B. C. (1985), *Contribuições para o estudo de Língua portuguesa em Angola.* Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.

Miguel, M. H. (2008), *Língua Portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica.* Lucere. Revista académica da UCAN. nº5.

Mingas, A. A. (1998), *O Português em Angola: Reflexões.*In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Vol.I.* Centro Cultural da Universidade de Macau. Pp. 109-126.

Mingas, A.A. (2000), *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda.* Luanda. Edições Chá de Caxinde.

Mingas, A. A. (2002), *Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Angolano.* In: *Uma política de língua para o português,* Edições Colibri, 45-50.

Mingas, A. A. (2004), *Multiplicidade Linguística: A Língua Portuguesa em Angola.* In: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística.* Lisboa. APL (pp.73-77).

Mounin, G. (1968), *Introdução à Linguística: A Ciência Piloto das Ciências Humanas.* 3ª edição. Iniciativas editoriais. Lisboa.

Mudiambo, Q. (2013), *Da Lexicologia e Lexicografia de Aprendizagem ao Ensino da Língua Portuguesa.* Tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa.

Naege, J. M. (2015), *Aquisição da Competência Lexical na Aprendizagem do Português-L2*. Dissertação de Mestrado em Linguística, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Ngunga, A. (2004), *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo. Imprensa Universitária. Universidade Mondlane.

Nzau, D. G. N. (2011), *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior-Covilhã.

Numan, D. (1991), *Language Teaching Methodology. A text book for teachers practise*. Hall.

Obenga, Th. (1985), *Les Bantu, Langues, Peuples et Civilisations*. Présence Africaine. Paris.

Oliveira, F. (2003), Modalidade e Modo. In: Mateus, Maria Helena Mira *et. al Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 7ª Edição. Pp.243-272.

Osório, P. (2008), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) Teoria(s) à Prática(s)*. Lisboa Edições Lidl em colaboração com Rosa Marina Mayer.

Oxford, R. (2003), *Language learning styles and strategies: an overview. Learning style & strategies*. Disponível em <http://web.net.per.edu> tw/lgg/workshop/read.pdf. acessado em 10.10.2015.

Panzo, J.B.I. (2014), *As Representações dos Professores sobre o Português Língua Segunda. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade da Beira Interior.

Pardal, L.; Correia, E. (1995), *Métodos e Técnicas de Investigação social*. Porto. Areal Editores.

Peres, J.A.; Mória, T. (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Caminho. Coleção Universitária. Lisboa.

Pinto, J.F. (1926), *Angola: Notas e Comentários dum Colono*. Lisboa: oficinas da Secção de publicidade do Museu Comercial.

Possenti, S. (1996), *Porquê (não) ensinar Gramática na Escola*. Campinas. Mercado das Letras: Associação de Leitores de Brasil.

Quivuna, M. (2013), *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna*. Tese de Doutoramento Universidade Nova de Lisboa.

Raposo, E. et al (2013), *Gramática do Português, volume I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª Edição.

Redinha, J. (1975), *Distribuição Étnica de Angola*. 9ª edição. Instituto de Investigação científica de Angola.

Reichenbach, H (1947), *Elements of Symbolic Logic*. New York: MacMillan.

Revista Língua: <http://www.br.Revista Língua>. acessada em 20.09.2015 pp.18.

Richards, J. ; Rogers, T.S. (1985), *Approaches and Methods in Language Teaching: a Description and Analysis*. Cambridge University press. Cambridge.

Rodrigues, M.H. (1999), *Variáveis Contextuais de Aprendizagem da Língua Portuguesa por Aprendentes chineses*. Editora: centro de publicações. Universidade de Macau.

Santos, E.R. (2011), *Grandes dúvidas da Língua Portuguesa, falar e escrever sem erros*. Gráfica Manuel Barbosa e filhos. Lisboa.

Santos, M.J.V. (2003), *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa. Uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, S.M.C. dos (2005), *A variação no Uso do modo Subjuntivo no Português Afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal da Bahia.

Saunders (1984/3) *Bilingual Children. Guidance for the Family*. Cleveland. *Multilingual matters*. (s/ed)

Saussure, F. (1916) [1986], *Curso de Linguística Geral*. Publicações Dom Quixote. Lisboa 5ª Edição. Tradução: Victor Adragão.

Selinker, L. (1974), *Interlanguage*. *International Review of Applied Linguistics*. Pp.209-231.

Schmeck, R.R. (1988), *Learning Strategies and Learning styles*. Springer.

Schutz, R.(2004), *A Idade e o Aprendizado de Línguas*. English made in Brazil. Disponível em <http://www.sk.com.br/sk-apre.html>. acessado em 20.5.2015.

Silva, A.A.L. V. (2009), *Estatuto Sintáctico dos advérbios: Função e Classe*. Ed.1ª. 1º Vol. Évora Centro de estudos em Letras.

Sim-Sim, I. (1998), *Desenvolvimento da Linguagem*. Universidade Aberta. Lisboa.

Stern, H.H. (1983), *Fundamental Concepts of Language Teaching*. Oxford. Oxford University Press.

Spolsky, B. (1998), *Sociolinguistics*. Oxford. Oxford University Press.

Stroud, C.; Gonçalves, P. (1997) (org.), *Panorama do Português Oral de Maputo*. Objectivos e Métodos. Vol. 2. Maputo. INDE.

Teixeira, J. (2003), *Norma Linguística e Erro- Uma abordagem Cognitiva*. In: *Revista Portuguesa das humanidades*. Vol.7. Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa. Pp.125-131.

Travaglia,, L.C. de A. (2002), *Gramática e Interação: Uma proposta para o Ensino de Gramática no 1º e 2º graus*. 8ª edição. São Paulo.Cortez.

Xavier, M. F.; Mateus, M. H. (1990), *Dicionário de Termos Linguísticos*. (Vol.I). Edições Cosmos. Lisboa.

Xavier, M. F.; Mateus, M. H. (1992), *Dicionário de Termos Linguísticos*. (Vol.II). Edições Cosmos. Lisboa.

Weinreich, U. (1974), *Languages in Contact. Findings and Problems*. 8ª Edição. The Hague. Paris. Mouton.

Villalva, A. (2008), *Morfologia do Português*. Lisboa. Universidade Aberta.

Valiente, C. I. Á. ; Gonçalves, C.V. (2009), *Material de Apoio à cadeira Metodologia de Investigação Científica* (não publicado). Lubango: Instituto Superior de Ciências de Educação.

Vilela, M. (1995), *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra. Almedina.

Viti, N. V. (2012), *A Interferência Linguística do Umbundu no Português e Respectiva Aprendizagem*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

APÊNDICES

Apêndice I



Escola de Ciências Sociais

Departamento de Linguística e Literaturas

Escola de Ciências Sociais

Departamento de Linguística e Literaturas

Teste escrito de produção induzida

O presente teste é anónimo. Visa a coleta de dados da população em estudo constituída por alunos da Universidade de Évora. Este teste integra-se no trabalho da investigação intitulado “ **Da norma à Variação: Estudo de caso sobre o uso do Conjuntivo no Português de Angola, especificidades no Ensino Superior**”, com vista à obtenção do grau de Doutor em Linguística na Universidade de Évora/Portugal, do doutorando João Muteteca Naege.

Caro informante, para o fim já indicado, solicitamos a sua contribuição respondendo às perguntas do teste que se segue:

1.1.Preliminares:

Idade_____

Sexo_____

Ano de escolaridade_____

Data de preenchimento_____

Estatuto do falante:

a) Português língua materna_____

b) Português língua segunda_____

Preencha os espaços em branco com a forma adequada dos verbos entre parênteses.

1. Espero que ele----- (ir) às manifestações do Fenacult.
2. Se as perguntas----- (estar) mais claras, eu arrancava um vinte.
3. Quando----- (haver) problemas os órgãos de justiça intervêm.
4. Talvez o bom livro----- (ser) aquele com gravuras.
5. Se os meus pais----- (dizer) que não aprovam a minha forma de vestir, eu aceito.
6. As nossas mães são as únicas dignas de confiança, se as nossas mulheres também----- (ser) assim, seria uma maravilha.
7. Todos os amigos que----- (vir), amanhã, não terão cerveja Cuca, mas sim Super bock.
8. O povo espera do governo boas ações que----- (estar) à altura das exigências.
9. De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu----- (ver) o menino não me aguentaria.
10. Hoje queremos ir ao hospital, embora----- (chover) todos os dias.
11. Os novos regulamentos preveem que quem----- (ser) apanhado a cabular fique em casa durante dois anos.
12. Como diz o povo “a bola é redonda”. Quem----- (vir) de Lesoto comentava que a seleção de Angola era de longe superior.
13. Eu ainda acredito nos meus alunos, se eles----- (dar) o melhor de si vão ganhar todos os prémios.

- 14.O estudante universitário deve dedicar-se muito aos estudos para que-----
(produzir) conhecimentos.
- 15.Seria bom que o governo----- (dar) mais valor aos professores.
- 16.Nem tudo nos convém, mas no seu caso, o seu pai é liberal----- (ver) se é
possível e avise-o antes.
- 17.Os professores exigem dos alunos o que não ensinam, mas se eles-----
(fazer) o contrário os alunos dedicar-se-iam mais.
- 18.Olha mana! Diga ao seu filho que se----- (pôr) a lapiseira na fogueira ela
derrete.
- 19.O povo queria que a filha da rainha----- (manter) a fortuna no
Banco privado.
- 20.Da próxima vez quando eles----- (ter) que comprar joias, virão
aqui.
- 21.Os salários de dezembro não atrasam muito, espero que o governo os-----
(dar) o mais cedo possível.
- 22.A sociedade civil angolana espera que----- (haver) um julgamento
transparente dos arguidos.
- 23.Dizem que o papa vem a Angola, se o Santo Padre----- (intervir) as almas
serão estimuladas.
- 24.O nosso conselho vai para o pai, seria razoável que----- (pôr) à disposição do
seu filho toda a bibliografia recomendada.
- 25.Estávamos sempre presentes, mas sobretudo quando----- (haver)
divergências no lar.

26.Quando os inimigos nos vêm juntos, ficam aflitos, desta vez, se nos-----
(ver) mais juntos, vão desistir.

27.A vizinha depois do divórcio, mudou de caráter, esperemos que se-----
(manter) assim.

28.Se ele------(manter) as suas afirmações e posições poderá agradar
ao presidente.

29.Esperava-se que o governo da República de Angola não------(intervir) mais na
guerra da República Democrática do Congo.

30.Nós como estudantes dessa Universidade queremos que o Magnífico Reitor-----
--(pôr) tudo em ordem.

Obrigado!

Apêndice II



Escola de Ciências Sociais

Departamento de Linguística e Literaturas

Teste de juízo de gramaticalidade

O presente teste é anónimo. Visa a coleta de dados da população em estudo constituída por alunos da Universidade de Évora/Portugal. Este teste integra-se no trabalho de investigação intitulado **“Da norma à Variação: Estudo de caso sobre o uso do Conjuntivo no Português de Angola, especificidades no Ensino Superior”**, com vista à obtenção do grau de Doutor em Linguística na Universidade de Évora/Portugal, do doutorando João Muteteca Naege.

Caro informante, para o fim já indicado, solicitamos a sua contribuição respondendo às perguntas do teste que se segue:

1.1.Preliminares:

Idade_____

Sexo_____

Ano de escolaridade_____

Data de preenchimento_____

Estatuto do falante:

a) Português língua materna_____

b) Português língua segunda_____

Pedimos por favor, que, indique os seus juízos de gramaticalidade em relação às frases seleccionadas, extraídas aleatoriamente das frases 1 a 17 do teste de produção

induzida reelaboradas com formato consentâneo para aferir juízo de gramaticalidade, marcando com x ou asterisco * a que lhe parece correcta.

1. a) Espero que ele vai às manifestações do Fenacult
- b) Espero que ele vá às manifestações do Fenacult
2. a) Talvez o bom livro é aquele com gravuras
- b) Talvez o bom livro seja aquele com gravuras.
3. a) O povo espera do governo boas acções que estão à altura das exigências.
- b) O povo espera do governo boas acções que estejam à altura das exigências.
4. a) O estudante universitário deve dedicar-se muito aos estudos para que produza conhecimentos.
- b) O estudante universitário deve dedicar-se muito aos estudos para que produz conhecimentos.
5. a) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu vesse o menino não me aguentaria.
- b) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu visse o menino não me aguentaria.
- c) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu vejo o menino não me aguentaria.
6. a) Como diz o povo “a bola é redonda”. Quem visse de Lesoto comentava que a seleção de Angola era de longe superior.
- b) Como diz o povo “a bola é redonda”. Quem viesse de Lesoto comentava que a seleção de Angola era de longe superior.

- c) Como diz o povo “a bola é redonda”. Quem vem de Lesoto comentava que a seleção de Angola era de longe superior.○
7. a) Seria bom que o governo desse mais valor aos professores.○
b) Seria bom que o governo desse mais valor aos professores.○
c) Seria bom que o governo dá mais valor aos professores○
8. a) Os professores exigem dos alunos o que não ensinam, mas se eles fizessem o contrário os alunos dedicar-se-iam mais.○
b) Os professores exigem dos alunos o que não ensinam, mas se eles fizessem o contrário os alunos dedicar-se-iam mais.○
c) Os professores exigem dos alunos o que não ensinam, mas se eles fazem o contrário os alunos dedicar-se-iam mais○
9. a) O nosso conselho vai para o pai, seria razoável que fosse à disposição do seu filho toda a bibliografia recomendada.○
b) O nosso conselho vai para o pai, seria razoável que fosse à disposição do seu filho toda a bibliografia recomendada.○
c) O nosso conselho vai para o pai, seria razoável que fosse à disposição do seu filho toda a bibliografia recomendada○
10. a) Quando houver problemas que nos transcendem os órgãos de justiça intervêm.○
b) Quando haver problemas que nos transcendem os órgãos de justiça intervêm.○
c) Quando há problemas que nos transcendem os órgãos de justiça intervêm.○
b) a) Se os meus pais disserem que não aprovam a minha forma de vestir, eu aceito ○
11.
d) b) Se os meus pais disserem que não aprovam a minha forma de vestir, eu aceito○

e) c) Se os meus pais dizem que não aprovam a minha forma de vestir, eu aceito

12. a) Os novos regulamentos prevêem que quem ser apanhadoa cabular fique em casa durante dois anos.

b) Os novos regulamentos prevêem que quem for apanhadoa cabular fique em casa durante dois anos.

c) Os novos regulamentos prevêem que quem é apanhadoa cabular fique em casa durante dois anos.

13. a) Dizem que o papa vem a Angola. Se o Santo Padre intervier as almas serão estimuladas.

b) Dizem que o papa vem a Angola. Se o Santo Padre intervir as almas serão estimuladas.

c) Dizem que o papa vem a Angola. Se o Santo Padre intervém as almas serão estimuladas.

14. a) Quando os inimigos nos vêem juntos, ficam aflitos, desta vez, se nos verem mais juntos, vão desistir.

b) Quando os inimigos nos vêem juntos, ficam aflitos, desta vez, se nos virem mais juntos, vão desistir.

c) Quando os inimigos nos vêem juntos, ficam aflitos, desta vez, se nos vêem mais juntos, vão desistir.

15. a) Se o meu irmão manter os cães em casa, eu fico

b) Se o meu irmão mantiver os cães em casa, eu fico

c) Se o meu irmão mantém os cães em casa, eu fico.

16. a) Embora chove todos os dias, saio de casa.

b) Embora chova todos os dias, saio de casa.

c) Embora chovesse todos os dias, saio de casa.

17.a) Da próxima vez quando eles terem que comprar jóias, virão aqui.

b) Da próxima vez quando eles tiverem que comprar jóias, virão aqui.

c) Da próxima vez quando eles têm que comprar jóias, virão aqui.

Obrigado!

Apêndice III

À

Direcção da Faculdade de Direito da ULAN

Dundo

Assunto: **Solicitação para aplicação de inquérito por teste linguístico**

No quadro de uma investigação, com vista à elaboração de uma tese de doutoramento em Linguística na Universidade de Évora (Portugal), cuja pesquisa está em torno de **“Da norma à Variação: Estudo de caso sobre o uso do Conjuntivo no Português de Angola, especificidades no Ensino Superior”**.

Solicitamos a autorização para aplicar o referido instrumento de pesquisa aos alunos do 1º ano da Faculdade supra, no período normal das aulas, desde já todos os dados recolhidos com base neste instrumento de pesquisa são exclusivamente para a investigação e confidenciais.

Cordiais saudações

Évora, aos _____ de 2016

O solicitante

João Muteteca Naege

Apêndice IV

À

Direcção da Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte

Dundo

Assunto: **Solicitação para aplicação de inquérito por teste linguístico**

No quadro de uma investigação, com vista à elaboração de uma tese de doutoramento em Linguística na Universidade de Évora (Portugal), cuja pesquisa está em torno de **“Da norma à Variação: Estudo de caso sobre o uso do Conjuntivo no Português de Angola, especificidades no Ensino Superior”**

Solicitamos a autorização para aplicar o referido instrumento de pesquisa aos alunos do 4º ano, especialidade ensino de Linguística portuguesa, da Escola supra, no período normal das aulas, desde já todos os dados recolhidos com base neste instrumento de pesquisa são exclusivamente para a investigação e confidenciais.

Cordiais saudações

Évora, aos _____ de 2016

O solicitante

João Muteteca Naege